3 1761 07150126 6

Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

http://www.archive.org/details/annaesdomunicipi00port

ANNAES

DO

MUNICIPIO

DE

Oliveira de Azemeis

COORDENADOS POR

UM GRUPO DE OLIVEIRENSES

PORTO — 1909

LIVRARIA CHARDRON, DE LELLO & IRMÃO,

EDITORES — RUA DAS CARMELITAS, 144

421

2

ANNAES DO MUNICIPIO

DE

OLIVEIRA DE AZEMEIS

ANNAES

DO

MUNICIPIO

DE

Oliveira de Azemeis

COORDENADOS POR

UM GRUPO DE OLIVEIRENSES

PORTO — 1909

LIVRARIA CHARDRON, DE LELLO & IRMÃO,

EDITORES — RUA DAS CARMELITAS, 144

LIBRARY
DEC
19
1978
UNIVERSITY OF TORONTO

PREFACIO

Foram organisados primitivamente os Annaes do municipio de Oliveira de Azemeis em virtude da portaria do Ministerio do Reino n.º 184, com data de 8 de novembro de 1847, que ordenou aos governadores civis a sua intervenção, junto das camaras municipaes dos respectivos districtos para estas terem um livro especial denominado *Annaes do Municipio,* «no qual annualmente se consignem os acontecimentos e os factos mais importantes que occorrerem, e cuja memoria seja digna de conservar-se, e bem assim as descobertas de riquezas, sub-

stancias e combustiveis mineraes;—o augmento ou diminuição da producção agricola e suas causas;—a longevidade das pessoas de que houver noticia, com a declaração do modo de vida que tiveram, e do seu alimento habitual;—as acções generosas e os nomes dos seus auctores, que mereçam ser transmittidos ás gerações futuras, e, finalmente, tudo quanto possa interessar as tradições locaes.»

Na mesma portaria determinava-se que os presidentes das municipalidades nomeassem uma commissão, composta de alguns vereadores, ou vogaes do concelho municipal, que fossem julgados mais aptos, a qual, em todos os annos, no principio do mez de março, e depois das reuniões necessarias, redigisse uma memoria que contivesse as noticias e esclarecimentos indicados, e que, sendo lançada em letra bem legivel no referido livro, se guardasse cuidadosamente no archivo da camara, sendo assignada por todos os vogaes da commissão.

A Camara Municipal d'esta villa nomeou uma commissão composta de pessoas idoneas para colligir os factos, e redigir as

memorias, a que se refere a mesma portaria. Faziam parte d'essa commissão: doutores Antonio Rebello Valente Alves da Silva, Raymundo Pennafort de Oliveira Almeida, José Roberto Pedrosa Basto, Abilio Augusto Correia Bandeira e José Antonio Gomes Leite Rebello.

Esta commissão reuniu nos paços do concelho, no dia 28 de março de 1855, incumbindo seu vogal José Antonio Gomes Leite Rebello, mais tarde visconde de Santa Maria da Arrifana, da organisação e redacção dos *Annaes*, que em 1880 foram publicados, com alterações feitas pelo auctor, em folhetins do «Jornal do Povo», d'esta villa.

Não poucas difficuldades teve que vencer o dedicado oliveirense adoptivo para levar a cabo tão ardua empreza, conseguindo, com a sua decidida boa vontade, reunir elementos de valor. Muita gratidão deve, por isso, a nossa terra á sua boa memoria.

D'esse trabalho colheu agora numerosos e valiosos elementos o grupo de oliveirenses, que, movidos tão sómente por grande e sincero amor pela sua terra, se aba-

lançaram a mais larga empreza, valendo-se de novas fontes de informação e sobretudo do concurso valioso de pessoas eruditas. Entre estas ultimas, devem mencionar, em primeiro logar, com a mais saudosa homenagem, Alberto Sampaio, o sabio archeologo historico. Cumpre-lhes ainda agradecer a cooperação de Rocha Peixoto, conselheiro José Fortes, dr. Gonçalves Coelho, dr. Pedro A. de Azevedo, João Gomes de Oliveira Guimarães, abbade de Tagilde, e tantos outros. A todos, o nosso mais rendido agradecimento.

É dever nosso consignar aqui o mais sentido preito á memoria de um oliveirense illustre, a quem a publicação d'estes *Annaes* mereceu especial predilecção — o distincto engenheiro conselheiro Antonio Ferreira de Araujo e Silva.

Ao constituirem este volume — seja licito affirmar mais uma vez — anima os seus auctores unicamente a ambição de tornarem conhecida a terra em que nasceram.

———

CAPITULO I

TEMPOS PRIMITIVOS

Dos habitantes primitivos da região em que hoje assenta o concelho de Oliveira de Azemeis são conhecidos poucos traços; mas esses revelam remotissima antiguidade.

Os mais notaveis são os machados de silex encontrados em diversos pontos do concelho, especialmente os que, em 1899, foram achados no *talweg* do rio Caima, na freguezia de Palmaz, em terreno de alluvião rasgado para a abertura da estrada que da villa conduz áquella freguezia.

Provam esses objectos que na chamada *idade da pedra polida* o homem aqui exerceu a sua actividade, tão restricta em recursos e tão flagellada de obstaculos.

O encontro de um machado de bronze, ha muitos annos, havia já provado aos estudiosos um estado de civilisação mais perfeita no homem primitivo. Era signal evidente da *idade do bronze*.

O illustrado oliveirense adoptivo, dr. Antonio da Silva Carrelhas, distincto advogado n'esta villa, possue um machado de bronze, de uma só aza, encontrado no Couto de Cocujães, e sabe que foram encontrados outros, na mesma freguezia.

A genealogia ethnologica dos habitadores preromanos não é, porisso, facil de estabelecer, com os elementos conhecidos.

O reconhecimento de *castros* ou *crastos*, em diversos pontos do concelho, denuncía que os antigos habitantes da região procuravam os cerros montanhosos, para alli installarem reductos e até, por vezes, cidadellas, mais ou menos vastas. Effectivamente, esses povos costumavam escolher para defeza as escarpas dos montes, reunindo-lhes baluartes, muralhas e fossos, conforme as exigencias. Os *castros* eram, pois, uns fortins muralhados, uns postos destinados a embargar o passo aos invasores. Os pequenos povoados constituiam-se d'entre si, pelo menos nas visinhanças das *cividades* e *castros*, onde procuravam abrigo para pessoas e bens, ao menor signal de incursão.

Da existencia dos grupos castrejos dos primeiros seculos dão-nos testemunho as *mós* encontradas em diversos lugares do concelho, especialmente no

Castelhão de Oliveira, proximo da igreja matriz, e no largo do Senhor da Campa, em S. Thyago de Riba d'Ul.

O conselheiro José Fortes, estudioso e esclarecido archeologo, escreveu: «Registrando o achado de mós (manuaes), não quero mostrar que este elemento do mobiliario caseiro foi recebido dos dominadores romanos. Todos sabem que... é uma conquista do homem pre-historico, de quem, a meu vêr, os castrejos indigenas... herdaram por successão legitimaria» (1).

As *mós* compunham-se de duas peças circulares: a inferior, *pé*, *mó dormente* ou *fixa*, mais ou menos conica, mostrando na parte terminal do cone uma cavidade circular: a superior, *mó andadeira*, *movedica* ou *giratoria*, tendo geralmente duas depressões conicas, invertidas e em communicação com um orificio central.

A mó indica uma civilisação ante-romana.

Entre o espolio archeologico do concelho de Oliveira de Azemeis occupam lugar notavel os braceletes ou *manilhas de oiro*, descobertas, em 1896, nas Baralhas.

Essas manilhas são consideradas pre-romanas, de origem iberica, embora fossem talvez ainda usadas pelos castrejos, já depois do dominio romano.

(1) José Fortes, «A estação archeologica de Alvarelhos».

O «Commercio do Porto» deu a seguinte noticia, em correspondencia d'esta villa, do achado das manilhas de oiro:

«Um pobre sapateiro das Baralhas, de Macieira de Cambra, mandou construir uma parede para supporte de terra, no quintal da sua modesta habitação. Porque a obra não estivesse com a devida segurança ou por falta de bons alicerces, desmoronou-se, e o sapateiro, para que não succedesse o mesmo ao reformar essa parede, escavou elle proprio o terreno para arranjar alicerce mais firme. Quando procedia a esse serviço, viu que a enxada levantava umas argolas metallicas. Examinou-as e pareceram-lhe de metal amarello. Mostrando o seu achado a diversas pessoas, dão-lhe de parecer que vá ao Porto a fim de verificar se ellas são ou não de oiro. O homem, effectivamente, foi a essa cidade e levou tres das 16 manilhas que encontrou e ainda uma peça em fórma pyramidal. Um ourives disse-lhe logo que ellas eram de oiro e deu-lhe trezentos e tantos mil réis pelas tres. O homem, cheio de contentamento, voltou para casa e já conta apurar mais de 2:000$000 nas restantes manilhas. Estas peças têem a fórma de meia lua e são de diversos tamanhos, algumas de bastante peso» (1).

A notavel revista «Portvgalia» referiu-se ao achado e publicou o desenho de uma manilha, que pertence actualmente ao snr. José Gaspar da Graça, do Porto. Esta manilha pesa 99,5 grammas e tem o toque de 830 millesimos (2).

(1) «O Commercio do Porto» n.º 37, de 12 de fevereiro de 1896.
(2) «Portvgalia», t. II, pag. 67.

O «Archeologo Portuguez» tambem deu informações, especificando que os braceletes eram todos lisos, sem o menor ornato: um pesava 197 grammas. Diz ainda que perto do local, a uns 300 metros, apparecem restos de paredes, cacos de *tegulas* (telha romana) e ha um castro, que fica situado entre o referido lugar das Baralhas pelo N. o lugar do Carvalhal, freguezia de Ossella, pelo S. o rio Caima pelo L e o lugar dos Salgueiros pelo O [1].

Sobre o castro de Ossella, explorado, em maio de 1908, pelo Museu Municipal do Porto, fornece-nos a seguinte interessante noticia o illustre conservador d'aquelle Museu, snr. Rocha Peixoto:

«O castro de Ossella, não obstante as profundas devastações originadas na affronta dos tempos e ultrages dos homens, conserva ainda os vestigios que permittem a sua inclusão no typo dos *oppida*, ou povoações fortificadas dos cerros montanhosos.

Em regra, estas estancias eram cingidas por duas ou tres ordens de muralhas. Interiormente, agglomeravam-se as vivendas, redondas ou quadradas, sem disposição apreciavel ou reunidas em grupos, tendo como annexos, ás vezes, pequenos recintos presumivelmente destinados a alojarem gados.

Em Ossella mal se adivinham já os vestigios de muralhas, se bem que a configuração da collina vagamente denuncie a sua existencia olvidada e perdida. Mas subsis-

(1) «O Archeologo Portuguez», vol. II, pag. 87.

tem as fundações das casas dos dois typos, com relêvo architectonico e apparelho analogo aos já classicos de Sabroso e Briteiros, essas famosas estações minhotas, tão notavel e gloriosamente exploradas pelo insigne archeologo Martins Sarmento. Emtanto, como succedera em varios outros castros, é natural que em Ossella, após a conquista romana, perdurassem os habitantes, não obstante o esforço dos conquistadores em fazel-os descer dos pincaros.

A illação deriva da coexistencia do espolio lusitano-romano com mobiliario de data mais recente. Assim, com fragmentos de fibulas, fivélas e outros restos inclassificaveis de bronze, com despojos ceramicos de ornamentação incisa muito caracteristica, se bem que rudimentar, além de numerosos rebotalhos de olaria grosseira, mal peneirada e mal cosida, com os vulgarissimos fragmentos de *tegulæ* e *imbrices*, apparecem simultaneamente pedaços de vidro, de diversas córações, e utensilios de ferro quasi informes, de chronologia muito duvidosa.

O que não soffre duvida é que, abandonado o *oppidum* em qualquer altura dos tempos ignorada e imprecisa, succedera-lhe um cemiterio, analogamente ao que se verificou, ainda ha pouco (1907), no castro de Laundos (Povoa de Varzim). Numerosas sepulturas, varias das quaes agora exploradas, disseminavam-se arbitrariamente, não só pela antiga acropole, mas ainda nos taboleiros inferiores. Penetravam algumas vezes estas fossas rectangulares nas ruinas das velhas casas; e em varias surgiram os despojos osteologicos, n'um relativo bom estado de conservação. N'ellas ou suas proximidades appareceram as moedas portuguezas de que se faz menção n'outro logar.

É licito concluir, após uma inspecção perfunctoria no cerro e o reconhecimento archeologico effectuado pelo Museu Municipal do Porto (Maio, 1908), que o castro de Ossella pertence á categoria das estações pre-romanas, como se infere dos seus residuos architectonicos, metallicos e

figulinos, incluindo mesmo o achado das celebres manilhas de oiro no proximo logar das Baralhas (Vid. «Portvgalia», t. II, pag. 67-8). Effectuada a conquista, sobrevivera a residencia, como a comprovam alguns restos de loiça do typo de Arezzo; e, porventura, dilatou-se por muito tempo, extinguiu-se n'uma epocha historica já adeantada, e, finalmente, transmudou-se n'uma vasta necropole christã, a seu turno tambem apagada da memoria dos homens!»

CAPITULO II

A DOMINAÇÃO ROMANA

A Lusitania era constituida por numerosos povos autonomos e rivaes. Ameaçados pelas legiões romanas invasoras, sustentaram com ellas porfiada lucta de seculos, antes de serem definitivamente esmagadas.

Á lucta encarniçada succedeu-se a paz, porque os soldados romanos exerciam a dupla missão policial e civilisadora. Os *castros* continuaram povoados até ao seculo IV, pelo menos, «desmantelados, talvez, com certeza abertos e accessiveis ás influencias cultas dos novos senhores» ([1]).

([1]) José Fortes — «Restos de uma villa lusitano-romana.»

Na «Monarchia Lusitana», dá-se conta da seguinte inscripção gravada em uma pedra que de Cambra trouxeram para o Valle d'Ossella:

IMP : CÆS. AVG : INTER :
DIV : REL : COHOR : PRÆSID :
VACE : OSCEL : LANCO : CALEN :
ÆM : LEG : X : FRETENS :
EIVS : NVM : SPECTACVLA :
ET : LVD : GLADIAT : E : V :
VRBES : LVSIT : L : A :
EXP : ET : HECATOMB : D : D.

TRADUCÇÃO EM PORTUGUEZ:

«Ao Imperador Cezar Augusto, contado já entre os Deuses, as cohortes da Legião decima fretense, de presidio nas cidades da Lusitania de Vouga, Ossella, Lancobriga, Cale e Eminio por voto particular, á sua custa e grande liberalidade, celebraram espectaculos, jogos de gladiadores e hecatombes».

Faria e Souza apresenta a seguinte versão: (1)

«As cohortes e companhias da legião decima, chamada fretense, que se alojavam e presidiam em Vouga, Ossella, Lanco, Cale e Eminium offerecem espectaculos e jogos de gladiadores ao imperador Cesar, Divo Augusto, contado no numero dos deuses; e estas cidades da Lusitania fizeram o dispendio e diversas hecatombes».

(1) «Europa portugueza», t. I, part. III, cap. I.

A lapide existente na igreja de Ul, e da qual damos conta ao fallarmos d'esta freguezia, denuncía bem a existencia de edificações romanas.

Na exploração do castro e cemiterio post-castrense de Ossella, realisada em maio de 1908 pelo Museu Municipal do Porto, foi encontrada uma pequena moeda de bronze romana, que parece ser do imperador Constantino.

O itinerario da estrada romana de Lisboa a Braga, do imperador Antonino Augusto Pio, (edição *Parthey-Pinder*, Berlim, 1848), era o seguinte:

1 — Iter ab Olisipone:	
2 — Bracaram Augustam.....	m. p. m. CCXLIIII
3 — Jerabrica.....	m. p. m. XXX
4 — Scalabin.....	m. p. m. XXXII
5 — Sellium.....	m. p. m. XXXII
6 — Conimbriga.....	m. p. m. XXXIIII
7 — Eminio.....	m. p. m. X
8 — Talabriga.....	m. p. m. XL (1)
9 — Langobriga.....	m. p. m. XVIII (2)
10 — Calem.....	m. p. m. XIII
11 — Bracara Augusta.....	m. p. m. XXXV

(1) XI, segundo o Codice Florentino (plut. 89, sup. Cod. 67) do sec. X.

(2) XXX, segundo o mesmo Codice Florentino.

CAPITULO III

A DOMINAÇÃO DOS BARBAROS

Seria curioso reconhecer os traços do successivo dominio dos suevos, dos visigodos e dos arabes reconhecidos em Oliveira de Azemeis, e a acção transformadora da restauração neo-goda; mas para isso escasseiam-nos elementos.

Alguma coisa se sabe sobre a construcção da chamada *estrada mourisca*, que passava por Oliveira de Azemeis. Viterbo, no seu «Elucidario», baseando-se em um documento do antigo mosteiro de Grijó, cuja origem se perde na noite dos tempos, escreve o seguinte, que tem referencia a essa estrada:

«No anno de 1148 Tructesindo Mendes doou a Grijó o que tinha em Brantões e em S. Felix: *Subter illam Stratam*

Mouriscam, discurrente riculo Cerzedo. Chamou-se Estrada Mourisca, porque os mouros a romperam, deixando, talvez já por invadiavel n'aquelle tempo, a Estrada Romana, ou Via Militar, que sahindo de Condeixa, a velha, atravessa o Mondego entre Pereira e Coimbra, e sem passar o Eminio ou rio Agueda, cortava o Vouga não longe de Talabriga (sobre cujas ruinas ou perto d'ellas, se levantou Aveiro) e d'aqui por entre Lancobriga e o mar se dirigia a Cale: assim se collige do Itenerario de Antonino e dos seus mais famosos commentadores.

Então seria compendiosa, aprasivel, commoda e da primeira necessidade para as grandes povoações, a que dava serventia: porém, com o rodar dos annos, a costa se entopiu e alteou por causa das areias, e os rios estagnados não só esterilisaram os campos, mas tambem fecharam a passagem dos caminhos. D'aqui se fez indispensavel a presente Estrada Mourisca, que vae do Porto até Agueda, correndo por Oliveira d'Azemeis, Albergaria, Vouga, etc.»

CAPITULO IV

TERRAS DE SANTA MARIA

Pertenceu a região que hoje constitue o concelho de Oliveira de Azemeis ás denominadas «Terras de Santa Maria», sobre as quaes é forçoso dizer duas palavras, guiando-nos pelas eruditas investigações feitas pelo distincto escriptor dr. José Julio Gonçalves Coelho e já publicadas ([1]).

Depois da morte de Almançor, o famoso general do Califa Hicham II e da nomeação de *hadgib* de seu filho Abd-el-Melik, o Al-Mudhaffar, produ-

([1]) «Notre Dame de Vendôme et les Armoiries de la Ville de Porto», memoria historica publicada no «Bulletin de la Société Archéologique de Vendôme», 1907.

ziram-se perturbações e desordens no califado de Cordova, incendiando-se a guerra civil.

O conde governador do Porto e poderoso rico-homem, Dom Munio Viegas e seus filhos D. Egas e D. Garcia, aproveitando-se habilmente d'essa circumstancia, reuniram as forças de que dispunham ás dos descendentes do celebre e poderoso Dom Arnaldo de Bayão [1], bem como ás dos senhores de Eixo, Ois e Marnel e atacaram reunidos os sarracenos, conquistando-lhes as terras de que elles se haviam a esse tempo apoderado, ao norte e ao sul do Douro, entre as quaes se incluiam as de Entre-Douro e Vouga.

Tendo sempre posto as suas emprezas guerreiras sob o patrocinio de Nossa Senhora de Vendôma, resolveram, em signal de gratidão, denominar as terras conquistadas «Terras ou Cividade de Santa Maria» *(Civitas Virginis Sanctæ Mariæ)* [2] adstringindo-as, como especie de um feudo ou patrimonio, á cidade do Porto, que elles poucos tempos antes tambem haviam reedificado e povoado.

(1) Este D. Arnaldo ou D. Arnulfo de Bayão, famoso cavalleiro e *rico-homem*, derrotado por Hugo, conde de Arles, teve de fugir e veio desembarcar no Porto em 963, conquistando aos mouros terras situadas entre esta cidade e Baião.

(2) «... denominando toda a terra que conquistaram «Terras de Santa Maria» como já tinham feito á Feÿra e a Guimarães, onde a esse tempo ficava a fronteira dos mouros...» (D. Rodrigo da Cunha «Catalogo dos Bispos do Porto», p. II, cap. XIV, pag. 275.)

Nos limites d'essa região estavam comprehendidas: Braga, Guimarães, Canavezes, Rezende, Bemviver, Balsemão até junto do rio Tavora, Lamego, Tarouca, Ovar, Feÿra, Cocujães [1], Escariz, Fermedo, Cambra, Sever, Ossella, Romariz, S. João de Vêr, Pedroso, Sanguedo, Castellões, Arouca, Mançores, Eixo, Souza, Ois, Agueda e um pouco adiante de Marnel, onde a região, ao que parece, era deshabitada, para não dizer selvagem.

Nos brazões de quasi todas essas villas ou povoados que no seculo XI constituiram a Cividade ou Terras de *Santa Maria*, vê-se ainda hoje, desenhada com ligeiras modificações, a imagem de Nossa Senhora de Vendôma sobre a porta d'umas muralhas e entre duas torres, sustentando na mão direita um sceptro de oiro e na esquerda o Menino Jesus, exactamente como as antigas armas do Porto e só com differença de legendas. Vejam-se, por exemplo: as de Agueda, Angeja, Estarreja, Fermedo, Feÿra, Cambra, Braga e as primitivas de Guimarães.

Convém observar—diz-nos o dr. Gonçalves Coelho—que o facto de no seculo XI a Cividade ou Terras de *Santa Maria* haver tomado tal invocação, já não era a primeira vez que se dava. N'es-

[1] Ahi e no mosteiro benedictino se sepultou por esse tempo o famoso D. Onego, bispo do Porto.

se seculo foi o patrocinio e a suzerania de Nossa Senhora de Vendôma da Sé do Porto que deu lugar a esse nome.

Mas, já antes e a datar do seculo IX, se denominavam tambem Terras ou Cividade de *Santa Maria*, por um motivo inteiramente diverso, que não vale a pena transcrever aqui.

A área abrangida por essas outras Terras de Santa Maria é que era muito menor. Quasi se limitava á região comprehendida entre Pedroso e Agueda e entre Ovar e Cocujães.

As invasões mouriscas do seculo X e as devastações do famigerado Almançor déram lugar á destruição d'esta Cividade e, por conseguinte, ao desapparecimento do nome, tanto mais que, de mistura com os arrazamentos e incendios ordenados por Almançor, se destruiu o templo celebre que dera lugar á designação.

D. Munio Viegas veio depois e, por mera coincidencia, deu o mesmo nome de Terras ou Cividade de *Santa Maria* ás regiões que elle e os seus conquistaram. A área das conquistas d'estes e, portanto, a Cividade ou Terras de *Santa Maria*, era muito maior que a anterior, pois começava em Guimarães, descia a Rezende, passava proximo a Lamego e, aproximando-se de Cambra, etc., ahi se lhe adjungiam as terras de Entre Agueda e Ovar, que os senhores de Marnel e Ois, seus antigos possuidores, iam pouco a pouco reconquistando aos

sarracenos, obrigando-os a refugiarem-se dispersos por as terras situadas ao norte de Coimbra, Montemór-o-Velho, etc., d'onde nasceu até o nome *Extremadura*, por ser o limite das terras dos christãos e mouros com que ainda no tempo de D. João I se designavam, a partir da Feÿra para baixo (1), e que só assentou nos actuaes limites após o reinado de D. Manoel (2).

(1) Fernão Lopes, Chronica de D. João I, cap. LXIX, p. I.

(2) Vid. Foral novo da Feira, incluido a fl. 176 v., col. 2.º do Livro dos Foraes Novos da *Extremadura*.

CAPITULO V

ORIGEM DO NOME «OLIVEIRA DE AZEMEIS»

Em que epocha a povoação de Oliveira de Azemeis começou a denominar-se assim, não o conseguimos determinar precisamente.

O illustre archeologo snr. dr. Alberto Sampaio — a cuja memoria rendemos aqui a homenagem do nosso respeito e da nossa saudade — observa que o designar lócalidades e propriedades com nomes de vegetaes foi cousa frequente de grande antiguidade, pois vem dos romanos [1]. Entre taes nomes de plantas, — acrescenta o distincto publicista — *oliveira* encontra-se na nossa toponimia a cada passo e com frequencia referida nos titulos

[1] Alb. Sampaio, «Villas do norte de Portugal», sep., pag. 45 a 46.

da alta Idade Média, nas fórmas *uluaria* (1) e *uliuaria* (2).

N'esses documentos a designação é simples, sendo obscuro — observa-nos o snr. dr. Alberto Sampaio, — se entre os novi-godos se distinguiam, popularmente, por um sobrenome as diversas localidades, denominadas pelo mesmo termo, como é vulgar entre os portuguezes. Chama ainda o dr. Alberto Sampaio a nossa attenção para mais outro exemplo: Moreira de Conegos (Guimarães) e Moreira da Maia, freguezias actuaes, ambas expressas só por *villa moraria* (3). São differençadas hoje pelos sobrenomes, adaptaveis na primeira por ter sido donatario o mosteiro de Mumadona e na segunda pelo concelho onde é situada.

«Se attendermos á tradição popular, — diz o visconde de Santa Maria da Arrifana — aqui houve uma oliveira ou diversas, a cuja sombra ou tronco se abrigavam ou prendiam suas azemolas os azemeis, que vinham da parte do mosteiro de Arouca para conduzir-lhe fóros, que por estas terras se lhe pagavam. Póde ser que estas duas circumstancias, isto é, a da existencia de oliveiras aqui, e a d'essa passagem dos azemeis, se as houve, reunidas na imaginação popular, déssem motivo para essa crença de verosimilhança, sem outra relação de fundamento com o objecto, que nos occupa, verosimilhança esta que adquiriria um

(1) «Portugaliæ Monumenta Historica», (*Diplomata*) n.º 504, hoje Oliveira do Douro.

(2) Ibid., n.º 451, perto do Ave.

(3) Ibid., n.os 99 a 481.

maior grau de probabilidade se esta terra fosse privativa da producção de oliveiras, ou se nenhuma outra povoação do reino tivesse o nome que tem esta arvore. Mas vemos que, não sómente o sólo d'esta freguezia é pouco proprio para a fructificação de taes arvores, conservando os proprietarios mui poucas em seus terrenos, e não havendo d'esta fórma um motivo especial para essa denominação; mas que tambem por ahi existem bastantes povoações com similhante nome, como: Oliveira do Douro, Oliveira do Hospital, Oliveira de Frades, do Bairro, do Conde, etc., ás quaes se não attribue a mesma origem. Parece-nos, então, que d'esta parte é bem pouco sólida a base sobre que se firma a tradição.

Porém, a não ser este um nome de capricho e arbitrario, como suppomos alguns, que não parecem ter analogia alguma com outros; com quanto alguma oliveira mais saliente, que por aqui vegetasse, désse o seu nome a esta freguezia: porque motivo recebeu ella o sobrenome dos *azemeis* ou *de azemeis?* Seria pelo transito de conductores de bestas de carga, que, vindos de Arouca para levar-lhe fóros, por aqui passassem ou repousassem algumas horas? Mas é certo que outras terras havia mais foreiras do que esta ás monjas bernardas de Arouca, aonde iam os seus criados e as suas bestas, onde elles haviam de pousar, e nem por isso a essas terras lhes ficou o appellido do nome d'esses conductores, pois não se diz, Pereira de Azemeis, Macieira de Azemeis, Pecegueiro de Azemeis, etc., quando era forçoso que por essas e outras freguezias transitassem os criados das freiras, e mesmo porque Oliveira de Azemeis não era a via unica de passagem para Arouca, havendo muitas outras.»

Tem-se pretendido explicar o sobrenome de Oliveira pela origem arabica do termo *azemel*.

No Diccionario da lingua portugueza, publicado pela Academia Real das Sciencias, lê-se o seguinte:

«**Azemel,** s. m. *Almocreve, o que guia a azemola.* D. Arab. Azzamal. ant. Azamel. Gil Vicente. Obs. 3, 155. Eis-me frade, andar embora. E fui *azemel* primeiro, antes de ser carpinteiro.—Sá de Mir. Vilhalp. 3,5. Oh que *azemel* tão pesado da redea.—Mariz Dial. 3,5. E que os seus *azemeis*, que tomassem palha aos lavradores, etc.»

Termo dos arabes: *Corte ou cabeceira dos aduares ou cabildas.*—Goes. Ch. de D. Man. 3,32. Mandou Nuno Fernandes a Lopo Barriga que fosse ao *azemel* da Abida, que é o lugar em que os capitães das cabildas e aduares têem suas tendas, mulheres e filhos e familia, e por mais nobre lhe chamam em sua lingua *azemel*, que quer dizer, na nossa, corte ou cabeceira de toda a capitania de qualquer d'aquelles aduares ou cabildas.

Ora, não parece admissivel este sentido ao sobrenome em questão.

A passagem de Goes refere-se aos mouros de Bida ou de Abida, a onze leguas de Çafim. No nosso caso, fôra mister provar préviamente que houve em Oliveira uma intensa população d'essa procedencia ou quejanda—o que a Historia contradiz—com a mesma maneira social. Além d'isso, o facto de se tratar do plural *azemeis* reforça a conclusão de tal opinião.

Em lettras apostolicas do Papa Sixto V, relativas ao provimento da igreja parochial, escreve-se *Oliveira dazemeis* [1].

«O dr. Manoel de Oliveira Ferreira — diz o visconde de Santa Maria d'Arrifana — parocho d'esta freguezia no seculo XVIII, homem versado não só em historia, mas em outros ramos dos conhecimentos humanos, como nol-o mostra de sobra a copiosa lista de suas obras, que temos á vista, impressa no seu «Compendio da historia da 3.ª Ordem de S. Francisco», n'uns apontamentos feitos por elle, e que se conservam na residencia parochial d'esta freguezia, diz:

«Que a parochia de S. Miguel de Oliveira de Azemeis é tão antiga, que, sem duvida, póde competir com qualquer outra, por não se poder averiguar a origem dos seus annos; que sempre afamada se póde dizer em todos os seculos, por conter dentro dos seus limites a antiquissima e imperatoria cidade de *Lancobriga*, disfarçada hoje no corrupto vocabulo de *Laçôens*, que é o nome de um lugar d'esta freguezia.»

«São estas as formaes palavras d'este auctor, que no supradito catalogo de suas obras, entre as manuscriptas, nos aponta uma intitulada: «Verdadeira Lancobriga, no lugar de Laçôens, da freguezia de Oliveira de Azemeis, segundo a etymologia, tradição e demarcações de Antonino.» Não vimos tal obra, de certo extraviada como manuscripta, ou porque fôra para a Universidade de Coimbra a livraria d'este erudito parocho, como consta, depois do seu

[1] «Ecclesia vicaria nuncupata Sancti Michaelis loci de Oliveira dazemeis». — Vide Documentos na Camara Ecclesiastica do Porto, maço 4.º

fallecimento [1]; mas onde elle trataria de provar, segundo aquelles testemunhos o que havia asseverado nos já indicados apontamentos.

«Emquanto á etymologia, iria o dr. Ferreira buscal-a ao confronto dos nomes *Lancobriga* e *Lacões*, eliminando a desinencia do primeiro *briga*, que, no parecer de Duarte Nunes de Leão, era termo obsoleto de antigo idioma, significando cidade, e d'esta fórma imaginando — *Lacões* vocabulo corrupto de *Lanco?*

«Emquanto á tradição, existiria ella mais vivaz no tempo d'aquelle escriptor, quando ainda hoje se nomeia *O Castello* um sitio do lugar de Lacões?

«Emquanto ás demarcações de Antonino, imperador romano, que reinou desde 138 até 160 da era christã, terceiro fundamento do nosso auctor, não podemos colhel-as á mão, em despeito das nossas diligencias.

Certamente, as informações do dr. Manoel de Oliveira Ferreira serviram de base á noticia que, sobre esta freguezia se encontra nas «Memorias parochiaes de 1758» organisadas pelo padre oratoriano Luiz Cardoso sobre memorias diversas, remettidas por abbades, priores, curas, vigarios, etc. Essa grande collecção, formando 43 volumes, conserva-se manuscripta no Archivo Nacional da Torre do Tombo e foi por nós examinada para a organisação d'este volume.

(1) Procuramos saber, por intermedio do dr. Mendes dos Remedios, da existencia d'esta livraria na Bibliotheca da Universidade de Coimbra; mas nada alli consta. Dirigimos as nossas investigações para a Ordem Terceira de S. Francisco de Lisboa, sendo identico o insuccesso dos nossos esforços.

No «Archeologo Português» [1] publicou o dr. Pedro A. de Azevedo o seguinte extracto:

Oliveira de Azemeis (Beira)

(RUINAS DE UM MOSTEIRO — A CIDADE DE LANCOBRIGA)

Parece ter havido n'esta freguezia um Convento antigo, cuja memoria se perdeu: mas seus vestigios se encontram no Foral da villa da Feira, cap. 163, em que nos dá noticia do Casal dos Frades, sito n'esta freguezia de Oliveira de Azemeis... O sitio, se não me engano, do tal Mosteiro se descobre pelos vestigios de uma Eira, onde chamam a Igreja Velha, toda rodeada de paredes velhissimas, com demonstração de ahi ter sido Cemiterio, ao menos por apparecerem ossos de gente humana; e pegados estão uns campos, chamados o Passal, que em sua copia denotam antiguidade misteriosa. Do campo da Igreja Velha foi ultimo possuidor o Licenciado Pedro Soares... etc.. (Tomo XXVI, fl. 189).

No lugar de Laçoens d'esta freguezia ha uma casa, chamada o Castello, onde se divisa sitio da Torre antiga [2]. E n'este mesmo lugar foi antigamente a decantada Cidade de Lancobriga de que ficou nome corrupto ao lugar na caducidade dos annos: o que se comprova das vias militares, de que faz menção o itinerario do imperador Antonino que aqui perfeitamente a ajustam, não na Villa da Feira, ou na da Bemposta, distantes legoas d'esta freguezia, como quizeram, adivinhando, sem outro melhor fundamento, alguns auctores, como Brito, no tomo I, da Monarq. Lusit.. etc. (Tomo XXVI, fl. 193).

(1) «Archeologo Português», vol. VI, pag. 67.

(2) Taes vestigios não são hoje conhecidos. Ha tambem differentes propriedades n'aquelle sitio que fazem parte de um prazo chamado do Castello.

A mais antiga referencia, que se nos depara, existe n'um diploma do anno de 922, parecendo demonstrar que a villa de Oliveira *(uilla oliuaria)* que fôra uma propriedade rural fundada no dominio romano, estava transformada em freguezia rural.

Esse diploma encontra-se nos «Portugaliæ Monumenta Historica», vol. I — *Diplomata et Chartæ* — sob o n.º 25, e refere-se a uma doação amplissima feita pelo rei Ordonho ao bispo Gomado e ao mosteiro de Crestuma. É extrahido do codice conhecido sob o titulo de «Livro Preto da Sé de Coimbra».

N'ella se lê o seguinte:

«Et in ripa de ul ecclesia sancti iacobi et suos dextros integros et uilla oliuaria ecclesia uocabulo sancti michaelis cum suos dextros integros et suas aiectiones, et in ripa de antoana monasterio uocabulo sancta marina per suos terminos antiquos quodomo illam obtinuit domnus salomon. Et in terra de eccurario uilla de ossella ecclesia de sancto pelagio. Et in calueli rationem de magistro egela et de magistro blatus quanta illos continet inter suos fratres tam in calueli quam etiam et de illa parte camia, et uilla quam dicunt cella noua quomodo diuidit cum uilla lauritello et uilla armentari et uilla todemondi. Et de alia parte uilla de insula uocabulo sancti iacobi subtus monte codar. Et de alia parte camia uila de palaciolo cum sua ecclesia uocabulo sancto iohanne de zopellos quos dedit gutierre moniz».

A traducção póde ser feita nos seguintes termos, com a identificação de alguns nomes proprios:

E em *Riba de Ul* a igreja de Santiago com todos os seus passaes e na *Villa de Oliveira* a igreja da invocação de S. Miguel, seus passaes e pertenças. E na margem do *Antuã* o mosteiro de Santa Marinha pelos seus marcos antigos, tal como a obteve D. Salomão. E na terra de *Escariz* na villa de Ossella a igreja de S. Paio. E em *Calvelo* o quinhão dos padres Egela e Blatus, que lhes coube na partilha com os irmãos, tanto em *Calvelo* como tambem d'esse lado do *Caima*. E quanto tem na villa de Cella Nova, que fica entre as Villas de *Louveiro*, *Armental* e *Teamonde*. E da outra parte (do Caima?) na Villa da *Lusua* a igreja (?) chamada de Santiago que fica na planicie dominada pelo monte *Codal*. E d'essa mesma parte do *Caima* o que possue na villa de *Paço* com a igreja de S. João de *Capellos*, doada por Guterres Moniz.

Deprehende-se d'este diploma que em 922, data d'elle, Oliveira estava transformada em freguezia rural, dividida, por ventura, como nos observa o dr. Alberto Sampaio, em varios pequenos proprietarios, pois da redacção da phrase se vê que *villa aliuaria* apparece alli só para assignalar o sitio onde se achava a igreja, pertencente á corôa e passando agora para o senhorio do mosteiro de Cresturna, igreja assás rica, porque além dos *dextros* (passal) tinha pertenças *(suas aiectiones)* que valeu a pena de indicar, na generalidade, pelo menos.

Pelo illustre conservador do Real Archivo da Torre do Tombo, dr. Pedro A. de Azevedo, tive-

mos conhecimento de que na inquirição de 1288, liv. IV de D. Diniz e livro das inquirições da Beira e Além-Douro, consta:

«Item freguesia de sam Miguel dulueira. Em toda a freguezia he provado que entra o moordomo e peitam vooz e cooima ssalvo em çizacos e em paaços ena quintaan de Estevam Rodriguiz com tres casaaes seus em que nam entra mais entra hy o porteiro e penhora hy polla voz e polla cooima. Estêem como estam e entre hy o moordomo e o porteiro como entra».

No livro de inquirição de D. Diniz que tem o numero III, fl. 32 v., acha-se o seguinte sobre a inquirição de 1301:

«It. na freeguezia dulueyra o logar que chamã Cidacos soya a seer honrrado porque se tijham seus senhores por filhos dalgo e ora é ia do Moosteiro de Pedroso. Porque mando da parte del Rey que seia devasso e entre hy o Móórdomo del Rey por todolos seus dereytos».

Nos livros 4, fl. 14 v. e 5, fl. 16 v. dos contratos de D. João III, encontrou o snr. Pedro A. de Azevedo noticia de Oliveira, termo da Feira.

Oliveira de Azemeis já assim se chamava no reinado de D. Manoel, pois que Leão X a erigiu em commenda Real, em 1518.

Segundo informação que nos é ministrada pelo erudito historiador dr. Pedro A. de Azevedo, na Torre do Tombo achou, na Chancellaria de Chris-

to, sancção de uma carta de 20 de fevereiro de 1507, que concede a commenda de Oliveira de Azemeis a D. Nuno de Castro Barreto; outra de 16 de outubro de 1573 a Vasco da Silveira e ainda outra para fazer o tombo da commenda a Jeronimo de Castilho, de 3 de junho de 1644.

No rol das commendas da Ordem de Christo, em 1604, lê-se: «A commenda de Oliveira Dazemeis, em duzentos & desoito mil tresentos e vinte reis, no anno de 604 [1].

N'um livro manuscripto, existente na Camara Ecclesiastica do Porto, encontramos sobre a parochia de Oliveira de Azemeis esta indicação:

«Pertence esta dizimaria a uma das commendas da Ordem de Christo, que poderá render 120$000 réis; mas pelos reditos d'esta mesma commenda se deviam apromptar todos os artigos de que se careça na fabrica, como tambem se devem conservar em estado de segurança a capella-mór e sacristia e a residencia do parocho.» Pelos mesmos reditos se deviam pagar outras despezas.

Recordemos que foi commendador d'esta commenda o secretario de Estado José de Seabra da Silva, por mercê de D. Maria I e carta régia de 15 de maio de 1779.

Oliveira de Azemeis foi elevada á categoria de

(1) Definição e Estatutos da Ordem de N. S. Jesu Christo &. Lisboa, Pedro Craesbeck, 1628, pag. 259.

villa por alvará de 5 de janeiro de 1779, concebido nos seguintes termos:

DONA MARIA, POR GRAÇA DE DEUS, RAINHA DE PORTUGAL E DOS ALGARVES D'AQUEM E D'ALÉM MAR EM AFRICA E SENHORA DE GUINÉ E DA CONQUISTA, NAVEGAÇÃO, COMMERCIO, DA ETHIOPIA, ARABIA, PERSIA E DA INDIA, ETC. Faço saber aos que esta minha carta virem que Eu fui servida mandar passar o alvará do theor seguinte:

Eu a Rainha faço saber aos que este alvará virem: Que, sendo a povoação de Oliveira de Azemeis e sua freguezia uma das mais consideraveis do concelho da Feira, que pelo numero dos seus habitantes e pela extensão do seu termo comprehende mais de sessenta freguezias fazendo-se por isso impraticavel o recurso da justiça, assim pela multidão dos litigantes como pela situação das habitações, principalmente das que ficam em mais distancia para a parte do sul, cortadas por ribeiros caudalosos soffrendo a administração da justiça, arrecadação dos bens dos orphãos e os direitos das partes derivados de obrigações civeis e criminaes, aquelles detrimentos, que são inevitaveis aonde falta a providencia saudavel da justiça prompta e efficaz, removidos todos os impedimentos que ou lhe obstam ou a retardam: Hei por bem e me Práz erigir em Villa a povoação de Oliveira d'Azemeis e separar para termo d'ella vinte freguezias do concelho da Feira, ficando este com quarenta e além d'ellas com dois coutos mais: Vem a ser que o novo distincto concelho ou termo de Oliveira d'Azemeis erecto em villa se componha das freguezias seguintes: Oliveira d'Azemeis, Martinhate (*sic*) de Seixa, Ossella, Pindello, Carregosa, Mansores, Escariz, Feijões, Cesár, Macieira de Sarnes, S. Roque, Nogueira de Cravo, S. Vicente de Pereira, S. Martinho de Gandra, S. Thiago de Riba d'Ul, Madaíl, Ralga (*sic*), Ramo de Avanca e Cou-

to de Cucujães; quanto ao crime que para Oliveira d'Azemeis se nomeie um juiz de fóra e orphãos, pertencendo a nomeação á casa e estado do Infantado que ora tem o principe, meu sobre todos, muito amado e prezado filho, assim como lhe pertencia e fica pertencendo nomear o da Feira de que Oliveira é separado. E quero e mando que este meu alvará se cumpra e guarde tão inteiramente como n'elle se contém sem duvida ou embargo algum, e que para firmeza e lembrança de que Eu assim o ordenei se mandem passar cartas pela meza do desembargo do paço (que assim o executará) em dois differentes exemplares, um para se remetter ao concelho da Feira e outro para se guardar no meu real archivo da Torre do Tombo. Dado no palacio de Queluz em 5 de janeiro de 1799 — Principe — *José Seabra da Silva.*

E em observancia do dito meu alvará pelos respeitos n'elle declarados Hei por bem e me Práz erigir em villa a povoação de Oliveira d'Azemeis servindo-lhe de termo as freguezias n'elle mencionadas, separando-as do termo da villa da Feira a que até agora pertenciam e crear para o governo d'ella um juiz de fóra e orphãos pertencendo a nomeação d'este á casa e estado do Infantado assim como lhe pertencia e fica pertencendo o da villa da Feira, pelo que mando a todos os tribunaes, ministros, officiaes e pessoas a quem esta carta fôr mostrada que d'aqui em diante fiquem entendendo que eu fui servida crear o referido lugar de juiz de fóra da villa de Oliveira d'Azemeis, e aos moradores d'ella ordeno que lhe obedeçam, pois assim é minha vontade e mercê: Esta minha carta se cumprirá como n'ella se contém. E ao doutor José Alberto Leitão, do meu conselho, desembargador do paço e chanceller mór do reino, ordeno a faça publicar, passar pela chancellaria, e registar nas partes a que pertencer: do theor d'esta se passou outra que uma se remetterá para o meu real Archivo da Torre do Tombo: outra para o do concelho da villa

da Feira. Dada em Lisboa aos 11 de fevereiro de 1799 annos — O Principe — *Luiz de Vasconcellos e Souza*, presidente. Carta por que Vossa Magestade ha por bem erigir em villa a povoação de Oliveira d'Azemeis e crear n'ella um juiz de fóra e orphãos na fórma que n'ella se declara. — Para Vossa Magestade vêr. Por alvará de Sua Magestade de 5 de janeiro de 1799 e despacho do Desembargo do Paço de 25 do mesmo mez e anno. — *José Alberto Leitão.*

Foi publicada esta carta na Chancellaria-mór da Côrte e Reino, pela qual passou. Lisboa, 7 de março de 1799. — *Jeronymo José Corrêa de Moraes. João Pedro Frederico Lodovice* a fez escrever. Registada na chancellaria-mór da Côrte e Reino, no Livro das Leis a folhas 118. Lisboa, 7 de março de 1799. — *Manoel Antonio Pereira da Silva. Joaquim José da Motta Cerveira* a fez.

(*Archivo da Torre do Tombo. Maço 9 de Leis, n.º 10.*)

Depois, o principe regente, por um outro alvará datado de 24 de outubro de 1779, houve por bem ampliar e declarar o de 5 de janeiro d'este mesmo anno. Não nos foi possivel encontrar este alvará: não é conhecido na Torre do Tombo, nem d'elle fez menção João Pedro Ribeiro, auctor da «Synopsis Chronologica».

E, tendo sido creado já um juiz de fóra, agora o principe erige camara n'esta villa, com tres vereadores e um procurador do concelho: ordena que se façam eleições e confirmações, na fórma que se observava nas mais terras do estado do Infantado: concede aos administradores da referida casa a creação e data dos officios, que se julgassem necessarios, sem excepção do dos orphãos: manda que o

foral da terra da Feira, de que se separou o territorio que agora constituia a villa de Oliveira, continuasse a reger n'elle, como até agora regia; e que o novo juiz de fóra (que o era do civel, crime e orphãos) tivesse o mesmo ordenado, aposentadoria, e propinas, que vencia o juiz de fóra da Villa da Feira, sendo pago o ordenado, e aposentadoria por lançamento no cabeção das sizas, quando n'elle não houvesse sobejos, visto que a creação da villa fôra feita a requerimento dos povos.

N'este alvará ordena-se ao desembargo do Paço que, tendo-o executado em seu theor e fórma, faça passar cartas em dois differentes exemplares, um para ser remettido ao concelho da Villa da Feira, outro para se guardar no real Archivo da Torre do Tombo.

O foral da Feira, a que alludimos, cujas disposições abrangiam todas as freguezias, de que ora se compõem o concelho e comarca de Oliveira de Azemeis, as que ficaram á villa da Feira, e outras muitas, agrupamento vastissimo sob a denominação de *Terras de Santa Maria*, foi dado por D. Manoel, em Lisboa, aos 10 de fevereiro de 1514. Acha-se incluido na classe dos foraes chamados *novos*.

Este foral tinha 238 artigos, divagando o ultimo sobre objectos muito variados, seguido em todos os foraes, e que nós, affastados d'aquelles tempos e costumes, achamos bem exquisitos em

suas prescripções, direitos e privilegios. Darmos uma ideia d'isto, mesmo resumida, seria tarefa demasiadamente prolixa. Não podemos, todavia, furtar-nos á curiosidade de transcrever aqui a parte penal do foral referido. Eil-a:

«E qualquer pessoa que fôr contra este foral, levando mais direitos dos aqui nomeados, ou levando d'estes maiores quantias das aqui declaradas, o havemos pôr degredado por um anno fóra de villa e termo, e mais pagará por cada trinta reaes por um de todo o que assim mais levar para a parte a que os levou, e se a não quizer levar, será a metade para os captivos, e outra para quem os accusar, e damos poder a qualquer justiça aonde acontecer, assim juizes como vintaneiros que sem mais processo nem ordem de juizo, summariamente sabida na verdade, condemnem os culpados no dito caso de degredo, e assim do dinheiro até á quantia de dois mil réis sem appellação nem aggravo, e sem d'isso poder conhecer almoxarife, nem contador, ou outro official nosso, nem de nossa fazenda, em caso que o haja ahi: e se o senhorio dos ditos direitos o dito foral quebrantar por si ou por outrem, seja logo suspenso d'elles e da jurisdição da dita villa ou terra, se a tiver, emquanto nossa mercê fôr, e mais as pessoas que em seu nome ou por elle o fizerem, incorrerão nas ditas penas, e os almoxarifes, escrivães e officiaes dos ditos direitos que o assim o não cumprirem, perderão logo os ditos officios e não haverão mais outros e, portanto, mandamos que todas as coisas contheudas n'este foral que nós pomos por lei se cumpra para sempre do theor, do qual mandamos fazer tres, um d'elles para a camara da dita Villa e terra (da Feira) outro para os senhores dos ditos direitos, e outro para nossa Torre do Tombo, para a todo o tempo se poder tirar qualquer duvida que sobre isso possa haver. Dada etc.»

Por decreto do principe regente (depois D. João VI) datado de 27 de setembro de 1801, foram mandadas annexar ao concelho de Oliveira de Azemeis as freguezias de Santa Maria d'Arrifana (á qual o foral da Feira chama — *Burgo d'Arrifana*) e a de S. João da Madeira, ambas as quaes pertenciam ao termo da Villa da Feira. Diz o decreto que esta resolução fôra tomada para preencher com estas duas o numero das vinte freguezias, que pelo alvará da creação da villa de Oliveira de Azemeis, de 5 de janeiro de 1779, foram mandadas separar do termo da Villa da Feira: e isto porque as referidas duas freguezias, pela sua situação, e para beneficio e commodidade dos povos, eram as mais proprias para serem unidas ao termo do novo concelho.

Permaneceu por alguns annos esta circumscripção, e, passados elles, por nova combinação, voltou o antigo Burgo d'Arrifana ao seu primitivo concelho.

Extincto o antiquissimo concelho do Pinheiro da Bemposta, em agosto ou setembro de 1855, passaram cinco das freguezias, que o compunham, para o nosso concelho.

Presentemente, consta o concelho de Oliveira de Azemeis de vinte freguezias, que são, por ordem alphabetica, as seguintes:

Carregosa, Cezar, Cocujães, Fajões, S. João da Madeira, Loureiro, S. Martinho da Gandra, Ma-

cieira de Sarnes, Macinhata da Seixa, Madaíl, Nogueira de Cravo, Oliveira de Azemeis, Ossella, Palmaz, Pindello, Pinheiro da Bemposta, S. Thiago de Riba d'Ul, Travanca, Ul e Villa Chã de S. Roque.

D'estas freguezias, quatorze pertenceram sempre ao bispado do Porto, seis á diocese de Aveiro. Hoje pertencem todas ao bispado do Porto.

CAPITULO VI

OLIVEIRA DE AZEMEIS NA HISTORIA DE PORTUGAL

Encontra-se o nome de Oliveira de Azemeis preso a alguns factos da Historia de Portugal.

Os primeiros que archivamos são os que se referem á guerra peninsular.

Como 3.ª linha ou ordenanças, Oliveira de Azemeis pertencia ao districto da capitania-mór da villa da Feira, sendo o seu ultimo capitão-mór, n'aquellas circumstancias, João de Castro Côrte-Real, avô do snr. conselheiro José Luciano de Castro.

Constituida villa e termo independente da Feira, foi provido na capitania-mór de Oliveira de Azemeis, por decreto do principe regente, de 17 de dezembro de 1779 e carta patente de 23 de janeiro de 1800, João de Oliveira Camossa, moço fi-

dalgo da casa real e cavalleiro da Ordem de Christo, sendo-lhe conferida a posse pelo corregedor da villa da Feira, José de Queiroz Botelho de Almeida e Vasconcellos.

Por fallecimento de João de Oliveira Camossa, succedeu-lhe na capitania-mór José Lino Pires, cavalleiro professo na Ordem de Christo, por decreto de 14 de abril de 1810, e carta patente de 30 de agosto do mesmo anno.

Na época do famoso cerco do Porto, desde 1832 a 1834, por doença e licenças repetidas, que teve o respectivo capitão-mór, commandou por muito tempo as ordenanças do termo d'esta villa o capitão mais antigo Antonio de Pinho Tavares, o qual foi reformado em sargento-mór (ou major) das mesmas por ter mais de 30 annos de bom e effectivo serviço, por decreto de 10 de outubro de 1833.

As ordenanças d'esta villa compunham-se de cinco companhias, cada uma com seu capitão, um alferes, dois sargentos, com certo numero de cabos, tendo cada um a seu cargo uma esquadra. Havia, além d'isso, um ajudante e um sargento-mór, tudo subordinado ao capitão-mór. Cada capitania abrangia umas poucas de freguezias. É de advertir que esta organisação era commum a todos os demais districtos da 3.ª linha.

As ordenanças do termo d'esta villa, bem como as de outros districtos, no tempo da invasão fran-

ceza, prestaram alguns serviços, os poucos que permittia a debilidade de suas forças. Não deixa de ser curiosa a ordem, que, n'aquella época mal fadada, partiu do inspector das ordenanças das tres provincias do norte, dirigida aos capitães-móres, cujos districtos se achassem entre Agueda, Vouga e Douro. N'ella lhes dava o dito inspector certas instrucções relativas a armamento e disciplina, e acrescentava:

«Outrosim determino que os ditos senhores capitães-móres façam que todos os moradores do seu termo, que tenham mais do que uma espingarda, ou que pela sua idade ou molestia se não possam servir d'ellas, as entreguem aos seus capitães, com um signal, para que a todo o tempo se conheçam seus legitimos proprietarios, fazendo os ditos capitães uma relação dos nomes e qualidade d'armas de fogo, que entreguem a cada um as quaes serão distribuidas pelos habitadores, que as não tiverem e forem mais proprios para se servirem d'ellas com vantagem; e que pelo modo mais suave procurem fazer que todos os espingardeiros se forneçam de varetas de ferro e bayonetas ou qualquer ferro de ponta, que possa fazer o mesmo effeito, pois que com ellas faremos uma defeza muito mais valente. Em cada companhia mandarão os ditos senhores estabelecer dois homens de machados, e sendo carpinteiros melhor, dois de alviões, dois de picaretas, dois de pás, dois de alavancas, um de camartello, dois com picos e brocas que sejam pedreiros, havendo-os, dois de fouces rouçadouras, com cabos de seis palmos, e dois de forcados de ferro. Estes individuos deverão apparecer sempre quando por qualquer motivo se formem as suas companhias, servindo-lhes de armas as ferramentas mencionadas, etc., etc.»

Esta ordem é datada de 31 de dezembro de 1808.

Baixou igualmente uma ordem do marechal Beresford, commandante em chefe do exercito, na qual, entre outras providencias, se ordenava aos capitães-móres e commandantes das ordenanças que não ficassem nas suas terras, quando o inimigo se approximasse; mas que tambem não deviam fugir ou retirar-se com antecipação, e sem reunir a sua gente, e á testa d'ella fazerem opposição ao inimigo.

Effectivamente, as ordenanças d'esta villa, como as de outras partes, marcharam para o Porto, para impedirem a entrada dos francezes n'aquella cidade.

Mas o que poderia fazer o mais ardente patriotismo de gente bisonha pessimamente armada, e sem disciplina alguma contra as aguerridas hostes do duque de Dalmacia e em frente dos alumnos da escóla de um dos primeiros capitães do mundo?

O marechal Soult entrou no Porto, no funestissimo dia 29 de março de 1809, e, á vista dos seus esquadrões, ordenanças, milicianos, os habitantes da cidade, molle immensa de individuos de todas as condições, idades e sexos, fugindo espavorida, desorientada, foi precipitar-se, aos milhares, pelo alçapão aberto da antiga ponte das barcas, nas lodosas aguas do rio Douro! Felizes os que escaparam saltando por cima dos corpos, que já boiavam

na superficie do pégo, ou salvos por alguma barca solitaria, a poder de dinheiro ou por outros meios difficilimos.

O já citado capitão-mór Camossa retirou com a sua gente, pela margem esquerda do rio, e os milicianos e ordenanças fugiam em debandada para suas casas. Camossa foi ter a Arouca e hospedou-se em casa de um individuo, que reputava amigo, mas que o atraiçoou, fazendo acreditar ao povo amotinado que era jacobino, pelo que foi covardemente assassinado.

Camossa tencionava ir de Arouca para a Figueira da Foz, para onde tinha mandado esposa e filhos, e d'alli emigrar para a Gran-Bretanha.

No tempo da guerra civil, desde 1832 a 1834, as ordenanças d'este termo prestaram serviços, ou fiscalisando os passaportes dos viandantes, ou conduzindo presos, já escoltando gados e transportes para o exercito realista, já trabalhando nas trincheiras em volta da cidade do Porto.

Na classe das ordenanças comprehendem-se as denominadas de Malta, que tiveram privilegios especiaes, divididas por companhias, tendo capitães e outros officiaes, e por seu capitão-mór, no termo d'esta villa, Francisco Antonio Bastos de Pinho, que tambem foi cavalleiro da Ordem de Christo.

Teve o termo d'esta villa o seu regimento de milicias, sendo seu coronel o morgado Domingos

Manoel Soares de Albergaria Rangel e Quadros. Tambem foi assistir á entrada do marechal Soult na cidade do Porto, e tambem se retirou em debandada, como as ordenanças e paizanos.

Depois da revolução de 16 de maio de 1828, n'aquella cidade, a favor dos direitos de D. Maria II e do systema constitucional, aqui se revoltou o regimento de milicias, e n'este sentido, o seu major José Joaquim de Castro e Brito, por ordem do general Gabriel Francisco, com elle marchou para o Porto. Os milicianos, porém, que iam de muita má vontade, porque não adheriam aos principios da revolta, foram-lhe fugindo pelo caminho, a ponto de que só com poucos chegára á referida cidade. Volvendo a esta villa, com o fim de reorganisar o corpo, e marchar outra vez, não o pôde conseguir. Ficou então o regimento sob as ordens do seu coronel graduado José Soares Barbosa da Cunha, que, ao serviço da Junta do Porto, pôde conduzir o regimento até Agueda, em operações.

Todos sabem o fim desastrado, que teve aquella revolução de 1828, retirando-se as forças constitucionaes pela Galliza, e embarcando para varios pontos no estrangeiro. Os milicianos de todo o exercito voltaram para suas casas.

Durante as campanhas de 1832 a 1834, ainda as milicias de Oliveira de Azemeis, commandadas pelo seu coronel effectivo, Domingos Manoel Soares de Albergaria Rangel e Quadros, e por outros, e en-

corporadas no exercito de D. Miguel, fizeram serviços, entrando em varias refregas e acompanhando o destino d'aquelle principe até Evora-Monte.

Convocados que foram os estados geraes ou junta dos tres estados do reino, por decreto de 3 de maio de 1828, e lavrado o assento dos mesmos, em 11 de julho do dito anno, no qual se declarava e proclamava D. Miguel I legitimo rei de Portugal, tratou o governo d'então, para se fortalecer contra qualquer eventualidade da parte dos seus adversarios, de proceder á creação e organisação de corpos denominados «batalhões de voluntarios realistas» em quasi todas as cidades e villas do reino; e, com effeito, em 1829, aqui foi creado um denominado «batalhão de voluntarios realistas Oliveira de Azemeis», sendo logo nomeado seu tenente-coronel commandante o morgado e fidalgo da casa real, senhor do Gafanhão, José Nunes Cardoso de Gouveia Pereira Côrte-Real.

Passados tempos, previa-se já, o que depois se verificou, o desembarque nas costas de Portugal do imperador D. Pedro, duque de Bragança, com as forças, que reunira na Terceira e S. Miguel, e que se preparava a vir implantar no nosso paiz o systema liberal. A expedição desembarcou, effectivamente, nas praias do Mindello, a 9 de julho de 1834, fazendo parte d'ella o bravo oliveirense José da Costa Souza Pinto Basto, que pela causa liberal fizera pesados sacrificios.

N'esta conjunctura, o ministro da guerra do governo de D. Miguel disseminou as forças realistas a guarnecerem os pontos mais proximos de todo o litoral, para se obstar a tal desembarque.

Seguindo este plano de evoluções, faz tambem a sua primeira excursão militar o batalhão de voluntarios realistas de Oliveira de Azemeis, partindo d'esta villa para Eixo, onde estacionou mezes. Depois, emquanto durou a guerra civil, sob as ordens de diversos commandantes, entrou em varios combates e refregas, dando provas de valentia muitos dos seus officiaes e soldados, ficando por lá uns mortos e outros feridos. Serviu em toda a campanha, só depondo as armas, com o resto do exercito realista, em Evora-Monte.

Terminada a guerra, por decreto da regencia de D. Pedro, duque de Bragança, foram extinctas em todo o reino as ordenanças, as milicias e os voluntarios realistas.

Mais tarde, em 1846, Oliveira de Azemeis teve o seu papel na acção que se ergueu em todo o paiz contra o ministerio de Costa Cabral. Houve, effectivamente, n'esta villa um pronunciamento.

Depois de organisada no Porto a Junta provisoria do governo supremo do reino, constituiu-se a de Oliveira de Azemeis, que ficou assim composta: Antonio Rebello Valente Alvares da Silva, José Maria de Sequeira Mello Monterroso, Antonio Bernardo da Costa Pinto, João Evangelista de

Araujo e Mello e Francisco de Lacerda Aranha Mourão e Albuquerque.

Organisou-se aqui, no citado mez, um batalhão de voluntarios nacionaes, tendo por seu commandante Antonio Bernardo da Costa Pinto.

Apenas organisado, marchou o batalhão, por ordem da Junta do Porto, para Villa Nova de Gaya, onde se achavam já outros batalhões nacionaes, e ahi se conservou por quinze dias, e voltando a esta villa, no emtanto que o movimento nacional se havia generalisado por todo o paiz.

Em outubro do mesmo anno, tendo o marechal Saldanha feito em Lisboa uma contra-revolução para suffocar aquelle movimento, reorganisou-se o referido batalhão, sob o mesmo commando, para sustentar a causa popular. Havendo, pouco depois, um movimento realista em Paiva pelas forças commandadas pelo general Macdonald, o batalhão d'esta villa teve ordem de marchar para aquelle ponto, em perseguição do general inglez, e, avançando até S. Thiago de Piães, não o pôde alcançar.

No dia 16 de fevereiro de 1847, entrou n'esta villa o batalhão de caçadores n.º 1 e um esquadrão de lanceiros n.º 2, guarda avançada da divisão com que de Lisboa sahira o duque de Saldanha, para sustentar o governo e rebater as forças do conde das Antas, generalissimo da Junta do Porto. No dia 17 entrou o mesmo marechal, seguido de varios corpos, indo tomar posição avançada em

Arrifana caçadores n.º 1, e em S. João da Madeira infanteria n.º 1 e lanceiros n.º 1. Os demais corpos se aquartelaram n'esta villa, Casa do Côvo, S. Thiago, Cocujães, etc. O quartel general do duque foi na casa de Joaquim Lino Pires, o qual fez então avultadas despezas que muito lhe abalaram os haveres.

Do que se passa dá conta a seguinte carta de Montufar Barreiros dirigida ao conde de Vinhaes [1]:

Oliveira de Azemeis, 19 de fevereiro de 1847. — Presadissimo amigo. — Foi com a maior satisfação que recebi a sua carta de 9 do corrente, á qual vou responder, segundo as indicações do nosso marechal.

Em consequencia da necessidade que temos tido de disseminar forças pela Beira, tem o marechal demorado a sua marcha sobre o Douro, e decerto não occupará a margem esquerda d'esse rio, sem que o Solla reuna ao exercito com a sua brigada. A diminuta força que V. Exc.ª tem tido á sua disposição, por certo que não é para emprehender grandes operações, e muito tem V. Exc.ª feito, conservando essa provincia livre de anarchistas e tendo conseguido acabar com o aventureiro Macdonald.

Não posso, por agora, dizer a V. Exc.ª o dia e a direcção do exercito, visto que está dependente da reunião do Solla ao exercito, e de outros arranjos que só agora se estão fazendo: é por este motivo que o marechal deixa, por agora, V. Exc.ª livre de operar como entender, mas recommenda-lhe muito a organisação dos batalhões de voluntá-

[1] Os papeis de meu pai, por Eduardo Montufar Barreiros, vol. II, pag. 24.

rios, quer moveis, quer fixos, e emquanto ao armamento, assim que estejamos sobre o Douro (que será em Entre-os-Rios), faremos vir de Caminha a quantidade de que possamos dispôr, e lh'o faremos conduzir pelo Douro acima.

O conde do Casal esteve em Ponte do Lima e Ponte da Barca, e alli teve alguns tiroteios com o Antas; mas, pelas noticias de hoje, consta que este entrára hontem, ás 3 horas da tarde, no Porto, com o 1 de infanteria e com alguns feridos; e tambem consta que o conde do Casal se tinha retirado sobre Coura, em direcção a Valença; deixou o castello de Vianna guarnecido com 250 homens, 25 peças de artilheria, muita polvora e bala, mantimentos para um mez e gente decidida.

O Povoas ainda respira; anda jogando as escondidas com o Lapa e tem-nos entretido o Solla.

Emquanto a meios, hoje lhe remetto tres auctorisações sobre os tres administradores dos tabacos em Amarante, Chaves e Mirandella, podendo V. Exc.ª saccar igualmente e tirar todos os dinheiros que houver nos cofres da Regoa e Villa Real, para o que vão duas portarias do duque, como logar-tenente, podendo V. Exc.ª tirar até os fundos dos cofres centraes, e em ultimo apuro, vêr se por Hespanha póde saccar sobre o ministerio da guerra, a trinta dias de vista.

O objectivo que o marechal tinha em V. Exc.ª vir occupar a ponte de Canavezes, entre Amarante e o Douro, era para auxiliar a nossa juncção com o conde de Casal, em Amarante, V. Exc.ª em Canavezes e o duque sobre o Douro, — fosse passar tão alto em Traz-os-Montes, podendo ser anniquilado se tal tentasse; as communicações deverão então ser protegidas pelos voluntarios, tanto mais que essas provincias se acham (felizmente) hoje desembaraçadas de revoltosos.

Não obstante, porém, o que venho de dizer a V. Exc.ª

torno a repetir, que, emquanto não tem logar o nosso estabelecimento sobre o Douro, V. Exc.ª operará livremente e tratará de organisar a provincia como entender, para o que o duque o auctorisa.

O quartel-general está aqui, desde 17; a 4.ª brigada de infanteria e lanceiros n.º 1 occupam S. João da Madeira e Santo Antonio da Arrifana; a 2.ª brigada de infantaria occupa S. Thiago e a 3.ª (artilheria, lanceiros 2 e cavallaria 8), esta villa.

Concluo, depois d'esta longa narração, dizendo-lhe que, no vapor «Porto», que cruzava com a esquadra, sublevou-se a tripulação, prendendo os officiaes e entrando no Douro dando vivas á Junta. Este acontecimento, posto que de pouco peso para guerra, não deixa de ser desagradavel a todos.

Sirva-se V. Exc.ª receber os meus sinceros votos de estima, etc. *Barreiros.*

Assim permaneceram até ao dia 3 de junho do dito anno, marchando então o duque com as suas forças sobre a cidade do Porto [1], de accordo com o exercito hespanhol commandado pelo general Concha, que se lhe approximára pelo lado do norte, sendo o desenlace d'esta campanha a convenção de Gramido.

Perdida a acção de Valle Passos por Sá da Bandeira, e recolhendo-se ao Porto, teve ordem o batalhão de Oliveira de fazer outro tanto, o que,

(1) Ao mesmo tempo, uma divisão hespanhola transpunha a raia, pelo Minho e Traz-os-Montes, sobre o Porto.—*Oliveira Martins, «Portugal contemporaneo».*

effectivamente, fez, e ahi se conservou até á convenção de Gramido, dissolvendo-se então.

Pela interferencia de tres nações da quadrupla alliança, Inglaterra, França e Hespanha, mesquinho fim houveram tamanhos esforços patrioticos!

D'esta villa, onde estabeleceu quartel-general, expediu Saldanha os seguintes documentos, que merecem ficar aqui registrados (1):

Secretaria geral do Logar-Tenente de Sua Magestade a Rainha. Por quanto o partido anarchico-setembrista, conhecedor da sua propria insufficiencia e de que, entregue a seus debeis recursos, desappareceria para sempre da scena politica, conduziu a junta rebelde, que o representa, a procurar nos sectarios da usurpação a força de que carecia para conservar por mais algum tempo a sua malevola existencia, reconhecendo com esse intuito a auctoridade do usurpador pelo publico e escandaloso facto de chamar ás suas fileiras, e reintegrar nos postos, que tinham quando em Evora depozeram as armas, os officiaes promovidos pélo proscripto, com manifesta offensa de todos os principios liberaes: e constando-me, com bastante certeza, que muitos officiaes militares que sempre se mostraram fieis defensores do systema constitucional, não obstante haverem-se, por desgraça ou força de circumstancias, sujeitado á traiçoeira influencia da referida junta, não podem soffrer o opprobrio de se verem obrigados a servir sob a direcção dos chefes das antigas forças do mesmo usurpador: e que teriam vindo submetter-se á Maternal Auctoridade de Sua Magestade a Rainha, se não receassem ser mal acolhidos por seus leaes compatriotas e camaradas: hei por bem fa-

(1) Extractos do «Livro Azul».

zer-lhe saber, em Nome da Mesma Augusta Senhora, e como seu Logar-Tenente n'esta Provincia, que todos os que, estando nas indicadas circumstancias, se me apresentarem, ou a qualquer dos chefes superiores fieis militares, ou civis, dentro do prazo de trinta dias contados de hoje, serão recebidos como irmãos, e se lhes garantirão suas patentes legalmente adquiridas, sem duvida, nem contestação alguma.— Oliveira de Azemeis, 22 de março de 1847.— *Duque de Saldanha.* - Por ordem de S. Exc.ª a fiz expedir. — O conselheiro-secretario. *Frederico Leão Cabreira.*— Está conforme. — *F. L. Cabreira.*

O Marechal Saldanha a Sir Hamilton Seymour

(CONFIDENCIAL)

Oliveira de Azemeis, 25 de março de 1847.

Senhor. — Recebi n'este momento a sua carta de 16 do corrente. Comquanto eu não tenha a honra de ser conhecido de V., tenho a maior confiança no seu caracter. Sendo a minha opinião fundada no que eu tenho ouvido de mais de uma testa coroada, não posso ter a menor difficuldade de tratar de mui boa vontade com V. sobre um objecto, cujo fim é a legitima realeza. Para a sinceridade do que vou escrever, appello para o testemunho do meu velho amigo o coronel Wylde.

Eu me consideraria, realmente, como sendo do caracter mais despresivel, se prolongasse esta guerra terrivel um unico momento mais, que não fosse por necessidade, ou pela influencia de quaesquer outras considerações além d'aquellas da defeza da corôa, da segurança de S. M. F. e da continuação da sua dynastia.

Póde V. propôr os meios de terminar esta contenda, que se não opponham á dignidade do throno, e que ponham fóra de toda a duvida, não só no momento actual, mas no

futuro, a continuação do reinado de S. M. a rainha D. Maria, com aquella independencia inherente a um monarcha constitucional! Se V. póde, e se o consegue, merecerá as bençãos de uma nação inteira, despedaçada pelo odio de alguns individuos degenerados contra a sua benigna soberana.

Se para cumprir um feito tão glorioso, fosse preciso o sacrificio da minha existencia politica, não hesite, senhor. Dou-lhe para isso plenos poderes, tão pouco trabalho por influencia de sentimentos pessoaes ou proprios.

Para empenhar isso, deveria V. estar bem informado da verdadeira situação dos negocios, dos motivos justificados que decidiram S. M. a fazer a mudança da administração que teve logar na noite de 6 de outubro, e da fórma por que foi feita essa mudança. A minha correspondencia com o coronel Wylde habilitará a V. a formar o seu juizo, e póde fiar-se na exactidão d'ella.

Desejo que a minha resposta á sua carta lhe chegue quanto antes. Acrescentarei unicamente que os chefes no Porto já decidiram ha muito tempo que era preciso obrigar a Rainha a sahir do paiz.

Passos Manoel, elle mesmo, assegurou a um distincto estrangeiro, que ultimamente esteve com elle no Porto, que estava encarregado por D. Miguel de preparar uma nova constituição, convidando-o, ao mesmo tempo, a ser um dos seus ministros. Pelo ultimo paquete receberam cada um dos irmãos Passos uma carta de D. Miguel. — Tenho, etc. — *Duque de Saldanha.*

CAPITULO VII

PAÇOS MUNICIPAES

A provisão, que vamos transcrever, prova que em 1831 se pensava já na construcção de um edificio para os paços do concelho.

Essa provisão do Tribunal do Desembargo manda desannexar o *real* que corria n'este concelho para as obras da barra de Aveiro, a fim de com elle se construir o edificio.

É assim concebido:

«DOM MIGUEL, POR GRAÇA DE DEUS, REI DE PORTUGAL E DOS ALGARVES, D'ÁQUEM E D'ALÉM MAR EM AFRICA, SENHOR DA GUINÉ E DA CONQUISTA, NAVEGAÇÃO, COMMERCIO DA ETHIOPIA, ARABIA, PERSIA E DA INDIA, ETC. Faço saber, que representando-me a camara da villa de Oliveira de Azemeis a necessidade que tinha de concluir algumas obras, que até agora por fatalidade,

ainda se não tinham effectuado, apesar das reiteradas supplicas, como eram a do Paço do Concelho da mesma villa, no qual se devia comprehender a Casa da Camara, Casa da Audiencia e Casa da Apresentadoria, com uma cadeia contigua, por estar servindo de Casa de Camara uma casa particular, de que se pagavam pelos rendimentos do concelho consideraveis rendas annuaes, sem que tivesse as precisas commodidades, e igualmente servia de cadeia outra casa particular, muito pequena e em má localidade, sujeita a repetidos arrombamentos, de sorte que, quando havia algum preso de maior circumstancia, era remettido para a cadeia da cabeça da comarca, e que, tendo os povos do concelho e villa de Ovar alcançado a applicação do real que pagavam para a barra de Aveiro, para as obras que indicaram as do seu concelho, eram identicas ás d'aquelle e suas precisões de muito maior urgencia, porém, que, se não fosse possivel igual concessão, me pedia um outro meio pouco oneroso, que era a concessão de um real em cada quartilho de vinho e arratel de carne fresca que se vendessem n'aquelle concelho e no Couto de Cocujães, e vista sua representação, as informações que a este respeito sê houveram do corregedor da comarca da Villa da Feira e superintendencia das obras da barra de Aveiro, com audiencia das respectivas camaras, nobreza e povos, sobre o que mandei ouvir o procurador da minha real corôa, e verificar-se que as obras apontadas são de uma justificada necessidade e utilidade, conforme os apontamentos especificados no auto de vistoria que com esta vão por cópia, orçadas na quantia de oitocentos e trinta mil réis, mas que em praça não tiveram lanço menor de oitocentos e quarenta mil réis, offerecido por José da Costa Naia. Tendo a tudo consideração e ao mais que me foi presente em consulta da meza do meu desembargo do Paço: Hei por bem conceder a necessaria faculdade para que se possa fazer a obra da cadeia de que se trata, applicando-se a esse

fim o real imposto na carne e vinho que se vender aquartilhado, com que a villa e concelho de Oliveira de Azemeis concorriam annualmente, para as obras da barra de Aveiro, que desde já em diante será applicado para as obras da nova cadeia e emquanto esta se não ultimar; a camara supplicante exercerá effectiva diligencia, não só na boa segura arrematação e cobrança d'este imposto, mas igualmente na fiscalisação d'esta obra, dando annualmente conta pela meza do meu desembargo do Paço, para subir á minha real presença, como as notas que lhe parecerem justas, cumprindo-se esta provisão, como n'ella se contém, registrando-se aonde tocar e valerá, posto que seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da ordenação em contrario. — El-Rei Nosso Senhor o mandou pelos ministros abaixos assignados do seu conselho e seus desembargadores do Paço. — *Joaquim Pedro de Miranda* a fez em Lisboa a 3 de agosto de 1831. — *Pedro Norberto de Souza Padilha Seixas* a fez escrever. — *José Joaquim Rodrigues de Basto, José Antonio da Silva Pedrosa, Antonio Gomes Ribeiro.*»

Tendo a camara feito a acquisição de um predio pertencente ao monteiro-mór Manoel Antonio Mendes, d'esta villa, teve seu principio a obra dos paços do concelho, n'este mesmo local, em dezembro de 1844.

A alvenaria e a esquadria foram por conta do municipio até maio de 1846, sendo então suspensos os trabalhos d'este edificio por causa de acontecimentos politicos. Continuando depois a obra por arrematação, em janeiro de 1850 a administração e camara passaram a funccionar alli, bem como, em janeiro de 1851, o tribunal judiciario. Por diploma

de 21 de dezembro de 1844, foi nomeado pela camara José Antonio Barbosa da Rocha para administrador da obra.

Este edificio tem quatro faces, de tres andares em duas d'ellas, e de dois em outras duas, por ser desnivelado o sólo em que assenta.

No topo do alçado principal avultam as armas do reino e por cima d'ellas um mastro offerecido á camara, no qual é actualmente içada uma ampla bandeira nacional, offerecida á municipalidade por um grupo de senhoras oliveirenses, no dia da inauguração solemne do abastecimento de agua na villa, 1 de dezembro de 1907.

Quem entra pelo sul na villa recebe agradavel impressão ao vêr este edificio, collocado, por assim dizer, no coração da mesma, entre duas linhas, que podem tirar-se, uma seguindo a direcção da estrada real e outra a praça José da Costa.

Além de conter a sala das sessões da camara municipal e respectiva secretaria, alli estão installados o tribunal judicial, a administração do concelho e a conservatoria. No pavimento inferior existem as prisões e a habitação do carcereiro.

Na época em que aqui esteve juiz de direito da comarca o dr. Camillo Aureliano fizeram-se melhoramentos importantes, por ordem sua, na sala do tribunal. Alçou-se uma tribuna de tres degraus e n'ella se collocou a cadeira do juiz, sobranceira á qual está patente o retrato de el-rei D. Pedro V,

encimado por uma sanefa dourada, d'onde pende um cortinado de sêda carmezim. Fez-se um supedaneo, á direita, para a collocação da cadeira do agente do Ministerio Publico, e, do lado esquerdo, tem o seu assento o contador do juizo. Construiram-se duas bancadas, uma para os advogados, outra para os jurados. Tambem se fez uma teia de balaustrada, que separa este recinto dos espectadores, para os quaes se fizeram bancos. N'esta occasião igualmente se construiu o gabinete do juiz, e se proporcionou a sala para as conferencias dos jurados. Em 1908 foi o tribunal dotado com novos moveis, por iniciativa do juiz, dr. Correia Lemos, e do delegado, dr. Carvalho Mégre.

Em agosto de 1867 o presidente da camara mandou, na sala das suas sessões, levantar um estrado para sobre elle se collocarem as cadeiras da vereação, sendo estas reformadas, e bem assim dividil-a, com uma balaustrada, da parte destinada ao publico. Sobreposto o retrato da rainha D. Maria II á cadeira presidencial, foi depois substituido pelo do rei D. Luiz I que hoje ahi se vê, sob um cortinado ou docel de sêda encarnada.

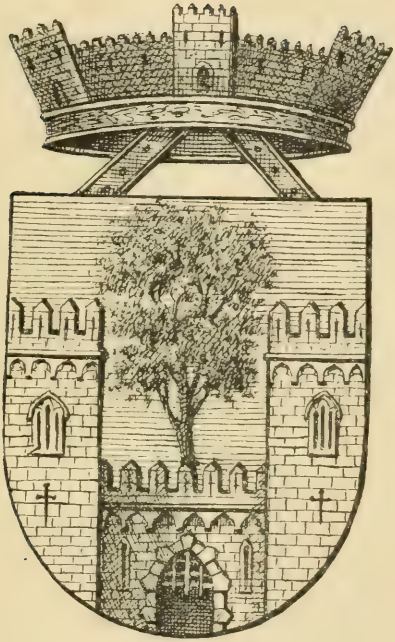
Avultam nas paredes da sala os retratos do dr. José Lopes Godinho de Figueiredo, que com os seus distinctos talentos tanto illustrou a presidencia da camara de Oliveira de Azemeis, e o de Antonio Bernardo da Costa Pinto, que foi um devotadissimo servidor dos interesses d'esta terra.

O Largo Municipal, fronteiro aos Paços do Concelho, foi, em 1908, transformado e melhorado, a expensas do benemerito conde de S. Thiago de Lobão, e segundo um plano elaborado pelo distincto director dos jardins municipaes do Porto, Jeronymo Monteiro da Costa. O pavimento foi regularisado, revestido a mosaico, com pedra branca e preta de Paço de Arcos, cingido de guias de cantaria, collocados elegantes bancos, iguaes aos das praças e jardins de Lisboa e Porto, guarnecido de lampeões com o seu gazogenio de acetylenio e de novo arborisado com especies apropriadas, de folha caduca.

Este apreciavel melhoramento mereceu o louvor official constante da seguinte portaria:

«S. M, el-rei, a quem foram presentes as informações officiaes ácerca do benemerito procedimento do conde de S. Thiago de Lobão, que, manifestando mais uma vez o seu generoso interesse pelos progressos da villa de Oliveira de Azemeis, tem melhorado á sua custa o pavimento, arborisação e illuminação do largo Municipal da mesma villa: ha por bem determinar que, em seu real nome, sejam conferidos pelo governador civil do districto de Aveiro ao mencionado titular os merecidos louvores por este valioso serviço, de grande utilidade publica. — Paço, em 7 de outubro de 1908.—*Francisco Joaquim Ferreira do Amaral.*

Tem aqui cabimento occuparmo-nos de outro assumpto que diz respeito á villa: o seu escudo heraldico.»



BRAZÃO

DE

OLIVEIRA DE AZEMEIS

Oliveira de Azemeis ostenta como brazão de armas: «Corôa mural, tendo pendente por correias «um escudo de fórma portugueza e n'elle, em «campo azul, uma oliveira de sua côr, enraizada «sobre a porta de uma muralha ameiada, de pra«ta, lavrada de preto e ladeada de duas torres de «fortaleza, do mesmo metal e côr.»

Não era, por certo, este o brazão de que devia fazer uso a villa. No actual, ha muito de phantasia.

Estando Oliveira de Azemeis, como está, situada dentro dos limites da vasta região ou *Cividade de Santa Maria* [1], como já em outro logar ficou dito, cumpria-lhe indubitavelmente ostentar um brazão identico ás demais povoações assentes na referida região, ou *terras*. Este seria necessariamente o seguinte: «Corôa mural. Escudo portu«guez suspenso d'ella por correias, e n'elle, em cam«po azul, sobre uma porta da muralha ameiada, de «prata, lavrada de preto e ladeada de duas torres «de fortaleza, do mesmo metal e côr, a imagem de «Nossa Senhora de Vendôma, vestida de manto «azul e tunica vermelha e coroada de corôa antiga «de ouro, tendo na mão direita um sceptro de ouro «e na esquerda o Menino Jesus egualmente coroa-

(1) A errada traducção d'este termo *Cividade* por *Cidade* deu logar á disparatada opinião de que outr'ora existiu em Arrifana uma Cidade com o nome de Santa Maria. *Cividade* e *Cidade* são coisas distinctas.

«do, vestido de vermelho e com uma pomba de «oiro de azas abertas, entre as mãos. Em chefe, a «legenda VILLA OLIVARIA em lettras gothicas de «oiro.»

Que outro brazão mais designativo da sua antiguidade, nobreza e esforços poderia ter esta villa senão este, que tem a sua origem no seculo x? Não será o acima descripto, symbolico de tudo isto? E não lhe pertence elle, com toda a razão e direito?

CAPITULO VIII

COMARCA DE OLIVEIRA DE AZEMEIS

Como já vimos, depois de ter pertencido por muitos annos ao julgado da Villa da Feira, gosou esta freguezia dos foros de villa por alvará de 5 de janeiro de 1799, a instancias do monteiro-mór Antonio José Basto, honrado negociante, que, nascido em Basto, aqui veio estabelecer-se e aqui morreu, com 93 annos, deixando numerosa descendencia.

Foi despachado para crear a villa o bacharel Victorino José Cerveira Botelho do Amaral por alvará de 12 de julho de 1800, o qual, de Linhares, onde se achava corregedor, veio tomar posse em 6 de agosto do dito anno, sendo o seu primeiro juiz de fóra.

O 2.º juiz de fóra d'esta villa foi Izidoro Antonio do Amaral Semblano. Foi despachado por

decreto de 10 de fevereiro de 1803. Tomou posse a 31 de agosto do mesmo anno.

3.º — Francisco de Serpa Saraiva Alves Machado. Tomou posse a 7 de outubro de 1806.

4.º — Bernardo Augusto Vieira de Serpa. Tomou posse a 26 de agosto de 1811.

5.º — Manoel Alvares de Souza. Tomou posse a 6 de julho de 1816.

6.º — Joaquim José de Almeida Pereira. Tomou posse a 7 de julho de 1820.

7.º — Manoel Maria Souto e Silva. Tomou posse a 3 de dezembro de 1823.

8.º — Jeronymo Osorio Cabral. Tomou posse a 14 de dezembro de 1826.

9.º — Manoel Fortunato Rodrigues Branco. Tomou posse a 20 de agosto de 1829.

10.º — Sebastião Botelho Machado Corrêa de Queiroz. Tomou posse a 4 de janeiro de 1833.

11.º — José Maria de Souza Oliveira. Tomou posse a 14 de janeiro de 1833.

12.º — Antonio Fernandes Alvares Fortuna. Tomou posse em 15 de setembro de 1834. Foi este o ultimo magistrado com a denominação de juiz de fóra.

Foi creada comarca n'esta villa em 1835. Compõe-se, em conformidade do decreto de 23 de dezembro de 1875, dos julgados de Castellões, Cocujães, Oliveira de Azemeis, Pinheiro e S. João da Madeira.

Eis a série dos juizes de direito:

1.º — João Bernardo França Pereira de Castro. Pelos juizes ordinarios que lhe succederam, ficou interrompida esta série, e depois continuou.

2.º — José Caldeira Pinto de Albuquerque Leitão.

3.º — Antonio José Tunes Dureins.

4.º — José Maria da Silva Pinto. Tendo sempre exercido a magistratura com honra e desinteresse em Castello de Vide, como juiz de fóra, em Vianna, como auditor, em Lisboa, como juiz do crime, em Aveiro e Idanha, como juiz de direito, foi despachado para esta villa, e veio tomar posse em 26 de outubro de 1846. Em 26 de novembro de 1850 aqui falleceu de uma apoplexia fulminante, e aqui foi sepultado, depois de 25 annos de serviço na magistratura, e no momento de ser despachado para juiz de direito de Moncorvo.

5.º — João Barbosa da Fonseca Alvares Pereira. Morreu desembargador da Relação do Porto.

6.º — Camillo Aureliano da Silva e Souza, fidalgo cavalleiro da casa real, commendador da Ordem da Conceição. Tomou posse a 18 de setembro de 1856.

7.º — Francisco Pinto dos Reis Mascarenhas. Tomou posse em 21 de maio de 1858.

8.º — Carlos Vieira da Motta, fidalgo cavalleiro da casa real, commendador da Ordem da Concei-

ção. Tomou posse em 20 de fevereiro de 1861. Morreu juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

9.º — Luiz Guilherme Peres Furtado Galvão. Tomou posse em 31 de dezembro de 1862.

10.º — Conselheiro Eduardo de Serpa Pimentel. Hoje juiz do Supremo Tribunal de Justiça e par do reino. Foi por esforços d'este illustre magistrado que se creou aqui o tribunal do commercio. Tomou posse em 8 de junho de 1868.

11.º — José de Abreu Bacellar Cardoso Moniz Castello Branco. Tomou posse em 9 de novembro de 1874.

Passou esta comarca á 1.ª classe em 1876.

12.º — José Guilherme da Costa Lira. Tomou posse em 15 de janeiro de 1877. Aqui falleceu e está sepultado.

13.º — Conselheiro João Candido Furtado de Antas, commendador da Ordem de Christo. Tomou posse em 3 de dezembro de 1878. Morreu juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

14.º — José Maria de Lemos Almeida Valente. Tomou posse em 13 de maio de 1885.

15.º — Joaquim Antonio Coelho da Rocha. Tomou posse em 15 de junho de 1889. Hoje juiz da Relação do Porto.

16.º — Manoel José Dias Salgado e Carneiro. Tomou posse em 31 de julho de 1895. Como o anterior, hoje juiz da Relação do Porto.

17.º — Camillo de Araujo Fonseca. Tomou posse em 12 de janeiro de 1901.

18.º — Augusto da Costa Russell Cortez. Tomou posse em 1 de outubro de 1901.

19.º — Francisco Correia de Lemos. Tomou posse em 12 de agosto de 1905.

CAPITULO IX

MATRIZ E CAPELLAS DE OLIVEIRA DE AZEMEIS

Como já vimos, em documentos do seculo x apparece referencia a uma igreja de S. Miguel na *Villa Ulivaria* [1] e no seculo XIII menciona-se a freguezia de *Sam Miguel dulineira* [2].

Fica assim demonstrada a antiguidade d'esta freguezia.

Sobre a antiguidade da sua igreja matriz, escreveu o visconde de Santa Maria da Arrifana:

«Nos arrabaldes ou igreja da Ribeira de Porto de Carro, e sitio de Santardão, existe uma leira de terra, cujo nome primitivo foi da *Sargueinha* e se chamou depois da *Igrejinha*, onde constava, por tradição, que existira a pri-

(1) «Portugaliæ Monumenta Historica» vol. I, n.º 25.
(2) Inquirição de 1288, liv. IV de D. Diniz.

meira igreja d'esta freguezia, segundo se deprehende do Tombo da Commenda d'esta mesma. A tradição igualmente nos diz que a segunda estivera em S. Miguel de Lações, logar d'esta freguezia.

Não podemos apurar se esta igreja, já então sob a invocação do Archanjo, que hoje tem, communicou o seu nome a tal sitio, ou se do nome do sitio adquiriu o que tem a que hoje existe. A terceira esteve no sitio ainda hoje denominada a *Igreja Velha*, e ainda ahi se acha um campo isolado, que é passal do parocho, encravado em meio de terrenos d'outros donos, o que é um indicio, que fortifica a tradição. Ácerca da quarta, não é só a tradição que nos guia: guia-nos tambem um documento escripto, cuja veracidade não póde ser contestada. Foi no mesmo local, sobre as suas ruinas, que se erigiu a que ora vemos, e que vem a ser a quinta.

A nossa opinião sobre tantos templos, e em tão differentes logares, é que muitas povoações, pela sua pequenez nos seus principios, tinham igrejas proporcionadas, como nos dizem ácerca da de S. Miguel de Lações; e que depois, augmentando-se, assim os seus templos, que, d'antes, eram do tamanho de capellas.»

O terreno para a fundação d'estas duas ultimas igrejas fôra dado, segundo consta, pela casa dos Sequeiras, familia illustre, que aqui existiu, e que a Nobiliarchia Portugueza faz descendentes de D. Martinho d'Anaya, cavalleiro principal do tempo do conde D. Henrique. É verosimil aquella tradição, porque esta familia possuia bens contiguos ao adro; assim como consta que os seus alicerces foram mui profundos e feitos sobre estacaria de pinheiro, por causa da natureza do terreno.

Não se conseguiu ainda determinar a data da sua fundação. Na base da cruz, que avulta entre as escadarias do adro, lê-se: «HANC BENEDICTAM CRUCEM BACHALASCUS PETRUS SOARES DOS REIS ANNO DOMINI 1702 ERIGERE JUSSIT.»

Suppunhamos — diz o visconde de Santa Maria da Arrifana — que ella fosse coéva da presente igreja, e fundavamo-nos em razões de probabilidade; mas, á força de diligencias, vimos a conhecer nosso engano, e que esta cruz alli fôra plantada ainda no tempo da igreja precedente. Esclareceu-nos sobre isto um capitulo das visitações, que a esta freguezia faziam os prelados diocesanos, ou seus delegados; e na de 15 de agosto de 1719 encontramos:

«Como o zêlo dos freguezes tem dado principio a nova igreja, mando que com a brevidade possivel a continuem, porque a mim me informaram que a velha estava menos segura e ameaçava ruina.»

Foi isto no tempo do reitor Alberto Pinheiro de Mariz.

Por nenhuma outra visitação antecedente fallar d'esta obra, quando ellas tinham logar quasi todos os annos, assentamos que foi n'este mesmo anno que ella foi principiada. Em 1721, já o visitador foi vêr a nova capella-mór. Na visitação de 1725 fallava-se em que as madeiras e mais materiaes estavam promptos para se armar a igreja, e davam-se ordens a este respeito. E foi em 1726, que, applicando-se certa condemnação para as obras da mesma, se menciona que o adro já estava benzido; e é quando julgamos que findaria a obra principiada em 1719.

Deve ficar registrada n'este logar a seguinte provisão que alcançaram o juiz, parocho e mora-

dores d'esta villa de Oliveira de Azemeis, concedendo-lhes um imposto especial para o reparo da igreja:

«DOM JOÃO, POR GRAÇA DE DEUS, PRINCIPE REGENTE DE PORTUGAL E DOS ALGARVES, D'ÁQUEM E D'ALÉM MAR EM AFRICA, DA GUINÉ, ETC.

Faço saber que o juiz, parocho e moradores da freguezia de Oliveira de Azemeis me representaram, que, alcançando a graça que eu fôra servido conceder-lhes da imposição de um real em cada arratel de carne e quartilho de vinho que se vendessem na mesma freguezia por tempo de cinco annos para se refazer e reparar a igreja, e como a dita imposição nos cinco annos porque foi concedida rendera 1:217$500 réis, e a arrematação da obra fôra por réis 2:825$000, me supplicaram novamente para se lhe conceder a mesma imposição pelo tempo de oito annos, que seriam necessarios para inteirar o preço da arrematação, segundo o producto de cada um dos annos passados, como tudo se deixava vêr do documento extrahido dos autos de arrematação das mesmas obras. Ao que attendendo e a informação a que mandei proceder pelo provedor da comarca de Aveiro ao dito respeito, com audiencia dos recorrentes e mais povo da dita villa de Oliveira de Azemeis, e por se verificar a necessidade da dita obra e por faltar ainda para preencher o preço da arrematação de 1:607$500 réis;

Tendo a tudo consideração e a resposta do procurador da minha real corôa, que foi ouvido e não teve duvida:

Hei por bem que por tempo de mais seis annos possa continuar a imposição de um real em arratel de carne e quartilho de vinho que se vender na referida villa de Oliveira de Azemeis, para complemento das obras de que se trata. E mando que se cumpra e guarde esta provisão como

n'ella inteiramente se contém, que se trasladará nos livros da respectiva camara e aonde mais necessario fôr, e valerá, posto que seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da ordenação do livro 2.º, titulo 40 em contrario. Pagaram de novo direitos 540 réis que se carregaram ao Thesouro d'elles a folhas 116 do livro 36 da sua receita e registou o conhecimento em fórma no livro de 72 do registo geral a folhas de 73 verso. O Principe Nosso Senhor o mandou pelos ministros abaixo assignados do seu conselho e seu desembargador do Paço. — *Joaquim Pedro de Miranda* a fez em Lisboa a 13 de março de 1806.»

A igreja actual foi restaurada á custa do governo, por esforços do nosso illustre conterraneo, o par do reino José da Costa Souza Pinto Basto, a quem Oliveira de Azemeis deve os mais assignalados beneficios, principiando as obras em 9 de junho de 1863 e concluindo em 4 de março de 1865, sendo dirigidas pelo distincto engenheiro Eduardo Augusto Falcão.

Estucou-se-lhe o tecto, foi reformada e dourada a talha da tribuna e mais accessorios do altar-mór, concertado o telhado, rebocadas as paredes, renovado o lageado da capella-mór com pedra lavrada e enxadrezada, novo soalho e balaustrada e reformado o côro.

O digno par do reino José da Costa conseguiu do governo o donativo de alguns contos de réis para taes obras. Dispenderam-se 8:702$610 réis.

Ficou um templo de regulares proporções, com

duas torres, avultando sobre a porta principal uma estatua de S. Miguel, em pedra de Ançã.

O retabulo do altar-mór representa a Resurreição de Christo e foi pintado por João Marques da Silva Oliveira, professor da Academia Portuense de Bellas-Artes.

A imagem do Crucificado, que existe em um dos altares, é um primor de esculptura.

Tem recebido a igreja matriz de Oliveira de Azemeis importantes donativos:

Manoel Ferreira da Costa, do logar de Cidacos, fallecido na Bahia em 4 de novembro de 1869, legou á igreja a quantia de 400$000 réis fracos, que produziu 125$696 réis fortes.

Bento José da Silva Guimarães legou á igreja a quantia de 50$000 réis.

D. Rita Margarida da Costa Valente deixou em seu testamento a quantia de 100$000 réis para adorno e conservação do altar da Senhora das Dôres, a qual importancia foi convertida em inscripções pela junta de parochia.

José Antonio Marques Nunes, d'esta villa, capitalista e commerciante no Rio de Janeiro, onde falleceu, legou em seu testamento á igreja a quantia de 2:000$000, moeda brazileira, cujo saque, deduzidas as despezas com o mesmo, produziu réis 564$500 fortes.

Avulta, porém, entre todos um grandioso orgão offerecido, em 1905, por dois benemeritos por-

tuenses, D. Thereza de Jesus Gomes Pinto de Oliveira e seu marido Miguel Joaquim Gomes Pinto, que á sua custa tambem mandaram restaurar o côro e respectiva escadaria, dispendendo cerca de 2:000$000 réis. O orgão foi construido em Braga, por Antonio José Claro.

Em 1906, um generoso portuense, residente em S. Paulo, Brazil, amigo da familia Carqueja, Antonio Alfredo Vaz Cerquinho, offereceu á junta de parochia um magnifico relogio, de fabricação franceza, juntamente com tres sinos, o maior dos quaes pesa 365 kilos. Procedeu ao assentamento o relojoeiro Evaristo de Vasconcellos, do Porto. Custou 880$000 réis.

Francisco José Ferreira Alegria fez reparar e dourar a expensas suas os dois altares do Coração de Jesus e S. José, os quaes, concluidos, importaram em 588$620 réis.

D. Joanna Augusta de Castro Brandão tem-se salientado em dispendiosos beneficios á igreja.

Vamos dar noticia dos parochos que tem havido n'esta freguezia:

No anno de 1518, foi erecta esta freguezia em Commenda Real, como já dissémos, por bulla do papa Leão x, que começa: «Romani Pontifici».

Antes d'este anno, ou pouco depois era abbadia, segundo a tradição dos naturaes [1], e o confirma-

[1] Conforme o assevera o dr. Manoel Oliveira Ferreira nos seus apontamentos.

va o producto de quasi tres mil cruzados, que resultavam de seus dizimos.

Tambem obteve o nome de vigairaria, apresentada já pelos religiosos de S. Bento do Couto de Cocujães, como consta do Livro Censual da mitra do Porto.

Com maior proeminencia, o de reitoria, quando provida em concurso synodal. No anno de 1520, por força da bulla leonina, houve processo authentico, feito por D. João, bispo de Tarja, e se consignou congrua porção aos futuros reitores, sendo ainda vivo o ultimo abbade, por cuja cessão ou morte havia de obter a bulla de Leão x a sua devida execução.

O rev. Antonio Gonçalves, o primeiro de que se acha noticia, foi abbade de S. Miguel de Oliveira de Azemeis e suas annexas, pelos annos de 1540 até 1582. Suas annexas, n'aquelle tempo, eram S. Thiago de Riba d'Ul, S. Martinho de Cocujães, S. Pedro de Villa Chã (hoje S. Roque) [1].

A proposito d'este parocho, escreve o visconde de Santa Maria da Arrifana:

Além d'isto, sendo clerigo secular, era tambem abbade perpetuo do mosteiro de Cocujães, até que, reformando-se todos os mosteiros benedictinos e ordenando o papa

[1] Ha quem negue esta ultima asserção, fundado em D. Rodrigo da Cunha.

que tambem o abbade de Cocujães, a quem conservou o titulo, professase, álias demittisse o beneficio regular, professou, chamando-se, d'ahi em diante, fr. Antonio Gonçalves; e passou ao convento todo o direito que tinha na igreja de Oliveira, a qual apresentava o dito convento no anno de 1542, como consta do Livro Censual da Sé Cathedral do Porto, feito n'esse anno, de ordem do bispo D. Balthazar Limpo, pag. 4, (livro em que a igreja de Oliveira é taxada em 45 libras) e pelos annos seguintes revogou a translação do direito da igreja de Oliveira, e o transferiu nas religiosas de S. Bento do Porto, que a apresentava desde o anno de 1582, em que confirma o papa Gregorio XIII, pela bulla «Regimini», que se acha na Camara Ecclesiastica da cidade do Porto, e o prova a «Benedictina Lusitana» tom. 2.º cap. 13.

Declara a dita bulla gregoriana que, transferindo o mencionado Antonio Gonçalves nas freiras a igreja de Oliveira e suas annexas, ficára sendo reitor de Cocujães, cuja annexa então passou a reitoria, e pouco depois se intitulou *vigairaria,* respeito a regular administração. Sobrevindo demandas pelo obito d'este parocho, já abbade, já reitor, já vigario, entre os frades e as freiras, so findaram com um contrato amigavel, que entre si fizeram, de comerem os frades a renda conforme a repartição da terça do dito Antonio Gonçalves, e apresentarem as freiras a igreja de Oliveira, o que assignaram em escriptura publica, em 15 de outubro de 1616, onde exprime «o padroado de Oliveira e suas annexas.» Assignaram este ajuste fr. Antonio dos Reis, geral dos Bentos, fr. Bento de Lacerda, abbade de Cocujães, e soror Anna Brites Ferraz, abbadessa de S. Bento, do Porto [1].

[1] Na Camara Ecclesiastica do Porto lêmos n'um processo cópia d'este contrato — Maço 4.º.

Succederam-lhe depois os seguintes reitores:

Domingos Brandão, que foi o primeiro, que renunciou.

Braz de Figueiredo. Tomou posse no anno de 1590.

Sebastião de Figueiredo. No anno de 1621.

Manoel Ribeiro. No anno de 1623.

Francisco da Costa, familiar de D. João de Valladares, bispo do Porto. No anno de 1632.

Antonio Mendes. No anno de 1636.

Ignacio de Souza Murrão, de Miragaya, no Porto, o qual renunciou. Tomou posse no anno de 1649. Fez observar as Constituições; atiraram-lhe um tiro os rebeldes.

Domingos Pinheiro Mariz. Primeiramente foi cura da annexa de Riba Ul. Tomou posse no anno de 1672, e renunciou em seu sobrinho. Por 1672, o visitador Mathias Monteiro da Vide impôz excommunhão por dois mezes aos mordomos da confraria d'esta igreja; mas o bispo do Porto mandou informar da causa d'essa excommunhão e por fim os obrigou a irem á sua presença para darem desculpa, pagando cada um 50 cruzados, declarando que, não cumprindo, «os mandarei prender e virão presos á sua custa pelo meirinho e mais officiaes que para isso lhes deputarmos» (1).

(1) Vide documentos citados, na Camara Ecclesiastica do Porto.

Alberto Pinheiro Mariz. Tomou posse no anno de 1717. Não renunciou.

Doutor Manoel de Oliveira Ferreira, (no convento fr. Manoel de Jesus Oliveira, religioso professo da Ordem Terceira da Penitencia), natural da cidade do Porto. Tomou posse em 23 de janeiro de 1742, resignou o beneficio em 1777 e ainda vivia em 1812. Era doutor nos Sagrados Canones pela Universidade de Coimbra, oppositor ás cadeiras da sua faculdade, protonotario apostolico, commissario do Santo Officio, reitor de S. Miguel de Oliveira de Azemeis, parocho principal de S. Thiago de Riba d'Ul, academico erudito da Real Academia Medico-Portopolitana e chronista geral da Veneravel Ordem Terceira Serafica, etc.

Mas não foi sómente por tantos titulos honorificos — diz o visconde de Santa Maria de Arrifana — que nobilitou a cadeira parochial d'esta freguezia, foi tambem, e ainda mais por sua vasta erudição; pois bem nol-o dão a vêr cento e onze producções do seu engenho abalisado, impressas ou manuscriptas cujos titulos vimos: e o que mais é sobre tão diversas materias, como: historia, theologia, philosophia, jurisprudencia, poesia, grammatica, rhetorica, etc., etc., sendo a maior parte em latim. Bem pequena parece uma vida inteira para taes elaborações do espirito.

Merecem particular menção a sua «Verdadeira Lancobriga, no logar de Lações da freguezia de Oliveira de Azemeis» e o seu «Juizo historico, theologico, philosophico, mathematico, medico, cirurgico e juridico, sobre o prodigio de um menino, que nasceu com corôa na cabeça, na freguezia de Oliveira de Azemeis, no anno de 1738», em

oito capitulos. D'estas obras só vimos os titulos; ambas manuscriptas.

Foi este homem, pois, um são thesouro para esta terra, á qual attribuiu uma origem tão nobre; homem, a quem os seus censores, no seu «Compendio geral da Historia da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco», chamavam o «doutor insigne, o cherubim da Lusitania».

A fr. Manoel de Jesus Oliveira foi concedida por breve do papa Pio VI, com beneplacito outhorgado por diploma de 2 de maio de 1777, uma pensão annual que reservou do rendimento da igreja de Oliveira.

Domingos Ferreira da Rocha, bacharel formado na faculdade dos Sagrados Canones pela Universidade de Coimbra. Já era reitor n'esta freguezia em 1778. Falleceu em 14 de fevereiro de 1811.

José Alves de Oliveira. Apresentado pela D. abbadessa de S. Bento do Porto, julgada a reitoria padroado *in totum*. Tomou posse em 25 de fevereiro de 1812.

Pedro Celestino Ferreira Pacheco, frade grillo; apresentado pela D. abbadessa de S. Bento, *in solidum*. Tomou posse em 29 de janeiro de 1830. Em o 1.º de maio de 1834, aproximando-se as tropas constitucionaes d'esta villa, receioso d'algum risco, abandonou a sua igreja, e refugiou-se na sua patria, deixando por cura o rev. Joaquim Francisco Soares, que serviu até 12 de maio do mesmo anno.

Joaquim Ribeiro de Castro, parocho encommendado, que foi apresentado n'esta igreja por D.

Manoel de Santa Ignez, prior do convento da Formiga, bispo eleito do Porto, pelo imperador duque de Bragança e que se retirou em agosto de 1840.

Houve então um scisma em grande parte do clero e dos fieis d'esta diocese (bem como em outros, pelo mesmo motivo) por se negar a jurisdicção canonica ao bispo D. fr. Manoel de Santa Ignez, achando-se ainda vivo e tambem homisiado o legitimo prelado; conseguintemente, foi negada a legitimidade, nos casos de jurisdicção, ao encommendado Joaquim Ribeiro de Castro. Restabelecidas, porém, as coisas religiosas, voltou o reitor Pedro Celestino á sua parochia, em setembro de 1849, continuando a administral-a, e aqui falleceu em 5 de março de 1856.

Depois do seu finamento, ficou encommendado o rev. João José Correia dos Santos, d'esta villa, deixando a igreja em 13 de outubro do mesmo anno.

Antonio de Souza Carqueja, reitor collado; tomou posse no mesmo dia e anno acima, e parochiou até 18 de novembro de 1857; ficando encommendado, depois da sua morte, o já referido padre Joaquim Francisco Soares.

João José Correia dos Santos. Depois de concurso feito em 25 e 26 de fevereiro de 1868, foi despachado em 18 de maio do mesmo anno, e collado, n'esta freguezia com o titulo de abbade em

15 de setembro do dito anno. Tomou posse em 20 do mencionado mez e anno. Foi vigario da vara. Falleceu em 17 de junho de 1889. Exerceram depois demorada encommendação os revs. João Antonio da Rocha, Manoel da Silva dos Anjos Junior, Antonio Joaquim de Oliveira, Serafim Moreira de Sá Couto e Manoel Moreira dos Santos.

Serafim Moreira de Sá Couto, natural da freguezia de S. Martinho de Bougado, concelho de Santo Thyrso. Foi apresentado parocho por decreto de 10 de julho de 1900 e recebeu a collação canonica em 11 de outubro do mesmo anno, tomando posse em 30 de outubro.

As capellas existentes em Oliveira de Azemeis são as seguintes:

Publicas—A de *Nossa Senhora de La Salette.*

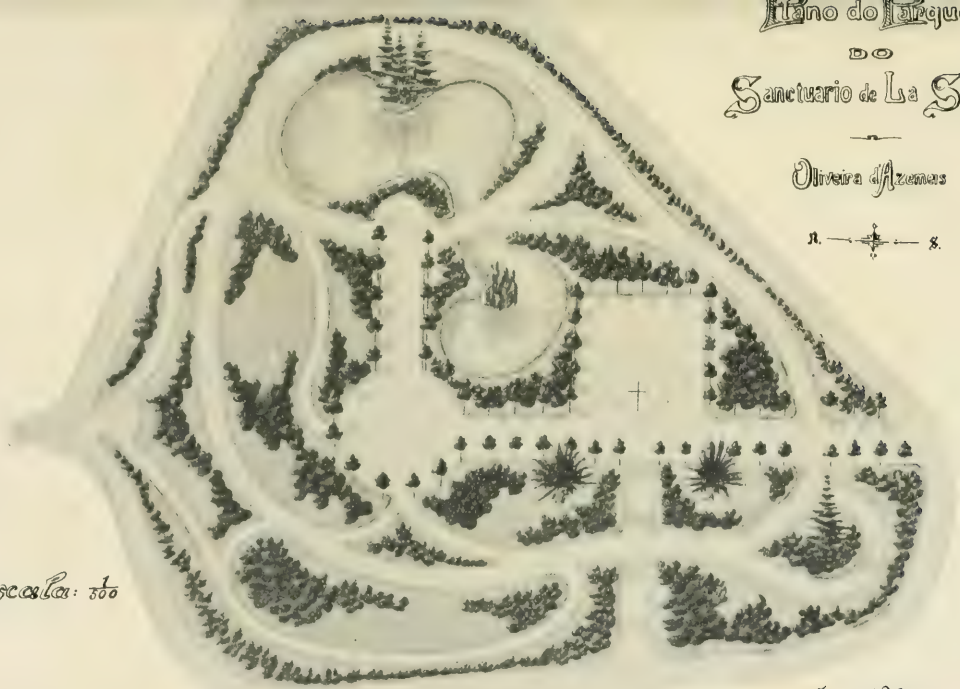
Em 1870, assolando o paiz uma temerosa sêcca, lembraram-se os habitantes de Oliveira de Azemeis de exorar a misericordia divina, fazendo uma esplendida funcção religiosa na sua igreja matriz: levaram o seu Santo Christo, primôr artistico, em procissão de penitencia, até ao cimo do outeiro do Crasto, ao nascente da villa, em 5 de julho, e alli, n'um edificante sermão allusivo ao objecto, foi exposta a ideia concebida pelo rev. abbade João José Correia dos Santos, de se construir n'este local uma capella sob a invocação da Senhora de La Salette.

Adoptada com enthusiasmo a ideia, deu-se co-

Plano do Parque
do
Sanctuario de La Salette

Oliveira d'Azemeis

N. — S.



Escala: 1/500

Porto-30 IV. 1909

mêço ao projecto, mas só depois de variadas vicissitudes é que a imagem da Senhora, vinda do Porto, foi solemnemente benzida em 19 de setembro de 1875.

Passados ainda cinco annos, concluida a capella, dotada e satisfeitos todos os demais requisitos, tratou-se da trasladação da Senhora, que se achava na igreja, para a sua ermida no outeiro do Crasto.

Nunca Oliveira de Azemeis viu tamanha expansão religiosa, como quando se tratou d'esta cerimonia, que se verificou no dia 19 de setembro de 1880.

D'ahi em diante, a festa annual á Virgem de La Salette, no primeiro domingo de agosto, tem sido quasi sempre revestida da maior pompa.

Agora pensa-se em augmentar as dimensões da capella, para o que já foi esboçado generosamente um projecto pelo nosso patricio o distincto engenheiro Antonio Thomaz Ferreira Cardoso, projectando-se tambem transformar n'um parque o outeiro onde a capella assenta, sendo o projecto d'este parque generosamente feito pelo illustre director dos jardins municipaes do Porto, Jeronymo Monteiro da Costa e por seu filho, o distincto architecto-paisagista José Monteiro da Costa.

Para a realisação d'esses melhoramentos constituiu-se uma commissão, que se denominou *commissão patriotica* e principiou por conseguir de

muitas pessoas o pagamento da contribuição de 20 réis semanaes.

A do *Martyr S. Sebastião*, fundada no anno de 1745, e, segundo se diz, com os sobejos das obras da igreja matriz. Foi reformada em 1876, a expensas do prestante e benemerito cidadão Antonio José Ferreira Alegria. Fez-se-lhe uma nova tribuna elegante, coberta de branco e dourado. Lageou-se o pavimento, estucando-se, etc.

A de *S. Lourenço*, em Villar, fundada pelo povo d'esse logar, no anno de 1709.

O commendador Alexandre José Correia Villar, fallecido n'esta villa, contemplou em seu testamento, feito no Rio de Janeiro, a capella de S. Lourenço de Villar com o legado de 5:000$000 réis fortes para continuação da missa e reparos na dita capella, o qual legado, por contrariedades vencidas no Rio, ficou reduzido á quantia de réis 1:752$265 e foi convertido em inscripções pela junta de parochia d'esta freguezia.

Ainda ha poucos annos foi demolida a capella de Santo Antonio, para a construcção do edificio da escola official para o sexo feminino d'esta villa. Esta capella tinha sido fundada em 1721 pelo sargento-mór Domingos Dias dos Reis e Vasconcellos.

Particulares — A da *Senhora do Amparo*, foi fundada em 1710, por Rodrigo Pinto da Silva, familiar do Santo Officio, natural de Macieira de Sarnes e assistente n'esta freguezia. Tem uma

cruz de pedra, feita com toda a perfeição artistica.

A de *S. Bento*, do Casal, foi fundada, em 1750, por Manoel Ferreira Casal do Sacramento. A origem d'esse templo é assim descripta pelo visconde de Santa Maria da Arrifana:

«No tempo em que o dito sujeito foi juiz da igreja desappareceu uma lampada de prata, que lá existia, e o furto foi-lhe imputado, fazendo-se até buscas em propriedades suas, para vêr se a lampada por ahi se achava escondida. Valeu-se elle n'esta afflicção do patrocinio de Santo Antonio (?) e então, passados tempos, o verdadeiro ladrão, á hora da morte, confessou, perante as principaes pessoas da terra, que a tinha furtado, ficando assim plenamente justificado Manoel Ferreira Casal.»

Tinha esta capella um patrimonio de onze medidas, que se perdeu.

A de *Nossa Senhora do Carmo*, em Cidacos. Foi edificada em 1749, pelo padre Manoel Dias de Carvalho, bacharel formado em canones, da casa chamada «da Botica», no mesmo logar.

A da *Senhora do Carmo*, na Praça. — Esta capella tinha pertencido primitivamente a Luiza de Azevedo e sua irmã Thereza de Azevedo, irmãs ou parentas mui proximas de um abbade de Cezár, que a fundou. Estas duas irmãs a venderam, bem como as casas contiguas, sob condição de viverem n'ellas até á morte da ultima, a Duarte de Castro Lemos de Menezes, da casa

do Côvo, e esta casa e capella foram vendidas ao commendador e ministro de Estado José de Seabra da Silva por escriptura de 11 de dezembro de 1754, de cujos herdeiros as houve por compra Antonio Viella. A sua tribuna veio de Guimarães, por ordem do commendador, que a reformou.

Esta capella foi comprehendida na expropriação feita pela camara municipal para o alargamento da praça do mercado.

Por isso, foi demolida e transportadas a tribuna e imagens para a capella, sob a mesma invocação, no cemiterio d'esta freguezia. Principiou a construcção da nova capella em janeiro de 1863 e ultimou-se em 14 de agosto do mesmo anno. Com auctorisação do respectivo prelado foi benzida em 14 d'este mez e logo em seguida alli celebrou missa solemne o abbade d'esta freguezia, João José Correia dos Santos.

Varias outras capellas existiam n'esta freguezia, as quaes pouco a pouco foram cahindo em ruinas, como a de S. João, em Lações.

Em 1744, ainda se via a capella de S. Bartholomeu, em Lações.

Posto que não fosse capella, bem merece dar-se cabida na série d'ellas a um monumento de devoção, que existiu n'esta villa. Queremos referir-nos ao padrão do Senhor do Cruzeiro, que ficava ao fundo do actual largo Municipal. Reproduziremos aqui, pouco mais ou menos, o que sobre este obje-

cto escreveu o visconde de Santa Maria da Arrifa-
na para o «Campeão do Vouga» em 1859.

«Onde terminam as duas linhas da arborisação em frente dos paços municipaes, principiando do norte, elevava-se esse monumento. Em uma área quadrangular, sobre escadaria de quatro faces, se erguiam quatro columnas de ordem jonica, tendo de altura desde a base ao capitel 2m,68, com a sua competente architrave, de saliencias proporcionadas. Ambas, prolongando-se pelos quatro lados, que formavam os angulos, sustinham um zimborio feito de tijolo e cal, em cujo topo, n'um pequeno corucheu, se hasteava uma grimpa de ferro.

No interior do zimborio, do lado do levante, estava pintado um brazão esquartelado, de cujas peças, roçadas pela mão do tempo, só uma parte se via, tendo por timbre um leão rompente sobre um elmo aberto. No centro das outras, uma quinta columna cylindrica servia de peanha a um crucifixo de pedra de Ançã, que n'ella se firmava, voltado para o occidente, crucifixo de imperfeitissima execução, mas veneravel pelo objecto que representava. Lia-se-lhe no pedestal, em baixo relevo, esta inscripção: «Domingos Gomes a mandou fazer na éra de 1621».

Mais antiga do que todas as capellas d'esta freguezia, que ainda não sonhava sua futura grandeza, e mais que a propria igreja actual, era esta obra.

Em virtude da macdamisação e reforma da estrada real, tendo de ser apeado e demolido o padrão, no dia 11 de maio de 1859, foi conduzido, com uma luzida procissão o Senhor do Cruzeiro, levando o seu andor as auctoridades e funccionarios publicos, para a igreja matriz, e depois collocado na sacristia parochial, onde presentemente se acha.»

Este cruzeiro, que deve ter sido levantado pelos antecessores do desembargador José Pedro Soares dos Reis Vasconcellos, cuja casa solar defrontava com o mesmo, era tratado pela familia da referida casa e alumiado de noite pela mesma e foi tal a consternação para ella, ao apear-se a devota memoria, que se retirou da villa para não presencear a remoção.

Existem n'esta freguezia diversas irmandades e confrarias.

Em 1792, as pessoas mais conspicuas d'esta freguezia reuniram-se e combinaram em ser erecta aqui uma confraria denominada «Confraria do Santissimo Sacramento de Oliveira de Azemeis», tratando-se logo da confecção dos respectivos estatutos, de cuja redacção foi incumbido Antonio de Sequeira de Vasconcellos Monterroso.

Estes estatutos foram approvados pelos poderes competentes, e aos mordomos e confrades da mencionada confraria, por bulla apostolica de Julio III, foram concedidas as mesmas indulgencias e privilegios que o papa Paulo III havia concedido á Confraria do Santissimo erecta na igreja de Minerva em Roma. Esses estatutos foram reformados em dezembro de 1879, depois de varias alterações introduzidas na confraria pelo administrador Rufino Borges de Castro.

Havia antigamente n'esta freguezia uma irmandade das Almas; mas, porque chegára época

em que as despezas com os suffragios excediam as esmolas dos irmãos, foi-se damnificando, até que se extinguiu. Não pôde, todavia, soffrer este abandono o animo verdadeiramente religioso do estimado e prestante oliveirense capitão Bernardo José de Oliveira Basto, e então, juntamente com outros devotos, conseguiu o ser restaurada aquella irmandade, e a confecção de seus estatutos para regel-a, sob a denominação de «Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Almas», estatutos que foram confirmados pelo desembargador provedor de Aveiro, João Carlos Cardoso Verney, em 28 de novembro de 1804, e pelo bispo diocesano D. Antonio de S. José e Castro, em 27 de março de 1806. Acompanha os estatutos uma bulla de Pio VII, datada de 14 de junho de 1805, e que principia *Ad perpetuam rei memoriam*, na qual este pontifice concede muitas indulgencias aos irmãos da Confraria das Almas, de Oliveira de Azemeis, sob certas condições. Segue-se tambem o *exequatur* do principe regente, passado em 13 de setembro de 1805.

As suas procissões, que mais parecem de Passos do que simplesmente da Senhora da Boa Morte, são as mais apparatosas que aqui se fazem.

Existia igualmente n'esta freguezia a irmandade ou confraria da Senhora do Rosario. Annos ha que não funcciona, podendo considerar-se extincta de facto.

«Ainda vimos um véu — diz o visconde de Santa Maria de Arrifana — que lhe pertencia, objecto curioso. Era de gorgorão de seda côr de rosa, franjado com filigrana de prata. Fôra offerecido á Senhora do Rosario em primorosos versos latinos, que occupam a parte superior do mesmo véu, por um cavalheiro d'esta villa, João Carlos dos Reis, no 4.º anno de direito canonico, supplicando a protecção da mesma Senhora. O assumpto das suas theses, e que faz o objecto da protecção pedida, tambem na lingua latina, figura na parte inferior do referido véu. Não podemos alcançar o anno, porque não se menciona alli.»

Tem Oliveira de Azemeis um amplo cemiterio. A compra do terreno para elle foi feita aos herdeiros do capitão-mór José Lino Pires, no sitio chamado o «Castelhão».

Os seus muros de vedação principiaram a construir-se em junho de 1860, e, no seu tôpo, em janeiro de 1863, começou a construcção da capella da Senhora do Carmo, transferida, em parte, da Praça dos Valles.

As primeiras arvores, cedros e cyprestes, que ahi foram plantadas, em fevereiro de 1864, vieram da matta do Bussaco.

O primeiro cadaver que se enterrou no cemiterio, no primeiro quarteirão á esquerda da entrada, depois de benzido, foi o de uma Francisca, irmã de Anna Moça, de Cidacos, em 15 de abril de 1864. No mesmo dia se enterrou tambem uma creança, filha de Antonio Sericalho, d'ahi.

O cemiterio tem o seu regulamento ou estatutos approvados pela auctoridade competente.

São vinte e oito os jazigos e quinze as catacumbas que alli existem, alguns do mais bello effeito. O primeiro construido foi o da familia Marques de Carvalho. Especificaremos:

Jazigos: — D. Joanna Augusta de Castro Brandão; Francisco José Ferreira Alegria; Manoel José Ferreira Alegria; Bernardo José da Costa Basto; Familia Carqueja; Francisco Nunes; D. Emilia Clementina de Castro; Dr. Francisco Albano Amador Pinto Valente; D. Urraca Dourado Moreira; Dr. Ernesto da Costa Souza Pinto Basto e irmãos; Antonio José da Silva Guimarães; João Marques de Carvalho; Manoel Pereira Moia; Joaquim Cesar Soares de Pinho; Maria Soares Dias; Joaquim Barbosa Tavares; João José da Silva Guimarães; Manoel Antonio Tavares; Antonio José Carneiro Guimarães; Luiz Manoel Leite; Antonio Pereira Villar; D. Maria Carneiro Guimarães; Antonio Pereira de Almeida; Antonio José da Silva Villar; José da Costa Raymundo; Joaquim de Oliveira e Cunha; J. J. de Castro Leão; Domingos de Freitas.

Catacumbas: — Caetano da Costa Seabra; João Pinto de Carvalho; D. Laura Carneiro Bastos Osorio; José Pinto de Carvalho; José Marques Pinto; Familia Ferreira Costa Pinto (Capitôas); D. Maria Izabel Castro Fonseca; Dr. Antonio Victor Lemos da Rocha; Francisco Tavares Machado; D. Joanna Alegria; Dr. Bruno A. Cardoso Menezes Abreu de Lima; Familia Pedroza; Caetano Pinto de Carvalho; José Fernandes de Brito; Maria Izabel de Jesus.

CAPITULO X

INSTITUIÇÕES DE BENEFICENCIA

Possue o concelho de Oliveira de Azemeis instituições de beneficencia que muito o honram.

A fundação de um hospital n'esta villa representava uma antiga aspiração dos seus habitantes.

Realisou-se, emfim, essa aspiração por uma fórma verdadeiramente auspiciosa, engrandecendo-se dia a dia, e constituindo um padrão da benemerencia dos filhos d'esta terra.

O major reformado Antonio Tavares de Pinho, aqui residente, legára em seu testamento, feito em 20 de novembro de 1857, a quantia de 500$000 réis, com destino áquelle objecto, sob certas condições.

Mais tarde, José Maria da Fonseca e Antonio da Costa Raymundo, ambos d'esta villa, contem-

plaram em suas disposições testamentarias aquelle estabelecimento; o primeiro com bens, depois do fallecimento de sua esposa, usufructuaria durante a vida; e o segundo com uma morada de casas.

Em 1880 a camara municipal, firme n'este proposito, n'uma das suas sessões aggregou a si varios cavalheiros d'esta villa, constituindo-se em commissão central, de que ficou presidente o presidente da camara dr. Antonio Simões dos Reis. Nomearam-se sub-commissões filiaes e ruraes nas diversas freguezias do concelho, e todas com o fim de sollicitarem de per si, seus amigos e relações, no paiz e no Brazil, donativos, para se levar á execução o fim que tanto tinham a peito—a fundação de um hospital n'esta villa e custeio das despezas inherentes a tão importante estabelecimento.

Na reunião que se fez, dos membros da commissão central, para a primeira subscripção de donativos, montaram estes á somma de 1:600$000 réis.

Estava, porém, escripto que ainda d'esta vez não seria levada á prática a ideia da fundação do hospital.

Só em 1892 se constituiu a Santa Casa da Misericordia de Oliveira de Azemeis, sendo os seus estatutos compostos de nove capitulos e quarenta e um artigos, approvados por alvará do governador civil substituto de Aveiro, José Francisco da Cunha e Souza, em 7 de março d'aquelle anno.

O hospital de Oliveira de Azemeis foi inaugurado no 1.º de julho de 1895 e foi mandado installar pelos benemeritos commendador Alexandre José Correia Villar e Manoel José Ferreira Alegria e sua esposa D. Amalia Dourado Alegria. Contribuiram todos em partes iguaes para a construcção e acquisição de terrenos. A sua altissima benemerencia nunca poderá ser esquecida pelos oliveirenses.

Pelos mesmos e por escriptura de 4 de maio de 1892 foi doado á Santa Casa, por acto *inter vivos*, o referido edificio mobilado.

A commissão installadora procedeu logo a uma subscripção na villa, que attingiu cerca de réis 2:000$000.

Eis a nota dos principaes donativos em dinheiro feitos ao hospital, até 31 de dezembro de 1908:

Antonio Tavares de Pinho deixou em seu testamento, 500$000 réis; José Maria da Fonseca, os seus bens, com reserva do usufructo para sua esposa, que ainda vive, 4:320$230; Antonio José da Costa Raymundo, uma casa vendida por 735$037 e 2:000$000 em inscripções nominaes; D. Anna Amalia Barreto do Nascimento deixou 50$000; D. Maria das Dôres Cardoso Rangel Côrte-Real, 500$000; Antonio Soares de Oliveira Junior, 500$000; Constantino José Ferreira Pinto, 100$000; D. Margarida Rita de Cassia Ferreira Pinto, 25$000; Antonio Ferreira da Silva, 200$000; Serafim José Vasques, 2:000$000; D. Anna Rita do Carmo Ferreira Pinto, 25$000; Manoel José Alves Correia, de Cocujães, fallecido na Bahia, um legado an-

nual de 300$000, que paga a Misericordia da Bahia: Francisco José de Pinho, por uma subscripção no Rio de Janeiro, 159$500; Domingos da Silva Freitas, subscripção em Manáos, 100$000; Dr. Arthur da Costa Souza Pinto Basto, por sua subscripção, 46$200; João Augusto Pereira Pinto, do Porto, offereceu vinte apolices brazileiras de 1:000$000 fortes cada uma, e dez inscripções nominaes de 1:000$000 cada, quatro camas de ferro com colchões e roupa branca para as mesmas; barão de S. João de Loureiro, 100$000; José Antonio Marques Nunes e Adolpho da Costa Basto, do Rio de Janeiro, nove acções do Banco do Commercio, de 200$000 fortes cada uma; D. Hermenegilda Giselda Milheiro Guedes, do Porto, cinco obrigações da Companhia de Credito Predial, de 90$000 cada: Manoel José Godinho, da Villa da Feira, 10:000$000; Joaquim Cesar Soares de Pinho, 300$000; Manoel José da Cunha, cinco acções do Banco Alliança; João Marques de Carvalho, 30$000; commendador Joaquim Soares Gomes, de Santos, Brazil, 142$500; um irmão da Santa Casa, mobilia e tapete para a sala dos retratos; João Gomes da Costa, da Bahia, 700$000; D. Luiza Correia Garcia, de S. João da Madeira, 100$000; Domingos da Costa Ferreira e mulher, 7:346$800; Antonio Soares Dias, Lisboa, uma casa de cinco andares na rua da Boavista em Lisboa, e outra casa terrea em Oliveira de Azemeis, com o usufructo para sua irmã Maria Soares e marido; D. Rita Margarida da Costa Valente, 200$000; um irmão da Santa Casa, uma divida já cobrada, 67$405; commendador João Borges de Almeida, de Carregosa, 100$000; Fortunato Augusto de Figueiredo, de Luso, 100$000 réis; Manoel José Ferreira Alegria, sua visita ao Hospital, em maio de 1903, 200$000; Cypriano Gomes da Costa, de Cocujães, deixou 300$000; José Antonio Marques Nunes, sua visita ao hospital, 200$000; D. Thomaz Gomes de Almeida, bispo da Guarda, deixou 200$000; Marcellino Soares de Pinho, de Ossella, metade dos seus

bens, dos quaes é usufructuaria sua mulher, louvados em 895$000; José Jorge da Silva, de Madail, fallecido no Porto, 200$000; D. Thereza de Jesus Gomes Pinto e marido Miguel Joaquim Gomes Pinto, do Porto, uma cruz procissional e duas lanternas de prata e um padrão de bronze, 600$000; Joaquim Barbosa Tavares, 100$000; José Antonio Marques Nunes deixou 5:000$000 fracos, 1:424$500; João Luiz Fernandes, de Lisboa, uma casa na rua «Diario de Noticias» em Lisboa, vendida em hasta publica, 5:602$000; Manoel Lourenço da Silva, fallecido em Lisboa, 200$000; Manoel Joaquim Marques, de Janarde, em Santos, Brazil, 25$000; visconde de Salreu, 20$000; donativo de Miguel Joaquim Marques, de Santos, Brazil, 25$000; donativo de Antonio da Silva Ferreira, 20$000; idem de Manoel e Jeronymo Tavares da Silva, Lisboa, 20$000; legado de André de Freitas, de S. Thiago, 100$000; donativo do conde de S. Thiago de Lobão, 50$000; legado de Antonio José Ferreira Alegria, 5:000$000, fracos, 1:159$690; donativo de José Lourenço da Silva, de Pernambuco, 50$000.

Ha mais esmolas inferiores a 20$000 réis.

Os benemeritos esposos D. Thereza de Jesus Gomes Pinto de Oliveira e Miguel Joaquim Gomes Pinto, da cidade do Porto doaram, como acima dizemos, á Misericordia um *padrão*, ou cruz procissional, de bronze, precioso trabalho do eminente esculptor Antonio Teixeira Lopes, fundido em bronze por Adelino de Sá Lemos, de Villa Nova de Gaya. Tambem lhe doaram uma rica cruz procissional e duas lanternas, tudo de prata, impondo a obrigação de uma missa no anniversario de cada um dos doadores.

Se a Santa Casa da Misericordia de Oliveira de Azemeis deve a sua existencia aos philantropicos fundadores do hospital, o seu elevado grau de prosperidade é incontestavelmente devido á dedicação sem limites do seu provedor Caetano da Costa Seabra, que a rodeia de carinhos e a cobre de beneficios, por muita gente ignorados, mas aos quaes um dever de justiça nos impõe que façamos aqui referencia.

Associação de beneficencia—Devemos mencionar que, em 6 de janeiro de 1854, se fundou aqui uma associação de beneficencia com o intuito de prestar soccorros aos pobres.

Asylo de Infancia Desvalida—Foi o prestantissimo commendador Antonio Pinto de Carvalho, natural de Santa Maria d'Ul, d'este concelho, que fundou n'esta villa, com sua esposa D. Maria Rosa de Jesus Carvalho, um asylo de infancia desvalida, sob a invocação do Divino Espirito Santo e Santissimo Coração de Jesus. O seu fim foi o recolher todos os desvalidos de ambos os sexos, de 8 a 10 annos de idade, sendo preferidos os orphãos; e bem assim os viandantes pobres, cujo estado de saude os embargasse de seguir ávante. O destino d'este asylo e os meios adequados ao preenchimento d'aquelle fim estão especificados nos seus estatutos, que se acham assignados pelos fundadores d'este estabelecimento e foram approvados por decreto de 7 de novembro de 1859.

Para a sustentação e permanencia do asylo os mesmos fundadores estabeleceram-lhe uma sufficiente dotação, que consistiu na compra que fizeram por escriptura publica de 1 de junho de 1859, da quinta de Tonce, na freguezia de Loureiro, e fóros annexos, ao padre Filippe de Albuquerque Pinto Castro e Napoles, senhor do antigo e extincto morgado de Tonce. A esta compra, feita na importancia de 4:000$000 de réis, addicionaram os doadores outros bens e rendimentos, mostrando-se generosos em seus actos eminentemente piedosos, o que tudo se acha exarado em um livro ou caderno pertencente ao archivo do asylo.

No dia 1 de agosto de 1867, fez a instituidora D. Maria Rosa de Jesus Carvalho, com seu segundo marido José Pinto de Carvalho um contrato, por meio de escriptura, com a camara municipal d'este concelho.

Pelos motivos longamente enunciados no referido contrato, vieram os primeiros outorgantes com a camara a um accôrdo, servindo-lhes de base o que se achava previsto e disposto nos respectivos estatutos. Alli se estipulou: 1.º Que a camara entraria no cofre dos fundos destinados á manutenção do asylo com o producto de uma herança, que já se havia verificado por meio de uma disposição testamentaria, e bem assim com o dos donativos sollicitados e obtidos no imperio do Brazil por intermedio do benemerito cavalheiro Antonio

José Gomes Pereira Basto, d'esta villa; 2.º Que, em conformidade, quanto fosse possivel, com os estatutos, seria elaborado um regulamento interno e externo do mesmo asylo para o seu adiantamento e prosperidade; 3.º Que, se necessario fosse, reformar-se-hia o art. 2.º para que desde então os asylados fossem de todo o concelho e não sómente da freguezia d'Ul, como se achava estabelecido primitivamente; 4.º Que, na conformidade com o art. 14.º dos mencionados estatutos, a primeira outorgante D. Maria Rosa de Jesus Carvalho e seu segundo marido ficavam desde já escolhidos para thesoureiros do conselho da administração do asylo: para presidente o vice-presidente da camara Antonio Bernardo da Costa Pinto, e para secretario o fiscal da mesma, bacharel João Nepumoceno Rebello Valente. Ficou fazendo parte d'este conselho, com voto, o segundo marido da instituidora José Pinto de Carvalho, sem excluir esta das prerogativas que os estatutos lhe concediam. Estipularam-se, emfim, outras condições, todas tendentes a consolidar a existencia do estabelecimento em questão.

Sem embargo do que e de outras providencias que desde aquella época se tinham posto em prática e mesmo das subvenções de algumas pessoas caritativas o Asylo de Infancia Desvalida de Oliveira de Azemeis está ainda longe de corresponder ao pensamento do seu illustre instituidor e ás necessidades occorrentes.

Pensou, por isso, a sua administração actual em dotal-o com um edificio isolado, construido segundo os melhores preceitos hygienicos.

Foi elaborado o projecto definitivo pelo distincto engenheiro portuense snr. Casimiro Jeronymo de Faria, tomando a direcção dos trabalhos o illustrado engenheiro nosso patricio, Antonio Thomaz Ferreira Cardoso.

O benemerito portuense Manoel de Miranda Castro, alma aberta a todos os sentimentos bons, doou 1:000$000 de réis para a iniciação da obra, que projectava levar a bom termo á sua custa. O dr. João Antunes Guimarães doou já 550$000 réis para o proseguimento da generosa empreza iniciado pelo fallecido tio de sua esposa. Bento da Rocha Cabral, dedicado amigo de Miranda Castro, contribuiu para este monumento á memoria do seu amigo com 200$000.

O conselheiro Narciso Fernandes da Silva Neves, do Rio de Janeiro, doou 200$000 réis. D. Eduarda E. de Souza Vasques, 30$000.

A pedra fundamental do novo edificio foi solemnemente assente e benzida pelo bispo do Porto D. Antonio Barroso, em 1 de dezembro de 1907.

Instituto Araujo e Silva — O distincto oliveirense Anthero Ferreira de Araujo e Silva, um dos proprietarios da importante Estamparia do Bolhão, no Porto, no intento de prestar home-

nagem á memoria veneranda de seu pai, o pharmaceutico Joaquim Ferreira de Araujo e Silva, deliberou transformar o predio em que este teve a pharmacia em um elegante edificio, exclusivamente destinado a uma obra beneficente, a que deu o titulo de «Instituto Araujo e Silva».

Esta sympathica instituição, significativa de uma profunda veneração filial, foi inaugurada no dia 26 de setembro de 1903. Á inauguração assistiram as principaes auctoridades e n'ella fizeram sobresahir os fins beneficentes da instituição e a sympathia da ideia que a ella presidiu, o conselheiro dr. Ferreira da Silva, dr. Barbosa de Magalhães e Bento Carqueja.

No «Instituto Araujo e Silva» é dado a doze pobres, seis homens e seis mulheres, todos os domingos e dias santificados, um jantar composto de sopa, arroz, carne assada, e no dia 1 de novembro de cada anno são vestidos seis pobres do sexo masculino e seis do feminino, ficando esses pobres com direito a um jantar n'esse dia e a substituirem, pela ordem, as vagas que se forem dando nos primitivos doze pobres, aos quaes é servido um jantar semanal. Na sala do refeitorio vê-se uma vitrine onde se conservam alguns dos boiões e vidros que foram da extincta pharmacia.

É esta, sem duvida, uma bella demonstração de saudade e culto filial e uma sympathica obra de beneficencia.

Associação Humanitaria dos Bombeiros Voluntarios—Possue esta villa um corpo de salvação publica, perfeitamente organisado. É, sem duvida, uma das mais bellas iniciativas dos oliveirenses.

Tres oliveirenses dedicados, Eduardo Augusto da Fonseca, Joaquim Cesar Soares de Pinho e João Lourenço da Silva, lembraram-se de crear esta associação, convocando uma reunião para se dar principio a tal iniciativa.

N'essa reunião nomeou-se uma commissão de cinco membros para angariar donativos, comprar material e installar o corpo activo. Essa commissão ficou assim composta: presidente, Eduardo Fonseca; vogaes, Lourenço do Amaral Osorio, Joaquim Cesar Soares de Pinho, Fernão de Lencastre, Antonio José Marques e João Lourenço da Silva.

A commissão obteve os seguintes donativos, depositados na mão do respectivo thesoureiro Caetano da Costa Seabra, que á nascente aggremiação prestou valiosos serviços:

Subscripção aberta n'esta villa	1:297$915
Donativos recebidos no Porto por um oliveirense	515$000
Subscripção aberta no Rio de Janeiro por Antonio José Ribeiro Guimarães (1:200$000 réis), que produziu em moeda portugueza .	379$105
	2:192$020

Com esta quantia comprou machinas e armamento, organisou os estatutos e o corpo activo e, logo que foi installada legalmente a associação, fez entrega, á direcção, do material no valor de 1:795$535 e 397$485 réis em dinheiro.

As machinas chegaram a esta villa em 24 de junho de 1906 e n'esse mesmo dia ficou constituido o corpo activo, pela seguinte fórma: um commandante, um chefe do carro de material, um chefe de bombas, um chefe de ambulancia, quatro agulhetas e treze praças. Total, vinte e um.

Os respectivos estatutos foram approvados por alvará do governador civil de Aveiro de 17 de novembro de 1906.

A primeira direcção ficou assim composta: presidente Caetano da Costa Seabra; vice-presidente, padre Serafim Moreira de Sá Couto; vogal, Camillo Pacheco da Costa Ferreira; secretario, Eduardo Augusto da Fonseca; thesoureiro, Joaquim Cesar Soares de Pinho.

A associação, depois de legalmente constituida, teve diversos donativos, na importancia de 474$600 réis, sendo 254$200 de subscripção para a compra do fardamento de grande gala; 100$000 de Manoel Avelino Pinto Braga, para a compra de um *break*: 50$300 do commendador Joaquim Soares Gomes; 35$000 de D. Urraca Dourado Moreira; 20$000 do conde de S. Thiago de Lobão, etc.

Além dos donativos mencionados, os bombeiros promoveram uma *kermesse*, que rendeu 293$100.

A camara municipal d'este concelho, na fórma do art. 2.º § unico do estatuto, concorre com 20$000 réis annuaes para esta corporação, que tem hoje, além do armamento para vinte e um bombeiros, tres bombas, sendo uma de dois jactos, um carro de material e um *break*.

Pensa a corporação em construir um quartel privativo e para isso tem já o respectivo projecto, elaborado pelo distincto conductor principal de obras publicas Manoel Fortunato de Oliveira Motta; mas escasseiam-lhe os recursos para tão avantajada empreza, orçada em mais de 2:000$000 de réis.

Asylo Gandarinha—O Asylo Gandarinha, na freguezia de S. Martinho de Cocujães, foi fundado pelo visconde de Gandarinha, no anno de 1876, no solar dos seus antepassados, e em sua memoria, no sitio da Gandarinha, proximo da capella do Martyr.

Tem por fim abrigar, durante o dia, creanças indigentes de ambos os sexos, dos 5 aos 12 annos de idade, dando-lhes amparo, protecção e educação e instrucção, facilitando assim a seus paes occuparem-se da sua lide diaria e evitando deixarem seus filhos ao abandono.

O amparo e protecção que se dá ás creanças, consiste no sustento emquanto estão no asylo e

em desvial-as de todos os perigos por meio de uma continua vigilancia.

A educação consiste no desenvolvimento das suas faculdades physicas e moraes, habituando-as ao aceio, ordem, obediencia e respeito, desenvolvendo-lhes no coração o amor de Deus e do proximo, acompanhando sempre os preceitos com os bons exemplos.

A instrucção comprehende os elementos da doutrina christã, lêr, escrever, contar e todas as noções geraes ao alcance da primeira infancia, tendo as raparigas, além d'estes conhecimentos, o ensino proprio dos trabalhos do seu sexo.

No fim de cada anno lectivo são distribuidos premios, que constam de artigos de vestuario a todas as creanças, segundo as classificações que obtiverem.

No principio eram cem os asylados admittidos. Actualmente o numero eleva-se a cento e trinta.

No exercicio d'esta instituição, a melhor collaboração é ministrada pelas irmãs de caridade, da Associação de S. Vicente de Paula, que, pela sua abnegação e doçura, saber e dedicação, comprehendem bem a missão que lhes foi confiada para com estas creanças, substituindo seus paes durante muitas horas do dia, sem destruir, e, pelo contrario, alimentando em seus infantis corações os laços de familia.

Hospital de Cocujães—Não tendo havido, até ha vinte annos a esta parte, hospital algum no concelho de Oliveira de Azemeis, em que podessem recolher-se doentes pobres, o que obrigava estes a irem longe tratar-se, creou a condessa de Penha Longa, na sua freguezia natal, um pequeno hospital, no logar da igreja, onde eram recebidos os pobres d'alli, carinhosamente tratados por irmãs hospitaleiras. Quando, porém, se déram as manifestações hostis ás instituições religiosas, teve a communidade d'este estabelecimento de caridade de retirar-se, e por esse motivo se fechou o hospital. Havendo já outro na séde do concelho, no qual os pobres de Cocujães poderiam ser recebidos e tratados, a illustre condessa substituiu o hospital por um dispensario.

Dispensario—Fica junto do Asylo da Gandarinha. Todos os pobres ahi vão encontrar assistencia medica, bi-semanalmente, medicamentos e tratamento diarios a todos os que alli recorrem e que lhes é ministrado por irmãs de caridade, cujo numero, por este motivo, foi augmentado no asylo. Estas irmãs desempenham-se d'esta missão com inexcedivel zelo e dedicação.

CAPITULO XI

O THEATRO OLIVEIRENSE

Pelo anno de 1839, tendo-se reunido a mocidade de Oliveira a fim de tratar da construcção de um theatro, obtiveram-se bastantes assignaturas para este objecto; mas, logo depois e por falta de harmonia, que devera presidir a tal empreza, dividiram-se em duas parcialidades, e construiram-se dois, um nas casas da Lage, outro na rua Direita, os quaes em breves annos desappareceram, porque, além da falta de meios para se continuarem as récitas, as casas onde os construiram eram propriedades particulares. Todavia, em ambos elles se representou muito melhor do que era de esperar de quem não fazia profissão da arte scenica.

No da Lage teve logar a primeira recita no in-

verno de 1839. Em casa dos Sequeiras, n'um theatro provisorio, que ahi se estabeleceu muito depois da extincção dos outros dois, representou-se a ultima vez em 11 de fevereiro de 1851.

Foi, porém, n'este mesmo anno que, reunindo-se novamente alguns mancebos de bom gosto, levados pelo estimulo, que tão bem se casa com a mocidade, e reconhecendo que o palco é uma escóla de instrucção e refugio contra nocivos passatempos, trataram de levar a effeito a fundação de um theatro em fórma e perduravel. Abriu-se, para este fim, uma subscripção e chegou a montar o seu producto a 787$200 réis.

Comprou-se o terreno para a sua fundação a Antonio de Castro Corveira Côrte-Real, da Villa da Feira, no Urgal, por escriptura de 26 de março d'este anno, e déram-se mãos á obra: mas, não sendo sufficientes as assignaturas, para se custearem as despezas, que demandava o projecto, vindo do Porto, a construcção foi interrompida, ficando em paredes e coberta, sómente com a caixa feita, e com algum madeiramento para duas ordens de camarotes e galeria.

No emtanto, passados alguns annos, adaptando como poderam o que estava feito aos seus fins, alli representaram alguns estudantes de grammatica latina e outros amadores da Arte, no dia 7 de junho de 1855.

Esta resolução dos estudantes, e o bom successo

colhido, serviram de emulação aos que outr'ora haviam entrado em scena; e resolveram-se a representar a «Lucrecia Borgia».

Muito tempo havia que estava em grande espectativa a nacional e interessante tragedia «Nova Castro». Conclue-se então a caixa, empregam-se esforços, e pouco mais de um mez após a «Lucrecia Borgia» apparecem em scena os infortunados amores da que subiu do tumulo para o throno, logrando os actores bem merecidos encomios e fechando-se d'esta sorte este periodo theatral.

Passou-se tempo, e novo empuxão se deu a uma empreza, cuja ideia, gerada em meio do maior enthusiasmo, de tantas contrariedades foi victima e cuja existencia, passando por tão diversas phases, tem sido attribulada. Em 3 de fevereiro de 1861 houve a récita do drama «Frei Luiz de Souza», desempenhada por alguns que mereciam o nome de comicos; e em 2 de março d'este mesmo anno tomou a camara municipal vinte acções do theatro, na importancia de 100$000 réis.

Apesar, porém, d'aquella protecção tão justa, e de varias tentativas posteriores, ao theatro de Oliveira de Azemeis ainda faltam muitas coisas importantes. Ultimamente, fez-se alli montagem da luz de acetylenio, dando bom resultado.

Foi no theatro que solemnemente se inaugurou, a 12 de novembro de 1905, a missão da Escóla Movel Agricola «Conde de Sucena», fundada pelo

illustre titular e organisada pelo *Commercio do Porto*, sob a presidencia do venerando bispo-conde de Coimbra, D. Manoel Correia de Bastos Pina e na presença de representantes de todos os jornaes do Porto.

CAPITULO XII

ABASTECIMENTO DE AGUAS E ILLUMINAÇÃO PUBLICA

Sempre se reconheceu que a villa de Oliveira de Azemeis tinha um abastecimento de aguas muito imperfeito e até perigoso.

Existem ha muito aqui dois chafarizes publicos, o da praça José da Costa, construido pela camara municipal, e cuja obra principiou nos fins de agosto de 1864, começando as bicas a lançar agua em 4 de fevereiro de 1855; e o da rua do Martyr, hoje rua Antonio Alegria, construido pelas obras publicas, em 1859; tres fontes, a do Ourigo, a da Pia de Nasce Agua e aquella, que chamam a «do chafariz do Testa», proximo á quinta da Lage.

A proposito, diremos que para o chafariz da praça José da Costa foi aproveitada a columna

quadrada de um antigo pelourinho, demolido em 27 de maio de 1864.

Aquelle pelourinho era uma columna quadrada, de pedra de esquadria, de alguns metros de altura, rematando-a uma pyramide, que assentava sobre quatro espheras, e tendo no vertice uma muito maior, com as armas reaes n'uma das faces da columna.

Possuia esta villa, além dos chafarizes publicos, uma fonte de aguas ferreas, em Cidacos, construida em 1802, com apparatoso frontiscipio de pedra lavrada e rusticada com suas molduras: no cimo o escudo das armas reaes, a que já falta a corôa, e no centro uma pedra lavrada, onde ainda se lê aquelle versiculo do psalmista: *Dedi in deserto aquas.*

Estas aguas, em tempo, foram examinadas e analysadas pelo doutor Bandeira, lente de philosophia na Universidade de Coimbra, e por elle qualificadas como aproveitaveis para usos therapeuticos.

Infelizmente, desde annos, perdeu-se esta riqueza municipal.

Investigações ultimamente feitas demonstraram que os mananciaes explorados eram deficientes e que a agua era fornecida ao publico em pessimas condições.

Effectivamente, o resultado de analyses feitas no Laboratorio Municipal de Chimica do Porto

pelo seu illustre director, o nosso distincto patricio, conselheiro Ferreira da Silva, está consignado no seguinte officio:

Ill.mo e exc.mo snr. — Tenho a honra de communicar a v. exc.ª que, tendo o nosso... patricio snr. Bento Carqueja, pedido o exame, n'este Laboratorio, das aguas da Praça, Ourigo, Salette, Lage, Cidacos, Barrocas e Farrapa, d'elle resultou serem as mais proprias para o abastecimento a das *Barrocas* e de *Salette*.

Não são tão boas, mas podem utilisar-se, attendendo á sua composição chimica, as da Lage e de Cidacos.

Devem ser regeitadas para o consumo publico as da Praça, Ourigo e Farrapa.

A agua das *Barrocas* tem apenas 3°,25 de dureza total; a materia organica é, por litro, 1.26 mg. (expressa em oxygenio), são relativamente baixas as cifras dos chloretos e dos nitratos.

Esta agua, é além d'isso, limpida, incolor, neutra e grata ao paladar.

A agua de *Salette* (1) é muito proxima d'esta pela composição chimica e pelas propriedades organolepticas.

São, em meu entender, excellentes aguas potaveis, se a analyse bacteriologica confirmar as inducções da analyse chimica.

Da pesquiza bacteriologica complementar encarreguei o meu amigo e collega prof. Alberto de Aguiar, e espero sem grande demora communicar a v. exc.ª o respectivo resultado.

Deus guarde a v. exc.ª — Ill.mo e exc.mo snr. presidente da camara municipal de Oliveira de Azemeis. — O conselheiro-director do Laboratorio, *Antonio J. Ferreira da Silva.*

(1) Pia de Nasce Agua.

N'estas desgraçadas circumstancias, dois benemeritos cidadãos, o conselheiro Boaventura Rodrigues de Souza e o conde de S. Thiago de Lobão, escutando os rogos de um dedicado filho de Oliveira de Azemeis, resolveram fornecer esta villa com um abastecimento de aguas.

É uma acção generosa para a qual não conhecemos sufficientes palavras de gratidão.

O testemunho official de apreço foi-lhes significado na seguinte portaria de louvor, publicada no *Diario do Governo:*

«S. M. el-rei, a quem foram presentes as informações do governador civil do districto de Aveiro sobre a doação que o visconde de S. Thiago de Lobão e o conselheiro Boaventura Rodrigues de Souza fizeram á camara municipal do concelho de Oliveira de Azemeis, das construcções e todo o material preciso para se abastecer de agua a mesma villa: ha por bem determinar que, em seu real nome, sejam conferidos pelo dito magistrado áquelles benemeritos titulares os devidos louvores, em razão do muito valioso donativo com que generosamente contribuiram para um melhoramento de tamanha importancia e utilidade publica.—Paço em 23 de outubro de 1907.—*João Ferreira Franco Pinto Castello Branco.*»

Além d'isto, o visconde de S. Thiago de Lobão foi elevado a conde do mesmo titulo e o conselheiro Boaventura Rodrigues de Souza agraciado com a gran-cruz da Conceição.

A agua da fonte publica de Nasce Agua foi

convenientemente captada na emergencia, dentro da mina, e canalisada até ao reservatorio, sendo essa mina prolongada em grande extensão.

O reservatorio para 60 metros cubicos de agua é constituido por dois depositos independentes, de 30 metros cada um, completamente autonomos, mas com canalisação para serem ligados entre si. Cada divisão tem um *trop-plein* e uma sahida para a villa, bem como uma valvula de esgotamento, no fundo, para o caso de limpeza.

Todo o reservatorio é construido de alvenaria, assente em argamassa hydraulica; a cobertura é em abobadilha de cimento, supportada por columnas de ferro, coberta de asphalto e sobre este uma camada de terra vegetal de meio metro de espessura.

A canalisação, toda de ferro, mede 1:665 metros de comprimento, começando por um grande syphão com tubos de 3 1/2 pollegadas, na extensão de 400^{m}; um troço de tubos do mesmo diametro, na extensão de 410^{m}; outro troço de tubos de 3 pollegadas, na extensão de 640^{m} e outro troço de duas pollegadas, na extensão de 215^{m}.

Ha oito marcos fontenarios, munidos de boccas de incendio e fechados automaticamente por meio de pistão: um junto do reservatorio, outro no Calvario, outro em Santo Antonio, outro junto da igreja matriz, outro na praça José da Costa, outro no largo Municipal, outro na rua Antonio Alegria,

outro na rua do Cruzeiro, além de uma bocca para incendio na rua Antonio Alegria.

Para o hospital da Misericordia foi estabelecida uma ligação com torneira reguladora que fornece áquelle estabelecimento um metro cubico de agua em 24 horas.

O projecto do abastecimento de Oliveira é um notavel trabalho do talentoso e distincto technico Manoel Botelho Pimentel Sarmento e a sua execução foi confiada, por empreitada geral, á Companhia Alliança Fundição de Massarellos do Porto, que se desempenhou muito dignamente.

O abastecimento de aguas foi solemnemente inaugurado no dia 1.º de dezembro de 1906, com a presença dos dois benemeritos doadores, realisando n'esse dia Oliveira de Azemeis uma das mais brilhantes festas de que ha memoria na nossa terra. O conde de S. Thiago de Lobão e o conselheiro Boaventura Rodrigues de Souza foram levados em triumpho.

Benzeu o reservatorio o bispo do Porto, D. Antonio Barroso, que na vespera realisára a visita pastoral a esta freguezia.

Organisou-se para estas festas uma commissão assim composta:

Caetano da Costa Seabra, presidente de honra; dr. Antonio da Silva Carrelhas, presidente effectivo; dr. Bento Ferreira da Silva Guimarães, vice-presidente; dr. Ma-

noel Ferreira da Costa Amador Valente, 1.º secretario; Eduardo Augusto da Fonseca, 2.º secretario; Augusto da Cunha Leitão, thesoureiro.

VOGAES: — Dr. Domingos José da Costa Rebello, dr. Antonio Joaquim de Freitas, dr. Antonio Maria Pereira Villar, dr. Manoel José Moreira de Sá Couto, abbade Serafim Moreira de Sá Couto, Manoel Antonio Tavares, Francisco Ferreira da Encarnação, Joaquim Cesar Soares de Pinho, Antonio José Marques, Antonio Pereira Villar, José Antonio Esteves, Sebastião Fernandes de Almeida, Antonio José Ferreira, Joaquim Augusto da Costa Guimarães e João Lourenço da Silva.

Fallemos agora de outro melhoramento — a illuminação publica.

Se Oliveira de Azemeis tem illuminação publica, deve este grande melhoramento á generosidade de um seu filho benemerito. Foi Antonio José Ferreira Alegria, de quem a nossa terra conserva grata e perenne memoria.

Mandou fazer 48 lampeões de cobre polido do tamanho do das cidades, comprados e conduzidos do Porto, á sua custa, e á sua custa pintados e collocados, com auctorisação da camara, em convenientes distancias, por todas as ruas da villa; e igualmente, com dispendio seu, foi alimentada a luz com petroleo durante oito mezes, emquanto a camara não obteve auctorisação de incluir no seu orçamento uma verba annual para o custeamento da futura despeza. A modestia de tão generoso e pa-

triotico bemfeitor occultou a somma dispendida com tal objecto: calcula-se, porém, em um conto de réis. Honra seja á sua boa memoria!

Inaugurou-se a illuminação publica da villa na noite de 2 de janeiro de 1878.

CAPITULO XIII

CAMINHO DE FERRO DO VALLE DO VOUGA

A viação accelerada é um poderosissimo instrumento do progresso; por isso, espera-se que o caminho de ferro venha produzir notavel influencia no engrandecimento economico d'esta região.

Convém recordar aqui que a mala-posta, commodo e aceiado meio de transporte, com optimos trios de cavallos e orças, foi estabelecida n'esta villa em 1858, na antiga casa, que fôra dos Sequeiras, e subsistiu até 1863. A sua existencia, pelo contínuo movimento de passageiros, era um beneficio para esta localidade: dava-lhe animação, e proporcionava interesse ás casas de commercio.

Pela construcção do caminho de ferro de Lisboa ao Porto, passaram os oliveirenses a ter de

soccorrer-se de diligencias e trens para tomarem os comboyos, especialmente nas estações de Ovar e Estarreja e nos apeadeiros de Avanca e Vallega.

Em junho de 1889, as commissões reunidas de fazenda e das obras publicas da camara dos deputados, dando parecer sobre a proposta de lei para a conclusão da rêde complementar dos caminhos de ferro ao norte do Mondego, deliberaram, de accordo com o governo, introduzir n'esse projecto a auctorisação para construir, por empreitadas geraes e no praso maximo de seis annos, uma linha ferrea que, partindo de S. Pedro do Sul, e ligando com a de Mangualde a Recarei, seguisse pelo Valle do Vouga, e entroncasse na linha do norte, passando por Oliveira de Azemeis.

Por carta de lei de 20 de dezembro de 1906, publicada no *Diario do Governo* de 24 de dezembro do mesmo anno, foram approvados os termos do contrato provisorio de 25 de abril de 1905, celebrado entre o governo e o concessionario das linhas do Valle do Vouga, Vizeu e Espinho e seu ramal para Aveiro, relativo á substituição do subsidio assignado pelo n.º 4.º da clausula 52.ª do alvará de 23 de maio de 1901, pela garantia de juro, nos termos do referido contrato.

O primitivo concessionario foi Frederico Pereira Palha e a concessão referia-se a explorar um caminho de ferro de via reduzida, em leito proprio, com tracção a vapor, para passageiros e mer-

cadorias, a partir da estação de Torre de Eita, no ramal do caminho de ferro de Santa Comba Dão a Vizeu, seguindo por Vouzella, Oliveira de Frades, Couto de Esteves, Sever do Vouga, Oliveira de Azemeis, S. João da Madeira e Villa da Feira, até á estação de Espinho, na linha ferrea do norte, bifurcando-se nas proximidades de Sever do Vouga, em direcção e até á estação de Aveiro.

A 29 de janeiro de 1907 publicava o *Diario do Governo* os estatutos da Companhia Franceza de Construcção e Exploração de Caminhos de Ferro no Estrangeiro, declarando o artigo 2.º n.º 1 que a sociedade tem por fim a construcção e exploração de quaesquer caminhos de ferro e notadamente os de via reduzida do Valle do Vouga, em Portugal.

No *Diario do Governo* de 7 de janeiro de 1907 foi publicado o contrato definitivo com o governo para a construcção e exploração do caminho de ferro do Valle do Vouga. Outhorgou por parte do governo o conselheiro José Malheiro Reymão e por parte da Companhia concessionaria o engenheiro André de Proença Vieira (hoje visconde de Assentis).

Segundo a clausula 24.ª, os trabalhos deveriam começar no praso maximo de 60 dias, contados da data da publicação do contrato no *Diario do Governo* e deverão estar concluidos no praso de tres annos, contados da mesma data. Este ultimo pra-

so poderá, porém, ser elevado a quatro annos, em determinadas circumstancias.

Iniciaram-se os trabalhos em fins de dezembro de 1907 e a 11 de outubro de 1908, pelas 3 horas da tarde, chegava a Oliveira, pela primeira vez, a locomotiva empregada na construcção.

A 12 de novembro, fez o conselheiro Fernando de Souza, secretario do conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado a primeira visita á linha, acompanhado dos administradores da Companhia, visconde de Assentis e Ricardo O'Neil, do empreiteiro geral Mercier, dos engenheiros da construcção e exploração e de alguns convidados. O comboio partiu de Espinho ás 10 horas da manhã.

Da impressão d'essa visita deu conta o conselheiro Fernando de Souza, pelas seguintes palavras, na «Gazeta dos Caminhos de Ferro»:

«Infra e superstructura estão completas e irreprehensivelmente executadas, com solidez e perfeição. Nem a fiscalisação, confiada á seriedade e competencia do illustre director fiscal, general Couceiro e do seu subordinado o snr. Antonio Queiroz por parte do governo, e engenheiro Mr. Billema por parte da Companhia, consentiriam imperfeições, nem ellas se compadeciam com a honestidade, animo rasgado e proficiencia do habil constructor Mr. Mercier e dos seus engenheiros, Mrs. Chatains e Audigier. Não se téem poupado a trabalhos nem a despezas para uma construcção modelar, subordinada a exigencias de uma boa exploração e ao mesmo tempo á modestia em que se

devem manter as installações de um caminho de ferro economico.»

No dia 23 de novembro realisou-se a inauguração solemne do primeiro troço do caminho de ferro, com a presença de el-rei D. Manoel II.

Dá ideia d'essa festa luzentissima a seguinte narrativa, feita pelo *Commercio do Porto:*

Inauguração do caminho de ferro do Valle do Vouga — Após o almoço na Assembleia de Espinho, S. M. el-rei embarcou no comboio especial da nova linha ferrea do Valle do Vouga, que ia ser inaugurada.

O comboio estava formado um pouco além da *passerelle* que atravessa a linha da Companhia Real. Era constituido pela machina n.º 12, duas carruagens de 1.ª classe, um salão de convidados e o salão real, tudo material do caminho de ferro de Villa Real, visto ainda não terem chegado as carruagens que a Companhia do Valle do Vouga encommendou no estrangeiro.

Na estação havia muitissimo povo, tornando-se difficilimo o embarque.

Por fim, o comboio pôz-se em marcha, sendo levantados calorosos vivas e queimados numerosos foguetes.

Na machina tomaram logar o inspector fiscal do serviço de tracção snr. D. Luiz de Mello, chefe da exploração snr. Prevault e engenheiro-chefe da tracção snr. Botelho de Castro.

No salão real tomaram logar, além de el-rei D. Manoel, os snrs. presidente do conselho e ministros da justiça, guerra e obras publicas, conde de Tarouca, marquez do Lavradio, capitão-tenente Pinto Basto, bispo-conde de Coimbra, conde de Paçô Vieira, conde de Agueda, gover-

nador civil de Aveiro e visconde de Assentis, administrador-delegado da Companhia do Valle do Vouga.

No salão immediato ao de el-rei iam o exc.mo bispo do Porto, dr. Adolpho Pimentel, governador civil do Porto, e o governador civil de Vizeu; Bazilio de Souza Pinto e Paulo de Barros, directores das obras publicas do Porto e Aveiro; Ricardo O'Neill, administrador da Companhia do Valle do Vouga; François Mercier, empreiteiro geral; general Justino Teixeira; André Leproux, Ferreira de Mesquita e Lavialle de Anglards, director e engenheiros da Companhia Real; conselheiro Fernando de Souza e dr. Leopoldo Mourão, do conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado; Francisco de Lima, engenheiro director da construcção do caminho de ferro de Guimarães; conselheiro Povoas e Affonso Cabral, director e engenheiro dos caminhos de ferro do Minho e Douro; conselheiro José Ignacio Xavier; Antonio Guedes Infante, director da fiscalisação dos caminhos de ferro do Sul e Suéste.

Em carruagem de 1.ª classe viam-se, entre outros, os snrs. conselheiros Ferreira da Silva, Bernardo Pinto Avides e Manoel de Souza Avides; conde de Sucena; visconde de Guilhomil; Oscar Grim Braga, director do caminho de ferro da Povoa; dr. Alfredo da Cunha, Manoel Emygdio da Silva, Clemente Menéres; dr. Bento Guimarães, Augusto Gomes, Alexandre Brandão, Victorino Laranjeira, drs. Antonio Mourão e Vicente Ferreira dos Santos; e Antonio Luiz da Fonseca.

Após o comboio seguia uma machina-piloto, em que tomaram logar o chefe da secção fiscal da construcção snr. Oliveira Motta e fiscal snr. Costa Sagadães.

Á partida do comboio queimaram-se muitos foguetes, as bandas tocaram o hymno nacional e a multidão irrompeu em ruidosa e prolongada ovação.

No percurso desde Espinho até Oliveira de Azemeis,

as manifestações de regosijo foram imponentes e as acclamações ao régio visitante foram delirantes. Poucas vezes se vêem festas tão luzidas e de um enthusiasmo tão communicativo, como aquellas que hontem se presenceáram no decorrer da viagem pela linha, que, como já dissémos, tem pontos de vista verdadeiramente surprehendentes.

Em S. João da Madeira — A chegada do comboio foi annunciada por uma girandola de extraordinario numero de foguetes, executando uma phylarmonica o hymno nacional.

No caes a multidão ergueu calorosos vivas a S. M. el-rei.

Viam-se alli as auctoridades, clero e pessoas de representação, bem como os operarios chapeleiros com a bandeira da sua associação e os trabalhadores das minas de arsenico do Pintor, ostentando as bandeiras portugueza e ingleza.

Junto ao edificio da estação foi levantada uma bancada, em que tomaram logar os alumnos das escolas officiaes, que empunhavam bandeirinhas azues e brancas, erguendo vivas ao joven soberano.

Muitas senhoras e aldeãs arremessaram pétalas de flôres com profusão para a carruagem real e numerosas pombas. Duas meninas offereceram ao régio visitante ramilhetes de flôres com laços de fitas azues e brancas.

O edificio da estação estava lindamente ornamentado com bambolins de flôres e bandeiras.

As saudações n'esta estação foram delirantes.

No Couto de Cocujães — Em frente da estação agglomerava-se immensa gente e junto da linha viam-se os alumnos das escolas, sustentando nas mãos bandeirinhas azues e brancas.

Sobre o salão real foram lançadas muitas flôres e subiram ao ar innumeros foguetes.

A multidão acclamou S. M. el-rei com o maior enthusiasmo.

Em Oliveira de Azemeis — O comboio real parou adiante da estação de Oliveira de Azemeis, no lugar do Forno, porque ainda não estão construidas as avenidas de ligação da estação com a villa.

Tanto no local da estação, e suas immediações, como no ponto de paragem do comboio, agglomerava-se immensa gente, que soltava estrepitosas acclamações. Subiram ao ar innumeros foguetes e uma banda de musica tocava o hymno nacional.

No local onde S. M. el-rei desceu do comboio, era o chefe do Estado aguardado pela camara municipal de Oliveira de Azemeis com a sua bandeira, administrador do concelho, funccionarios judiciaes, administrativos, da fazenda, etc., parochos de diversas freguezias do concelho, corporação dos bombeiros voluntarios, com os seus bellos uniformes, pessoas de representação do concelho e dos concelhos limitrophes.

A guarda de honra era feita por uma força de infanteria 24, com a respectiva banda, e por uma força de cavallaria da guarda municipal do Porto.

S. M. el-rei quiz seguir até aos paços do concelho em automovel descoberto, tomando logar no Panhard-Levassor, do distincto engenheiro snr. Francisco Lima, e a sua comitiva em outros automoveis. Em volta do automovel em que ia el-rei viam-se numerosos estudantes, em continuas acclamações.

Formou-se um cortejo de trens e automoveis, por entre as saudações da multidão colossal que bordava a estrada e as ruas da villa, encorporando-se n'elle quatro bandas de musica.

Quando S. M. el-rei passava em frente do elegante *chalet* da snr.ª D. Joanna Brandão, as filhinhas d'esta senhora offereceram-lhe um formoso *bouquet*.

As ruas estavam embandeiradas e ostentavam escudetes allusivos a S. M. el-rei e á data festiva de hontem. As casas embandeiradas e das janellas pendiam colgaduras de damasco. Á entrada do largo municipal, divisava-se um distico: «Salvè, D. Manoel II!».

O monarcha foi em todo o percurso calorosamente acclamado, acenando as senhoras com os lenços e lançando tal quantidade de flôres sobre o régio visitante, que foi preciso retirar, por duas vezes, parte d'essas flôres.

A concorrencia pelas ruas era colossal, havendo quem a calcule em mais de 15:000 pessoas. Nunca Oliveira de Azemeis reuniu tão crescida multidão. Viam-se muitas pessoas de representação do Porto, de Coimbra e de todo o districto de Aveiro. O enthusiasmo foi sempre extraordinario; um verdadeiro delirio.

Chegando S. M. el-rei aos paços do concelho, subiu á sala das sessões da camara municipal, que tinha sido elegantemente decorada por senhoras da melhor sociedade oliveirense, avultando ao fundo um throno rematado pela corôa real.

O vice-presidente da camara, snr. Augusto da Cunha Leitão, lêu uma allocução.

S. M. el-rei respondeu que lhe era muito agradavel visitar Oliveira de Azemeis, cuja actividade industrial reconhecia. Como rei liberal que se présa de ser, havia de procurar sempre corresponder ao acolhimento carinhoso e enthusiastico que esta villa lhe fazia, pedindo á camara que fosse interprete do seu reconhecimento para com os municipes.

Em seguida, o digno par do reino snr. dr. Ernesto da Costa Souza Pinto Basto, dirigindo-se a el-rei, disse que, filho de um liberal sincero, patriota como os que mais o

são, vinha tributar o seu preito ao monarcha portuguez e ás instituições que S. M. representa.

Dirigindo-se S. M. a uma das varandas do edificio foi, delirantemente acclamado pela multidão compacta, que se comprimia no largo municipal. Era um espectaculo arrebatador o d'aquella molle humana, erguendo os braços e os chapéus em clamorosas saudações.

Ao descer a escadaria, abeiraram-se de S. M. duas gentilissimas senhoras hespanholas, cada uma das quaes dirigiu a el-rei uma quadra de saudação, em castelhano, gentileza que o monarcha muito apreciou.

Na Fabrica de Papel do Caima — Sahindo dos paços do concelho, S. M. el-rei atravessou o largo municipal, ultimamente transformado n'um bello *square* pelo benemerito conde de S. Thiago de Lobão, sendo calorosamente saudado pela enorme multidão e estendendo numerosos estudantes as suas capas, para S. M. sobre ellas passar.

A fim de se dirigir para a Fabrica de Papel do Caima, a oito kilometros de Oliveira de Azemeis, S. M. tomou, em seguida, logar no automovel descoberto Panhard-Levassor, em que foi acompanhado pelos ministros e pelo distincto engenheiro snr. Francisco Lima.

S. M. admirou, durante o percurso, a belleza da paisagem que a estrada atravessa. Chegando ao alto de Sanfins, mandou abrandar a marcha do automovel para poder melhor admirar o espectaculo maravilhoso do sol poente.

Á passagem de S. M. em Macinhata da Seixa, subiram ao ar numerosos foguetes: o professor e alumnos da escola d'aquella freguezia estavam postados ao lado da estrada e soltavam estrepitosos vivas. Quando S. M. passou no alto de Ferreiros, subiu ao ar uma girandola de foguetes.

Chegando á estrada de servidão da Fabrica de Papel do Caima, quiz S. M. seguir a pé. Á entrada d'essa servi-

dão avultava um elegante arco, com bellas decorações de papel, vendo-se n'elle a legenda: «Viva D. Manoel II!».

O portão da fabrica era ladeado de palmas, adornadas de flôres, seguindo-se alinhamentos de mastros adornados de papel de varias côres e festões com folhagem e flôres, tambem de papel.

Chamava a attenção dos visitantes um corpulento pinheiro, todo enfeitado a papel de côres, produzindo o conjuncto o mais bello effeito.

A estrada estava ladeada de numeroso povo, que acclamava freneticamente o monarcha, e junto do armazem de deposito estava postada a phylarmonica do Pinheiro da Bemposta. Ao ar subiram numerosas girandolas de foguetes e n'uma insua proxima da fabrica foi dada uma salva de 21 morteiros.

Á porta do edificio da fabrica, que estava em plena laboração, era o régio visitante aguardado pelo sub-gerente snr. Luiz Carqueja, pelo mestre snr. Manoel Rodrigues de Sá Junior e pessoal disponivel, cahindo sobre S. M. abundantes flôres naturaes e pétalas feitas de papel de variegadas côres, sendo levantados vivas calorosos.

El-rei principiou por examinar a bobinadora, que estava a fabricar uma bobina de papel de $1^{m}.33$ de eixo e $0^{m},80$ de diametro para o «Jornal de Noticias».

D'alli passou á curiosa machina de fabricar serpentinas para o Carnaval, das quaes a Fabrica de Papel do Caima abastece largamente o mercado. Observou com curiosidade a rapidez com que essas serpentinas são produzidas e admirou a perfeição do fabrico mechanico.

Seguiu para a machina cortadeira, que preparava papel para *O Commercio do Porto*, e depois para a curiosissima machina de *confetti*, que da Fabrica do Caima sahem constantemente aos milhares de kilos para todo o paiz.

Mostrou-se S. M. surprehendido com a grande e com-

plexa machina de papel continuo, da qual sahiam amplas tiras de papel por intermedio das prensas e seccantes.

Entrou na sala das transmissões, onde notou a complexidade de machinismos.

Por ultimo, S. M. subiu á sala das refinadoras, examinando com attenção as transformações da polpa, desde que entra na galga até que se dilue nas refinadoras.

Passando á casa do mestre, onde tinha sido arvorado o pavilhão real, S. M. entrou no escriptorio, que estava singela mas elegantemente decorado, vendo-se alli um grupo de cadeiras de sola antigas. N'uma d'ellas tomou assento S. M. e nas restantes os ministros, exc.^{mos} bispo-conde de Coimbra e bispo do Porto. S. M. inscreveu o seu nome e a data da visita no livro de honra da Fabrica e n'elle deixaram tambem o seu nome os ministros e outras pessoas de distincção.

Na sala viam-se, a esse tempo, entre muitas outras pessoas, os snrs. conde de Paçô Vieira, conde de Sucena, conde de S. Thiago de Lobão, visconde de Assentis, conselheiros José Ignacio Xavier, Bernardo Pinto Avides, Manoel de Souza Avides e Ferreira da Silva, dr. Alfredo da Cunha, Clemente Menéres, Manoel Emygdio da Silva, dr. Francisco Correia de Lemos, juiz de direito de Oliveira de Azemeis; dr. Daniel Ribeiro, administrador; Augusto da Cunha Leitão, vice-presidente da camara; engenheiro Francisco Ferreira de Lima, conselheiro João Gualberto Povoas, membros da imprensa, etc.

Chamando o mestre da fabrica, snr. Manoel Rodrigues de Sá Junior, disse S. M. que lhe aprazia fazer-lhe mercê do officialato da Ordem do Merito Industrial e collocou-lhe ao peito as respectivas insignias, apertando-lhe em seguida affectuosamente a mão. Uma calorosa ovação irrompeu de todos os lados.

S. M. el-rei serviu-se do telephonio da fabrica para, communicando com Oliveira de Azemeis, ser transmittido

um telegramma a S. M. a rainha, annunciando o enthusiasmo com que fôra recebido por toda a parte e beijando a mão de sua augusta mãe.

Foi em seguida servido um *lunch* a S. M. el-rei, comitiva e demais pessoas presentes, sendo os taboleiros de prata, com diversas iguarias, apresentados por esbeltas raparigas trajando á maneira d'aquella pittoresca região, o que tanto S. M. el-rei como as outras pessoas acharam interessante.

O nosso collega Bento Carqueja agradeceu, em breves palavras, a visita de el-rei á Fabrica de Papel do Caima, pela deferencia que ella representava para com os fundadores d'aquelle estabelecimento fabril e pelo interesse que S. M. assim demonstra pelos progressos da industria nacional.

Entre as acclamações da multidão que se agglomerava nas cercanias da Fabrica e ao som do hymno nacional, S. M. retirou-se, demonstrando as gratas impressões que levava da visita que acabava de realisar áquelle importante estabelecimento industrial. Quiz S. M. seguir novamente a pé até á estrada que conduz a Oliveira de Azemeis, na qual se viam muitas casas illuminadas, subindo ao ar, de onde em onde, muitos foguetes e ouvindo-se acclamações enthusiasticas.

De regresso — O cortejo de automoveis, com os seus pharoes accêsos, produzia um bello effeito pela sinuosa estrada do Caima.

A fachada da escola official de Macinhata da Seixa estava illuminada a gaz acetylenio e á passagem dos automoveis foram alli queimados muitos foguetes.

Á chegada a Oliveira de Azemeis, a villa estava profusamente illuminada, produzindo o conjuncto o mais bello effeito. Na frontaria dos paços do concelho divisava-se o distico, formado com bicos de acetylene: «Viva D. Ma-

noel u! — 1908». Em algumas janellas accenderam-se fogos de Bengala.

Á passagem de el-rei através das ruas da villa, as acclamações reboavam de todos os lados.

Nas proximidades do local onde S. M. el-rei tomou o comboio, organisou-se uma marcha *aux flambeaux* e as manifestações foram delirantes quando se deu o signal da partida, correndo muitos dos manifestantes ao lado do salão real.

Segundo nos refere o nosso estimado correspondente de Oliveira de Azemeis, á noite tocou no Largo Municipal uma phylarmonica até á meia noite, reunindo-se alli muito povo. Illuminaram muitos predios, reinando sempre a maior animação.

Em differentes pontos da linha houve acclamações a el-rei e subiam ao ar estrepitosas girandolas de foguetes, sendo lançados tambem muitos com bellas luzes de côres.

No dia 10 de dezembro foi organisado o primeiro comboio, composto de carruagens de todas as classes.

No dia 21 do mesmo mez foi definitivamente aberto á exploração o primeiro troço do caminho de ferro, de Espinho a Oliveira de Azemeis.

A descripção da nova linha ferrea é feita nos seguintes termos pelo conselheiro Fernando de Souza, na «Gazeta dos Caminhos de Ferro», de 16 de novembro de 1908:

«Tem esta a sua estação privativa em Espinho, com as precisas installações, do serviço de tracção e um apeadeiro quasi em frente da estação da Companhia Real.

Nos primeiros sete kilometros, através de terreno plano e vestido de pinhaes, nada se mostra digno de menção, além da pequena estação de Oleiros.

Vai-se depois subindo até S. João de Ver ao kilometro 14.2 encontrando-se ao kilometro 9.2 o apeadeiro de Paços de Brandão. Com ligeiras ondulações de perfil segue a linha até á estação da Feira ao kilometro 19.7 além da qual continua subindo até o apeadeiro de Arrifana ao kilometro 23.6 descendo depois para as estações de S. João da Madeira ao kilometro 25 e para a de Cocujães ao kilometro 29,7. Depois de transpôr a ribeira proxima n'uma ponte de 5 metros, sobe-se quasi ininterruptamente até á estação de Oliveira de Azemeis ao kilometro 33.

A planta é flexuosa, como o exigia a mediana accidentação do terreno. Apesar d'isso, o raio das curvas não desce abaixo de 110 metros, sendo este limite attingido apenas em 3 ou 4 curvas.

O minimo intervallo entre curvas de sentido contrario é de 43 metros.

A rampa maxima é de 24 millimetros, applicada apenas em alguns traineis, cuja extensão somma cerca de 3 kilometros. As obras d'arte correntes são innumeras, bem como as passagens de nivel. As unicas obras d'arte especiaes são a ponte de Cocujães, a que já me referi e as tres passagens superiores, de bello effeito.

As terraplenagens nas proximidades da estação da Feira são importantes, havendo trincheiras que attingem a cota de 12 metros e aterros de 9 metros.

Os patamares das estações téem, em geral, 250 metros de extensão.

As platafórmas são amplas e desafogadas, com largas entrevias que permittem o assentamento futuro de novas linhas de resguardo, se o desenvolvimento do trafego o exigir.

Os edificios são restrictos ao indispensavel, conforme

o criterio de uma exploração economica, com o armazem contiguo ao edificio de passageiros, em condições de possivel ampliação futura d'este. A sua construcção é esmerada e de aspecto agradavel.

Os carris são de aço, com 12 metros de comprimento e cerca de 25 kilogrammas de peso, fixados por *tirefonds* a travessas de pinho creosotado e ligadas por talas, das quaes a interior é de cantoneira.

A exploração vai ser feita com machinas-*tender* de typo *ten-roheel*, tres eixos conjugados e *bougie* á frente, com 1,10 metro de diametro de rodas, 12 kilogrammas de pressão na caldeira e 38 toneladas de peso em serviço, possantes de mais talvez emquanto o trafego não attingir ás proporções normaes.

A região percorrida pela linha é encantadora, sobretudo nos arredores da Feira e desde Arrifana até Oliveira de Azemeis, estação que serve a importante fabrica de papel do Caima.

É uma linha que os excursionistas devem visitar, mórmente quando estiver ligada com Vizeu e Aveiro.»

A proposito da visita de el-rei D. Manoel II a Oliveira, daremos algumas informações sobre outras visitas régias.

Por occasião do cêrco do Porto, aqui passou D. Miguel I. Pernoitou na casa do Buraco, de Cocujães, pertencente a Alexandre Luciano Soares de Albergaria.

A rainha D. Maria II, el-rei D. Fernando, seus filhos o principe real e duque do Porto, com uma luzida comitiva, na qual vinham os duques de Saldanha e da Terceira, visconde da Carreira e

outros titulares, aqui chegaram a 28 de abril de 1852, pelas 10 horas e meia da manhã. Dirigindo-se á igreja, assistiram ao *Te-Deum* que ahi se celebrou, e depois, entrando na casa dos paços do concelho, completamente adornada, tomaram alli um almoço, mandado preparar pela camara. Em seguida, déram beija-mão ás auctoridades, funccionarios publicos e demais pessoas presentes. Ao meio-dia, partiram em direcção aos Carvalhos, onde pernoitaram; e a 29 a real familia e o seu sequito, fizeram a sua entrada luzida e pomposa na cidade do Porto.

Em 18 de novembro de 1860 chegou a esta villa, pela uma hora da tarde, el-rei D. Pedro v, acompanhado dos infantes D. João e D. Luiz, e do seu camarista marquez de Ficalho. Pernoitaram na casa do estimado oliveirense Bernardo José da Costa Basto, e seguiram para a cidade do Porto no dia 20, ás 6 horas da manhã, onde entraram n'este dia para assistirem á exposição agricola; e voltaram no dia 26, entrando aqui ás 6 horas da noite, havendo-se juntado á comitiva real o duque de Loulé, o ministro das obras publicas Thiago Horta, conselheiro Leça, general Caula, etc. Tornando a pernoitar na casa já mencionada, partiram d'esta villa para a capital na manhã do dia 27.

El-rei D. Pedro v tornou a passar por esta villa em 23 de agosto de 1861. Veio acompanhado de seu irmão D. João, marquez de Ficalho, e ajudan-

te, pernoitando no palacete do respeitavel cavalheiro Bernardo José da Costa Basto. No dia 24, pelas 8 horas da manhã, depois de visitarem o asylo de infancia desvalida, n'esta villa, partiram para a cidade do Porto, com o fim de assistirem á exposição industrial.

O principe Humberto (depois rei da Italia) irmão de S. M. a rainha D. Maria Pia, veio em visita á cidade do Porto, sendo acompanhado pelo embaixador de Italia em Portugal, e por varios titulares e fidalgos d'ambos os paizes. Chegou a esta villa ás 11 horas do dia 23 de outubro de 1862, e subindo com a sua comitiva a lanchar na casa da estação da mala-posta (antiga casa dos Sequeiras), demoraram-se até depois do meio dia, e partiram em direcção áquella cidade. Foi esperado n'esta villa pelas auctoridades, empregados, e crescido numero de cavalheiros, que se apresentaram para saudar o principe. No dia 26, pelas 11 horas da manhã, havendo partido do Porto, S. A. real e o seu sequito, por aqui voltaram, jantando na casa da mala-posta, e n'esse dia voltaram á capital, repetidos os mesmos festejos.

El-rei D. Luiz I chegou aqui, com a rainha D. Maria Pia, em 20 de novembro de 1863, pelas 10 horas da noite, pousando no palacete, a que já nos temos referido. Acompanhavam SS. MM. o seu camarista marquez de Ficalho, Braamcamp, ministro do reino, general Passos, conde de Val de Reis,

Sette, official do gabinete do ministro do reino, e Magalhães Coutinho. Vinham tambem a duqueza da Terceira e D. Gabriella Linhares.

Foram recebidos com as maiores demonstrações de regozijo; tendo chegado na vespera uma força do regimento n.º 5 de infanteria com bandeira e musica, para guarda de honra de SS. MM. Tocava esta musica, a de S. Thiago, e a de Arouca; queimaram-se girandolas de foguetes; os paços do concelho, as torres da matriz, as casas dos habitantes, tudo embandeirado e coberto de damascos, e uma brilhante illuminação, achando-se as ruas juncadas de verdes, e flôres. No dia 21 partiram para o Porto.

No dia 5 de dezembro, pelas 3 horas e meia da tarde, por aqui voltou o prestito real, sendo recebido enthusiasticamente pelas auctoridades, pessoas importantes do concelho e povo, que o acompanharam ao palacete de que já fallamos, onde SS. MM. e comitiva repousaram, seguindo para a capital.

CAPITULO XIV

INSTRUCÇÃO POPULAR

Bem minguados são os recursos de que dispõe o povo d'este concelho para a sua instrucção. Nem todas as freguezias téem escolas para os dois sexos.

Todavia, Oliveira de Azemeis é séde de um circulo escolar, hoje confiado ao illustrado sub-inspector José Sequeira Vidal.

Téem escolas para os dois sexos — Carregosa, Cezár, Cocujães, Ossella, Oliveira de Azemeis, Pinheiro da Bemposta, S. João da Madeira, S. Martinho da Gandara e S. Thiago de Riba d'Ul. Total, 9.

Téem escolas só para o sexo masculino — Loureiro, Macinhata, Nogueira, Palmaz, Pindello, S. Roque e Ul. Total, 7.

Tem escola mixta — Madail.

Não téem escola para nenhum dos sexos — Fajões, Travanca e Macieira. Total, 3.

Faltam, portanto, 13 escolas primarias no nosso concelho.

Das 26 escolas acima especificadas, só 18 téem edificios proprios, o maior numero construidos por iniciativa particular, como passamos a vêr:

Edificios construidos por iniciativa particular ou local

Carregosa (um edificio para os dois sexos): doação de Sebastião José Vasques e sua esposa D. Eduarda Elisa de Souza Vasques.—*Cocujães* (um para cada sexo): o do sexo feminino foi feito a expensas do fallecido visconde de Carregosa; o do sexo masculino foi mandado construir pela junta de parochia, auxiliada pelo governo. — *Oliveira* (para o sexo masculino): legado do conde de Ferreira.—*Ossella* (para o sexo masculino): foi doado pelo benemerito snr. José Bento Pereira, filho d'esta freguezia. — *Madail* (para escola mixta) mandado construir por D. Urraca Dourado Moreira, como preito á memoria de seu marido Joaquim Moreira Junior, doando ao Estado este edificio por escriptura publica de 14 de julho de 1908.—*S. Martinho* (para o sexo masculino): construido por subscripção aberta na freguezia. Em 1906, Manoel Lourenço da Silva, da freguezia de S.ª Martinho, legou á camara municipal a quantia de réis 1:000$000 para construir uma escola na sua freguezia. A camara ainda não recebeu este legado.—*S. Roque* (para o sexo masculino): construido pela junta de parochia, que tambem cedeu o terreno, sendo a construcção subsidiada pelo Estado.—*S. Thiago de Riba d'Ul* (um para cada sexo): construidos com o producto de subscripções abertas na freguezia.—*Pindello* (para o sexo masculino): foi construi-

do por subscripção aberta na freguezia e secundada por alguns filhos da terra, residentes no Brazil. O governo subsidiou a obra com a quantia de 600$000 réis.—Total, 11 edificios.

Edificios construidos pelo Estado

Oliveira de Azemeis (para o sexo feminino).—*S. Martinho* (sexo feminino).—*Macinhata* (para o sexo masculino).—*S. João da Madeira* (um edificio para os dois sexos).—*Pinheiro da Bemposta* (para o sexo masculino).—Total, 5 edificios.

Não téem edificio proprio para escola

Cezár (dois sexos).—*Fajões* (dois sexos).—*Loureiro* (dois sexos).—*Nogueira* (dois sexos).—*Ossella* (sexo feminino).—*Palmaz* (dois sexos).—*Pinheiro da Bemposta* (sexo feminino)—*Ul* (dois sexos).—*Macieira* (dois sexos).—*Macinhata* (sexo feminino).—*Pindello* (sexo feminino).—*Travanca* (dois sexos).—*S. Roque* (sexo feminino).

Está em construcção, por conta do Estado, o edificio para as escolas dos dois sexos do *Loureiro*.

Faltam, portanto, ao concelho 8 edificios proprios para as escolas creadas e, ao todo, 21 edificios para que o ensino popular seja ministrado nas devidas condições.

N'outros tempos professavam-se aqui disciplinas de instrucção secundaria.

Em outubro de 1844, a camara municipal representou ao governo pedindo a creação de uma cadeira de grammatica latina, por intermedio do

deputado José Caldeira, juiz de direito d'esta comarca; mas perturbações politicas obstaram ao bom exito da empreza.

Por decreto de 6 de julho de 1853, a instancias do benemerito deputado por este circulo, o nosso illustre patricio José da Costa Souza Pinto Basto, depois par do reino, foi emfim creada uma cadeira de grammatica latina e latinidade para esta villa, sendo nomeado professor o padre João Patricio da Silva, que tomou posse no dia 22 do dito mez e anno e principiou a regel-a no dia 27.

Em pouco tempo, a concorrencia dos alumnos mostrou a necessidade que d'ella havia; porquanto no anno de 1856 já se contavam 36 estudantes.

Com aproveitamento sahiram muitos, e alguns seguiram honrosas carreiras.

Por decreto de 11 de maio de 1855 fôra tambem creada uma cadeira da lingua franceza n'esta villa, exercida pelo mesmo professor.

Passados alguns annos, porém, o governo tomou a resolução de dar por findas as cadeiras de grammatica latina nas terras onde ellas fossem vagando, por fallecimento ou jubilação dos seus regentes, passando aquelle estudo aos lyceus dos respectivos districtos.

D'esta fórma, havendo-se jubilado o professor padre João Patricio da Silva, ficou Oliveira de Azemeis privada de tão importante melhoramento.

CAPITULO XV

A INDUSTRIA CONCELHIA

Tem importancia industrial e agricola o concelho de Oliveira de Azemeis. Bastará mencionar a industria do vidro, na villa, e a dos chapéus, em S. João da Madeira.

Vidro—A industria vidreira é aqui muito antiga, segundo Pinho Leal [1].

A primeira fabrica de vidros que houve em Portugal, foi a do Côvo, na freguezia de S. Pedro de Villa-Chã.

«Não achei dados—diz—que certifiquem o anno da sua fundação; apenas consta que já existia em 1484, pois que então D. João II ordenou por uma provisão que em

[1] «Portugal Antigo e Moderno», tom. 5 e 6, pag. 79.

Portugal se não podesse estabelecer outra fabrica de vidros, sem consentimento e auctorisação de Diogo Fernandes (como as letras de provisão estão bastante apagadas, não se póde verificar se é Diogo, Domingos ou Dionisio; mas parece mais ser o primeiro nome) dono d'esta fabrica.

Não se sabe se a provisão de D. João II foi derogada, ou se o proprietario deu licença para se fabricar vidro na villa de Coina (no Ribatejo, comarca de Aldeia Galliega): o que é certo é principiar alli esta industria em 1498, mas em muito pequena escala.

Em 1580, porém, já a fabrica de Coina produzia artefactos de vidro que rivalisavam com os do Côvo, e em tão grande quantidade, que lhe faziam prejudicial concorrencia. Então, o proprietario da fabrica do Côvo, prevalecendo-se dos seus antigos privilegios, queixou-se ao rei (D. Affonso V) que, por provisão d'esse mesmo anno, ordenou que a fabrica de Coina só podesse vender louça de vidro desde a margem esquerda do Mondego até ao Guadiana, e a do Côvo desde o rio Minho, até á direita do Mondego. Para o estrangeiro e ultramar podiam exportar ambas, sem restricção.»

Duvidamos da exactidão de alguns dos factos apontados n'esta noticia.

Actualmente, ha n'esta villa tres fabricas de vidro: uma no Côvo, outra em Laçôes de Cima e outra em Bustello.

Chapellaria—A industria de chapellaria tem grande importancia na freguezia de S. João da Madeira, onde é bastante antiga, podendo affirmar-se que já em meados do seculo XVIII ahi se fabricavam chapéus de lã.

Esta industria abrange tres ramos: chapéus de lã, chapéus de pello de coelho e apropriagem. Consideremos cada um d'elles separadamente:

Chapéus de lã—Segundo informação de um technico habilissimo, Antonio José de Oliveira Junior, a producção annual d'esta industria póde calcular-se actualmente em 150:000 chapéus. O fabríco é manual.

As fabricas de chapéus existentes são doze, a saber: Albino Francisco Dias, Antonio Alves Martins, Francisco Luiz da Costa & Filho, Antonio José Valente da Silva, Domingos Ferreira de Oliveira & Filho, Manoel da Costa Lima & Filho, Manoel Gomes da Cruz, Manoel Henriques Soares, Manoel Luiz Leite e Domingos Gomes da Cruz.

Chapéus de pello de coelho—Data de 1892 a installação d'este ramo industrial em S. João da Madeira, onde foi creada n'aquella data, por Antonio José de Oliveira Junior, hoje socio da firma Oliveira, Palmares & C.ª.

Existe uma fabrica a vapor, de Oliveira, Palmares & C.ª, que é uma das principaes do paiz, com uma capacidade productora annual de 200:000 chapéus.

Apropriagem—Comprehendem os revendedores que compram ás fabricas os chapéus em feltro e os acabam e vendem por conta propria.

Existem sete officinas, a saber: Cunha & Duarte, Manoel Gomes da Cruz, Manoel Luiz Leite,

Pinho & Irmão, Silva & Irmão, Soares, Silva & Dias e Vieira & Paes.

Papel — A Fabrica de Papel do Caima está estabelecida á margem d'este rio, no logar de Ferreiros, freguezia de Palmaz. Foi fundada por iniciativa do *Commercio do Porto*.

A sua installação obedece aos mais modernos progressos d'esta industria. Tem motores hydraulico, a vapor e electrico.

Fabríca já papeis de impressão, papeis de embrulho, papeis para diversas applicações industriaes, serpentinas e *confetti*.

Foi premiada na exposição de S. Luiz de Missouri.

No logar da Povoa, freguezia de Carregosa, ha uma fabrica de papel, com motor hydraulico, que pertenceu ao morgado da Povoa. Foi fundada em 1858 e teve menção honrosa na exposição industrial portuense de 1861.

Lanificios — Na freguezia de Palmaz, junto ao Caima, existe uma fabrica de lanificios, montada por José da Costa Souza Pinto Basto, Bernardo José da Costa Basto e José Marques de Carvalho. Pertence agora á firma Costas & Carvalho, representada por Joaquim Augusto da Costa Basto.

Esta fabrica dispõe de um bom motor hydraulico, teares mechanicos, carruagens de fiação, etc.

Foi premiada na exposição industrial do Porto.

Industria mineira — As minas mais importantes do concelho são as denominadas *Minas de Pintor*, situadas na freguezia de Nogueira de Cravo.

O terreno em que se encontram é composto de schistos luzentes, calcareos crystallinos de precambrico e archaico (paleosoico).

O minerio é o mispickel, ou pyrite arsenical.

O jazigo apresenta-se sob a fórma de filões, quasi verticaes.

D'estes filões estão em exploração os seguintes: Ernesto, Manoel Luci, Kitty e Cooper.

A extracção do minerio faz-se por um unico poço, e por meio de cubas de madeira, que descarregam n'uma tremonha, por onde o minerio é elevado para as officinas de preparação mechanica.

Além da officina de preparação mechanica, faz-se aqui todo o tratamento metallurgico, com o qual se obtém o *acido arsenioso em pó* (arsenico).

O processo consiste n'uma ustulação seguida de uma sublimação dos productos em camaras de condensação. O acido arsenioso assim obtido é depois refinado por uma nova distillação.

Em 105 fornos de ustulação ordinaria trata-se o minerio graudo; e ha um forno girante Oxland para o minerio miudo.

As camaras de condensação são de alvenaria.

O pessoal affecto aos diversos serviços compõe-se de 294 pessoas, assim distribuidas:

Administração e direcção technica, 17; mineiros, 130; officinas, 14; extracção, 1; esgoto, 1; tratamento mechanico, 77; officina metallurgica, 34; construcção, 20.

Em 1906, o arsenico refinado e preparado para o mercado foi 1.322.250 tonelladas.

Todo este arsenico é exportado para Inglaterra e outros paizes.

O valor do acido arsenioso no mercado, é, por tonelada metrica, 12 £.

A despeza total da lavra foi de 74:283$840 réis.

Ceramica — Ácerca d'esta industria lê-se o seguinte n'um «Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2.ª circumscripção dos serviços technicos da industria» (1905), publicado pela direcção geral do commercio e industria:

«N'este concelho exerce-se a industria ceramica nas freguezias de Ossella e Palmaz, fabricando-se na freguezia de Ossella louça ordinaria de côr preta, côr que é unicamente devida ao processo da cosedura, e na freguezia de Palmaz sómente telha ordinaria. Tambem nas freguezias de Oliveira de Azemeis, logar de Lações de Cima e Nogueira do Cravo, logar de Bustello, onde estão installadas duas fabricas de vidro, se exerce esta industria, mas só para uso particular das duas fabricas.

Freguezia de Ossella.—N'esta freguezia ha uma peque-

nissima industria caseira de fabríco de louça preta ordinaria.

Sobre o processo de fabríco e fórma de cosedura nada acrescentarei ao já dito varias vezes, por ser tudo exactamente igual.

O barro é extrahido no logar de Lordello, que fica a 2 kilometros, pouco mais ou menos, da pequena fabrica.

O pessoal empregado é apenas a familia da casa, pai com 45 annos de idade, dois filhos e uma filha de 16 a 20 annos.

Fabricam panellas, fogareiros e testos, sendo os preços iguaes aos de Barbito e Macieira de Cambra.

A producção annual regula por 150$000 a 200$000 réis.

Em todos os logares da freguezia de Palmaz se fabríca telha, havendo um forno em Valle de Maceiros, um na Quintã, quatro em Nespereira de Baixo, dois em Nespereira de Cima, um nas Fontainhas, um em Valle da Cal e um na Loureira, ao todo 11 fornos.

O processo do fabríco é ordinario e já descripto.

Os fornos usados para a cosedura são iguaes aos de Casal Comba, concelho da Mealhada.

Apenas trabalham nos mezes de verão; n'estes mezes, porém, o trabalho extraordinario. E' curioso vêr a azafama d'aquella pobre gente para arranjarem os seus pequenos depositos de telha para venderem no inverno, nas freguezias proximas.

Cada grupo de tres pessoas, dois homens, sendo um o dono, e uma mulher, e além d'esses um carreiro, trabalham n'um forno, e são elles que fazem todo o serviço, mesmo o de enfornar e desenfornar.

A idade de todos estes operarios oscilla entre 20 e 50 annos.

Os preços dos jornaes são 300 réis para os homens, 120 réis para as mulheres e 1$200 para os carreiros.

Cada forno produz, annualmente, 10 fornadas de 6 milheiros cada uma, que vendem de 3$000 a 4$500 réis cada milheiro.

A producção annual regula por 2:250$000 réis.

Nas fabricas de vidro de Bustello e Lações é exercida a industria ceramica para uso particular d'ellas, como já disse.

Em ambas as fabricas fabricam potes para derreter o vidro, tijollos para os fornos, tampas para as boccas dos fornos e rodelas para dentro dos potes.

Na massa para o fabrico dos potes entra barro crú do Casal dos Ovos, Leiria, barro cosido da mesma procedencia, e barro branco do Côvo; não posso, porém, indicar a dosagem, por ser segredo dos fabricantes.»

Lacticinios — Estão montadas em diversos pontos do concelho grande numero de desnatadeiras, para a fabricação da manteiga, o que tem animado muito a industria pecuaria.

Oxalá venham a constituir-se um dia as cooperativas de lacticinios, que em outros paizes téem produzido excellentes resultados.

CAPITULO XVI

ESTATISTICA CONCELHIA

Vamos procurar resumir alguns dados que dizem respeito ao nosso concelho.

Comecemos pela população.

O nosso concelho tem 160,30 kilometros quadrados de superficie e sendo de 29:363 almas a sua população segue-se que correspondem 183 habitantes a cada kilometro quadrado. Em Ovar correspondem 150; em Estarreja 190.

A freguezia mais populosa do nosso concelho é a do Couto de Cocujães, seguindo-se a de S. João da Madeira e vindo depois a de Oliveira de Azemeis.

O augmento da população n'este concelho tem sido pequeno. Effectivamente, de 1864 para 1878, isto é, em 14 annos, os censos indicam diminuição, em vez de augmento, e de 1878 para 1900 o au-

gmento não passou de 13 por cento. A freguezia em que, n'estes 22 annos, o augmento foi mais sensivel é S. João da Madeira, onde esse acrescimo attingiu 23 por cento.

Eis a população recenseada em 1864, 1878 e 1900:

	1864	1878	1900
Carregosa	1:440	1:425	1:558
Cezár	836	736	810
Cocujães	3:381	3:286	3:817
Fajões	973	819	1:044
S. Martinho da Gandara	1:343	1:184	1:388
Loureiro	2:792	2:283	2:668
Macieira de Sarnes	398	370	413
Mancinhata de Seixa	512	526	573
Madaíl	342	373	417
S. João da Madeira	2:224	2:362	3:085
Nogueira do Cravo	479	461	715
Oliveira de Azemeis	2:287	2:424	2:805
Ossella	1:390	1:262	1:465
Palmaz	939	1:051	1:106
Pindello	971	870	824
Pinheiro da Bemposta	1:635	1:513	1:708
S. Thiago de Riba d'Ul	1:198	1:312	1:366
Travanca	631	592	718
Ul	1:280	1:445	1:798
Villa Chã	901	975	1:085
	25:952	25:269	29:363

A população do concelho classifica-se da seguinte fórma por profissões, segundo o censo de 1900:

Trabalhos agricolas	16:796
Pesca e caça	5
Extracção de materias mineraes da superficie do sólo	694
Industria	8:008
Commercio	1:706
Força publica	11
Administração publica	76
Profissões liberaes	479
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	181
Trabalhos domesticos	559
Improductivas. Profissão desconhecida	367

No concelho de Oliveira de Azemeis ha, segundo o censo de 1900, 6:903 familias, sendo 832 de uma pessoa, 1:098 de duas, 1:071 de tres, 1:053 de quatro, 835 de cinco, 713 de seis e 1:243 de sete e mais.

Em 1900, n'este concelho, havia 12 cegos de um olho e 30 cegos dos dois, 15 surdos-mudos, 16 idiotas e 4 alienados.

O concelho de Oliveira de Azemeis paga as seguintes contribuições (1907):

Predial e addicionaes	15:400$932
Industrial	6:032$311
Renda de casas e sumptuaria	1:822$902
Decima de juros	3:184$339
Direitos de mercê	342$041
Contribuição de registro gratuito	3:561$484
Contribuição de registro oneroso	5:879$869
Imposto sobre minas	1:195$276
Emolumentos diversos	901$394
	38:320$548

O numero de predios descriptos na matriz e o rendimento collectavel são os seguintes (1907):

	Numero de predios	Rendimento dos urbanos	Rendimento dos rusticos
Carregosa	5:247	923$420	3:603$009
Cezár	2:323	596$190	2:448$345
Cocujães	4:367	4:883$217	3:556$909
Fajões	3:145	384$340	2:833$595
Loureiro	6:501	1:426$099	5:077$417
Macieira de Sarnes	1:380	291$192	1:753$828
Macinhata de Seixa	1:368	577$491	1:567$469
Madaíl	1:174	578$525	909$167
Nogueira de Cravo	1:204	421$429	1:857$837
Oliveira de Azemeis	2:887	7:489$119	3:434$820
Ossella	5:669	755$721	4:276$415
Palmaz	3:926	810$496	1:651$120
Pindello	3:681	392$024	2:459$822
Pinheiro	3:893	1:314$104	2:558$263
S. João da Madeira	2:585	2:029$414	4:656$026
S. Martinho da Gandara	3:857	1:108$962	3:616$225
S. Roque	2:492	492$540	1:660$505
S. Thiago de Riba d'Ul	2:645	701$513	2:623$133
Travanca	2:579	586$645	1:623$226
Ul	2:250	1:948$450	1:592$115
	63:173	27:710$891	53:759$246

CAPITULO XVII

HOMENS ILLUSTRES

Em todos os tempos, tem dado o concelho de Oliveira de Azemeis homens prestimosos á patria, na philantropia, nas armas, nas lettras, na sciencia, na religião, no commercio, na industria, na politica e no funccionalismo.

Enumeral-os a todos seria tarefa demasiado extensa. Por isso, limitamo-nos a apontar alguns dos principaes:

Dr. Christovão Alão de Moraes—Nasceu em S. João da Madeira, a 13 de maio de 1632.

Foi baptisado na matriz d'esta freguezia; mas, tendo sido culpado de heresia o padre que o baptisou, tornou a ser baptisado na igreja de S. Nicolau, da cidade do Porto.

Formou-se nas faculdades de direito canonico, de que fez conclusões magnas a 28 de março de 1652, e do civil

em 19 de abril de 1661. Leu no Desembargo do Paço em Lisboa, aos 20 de julho de 1661 e foi despachado em 16 de dezembro de mesmo anno juiz de fóra de Torres Vedras. Posteriormente foi nomeado juiz dos orphãos do Porto, corregedor de Pinhel, Riba Côa, Coimbra, etc., e desembargador e corregedor do civel da Relação e Casa do Porto.

Compôz e escreveu varios livros de algum merecimento, entre elles uns commentarios ás obras de Sá de Miranda e á Ulyssêa, de Gabriel Pereira de Castro. Foi tambem um genealogista distincto e auctor da *Sedatura lusitana hispanica e da Pedatura Lusitana*, obras repletas de apontamentos genealogicos e heraldicos, em 11 tomos manuscriptos existentes na Bibliotheca Publica do Porto, onde ainda hoje são frequentes vezes consultados.

Era filho primogenito do capitão de mar e guerra, Balthazar Alão de Moraes (que morreu de 25 annos de idade, n'aquelle adiantado posto, ganho pela sua bravura e grandes serviços.)

O dr. Alão casou com D. Joanna Thereza de Carvalho, filha de Antonio de Carvalho, creado da rainha D. Luiza de Gusmão, e de sua mulher D. Catharina, que foi ama de leite de D. Affonso VI e de D. Pedro II. Residiu no Porto n'uma velha casa do antigo Bêco dos Redemoinhos, junto á Cathedral que elle adquiriu e transmittiu aos seus descendentes (1).

Morreu a 19 de maio de 1693.

Está sepultado na Sé do Porto, na capella da Vera Cruz e Santa Helena, construida em 29 de outubro de 1381 por fr. Domingos Geraldes Alão, conego da mesma Sé, prior de Ferronella e commendador de Rio-Meão. Esta capella ainda hoje se chama «dos Alões».

(1) Vidè sobre esta curiosa casa o artigo publicado no Portugal Artistico» — 1.ª série, 1905 — Liv. Magalhães & Moniz — Porto, pag. 545 e seg.

Este inclito varão reuniu ao seu muito saber uma grande virtude e muita rectidão e solicitude no cumprimento dos deveres que lhe impunham o desempenho dos seus muitos e varios empregos.

D. Simão de Sá Pereira, bispo de Lamego — No capitulo v, da «Historia ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego», escripta por D. Joaquim de Azevedo, fidalgo capellão da Casa Real, conego regular de Santo Agostinho, abbade reservatorio de Sedavim e parocho da Várzea, e continuada e annotada por *um conego da Sé de Lamego*, livro impresso em 1878, no Porto, na typographia do «Jornal do Porto», e de que ha hoje raros exemplares, encontra-se, a pag. 78, o que vamos transcrever e em que se attribue a este bispo a naturalidade de Coimbra, sendo mais provavel, porém, que nascesse em Pinheiro da Bemposta e que a confusão venha de terem residido, mais tarde, seus paes em Coimbra.

D. Simão de Sá Pereira, bispo de Lamego, natural de Coimbra, filho de Ruy de Sá Pereira, primo de Bartholomeu de Sá, avô de João de Sá Pereira, dos Sás de Condeixa, junto a Coimbra, mui illustres, e da primeira nobreza, mais esclarecida em virtudes e doutrina; sendo inquisidor em Lisboa, foi promovido á cadeira episcopal de Lamego; governou este bispado desde 1573 até 1579, sempre doente, por isso, pediu mudança para o Porto, em que não chegou a viver dois annos. Em Lamego, fez um prazo a Simão Alvarenga, official da correcção, a 10 de outubro de 1578; e a 22 de novembro do mesmo anno seu provisor Antonio Gaspar, abbade de Britiande, fez trasladar pelo notario Pedro Vaz as palavras do testamento do arcediago de Riba Côa, João Rodrigues, em que deixou um anniversario de cinco missas. Em 1576 se passou em Roma, a 6 de setembro, a declaração dos cardeaes interpretes do Concilio Tridentino, sobre o estatuto de cem dias de recreação, não revogados na sessão 24.ª, cap. II, cujo estatuto confirmou a Sé apostolica. Vinha dirigida ao bispo de Lamego, D. Manoel, mas já o era D. Simão. De Lamego, escreveu o deão D. Diogo Leitão para Roma a 8 de novembro de 1578, dizendo que o bispo D. Simão estava nomeado para acompanhar o rei a Africa, mas que por doente ficára em Coimbra. A 9 de julho de 1579, se passou instrumento de quitação do quartel da Paschoa, que o

cardeal Alexandre Farnezi, tinha em Lamego, passada ao bispo D. Simão: eram réis 150$000; d'elle consta ter este cardeal pensões nos bispados do Porto e Vizeu.

A 5 de outubro de 1580, escreveu o dito D. Simão ao cabido, estando em Arouca, aonde diz foi a certo negocio. Em maio de 1579, seu vigario geral, Pedro Homem de Almeida, abbade de Soutello, mandou trasladar uma verba do testamento de Ruy Lopes de Rebello pelo notario Pedro Vaz. A 11 de setembro do mesmo anno, passou procuração para se transferirem á cathedral uns obitos, que havia nos padres conventuaes de S. Francisco, por se terem extincto os ditos padres, a que succederam os capuchos, o que escreveu o notario Antonio Vièira, e assignou o bispo. No dia da Assumpção de 1580, já estava no Porto, quando o senhor D. Antonio, prior do Crato, tomou o Porto, d'onde se retirou o bispo, e Pantaleão de Sá, capitão-mór do Porto; mas expulso o senhor D. Antonio, passado um mez, voltou o bispo e o capitão-mór. Visitou este prelado seu bispado, pai dos pobres, allivio dos opprimidos, consolador dos afflictos, pelas guerras, desgraças, captiveiro de Africa e do reino cheio de calamidades.

Chamado ás côrtes de Thomar, ahi adoeceu gravemente antes d'ellas começarem, sem nem ainda poder fallar ao rei Filippe. Morreu em Thomar, em março de 1581, assistindo a suas exequias todos os prelados e nobreza junta para as côrtes. Veja-se D. Rodrigo da Cunha, na «Historia ecclesiastica dos bispos do Porto», parte 2.ª, cap. XXXVIII. Em seu tempo e do predecessor, governaram a Igreja Catholica S. S. Pio V Gregorio XIII. Foram imperadores da Allemanha, Maximiliano e Rodolpho. Viu no throno de Portugal, D. Sebastião, D. Henrique e Filippe, o Prudente, ao qual esperava em Thomar, quando morreu.

D. Frei Caetano Brandão — Nasceu na freguezia de Loureiro, em 11 de setembro de 1740 e foram seus paes Thomé Pacheco da Cunha, sargento-mór de ordenanças e sua mulher D. Maria Josepha da Cruz.

Com a idade de 19 annos, tomou em Coimbra o habito da Ordem de S. Francisco e em seguida frequentou a Universidade, onde tomou o grau de bacharel em theologia.

Foi convidado para professor de philosophia do Convento de Jesus, em Lisboa, e alli esteve desde 1774 até 1777, em que foi mandado para o novo collegio denominado do Espirito Santo, que a sua Ordem fundára em Evora.

Foi nomeado bispo do Pará, em 1782, aonde chegou em

de outubro de 1783, melhorando desdo logo o seminario praticando actos de caridade que lhe grangearam a maior neração dos seus diocesanos. Em menos de quatro an-s de governo da diocese conseguiu abrir um hospital ra doentes pobres e um asylo de educação para meninas bres e orphãs, tudo construido á custa de esmolas que e mendigava de porta em porta.

Visitou por quatro vezes a sua diocese, indo na ulti-a até ao extremo d'ella, á fronteira do Brazil com o Perú. n 25 de junho de 1788 recebeu a communicação de estar meado arcebispo de Braga, o que muito o desgostou, mas e, por obediencia, teve de acceitar. Em 9 de agosto de 99, deixou o Pará, chegando a Lisboa a 20 de outubro, e i se conservou até agosto do anno seguinte, aguardando bullas da sua confirmação. A 16 de agosto de 1790, diri-a-se á sua terra natal, onde permaneceu até 16 de setem-o, em que partiu para Braga, em liteira, tendo festiva cepção no Porto, e sobretudo na sua archidiocese, á qual ou nobres exemplos de dedicação pastoral e de humil-de christã.

Chegado alli tratou logo de melhorar o ensino eccle-stico e espalhou por toda a parte as suas benemerencias.

Visitou por tres vezes a sua vasta diocese; reformou o minario Archidiocesano; fundou o de S. Caetano para phãos e desvalidos, cujo numero nos ultimos annos da a vida se elevava já a 150; estabeleceu premios pecunia-s para animar a agricultura e industrias caseiras, e rea-ou em Braga, em março de 1793, a primeira exposição lustrial que houve em Portugal.

Falleceu em 15 de dezembro de 1805.

José Victorino Barreto Feio — Nasceu no logar do rmal, da freguezia de S. Martinho da Gandara, em 1782.

Foram seus paes, Domingos Manoel de Vasconcellos e Maria de Vasconcellos Barreto Feio.

Entrou no convento de Alcobaça, mas não professou. Assentou praça no regimento da brigada real da marinha. Passou para o exercito da terra e combateu na guerra peninsular. Em 28 de janeiro de 1813 foi promovido a capitão de cavallaria 3. Foi eleito deputado ás côrtes constituintes de 1821 pela provincia do Alemtejo, distinguindo-se pelas suas ideias democraticas. Pela quéda da Constituição em 1823, teve de emigrar e foi riscado dos quadros do exercito. Jurada a Carta em 1826, foi reintegrado e eleito deputado pelas provincias da Beira, Alemtejo e Estremadura.

Havendo-se revolucionado o Porto contra as pretensões de D. Miguel, em maio de 1828, José Victorino Barreto Feio foi nomeado pela Junta, que então alli se organisou, inspector dos corpos de voluntarios da mesma cidade e reintegrado no posto de tenente-coronel de cavallaria. Mallogrado o movimento constitucional, emigrou para Inglaterra, d'onde passou ao Brazil, vindo depois estabelecer-se em Hamburgo, onde publicou, com José Gomes Monteiro, as *Obras* de Gil Vicente e Camões. Regressando á patria após o triumpho da causa constitucional, foi eleito deputado para a legislatura que se abriu em 15 de agosto de 1834, e voltou a sel-o para o congresso constituinte de 1837, onde quasi no seu comêço se declarou em aberta oposição ao ministerio setembrista, e, para logo depois, a 27 de janeiro, abandonar com licença illimitada. Era considerado por todos como um excentrico em politica, mas o que ninguem jámais pôz em duvida foi a sua integridade de caracter e o seu desinteresse. Nunca pediu ou solicitou dos governos favor algum, recusando por vezes empregos que lhe foram offerecidos e morrendo em honrada pobreza. Foi escriptor de bastante merito, embora não seja muito extenso o catalogo das suas producções.

Falleceu em Lisboa, a 21 de fevereiro de 1850.

Dr. José Joaquim Pereira Godinho Freire de Andrade
oi nomeado abbade da freguezia de Miragaya, Porto,
11 de novembro de 1791, conego da Sé do Porto, desem-
gador do consistorio ecclesiastico e juiz dos casamen-
escolhendo, mais tarde, para coadjutor no canonicato,
sobrinho o conselheiro dr. Joaquim José Correia de
concellos, que foi deão da mesma Sé.

Nasceu em Oliveira de Azemeis e formou-se em cano-
em 18 de julho de 1789.

Fez parte da organisação militar de ecclesiasticos, á
te da qual estava o bispo D. Antonio de S. José e Cas-
para resistir ás invasões napoleonicas (1).

A este proposito, escreveu o seguinte o conego Fran-
o José Patricio:

«Um dos primeiros actos da corporação capitular da
do Porto foi offerecer ao Estado, para as despezas da
rra, metade dos rendimentos. Em um aviso régio de 26
ulho de 1808, o principe regente agradece e louva a ge-
osidade.»

O conego Joaquim Pereira Godinho era irmão do dr.
é Pereira Godinho Freire de Andrade, abbade da Re-
a, Villa do Conde, e vigario da vara, tambem natural
Oliveira de Azemeis, e de D. Anna Maria Andrade,
ıda com Francisco Correia da Costa Lemos, que tam-
ı assignava Francisco Correia de Vasconcellos, senhor
solar de Assade, na freguezia de Grimancellos, concelho
Barcellos.

A este nosso patricio dr. José Pereira Godinho Freire
Andrade foi concedido brazão de armas, em 1803, em
a carta se lhe estabelece a seguinte linhagem:

Neto por parte paterna de Manoel de Oliveira e de
mulher D. Marianna Correia Pereira, neto por par-
materna de Aurelio Ferreira Valente e de sua mu-

(1) *O Commercio do Porto*, de 5 de janeiro de 1909.

lher D. Maria Godinho Freire de Andrade, a qual era prima co-irmã de Antonio Freire de Andrade, capitão de cavallaria, que serviu na guerra de 1710, no reinado de D. João v, e que igualmente era bisneto paterno de João Correia Pereira, cavalleiro-professo na Ordem de Christo e bisneto materno de Raphael da Silva Homem, administrador que foi do vinculo e capella em Arouca e terceiro neto paterno de Pantaleão Pereira do Lago, cavalleiro da Ordem de S. Thiago da Espada, terceiro neto materno de Manoel Godinho Freire de Andrade que foi major de cavallaria de um dos regimentos do Alemtejo; e quarto neto paterno de Francisco Pereira Tavares, cavalleiro da Ordem de Christo, capitão que foi de infanteria nos Estados de Gôa; e quinto neto de Braz Saraiva, desembargador que foi da Relação e Casa do Porto.

O brazão era assim formado:

Um escudo ovado e esquartellado. No primeiro quartel, as armas dos Pereiras, que são em campo vermelho uma cruz de prata florida e vasia do campo; no segundo quartel, as armas dos Correias, que são em campo de oiro fretado de correias sanguinhas, de seis peças, tres em banda e outras tres em contrabanda; no terceiro quartel, as armas dos Godinhos, que são partidas em palla, a primeira xadrezada de oiro e vermelho de duas peças em faixa e cinco em palla, a segunda xadrezada de oiro e azul, tambem de duas peças em faixa e cinco em palla; no quarto quartel, as armas de Freire de Andrade, que são em campo verde um listão sanguinho coticado de oiro posto em banda, que sahe das boccas de duas cabeças de serpes, do mesmo metal, armadas de vermelho. Sobre o escudo um chapéu abbacial negro, com cordões entrelaçados, e uma borla pendente por banda, tudo da mesma côr e por differença uma brica de prata com um I de negro.

Além do dr. Joaquim José Pereira Godinho

'reire de Andrade, todos os seus cinco irmãos se onsagraram á Igreja, a saber: Dr. José Pereira Godinho Freire de Andrade, abbade de Santa Maiinha de Retorta; Antonio José Pereira Godinho Freire de Andrade; Alexandre José Pereira Godiho Freire de Andrade; Frei João, religioso de S. Bernardo; Frei José do Santissimo Nome de Maia, religioso de S. Bernardo.

Antonio Barreto Pinto Feio — Nasceu em Oliveira de zemeis, em 1785 e era filho do capitão José de Souza Pin-, da importante familia d'esta villa Pintos Barretos Feios.

Deu comêço á sua carreira militar, que foi brilhante m 1808, tomando as armas contra os francezes. Assentou raça de cadete no regimento de infanteria n.º 18, onde rviu com honra e valor, até que foi promovido ao posto e tenente-coronel de milicias de Oliveira de Azemeis; fez uas campanhas, distinguindo-se pela sua bravura no cêr- da praça de Almeida, em 1811.

Quando, em 16 de maio de 1828, se deu na cidade do orto a rebellião dos constitucionaes, tomou parte activa ella Antonio Barreto Pinto Feio, que foi nomeado go ernador militar de Oliveira de Azemeis pela Junta e se presentou depois aqui fardado, trazendo atraz de si uma rdenança de cavallaria, sendo tambem acompanhado por oão Lopes Guimarães, um dos voluntarios de D. Pedro IV. ntonio Barreto Feio, ao entrar em Oliveira, deu vivas D. Pedro e á Carta Constitucional. Vinha armado de spada e principiou dando ordens ás ordenanças e manando collocar escoltas do regimento de milicias d'esta illa para a Farrapa de Arouca, Pecegueiro de Vouga, ravanca (freguezia d'este concelho), Bemposta e Ayras e Souto Redondo, para observarem estes pontos e obsta-

rem á passagem das guerrilhas realistas que andavam por aquelles sitios. N'esta villa formou um corpo de voluntarios, denominados do D. Pedro IV, os quaes andavam armados de espingardas, rondando a villa de noite. Mandava embargar carros, e bem assim prender os realistas mais exaltados, como eram Manoel de Almeida e Souza, Sebastião Antonio Basto, Manoel Pereira, sargento de milicias, o capitão-mór de Malta, Francisco Antonio Bastos de Pinho, Joaquim Esteves, administrador do correio, que seguiram para as cadeias da Relação do Porto, e outros. Era liberal tão apaixonado que mandava até dar palmatoadas e prender as creadas e creanças que cantavam o hymno realista.

Commandava os voluntarios Joaquim de Pinho e Souza, proprietario da casa fidalga chamada Quinta da Boa Vista, do logar de Carcavellos, freguezia de S. Thiago de Riba d'Ul. Faziam parte do batalhão de voluntarios, além de muitos outros individuos, o cirurgião Manoel José Peixoto, o professor Manoel Ferreira da Costa Nunes (o Trompa), o major José Joaquim de Castro e Brito, o coronel José Soares Barbosa, da Arrifana, José Maria da Silva, boticario em S. João da Madeira, Antonio Joaquim da Rocha e os praticantes do boticario Luiz Antonio da Silva, e cirurgião José Ferreira Valentim.

Abrindo-se devassa por motivo d'esta, e que depozeram 46 testemunhas, ficou logo culpado.

O despacho de pronuncia é do theor seguinte:

«Obriga esta devassa e a do appenso a prisão e livramento Antonio Barreto Pinto Feio, governador eleito da ilha de S. Thomé e Principe, e a José de Souza Pinto, capitão de ordenança, pae do sobredito, ambos naturaes da villa de Oliveira de Azemeis, Joaquim de Pinho e Souza, assistente em Carcavellos de S. Thiago do termo da mesma, o capitão Bernardo, de infanteria, Manoel Ferreira Nunes, mestre de primeiras lettras na dita villa, Antonio Henriques e seu filho Manoel Henriques, chamados do Josepha, os Escamados, ambos alfaiates da mesma villa, Manoel José Peixoto, cirurgião da mesma, Carlos Joaquim de Bri-

to, filho de José Joaquim de Castro Brito e ao dito seu pae major de milicias do regimento da dita villa, Ricardo José de Souza Pinto, José Ferreira Valentim, do Fundo da Rua, ambos da dita villa, Antonio Joaquim da Rocha, filho de José Antonio da Rocha, da mesma, José, filho de Cypriano José Correia a quem algumas d'estas testemunhas déram o nome de Albino, da mesma villa, José Soares Barbosa, de Arrifana, coronel graduado do regimento de milicias d'ella e a Manoel Bernardo, de Estarreja, capitão do mesmo, João Lopes Guimarães Junior, filho de outro do mesmo nome, da rua de Sant'Anna, da cidade do Porto, Frederico, da mesma, praticante do boticario Luiz Antonio da Silva, da villa de Oliveira de Azemeis, e Manoel, tambem praticante do mesmo, filho de Antonio José de Almeida, cirurgião de S. Martinho da Gandara, José Maria, boticario assistente em S. João da Madeira, José de Faria, caixeiro de D. Gertrudes, Bento José de Souza, ferrador e estalajadeiro de S. João da Madeira, Joaquim de Villa Chã ou Joaquim Gomes Luiz, casado com a filha de José Pereira Salcinha, Manoel, genro da Sebastiana, d'esta villa, Antonio José de Almeida e Souza, da mesma, Virgolino, neto de Theotonio Mendes, da mesma, João Rodrigues Cirne, miliciano do regimento da dita villa, natural do Bunheiro de Pardilhó, frei Simão de Vasconcellos, da freguezia de Cezár, monge de S. Bernardo, Manoel de Oliveira, sombreireiro, de Carqueijido, Manoel Francisco Martins, ambos de S. João da Madeira, e ao rev. José Duarte Rosa, reitor da freguezia de Macinhata.—O escrivão lance seus nomes ao livro dos culpados e proceda a sequestro nos bens dos sobreditos, expedindo-se as precatorias competentes. — O juiz de fóra, *Antonio Barreto da Cunha Alpoim.*

Acalmada a rebellião e receiando as consequencias dos seus feitos, muitos dos iniciados n'ella emigraram para a Galliza e alguns d'elles seguiram ainda d'alli para outros pontos do estrangeiro, de onde mais tarde se repatriaram.

Antonio Barreto Pinto Feio seguiu as tropas fieis na sua retirada pela Galliza, d'onde passou a Inglaterra e depois a França, onde commandou por algum tempo o deposito dos emigrados portuguezes em Brest. Em 1833 regressou a Portugal, quando Saldanha e outros portuguezes, que por serem partidarios d'este se conservavam ainda emigrados voltaram á patria. Foi então empregado em differentes commissões difficeis, sendo uma das ultimas que desem-

penhou durante o resto da guerra, o governo militar de Alcobaça, em que se houve com tanta moderação e justiça, que muitos annos depois aquelles povos se lembravam d'elle com saudade.

«Muitas outras commissões importantes lhe foram confiadas, em circumstancias difficeis, e em todas deu sempre a melhor conta de si. Soldado da liberdade, nunca os oppressores do povo o viram nas suas fileiras. O premio de tantos serviços foram perseguições e desterros». (N.º 943 da «Revolução de Setembro», de 31 de janeiro de 1844).

Antonio Barreto Pinto Feio, falleceu em Lisboa em 22 de janeiro de 1844.

D. Frei Sebastião da Ascenção, bispo de Cabo Verde — Era natural do Pinheiro da Bemposta. Foi frade dominico e tomou posse da diocese de Cabo Verde, em 1610. Falleceu a 18 de março de 1614.

Refere a tradição, que uma mulher d'aquelle sitio fizera voto a Nossa Senhora de mandar fazer uma capella, se conseguisse ordenar um filho que tinha.

O filho desappareceu, em companhia de uns frades, e, passados muitos annos, andando a mulher a apascentar umas ovelhas, appareceu-lhe uma comitiva de cavalleiros, todos desconhecidos, a pedir-lhe dormida. Respondeu-lhe ella que não tinha onde os recolher, nem que lhes dar de cear, pois só tinha uma pouca de farinha para fazer umas papas, e um dos cavalleiros disse que isso mesmo lhes servia e acceitaram.

O que lhe fallava era o filho, então bispo de Cabo Verde, que, dando-se-lhe a conhecer, disse que vinha cumprir o voto que ella fizera, e recolhel-a a um convento. Mandou, pois, edificar a dita capella, em 1611, sobre as ruinas da primitiva igreja, e lá está na capella mór a estatua em pedra do bispo, ao lado do Evangelho e a da mãe, com habito

e freira, do lado da epistola. Por baixo da estatua do bis-
o, está gravada n'uma pedra a seguinte inscripção: «Esta
rmida da Virgem Santissima Nossa Senhora da Ribeira,
nandou-a fazer, n'este lugar onde estava a antiga igreja,
). F. Sebastião da Ascenção, bispo de S. Thiago e igreja
e Cabo Verde, clerigo religioso da Ordem do glorioso S.
Domingos, por seus avós, paes, e elle ter muita devoção a
sta senhora e deixou-lhe renda para a fabrica e missa em
odas as festas de Nossa Senhora, 1611.»

Frederico Pinto de Vasconcellos — Da casa da quinta
o Outeiro, em Cezár, foram oriundos alguns homens
lustres, sendo um d'elles Frederico Pinto de Vasconcel-
s, que, conjunctamente com seu irmão Joaquim Maria,
z como cadete as duas ultimas campanhas da guerra pe-
insular, onde foram gravemente feridos, sendo Frederico
into condecorado na batalha de Victoria, em que era
orta-bandeira do regimento 18.

Este Frederico Pinto, já tenente, pediu a sua baixa,
n 1819, passando á vida particular; mais tarde, impul-
onado pelos seus sentimentos liberaes, entrou na politica
ctiva, cooperando conjunctamente com Silva Carvalho,
e quem era intimo amigo, com Ferreira Borges e mui-
s outros na mallograda revolução de 1828.

E' claro que isto lhe valeu andar homisiado e ter a
a casa sequestrada, durante seis annos. Tomou uma par-
muito activa na defeza do Porto, organisando, como offi-
al de linha que tinha sido, o batalhão provisorio de San-
Catharina, ao qual prestou relevantes serviços.

Em 1847, foi nomeado coronel do batalhão cartista de
liveira de Azemeis, que teve uma existencia ephemera,
or desnecessario.

O irmão d'este, Joaquim Maria de Vasconcellos, capi-
o do célebre regimento de cavallaria 6 «Dragões de Cha-
es», foi o unico official d'este regimento, que pelos seus

sentimentos liberaes não adheriu á revolta do mesmo em favor de D. Miguel, em 1823 (Silveirada).

Era irmão d'este frei Simão de Vasconcellos, monge de Cister, que, depois de secularisado por um breve pontificio de 17 de março de 1816, se recolheu á casa do Outeiro, em companhia de suas irmãs. Como os seus sentimentos liberaes chegassem quasi ao fanatismo, foi muito perseguido pelos realistas, sendo a casa do Outeiro cercada e saqueada, muitas vezes, pelas melicias, ordenanças e populares, no intuito de o prender, o que conseguiram, depois de alguns assaltos infructiferos, no dia 28 de maio de 1828, na occasião em que ia fugindo, depois de ter sido ferido mortalmente por um tiro de bala pelas costas, aproveitando os seus perseguidores a occasião para o maltratarem brutalmente, depois de estendido no chão, chegando alguns a calcal-o aos pés. D'ahi foi recolhido á cadeia da Villa da Feira, d'onde se evadiu. Logo que se encontrou restabelecido, passado um anno, recolheu-se ao Porto, onde esteve escondido até a entrada de D. Pedro IV, que pôz á sua disposição alguns soldados, com os quaes organisou uma guerrilha que teve de se render ás ordenanças de Arouca, por falta de munições, no dia 8 de setembro de 1832, no logar de Fruste, freguezia de Moldes.

D'ahi foi levado para Vizeu, onde foi condemnado á morte pela chamada Commissão mixta, composta de tres vogaes magistrados civis e de quatro vogaes militares, incluindo o tenente-general governador das armas da provincia, no dia 16 de outubro seguinte, sendo fuzilado no outro dia, no Campo de Santa Christina, por uma força de milicias de Bragança, e enterrado na capella de S. Martinho, sendo os seus ossos com os de outros liberaes então igualmente arcabusados na mesma epocha, em 25 de agosto de 1836, trasladados, com grande solemnidade, para um condigno sarcophago na Sé de Vizeu, construido a expensas de um grupo de liberaes da mesma cidade.

A respeito d'este frei Simão escreveu Alberto Pimentel um romance, muito curioso e bem escripto, intitulado a «Guerrilha de frei Simão».

Era filho de Frederico Pinto o major do corpo de estado-maior Augusto Cesar de Vasconcellos, que foi morto em Braga pela soldadesca desenfreada, victima do seu arrojo e da sua lealdade, tentando suffocar a revolta militar, dando voz de commando a 15 de setembro de 1862, como chefe de estado maior da divisão, para onde tinha sido nomeado pelo seu venerando amigo visconde de Sá da Bandeira, commissão que só acceitou a instancias reiteradas do mesmo, visto que não lhe pertencia por escala.

Foi tambem filho de Frederico Pinto o engenheiro de minas Frederico Augusto de Vasconcellos, distincto geologo, que deixou varios escriptos de importancia na sua especialidade, destacando-se entre elles os que se referem aos terrenos quaternarios de Portugal.

Actualmente, é possuidor d'esta casa Alfredo Praça de Vasconcellos, tambem filho de Frederico Pinto, distincto bacharel em mathematica e antigo engenheiro civil, que abandonou os serviços do governo, em junho de 1870, quando exercia o logar de chefe da repartição technica dos telegraphos e pharoes, no ministerio das obras publicas, e ultimamente presidente da camara municipal d'este concelho.

Dr. José da Costa Souza Pinto Basto— Foi um dos oliveirenses a quem a nossa terra deve mais assignalados serviços e que mais a tem honrado pela integridade de seu caracter.

Nasceu n'esta villa, a 12 de setembro de 1808.

Foi um valoroso caudilho da causa liberal e por ella muito soffreu. Em 1826, frequentando o 4.º anno de leis na Universidade, alistou-se no batalhão academico e com elle fez a então chamada «campanha da Beira». Tomou parte im-

portante no movimento que se seguiu á revolta de 16 de maio de 1828. Obrigado a expatriar-se, foi primeiro para a Galliza e depois para Falmouth, repartindo, por vezes, com os companheiros do exilio, os pobres recursos que lhe enviava seu irmão Antonio Bernardo.

Passando a França, alistou-se em Belle-Isle, no batalhão de emigrados, com o qual seguiu para a Terceira. Aqui, passou a fazer serviço no batalhão academico, como Joaquim Antonio de Aguiar, Garrett, Fernandes Coelho, Julio Gomes da Silva Sanches e José Silvestre Ribeiro, que faziam parte d'aquelle batalhão e, como elle, tinham frequentado a Universidade. Como soldado n.º 81 do batalhão academico, desembarcou no Mindello.

Com tão justos titulos, conquistou a medalha das campanhas da liberdade, algarismo 9, e com essa sua nobilissima e unica distincção quiz baixar á sepultura, sendo preciso dizer aqui que regeitou sempre titulos nobiliarchicos, que instantemente lhe foram offerecidos por D. Pedro V e D. Luiz I.

Durante quasi todo o tempo em que se conservou no Porto, fez parte da guarnição da Serra do Pilar, onde tão brilhantes feitos se praticaram, quer da parte dos constitucionaes, quer da dos realistas. O esclarecido escriptor snr. Marques Gomes relata no seu livro «José Estevão — apontamentos para a sua biographia — Porto, 1889», este episodio, que não é aqui descabido:

«Durante o cêrco do Porto, um antigo criado de estudantes, um célebre Pirão, estabeleceu uma especie de hospedaria no convento da Serra. Era d'ella que comiam quasi todos os «academicos» que destacavam para aquelle incontestavel baluarte da liberdade. Pirão alimentava o fogo da sua cosinha com as imagens da igreja e oratorios dos corredores do convento, e com os moveis e até mesmo com as traves e táboas dos tectos das cellas.

Das pesquizas de Pirão em busca de combustivel, através dos fórros do convento, iam sendo victimas José Estevão, José da Costa Souza Pinto Basto e Mendes Leite, em vista de se ter despenhado do tecto do

compartimento onde estavam almoçando uma enorme trave, que elle, com as criadas da sua hospedaria, tratava de conduzir a bom caminho da lareira.

Muitas vezes dizia Pirão aos seus hospedes, que se tinham achado bom o jantar o deviam ao santo de tal, pois n'esse dia havia sido com elle cosinhado.»

Terminada a campanha da liberdade pela concessão de Evora-Monte, José da Costa não teve de voltar á Universidade, apesar de não ter chegado a fazer acto do 5.º anno de direito que frequentava, quando occorreu a revolução de maio de 1828, pois a elle, como aos demais estudantes que se alistaram no batalhão academico, foi dada a sua formatura por completa com a frequencia do 4.º anno, pelo decreto de D. Pedro, referendado por Candido José Xavier, e datado do Porto, a 8 de março de 1833, sendo por tal motivo tambem dispensado de tirar a respectiva carta, como dispôz a carta de lei de 20 de outubro de 1834.

Eleito deputado pela provincia do Douro, para a primeira legislatura que se seguiu ao triumpho da causa liberal em 1834, José da Costa acompanhou o partido opposicionista, de que eram chefes os Passos. Como tal, associou-se a todas as manifestações d'esse partido, taes como o manifesto, ou cousa que o valha, dos «Deputados da opposição aos seus constituintes», datado de 25 de dezembro de 1834, que não assignou pelos motivos expostos n'esta carta que dirigiu ao «Nacional», e que é uma sua verdadeira auto-biographia até essa epocha, e em que se desenha bem nitidamente a sua alma de patriota:

Porto, 28 de janeiro (1835)

Snr. redactor: A esperança de para essa partir com brevidade me fez reservar para quando ahi chegar a minha adherencia á Conta dada pelos snrs. deputados da opposição aos seus constituintes: a falta, porém, de vapor torna

tão incerta a minha ida, que me apresso a enviar-lhe esta, para que publique a minha adherencia á mencionada Conta.

E, como eu visse na outra Conta dos snrs. deputados da direita que os da esquerda não appareceram durante a lucta, nas horas de angustia e perigo, sou obrigado a desmentir uma asserção, que a meu respeito é perfeitamente calumniosa: sim, eu pertenci ao Corpo Academico, em 1826 e 1828; desembarquei, com o Exercito Libertador, no Mindello; estive nas linhas do Porto, e no posto fortificado da Serra, aonde estava quando voluntariamente me offereci para ir na expedição ao Algarve, a qual acompanhei até entrar em Lisboa, continuando depois a fazer serviço nas linhas de Lisboa, assistindo á acção de 25 de setembro de 1833, e deixando o Corpo Academico só depois que recebi uma ordem da Secretaria de Estado das Justiças para ir tomar posse do logar de juiz de fóra da Feira. Mais ainda podéra dizer, mas julgo-o desnecessario. Sou, snr. redactor,

Seu muito att.º vener.or—(a) *José da Costa Souza Pinto Basto* (1).

Dissolvida a camara dos deputados, nos principios de junho de 1836, realisaram novas eleições, em meados de julho seguinte e n'ellas foi reeleito José da Costa, pela provincia do Douro, como muitos outros membros da opposição. Á sua chegada a Lisboa, com os seus collegas do Porto, embarcados na vespera no vapor «Napier», em 9 de setembro, teve logar a revolução que levou ao poder o partido dos Passos. Escusado é dizer que José da Costa se tornou, desde logo, um dos mais dedicados adeptos do novo governo, a cujo lado veio combater no congresso constituinte de 1837, para que foi eleito pelo districto de Aveiro, conjunctamente com José Ferreira Pinto Basto, Caeta-

(1) N.º 72 do «Nacional», de Lisboa, de 3 de fevereiro de 1835.

no Xavier Brandão e José Estevão, tendo obtido 9:737 votos, mais 837 do que este.

No Porto, em 1846 e 1847, José da Costa foi companheiro de José Passos, tomando parte activa nos trabalhos da Junta. Em 1851, acompanhou muito de perto o pronunciamento a favor do duque de Saldanha, que o fez commendador da Ordem de Christo, honraria que regeitou apesar de o decreto declarar que o motivo para tal mercê eram «os importantes e arriscados serviços, praticados com toda a dedicação e patriotismo».

José da Costa foi deputado em dez legislaturas, a saber: Na de 1834-1836, na de 1837-1838, na de 1838-1840, na de 1840-1842, na de 1851-1852, na de 1853-1856, na de 1857-1858, na de 1858-1859, na de 1860-1861.

Por carta régia de 17 de maio de 1861, foi nomeado par do reino, tomando assento na camara alta em 25 de junho do mesmo anno.

Falleceu, em Lisboa, a 12 de fevereiro de 1886. Seus filhos tiveram o piedoso pensamento de recolher os seus restos em magnifico jazigo, no cemiterio da terra que elle tanto amou, sendo a trasladação feita, com toda a solemnidade, em 12 de novembro de 1889, realisando-se na igreja matriz d'esta villa exequias solemnes, a que assistiu o exc.^{mo} bispo-conde de Coimbra, que muito considerava o extincto, conduzindo o snr. conde do Côvo até ao cemiterio o espadim e chapéu armado do illustre prócere.

Foi um dos fundadores e, mais tarde, director da Companhia Geral de Credito Predial.

São innumeros os serviços prestados por José da Costa a Oliveira de Azemeis e a todo o norte do districto de Aveiro, onde alcançou grande influencia e de que por muitos annos dispôz.

Recordaremos a restauração da nossa igreja matriz, para a qual conseguiu a importante verba de 11:000$000, aproximadamente, sendo por este facto gravada uma la-

pide, com as iniciaes do illustre oliveirense, n'um dos pilares do arco do côro da mesma igreja.

Á sua poderosa influencia deve a freguezia do Souto (Villa da Feira) a edificação da sua igreja matriz, na qual existe uma expressiva lapide commemorativa, em marmore. Veio de Lisboa o benemerito cidadão assistir á inauguração solemne do novo templo, acompanhado por alguns dos seus amigos, vultos de elevada representação social. Essa inauguração foi uma festa que teve grande écco n'esta região.

Assistiram a ella, entre outros cavalheiros, os snrs. bispo-conde e conselheiro Mathias de Carvalho, hoje ministro de Portugal na côrte de Italia.

Fez muito pelo desenvolvimento da viação publica, conseguindo, pela sua alta influencia, que por aqui passasse a estrada real de Lisboa ao Porto.

Succedeu-lhe no pariato seu filho o dr. Ernesto da Costa Souza Pinto Basto.

Dr. Daniel da Silva Ribeiro — Nasceu no Pinheiro da Bemposta, a 13 de dezembro de 1829 e foram seus paes Manoel da Silva Ribeiro e D. Anna Joaquina de S. José.

Formou-se em direito na Universidade de Coimbra. Dedicando-se á carreira consular, foi chanceller no consulado de Portugal em Pernambuco e no Rio de Janeiro, consul na Bahia e consul geral na côrte do Rio de Janeiro.

Pela sua vasta intelligencia, copiosa illustração e finissimas maneiras, adquiriu grande preponderancia entre ~~a colonia~~ portugueza no Brazil.

Homem de animo generosissimo, taes serviços prestou por occasião de uma exterminadora invasão de febre amarella, que mereceu ser condecorado com a commenda da Ordem da Rosa. Foi amigo particular do imperador D. Pedro II.

Era irmão do abalisado clinico dr. Abel da Silva Ri-

beiro, medico do partido municipal de Macieira de Cambra, Odemira e, por ultimo, do Pinheiro da Bemposta, homem de grande saber, como o provou nos seus escriptos sobre variados assumptos, especialmente sobre archeologia e sobre piscicultura, a respeito da qual realisou trabalhos, que em outro paiz teriam sido devidamente aproveitados e lhe grangeariam grande nome. Era moço fidalgo da Casa Real e condecorado com as commendas de Christo e da Conceição e gozava de muito aprêço de el-rei D. Luiz, que muitas vezes o mandava chamar, para fallarem sobre archeologia, numismatica e piscicultura.

Abel Ribeiro nasceu no Pinheiro da Bemposta, a 4 de julho de 1836. Concluiu o seu curso de medicina em 1861 e falleceu a 20 de março de 1895.

Era tambem irmão de Francisco da Silva Ribeiro, um distincto engenheiro portuguez, actualmente inspector geral de obras publicas e vogal do conselho superior de obras publicas e minas, antigo director das obras publicas na Guarda, Aveiro e Beja. Reune á sua elevada competencia uma grande austeridade de caracter. É condecorado com a commenda da Conceição.

Francisco da Silva Ribeiro tem alguns trabalhos originaes muito notaveis. A Escola do Exercito adoptou, em 1873 ou 1874, um seu processo abreviado de calculo de volumes, o que ha de mais simples, explicito e exacto. Esse processo foi publicado, em 1877, na «Revista das Obras Publicas e Minas», sem se lhe attribuir a paternidade. Alguns engenheiros estrangeiros levaram para seus paizes o mesmo systema de calculo, que tambem entrou na exposição de Chicago, onde foi apreciado e discutido na imprensa.

Facto curioso: — Ha poucos annos, já depois de 1900, um francez publicou um livro de *abacos*, e mandou um exemplar a um distinctissimo engenheiro, lente da Escola do Exercito, apontando, como parte mais notavel da sua

publicação, o systema de calculo de volumes. O nosso engenheiro teve que responder, dizendo: «Este methodo é do engenheiro portuguez Francisco da Silva Ribeiro e foi publicado na nossa *Revista das Obras Publicas*, em 1877.»

Conselheiro Antonio Ferreira de Araujo e Silva — Foi um engenheiro distincto, um funccionario da maior probidade, isenção e inteireza de caracter.

Nasceu em Oliveira de Azemeis, a 9 de agosto de 1843. Foram seus paes o conhecido e estimadissimo pharmaceutico Joaquim Ferreira de Araujo e Silva e sua esposa D. Margarida Rita do Carmo. Fez, com grande distincção, o seu curso de engenharia na Academia Polytechnica do Porto, á qual, nos ultimos tempos, prestou serviços assignalados nas obras da conclusão do monumental edificio, pelas quaes se interessou sempre, dedicada e solicitamente.

Em 1869, foi despachado engenheiro da repartição districtal de obras publicas de Aveiro, passando em 1875 para a direcção das obras publicas d'aquelle districto e sendo nomeado director em 1886. Construiu alli centenares de kilometros de estradas, projectou numerosos edificios, affirmando por multiplas fórmas as suas grandes aptidões. Desempenhou zelosamente diversos cargos electivos, como os de vogal da junta geral, eleito por Ovar, Agueda e Sever, membro do conselho districtal. Colleccionou os productos para as exposições de Philadelphia, Pariz, etc.

São sem conta as obras que projectou, taes como: — as igrejas de Vera Cruz, de S. João da Madeira, de Ossella e da Misericordia de Vagos; as pontes de Entre-os-Rios-Loureiral, Carregosa, Ruivo, Cavallar, Becco, Fontella, Bouça, Morte, Pampilhosa, Moção e Porto-mar; um quartel de cavallaria 10, em Aveiro; as casas de escola de S. Jorge, Cocujães, S. Thiago, Santa Eulalia, Branca, Alquerubim e Salreu; os estabelecimentos de banhos do Luso, S. Jorge e S. Pedro do Sul; os abastecimentos de aguas de

Aveiro e Ovar; o hospital de Alquerubim; o theatro de Anadia, o edificio da Caixa Economica de Aveiro, etc. Foi dado pela camara de Aveiro o nome de «Avenida Araujo e Silva» a uma rua aberta junto ao jardim publico e que dá accesso ao antigo quartel de Santo Antonio, cuja reparação dirigiu. O projecto do quartel do regimento de cavallaria n.º 10 mereceu-lhe uma portaria de louvor, lavrada por ordem de Fontes Pereira de Mello, e o ser agraciado com o grau de cavalleiro de S. Thiago.

Foi o conselheiro Araujo e Silva um dos organisadores mais enthusiastas, o grande cooperador de Marques Gomes, da brilhante exposição retrospectiva de objectos de arte decorativa e das industrias modernas do districto de Aveiro, promovida, em 1882, pelo Gremio Moderno.

Em 1888, foi o conselheiro Araujo e Silva nomeado director das obras publicas do Porto, cargo que desempenhou distinctamente até o anno passado, isto é, durante 19 annos. São numerosissimas as obras a que o illustre engenheiro ligou o seu nome n'aquelle districto. Mencionaremos a avenida Campos Henriques, em Gaya; as pontes da Ermida e de Villa do Conde, os quarteis da estrada de Circumvallação do Porto, as novas aulas da Academia Portuense de Bellas-Artes (pelo que foi eleito academico de merito), o hospital do Bomfim, o hospital da Misericordia de Penafiel, o Dispensario da Rainha D. Amelia, o novo Aljube do Porto, a transformação do theatro de S. João, a Creche da Aforada, a Escola Industrial Faria Guimarães, a tribuna da igreja da Trindade, do Porto, etc.

Por estes importantes trabalhos recebeu o conselheiro Araujo e Silva numerosos testemunhos de apréço, tanto officiaes como particulares.

Por proposta do ministro das obras publicas, foi-lhe conferida a commenda da Conceição, com a declaração de valiosos serviços. Em Penafiel, foi dado o seu nome a uma avenida; o seu retrato foi collocado na galeria dos bemfei-

tores da Misericordia d'aquella cidade; na galeria da Ordem da Trindade tambem figura o seu retrato, em corpo inteiro; e igualmente na Associação de Classe dos Operarios Tecelões de Ambos os Sexos do Porto, pelos serviços que prestou a esta classe.

Numerosas e importantes commissões de serviço foram confiadas ao conselheiro Araujo e Silva, desempenhando-se sempre de todas muito dignamente.

É numerosa e variada a obra litteraria do conselheiro Araujo e Silva. Cultivou as musas com especial predilecção, achando-se as suas poesias reunidas em alguns volumes e dispersas em muitas publicações. Em 1879, reuniu um volume de artigos sobre o porto de Leixões e possibilidade do melhoramento da barra do Douro. Em 1886, publicou «O Mosteiro de Arouca», lenda historica; em 1886, uma poesia «Camões e a Historia»; em 1905, uma glosa do soneto camoneano «Alma minha gentil...» com o titulo «A dôr suprema — Camões e Nathercia» e em 1908, «Preitos e homenagens, poesias dedicadas a Camões, commemorativas do passamento do grande épico portuguez e apresentadas em differentes sessões annuaes da Sociedade Nacional Camoneana.» Na «Revista de Obras Publicas e Minas» encontram-se diversas memorias suas. Collaborou em numerosos jornaes, devendo-lhe o *Commercio do Porto* interessantes artigos sobre o porto de Leixões e outras obras publicas.

Falleceu no Porto, a 28 de dezembro de 1908.

Para a sua biographia deve lêr-se: «Conselheiro Antonio Ferreira de Araujo e Silva, esboço biographico por Marques Gomes, com um prefacio de Bento Carqueja». — Porto, Typographia Industrial, 1896 — 149 pag.

D. Manoel Correia de Bastos Pina, bispo de Coimbra, conde de Arganil — Nasceu no logar da Costeira, da freguezia de Carregosa, a 19 de novembro de 1830. Formou-se

em direito, em 1853; foi praticar advocacia para a Villa da Feira, e n'esse mesmo anno, a 19 de novembro, tomou ordens de presbytero. Em 6 de dezembro foi apresentado chantre da Sé de Bragança; em 20 de janeiro de 1855, nomeado vigario geral da diocese; em 6 de novembro, professor do Seminario; em 21 de maio de 1856, deão da Sé de Vizeu, beneficio em que se não collou; em 21 de agosto, chantre; em 25 de outubro de 1858, vigario capitular *sede vacante;* em 5 de julho de 1858, chantre da Sé de Coimbra; em novembro de 1859, vigario geral; em 8 de maio de 1862, vigario capitular de Vizeu; em 1 de janeiro de 1865, governador do bispado de Coimbra; em 8 de janeiro de 1870, bispo coadjuctor e futuro successor; em 31 de março, vigario capitular; em 12 de maio, bispo de Coimbra; em 22 de dezembro de 1871, confirmado: em 19 de maio de 1872, sagrado.

Deve-lhe a diocese de Coimbra os mais assignalados serviços; bastará citar o bairro operario que fundou, o museu diocesano, onde tantos objectos de Arte preciosos reuniu, e a restauração da Sé Velha, obra que é o mais levantado testemunho do seu amor pela Arte. A restauração e edificação de muitos outros templos da diocese coimbricense nos ultimos quatro annos, é obra sua. Por justos titulos, pois, acaba de ser eleito academico de merito da Escola de Bellas Artes de Lisboa.

A sua querida terra natal tambem muito lhe deve, engrandecendo-a, sobretudo, com o santuario de Nossa Senhora de Lourdes.

D. Manoel de Bastos Pina occupa um logar eminente no episcopado portuguez.

A sua voz respeitavel tem-se feito ouvir repetidas vezes na camara dos pares, sobretudo em defeza das regalias do clero parochial, sendo os seus discursos inspirados n'um caloroso patriotismo e n'um grande zêlo pastoral.

Em testemunho do aprêço aos seus altos meritos, tem

recebido dos monarchas provas de muita consideração e de muitas aggremiações testemunhos de elevada veneração.

A sua vida, toda abnegação e serviços prestados á Igreja e ao Estado, foi fielmente descripta por Marques Gomes no livro «D. Manoel Correia de Bastos Pina, bispo de Coimbra, conde de Arganil, esboço biographico».—Porto, Typographia Occidental, 1898—239 pag.

Conselheiro Antonio Joaquim Ferreira da Silva — Lente da Academia Polytechnica do Porto, da Escola de Pharmacia do Porto e do Instituto Industrial e Commercial do Porto, director do Laboratorio Municipal e do Posto Photometrico da mesma cidade.

O conselheiro Ferreira da Silva é o primeiro chimico portuguez e um dos nossos mais illustres professores. O seu nome, como homem de sciencia, é hoje, sem duvida, o mais conhecido lá fóra, pela importancia e grande cópia dos seus trabalhos scientificos.

Nascido em Cocujães, no edificio da Quinta da Boa Vista, antigo convento, junto á igreja matriz, em 28 de julho de 1853, honra verdadeiramente a terra que lhe foi berço.

Depois de cursar distinctamente a Academia Polytechnica, o Instituto Industrial e o Seminario Episcopal do Porto, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde, depois de um curso brilhantissimo, concluiu a sua formatura na faculdade de philosophia, em junho de 1876. Na Universidade revelou-se, desde logo, o polemista eminente, que tem sido, durante toda a sua vida. Em resultado de desharmonia entre o lente de botanica e um outro membro do jury, foi approvado *simpliciter* n'esta cadeira, publicando por esse motivo um opusculo, em que patenteava a injustiça que se praticára, recebendo Ferreira da Silva, em outubro seguinte, uma distincção, com a declaração de que

lhe seria conferido um premio, se a isso não se oppozessem os Estatutos da Universidade.

Durante o seu curso universitario, fez o nosso illustre patricio diversas publicações scientificas.

Não acceitando o convite para ficar na Faculdade, foi concorrer ao logar de lente da secção de philosophia da Academia Polytechnica do Porto, em principios de 1877, apresentando como dissertação um notavel trabalho, com o titulo de «Estudo sobre as classificações chimicas dos compostos organicos». D'ahi em diante, tem sido um denodado campeão dos progressos d'aquelle instituto, que lhe deve, a par de serviços inapreciaveis, uma grande contribuição para o bello nome que tem sabido conquistar.

No Laboratorio da Academia Polytechnica e no Laboratorio Municipal de Chimica do Porto, para o qual foi nomeado director em janeiro de 1884, tem realisado importantissimos trabalhos chimicos, que lhe grangearam, com justiça, os fóros de primeiro chimico portuguez do seu tempo. Um dos primeiros d'esses trabalhos foi á analyse das aguas do rio Souza, em confronto com as aguas das nascentes e fontes do Porto, quando se pensou em fazer com a agua d'aquelle rio o abastecimento d'esta cidade. As condições d'esse abastecimento, sobretudo o seu regulamento, trouxeram comsigo uma polemica vehemente, em que mais de uma vez se tentou depreciar o merito do trabalho do illustre professor, que sahiu em defeza d'elle, com um brilho extraordinario e com exito triumphal.

Ao mesmo tempo que voltava as suas attenções para o Laboratorio Municipal, levantando-o a uma grande altura, trabalhava constantemente em obras de altissimo valor, cujo resenha nos levaria muito longe, com o risco de ficar muito incompleta. O «Tratado de chimica elementar» é uma obra do maior valor para todos quantos desejem iniciar-se no estudo de chimica.

Os trabalhos do conselheiro Ferreira da Silva versam

variadissimos assumptos, sendo todos elles tratados com uma rara proficiencia e com a probidade scientifica que põe em tudo quanto faz.

Em 1889, foi nomeado pela camara municipal do Porto director do posto photometrico annexo ao Laboratorio Municipal.

Em 1890, surgindo o processo Urbino de Freitas, foi Ferreira da Silva o chimico analysta escolhido para o exame das visceras das victimas; e por tal fórma se houve, que grangeou para a sciencia portugueza uma gloria e para a descoberta da verdade a mais preciosa contribuição. De nada valeu a critica apaixonada e aggressiva, diante do antemural levantado pela verdade scientifica, proclamada pelo conselheiro Ferreira da Silva.

Novos trabalhos toxicologicos vieram depois affirmar a competencia do illustre professor, assim como novas provas da sua prodigiosa actividade scientifica se véem produzindo, todos os dias.

Em 1900-1902 occupou-se da questão da pretendida salicylagem dos vinhos portuguezes no Brazil.

O governo portuguez agraciou-o por esse serviço com a carta de conselho e a Associação Commercial do Porto e Centro Commercial da mesma cidade inscreveram-no na lista dos seus socios honorarios.

Nomeado lente da Escola de Pharmacia e convidado a reger a cadeira de chimica industrial no Instituto Industrial e Commercial do Porto, para tanto sobejam as luzes e a actividade do conselheiro Ferreira da Silva.

Pertence o conselheiro Ferreira da Silva a um grande numero de sociedades scientificas nacionaes e estrangeiras, onde o seu nome figura a par dos dos mais illustres homens de sciencia.

Era tal o merito dos seus trabalhos, já em 1882, que foi eleito membro da Sociedade Chimica de Paris, por proposta de Wurtz e Friedel; em 1885, foi agraciado pelo go-

verno portuguez com a commenda da Ordem de S. Thiago, do merito scientifico.

Foi nomeado par do reino electivo, pelo collegio scientifico, em 30 de abril de 1894.

Em 1908 foi nomeado cavalleiro da Legião de Honra, por proposta da Sociedade Chimica de França.

Tal é o vulto eminente, honra do nosso concelho.

Prende o conselheiro Ferreira da Silva á sua terra natal uma grande predilecção por ella; prende-o, sobretudo, o amor e a veneração pela santa velhinha, que é sua mãe.

Terminaremos estes ligeiros traços transcrevendo as seguintes palavras de umas notaveis notas biographicas que, sob a epigraphe «O prof. Ferreira da Silva», publicou, em 1899, o seu dilecto discipulo, hoje illustre lente da Escola Medico-Cirurgica do Porto, dr. Alberto de Aguiar:

«Ao terminar a documentação da prodigiosa actividade do sabio chimico, não se imagine que esgotamos completamente a simples lista das suas obras ou das apreciações que téem provocado as suas descobertas e trabalhos. Seria tarefa para demorada minucia, mais propria de uma biographia de vulto, que d'uma simples mas justissima homenagem.»

CAPITULO XVIII

CASAS ANTIGAS

No concelho de Oliveira de Azemeis existem algumas casas antigas. Infelizmente, não possuimos noticias minuciosas a respeito de todas.

Devemos á amabilidade de diversas pessoas, especialmente dos snrs. D. Fernando de Tavares e Tavora, conservador na Villa da Feira, dr. Gonçalves Coelho, Marques Gomes e Oliveira Guimarães, abbade de Tagilde, contribuição muito valiosa para este capitulo. Aqui lhes deixamos o nosso agradecimento.

Passamos a mencionar, por ordem alphabetica, os dados que conseguimos colher, esperando que se nos relevará a deficiencia d'elles.

Aranhas Albuquerques

(do Alméu e Travanca)

Sobre esta familia ministra-nos o snr. D. Fernando de Tavares e Tavora as seguintes informações:

Representava por varonia esta familia o dr. Manoel de Lacerda Aranha Mourão Pereira e Albuquerque, delegado que foi do procurador da corôa e fazenda no Ultramar, fallecido ha pouco em Oliveira de Azemeis.

Em 1732, José Soares Aranha Brandão e sua tia Izabel Vaz Soares instituiram o morgado e vinculo de capella da Senhora da Guia, no Alméu. Este José Soares, cavalleiro da Ordem de Christo e capitão-mór dos Privilegiados de Malta, filho do capitão de infanteria Manoel Aranha Brandão e de sua mulher D. Sebastiana Soares, armoriou, em 1736, a sua casa do Alméu, que o 2.º volume dos «Estrangeiros no Lima» chama da Quinta de Macinhata da Seixa, com o brazão de suas armas, que na pedra existente póde decifrar-se claramente, pela fórma seguinte:

Escudo esquartellado. No primeiro, as armas d'estes Aranhas, que são uma aspa entre tres flôres de liz e na cabeça da aspa um escudete e n'elle tres aranhas em roquete; no segundo, as armas dos Brandões, que são cinco brandões accesos, postos em santor; no terceiro, as dos Henriques, que são um escudo mantelado; os dois campos superiores cada um com seu leão batalhantes, o de baixo com um castello lavrado; no quarto, as de uns dos Soares de Toledo, que são uma torre de prata. Elmo aberto, com seu paquife; timbre o dos Aranhas, que é uma das flôres de liz do primeiro quartel; por differença uma brica com um trifolio. Não se conhece carta d'estas armas, que bem se poderia ter extraviado, nem registo algum, que ainda poderá

apparecer. Porém, é de crêr, por causa da brica, que fosse passado pela Repartição da Armaria. Não se descrevem côres nem metaes, para que não haja erro; pois muitas vezes acontece, e algumas propositada e justamente, que as descripções exaradas nas cartas não condizem com as dos archivos heraldicos que ainda entre si fazem differenças.

A casa do Alméu, que tem tão lindo nome como formosa exposição e apparencia para quem, na estrada real, passa e a vê, na primavera, aninhada entre amendoeiras em flôr, foi legada em testamento por D. Maria Izabel de Lacerda Aranha Mourão e Albuquerque aos seus primos da Casa da Bemposta, Eduardo e Bernardino de Albuquerque de Quadros Côrte-Real de Tavares. Esta senhora, irmã inteira do bacharel Theotonio de Lacerda Aranha, pai do primeiro mencionado dr. Manoel de Lacerda Aranha, era filha de José de Lacerda Aranha Mourão, morgado do Alméu, e de D. Innocencia Antonia Soares de Albergaria, filha de Marcellino Raymundo Tavares da Silva Araujo e Albuquerque, fidalgo de cota de armas, por carta de 20 de outubro de 1779, com os appellidos Tavares, Silvas, Araujos e Albuquerques, senhor da Casa da Bemposta, que hoje pertence a seus terceiros netos Eduardo e Bernardino, já mencionados, e de sua mulher D. Antonia Josepha Pereira da Costa Soares de Albergaria, cujo pai foi senhor da Casa da Praça, em Estarreja, que hoje possue o terceiro neto d'este, bacharel Antonio Maximo Branco de Mello, delegado do Procurador Régio.

Netos paternos Theotonio de Lacerda e D. Maria Izabel, de José Aranha de Lacerda Pereira, morgado do Alméu e de sua mulher D. Anna Marcellina Mourão Botelho, de Frossos, filha do capitão Nicolau Mourão Botelho, de Angeja, e por este descendente dos nobres Mourões Botelhos, de Villa-Real, e dos illustres Valentes da Quinta do Matto,

em Avanca, com os quaes se aparenta quasi toda a elite da nobreza das terras de Santa Maria; bisneto Theotonio de Lacerda, do capitão-mór José Soares Aranha Brandão, um dos instituidores do morgadio do Alméu, como dito é, e de sua mulher D. Maria de Lacerda Pereira de Albuquerque, senhora de preclara ascendencia, que procedia, segundo velhas arvores de costados, de Paio Correia de Lacerda, Bailio de Leça, dos Tavares de Cambra, ainda dos Albuquerques da casa da Bemposta, de outras familias illustres e antigas, e do licenciado Diogo da Fonseca, casado que foi com Maria do Amaral, senhores da Quinta de Travanca, ou Povoa de Travanca, setimos avós do supradito Manoel de Lacerda Aranha Mourão Pereira e Albuquerque, que foi o ultimo senhor d'ella n'esta familia, e com quem se principiou e se fecha esta breve noticia.

Barreto Feyo

Pelo principe regente D. João foi concedido, em 25 de outubro de 1799, carta de brazão de armas ao presbytero secular do habito de S. Pedro, da freguezia de Oliveira de Azemeis, Victorino José Barreto Feyo e Vasconcellos, filho de João Vicente Brandão de Vasconcellos e de sua mulher D. Joanna Violante Barreto Feyo, neto por parte paterna de Manoel Oliveira e de sua mulher D. Maria Valente de Vasconcellos, tio de Thomé Bento de Figueiroa e por este lado legitimo descendente do capitão de mar e guerra Garcia de Azevedo Coutinho, assim como, por parte dos Oliveiras Valentes, do capitão Bento Alvares de Oliveira; neto por parte materna de Francisco Luiz Barreto

Feyo; bisneto por parte de seu avô materno de Jeronymo Barreto Feyo, o qual no seculo XVII se offereceu ao rei, com cavallos, criados e armas á sua custa, e serviu na praça de Mazagão, no posto de capitão, onde deu sempre provas de honra e valor.

O brazão d'esta casa consiste em um escudo romano esquartellado. No primeiro quartel, as armas dos Barretos, que são o escudo de prata semeado de arminhos negros; no segundo quartel, as dos Feyos, que são em campo azul tres bandas sanguineas perfilhadas de oiro; no terceiro quartel, as dos Valentes, que são em campo vermelho um leão de oiro faixado com tres faixas de azul; no quarto quartel, as dos Vasconcellos, que são em escudo de negro, tres faixas veiradas e contraveiradas de prata e vermelho; sobre o escudo um chapéu preto com cordões entrelaçados e uma borla pendente por banda, tudo da mesma côr e por differença uma brica azul, com um farpão de oiro.

Bemposta

Ao snr. D. Fernando de Tavares e Tavora devemos as seguintes informações:

D. Maria de Araujo Aranha, senhora *in solidum* da quinta da Bemposta, filha do capitão de ordenanças da mesma villa, Jacome Pinheiro de Azevedo e de sua primeira mulher D. Antonia de Araujo Aranha, casou com Balthazar de Rezende de Albuquerque, nascido em Salreu

em 1602, ouvidor em Angeja, que por seu pai Jeronymo de Castro de Albuquerque, segundo arvores antigas d'esta casa, procedia de D. Fernão Affonço de Albuquerque, mestre da Ordem de S. Thiago, filho illegitimo de D. João Affonço, senhor de Albuquerque, e por sua mãe D. Guiomar de Rezende descendia de Fernão Ribeiro, do Porto, e de sua mulher D. Maria Pinto, dos Pintos da honra de Paramos. Nos descendentes de D. Maria de Araujo e de seu marido Balthazar de Rezende, continuou legitimamente a quinta da Bemposta, até seu terceiro neto Marcellino Raymundo Tavares da Silva Araujo e Albuquerque, que o era por sua mãe D. Mafalda Bernarda de Araujo e Albuquerque, cavalleiro professo na Ordem de Christo, familiar do Santo Officio e fidalgo de cota de armas, por carta de 20 de outubro de 1779, que lhe deu um escudo com os appellidos Tavares, Silva, Araujo e Albuquerque, que ainda hoje se póde vêr na casa da Bemposta.

Casou Marcellino Raymundo com D. Antonia Josepha Pereira da Costa Soares de Albergaria, filha do capitão-mór de Estarreja, Matheus Antonio Affonço da Costa Pereira Soares de Albergaria e Silva, morgado da Praça, e neta por este, do capitão-mór Antonio Affonço da Costa Soares de Albergaria, morgado da Praça, cavalleiro professo na Ordem de Christo, fidalgo de cota de armas, por carta de 12 de setembro de 1748, com os appellidos Affonço, Costa, Silva, e Soares de Albergaria. De Marcellino Raymundo e D. Antonia Josepha foi bisneta, por sua mãe e avó materna, senhoras da casa da Bemposta, D. Maria Carolina de Araujo e Albuquerque, senhora da mesma casa. Casou, em 22 de outubro de 1876, com Sebastião Maria de Quadros Côrte-Real, que por varonia representava a familia dos Teixeiras de Quadros, de Arouca.

D'estes ultimos são filhos Eduardo e Bernardino de Albuquerque de Quadros Côrte-Real de Tavares, dos quaes o primeiro é actual senhor da antiga casa da Bemposta.

Buraco

É situada na freguezia de Couto de Cocujães. O edificio, que é bastante regular e de boa apparencia, foi mandado construir, em 1830, por Alexandre Luciano Soares de Albergaria Tavares, que foi casado com D. Emilia Eliana de Magalhães, da villa da Feira. Teve brazão de armas, por carta de 10 de setembro de 1827. N'ella se diz ser filho de Manoel Bernardo Soares de Albergaria, monteiro-mór do concelho de Cambra e senhor da quinta de Refoios, e de sua mulher D. Luiza Clara Soares de Albergaria; neto paterno do capitão-mór Alexandre Bernardo Soares de Albergaria e materno do capitão Manoel Soares Homem e de sua mulher D. Maria Tavares. O escudo é partido em palla, tendo na primeira as armas dos Soares de Albergaria com differença, e na segunda as dos Tavares. Pertence actualmente a casa do Buraco a D. Maria José Soares de Albergaria, filha do mencionado Alexandre Luciano e viuva do dr. José Pessoa da Silva Pinheiro, de Coimbra.

N'esta casa pernoitou D. Miguel I e sua comitiva, em 30 de outubro de 1832, por occasião do cêrco do Porto e alli estiveram alguns dias as infantas D. Izabel Maria e D. Maria da Assumpção.

Côrte-Reaes

A genealogia d'esta familia é assim estabelecida pelo abbade de Tagilde, rev. João Gomes de

Oliveira Guimarães, segundo velhos manuscriptos, que possue, e segundo as informações que obteve do dr. José de Souza Machado, de Braga:

1 — D. Izabel da Costa Côrte-Real, filha de Pedro Vaz Côrte-Real e viuva de Ayres Pinto, de Paramos, casou com João Nunes Cardoso, de Gouveia, tambem já viuvo de D. Leonor Gomes Barreto, filho de Fernão Nunes Cardoso, de Gouveia, neto paterno de Nuno Fernandes, de Gouveia, bisneto de Ruy Vasques de Mello e de D. Aldonça Pires de Castro, que se presume ser o tronco dos Gouveias, por assim o dizer o livro das comarcas da Beira, que está na Torre do Tombo, fl. 36, e da sepultura de Vasco Fernandes, de Gouveia, que está no mosteiro de S. Francisco, de Gouveia, senhor do morgado de Gafanhão e do Couto de Freiriz e Penegate, este por compra feita aos Vasconcellos. Tiveram:

a) Manoel da Costa Côrte-Real;

b) Thomaz da Costa Côrte-Real;

c) Sebastião Nunes de Gouveia Côrte-Real.

2 — Manoel da Costa Côrte-Real, 1.º filho dos antecedentes, senhor do morgado de Gafanhão, teve demanda com seus irmãos, filhos do primeiro matrimonio de seu pai e por concerto foi senhor do morgado. Não casou. Teve uma filha natural, D. Izabel da Costa, a quem deixou os bens livres.

3 — Thomaz da Costa Côrte-Real, irmão do antecedente, nas partilhas com seus irmãos ficou com a quinta de S. João da Madeira, Oliveira de Azemeis. Por morte de seu irmão Manoel, sem successão legitima, succedeu no morgado de Gafanhão. Casou com D. Anna da Motta, filha de João Fernandes da Motta, do Porto, e de sua mulher D. Maria de Madureira, viuva de Ayres Pinto da Fonseca. Teve d'este matrimonio D. Joanna da Costa, freira em Villa No-

va, do Porto. Casou segunda vez com D. Anna Pinto de Almeida, filha de Ruy de Almeida e de sua mulher D. Ignez Pinto, irmã de Alvaro Pinto, de Paramos. Teve d'este segundo matrimonio:

a) João Nunes Cardoso Côrte-Real;

b) Sebastião de Almeida Côrte-Real, que serviu na India e casou com D. Suzanna Pinto, de Ralde, sem geração.

4 — João Nunes Cardoso Côrte-Real, 1.º filho do antecedente, senhor do morgado de Gafanhão, cavalleiro da Ordem de Christo, casou na ilha da Madeira, sem geração. Casou segunda vez com D. Antonia Soares de Vasconcellos, ou D. Maria, filha de Lopo Soares de Albergaria e de sua mulher Leonor de Meirelles, senhores do praso e quinta de Tarey, em Terra da Feira, o qual no anno de 1543, mostrou por instrumento juridico ser fidalgo honrado dos verdadeiros Soares d'este reino. Tiveram:

a) Thomaz Soares
b) N. } casados sem geração.
c) N.

d) Antonio Soares Cardoso.

e) Brites de Almeida, mulher de Theodosio de Mattos.

f) Joanna da Costa, mulher de Manoel Paes Bonicho.

5 — Antonio Soares Cardoso, 3.º filho do antecedente, senhor do morgado de Gafanhão, por morte de seus irmãos; casou com D. Antonia Soares de Sequeira, filha de Vicente Tavares, do Porto, e de sua mulher D. Briolanja Pinto. Tiveram:

a) João Nunes Cardoso;

b) Mathias Soares Côrte-Real;

c) Joanna da Costa Côrte-Real.

6 — João Nunes Cardoso, 1.º filho do antecedente, senhor do morgado de Gafanhão, casou com D. Guiomar Borges, senhora da quinta do Codal, filha de André Borges da Costa e mulher D. Maria Soares. Não teve geração.

7 — Mathias Soares Côrte-Real, irmão do antecedente, senhor do morgado de Gafanhão por fallecimento de seu irmão, senhor das quintas de S. João da Madeira e do Outeiro, em Castellões de Cambra; casou com D. Filippa de Vasconcellos, filha de Matheus Correia de Vasconcellos e mulher D. Anna Soares de Mattos. Tiveram:

a) Antonio Soares da Costa Côrte-Real.

8 — Antonio Soares da Costa Côrte-Real, filho do antecedente, senhor do morgado de Gafanhão e padroeiro da sua igreja, casou com D. Catharina Pereira de Lacerda, filha de Pantaleão Pereira do Lago e de sua mulher D. Catharina do Amaral. Teve:

a) Manoel.

9 — Manoel Barreto de Vasconcellos Côrte-Real, filho do antecedente, senhor do morgado de Gafanhão, cavalleiro de Christo, casou em Bellomonte, no Porto, com D. Marianna da Resurreição de Azevedo e Costa. Teve:

a) Bento.

10 — Bento José Cardoso de Gouveia Côrte-Real, senhor do morgado de Gafanhão e padroeiro da igreja de Nossa Senhora do Pranto, de Gafanhão, senhor da quinta e morgado de S. João da Madeira, sargento-mór e superintendente da comarca da Feira; casou com D. Anna Joaquina Rosa Paes Ribeiro Malheiro Borges, filha de Manoel Paes Ribeiro Malheiro Pereira, senhor do morgado de Adães (U) e de sua mulher D. Escolastica Borges de Azevedo. Teve:

a) Manoel;

b) Frei Bento, benedictino;

c) Frei José, dominico;

d) Antonio, padre;

e) D. Gertrudes Magna, asuista (sic) em Ovar;

f) João Nunes Cardoso de Gouveia Pereira Côrte-Real, tenente-coronel de voluntarios realistas de Oliveira de Azemeis, em 1828.

11 — Manoel Cardoso de Gouveia Paes Ribeiro Côrte-Real, de que ignoro mais circumstancias.

Este deverá, provavelmente, ser avô de Carlos Côrte-Real.

12 — José Nunes Cardoso Côrte-Real, (?) (Vidè Pinho Leal, «Portugal Antigo e Moderno», vol. v, pag. 21), que teve um irmão Bento, que foi juiz presidente da Relação do Porto.

13 — Manoel Cardoso de Gouveia Côrte-Real, fidalgo da Casa Real; casou com D. Maria Thereza, filha de Carlos Leme Guedes Vieira de Macedo e de sua mulher D. Marianna, irmã do 1.º conde das Alcaçovas (Vidè «Resenha das familias titulares e grandes de Portugal», por Albano da Silveira Pinto, tomo 1.º, pag. 17). Teve:

a) Carlos;

b) D. Maria Clementina;

c) D. Anna de Jesus;

d) D. Maria Eugenia.

14 — Carlos Leme Côrte-Real.

Um outro alfarrabio, que possue o referido abbade de Tagilde, deduz a ascendencia de João Nunes Cardoso de Gouveia, n.º 1, dos seguintes:

Este filho de Fernão Nunes Fernandes Cardoso, senhor da quinta do Telhado, em Besteiros e senhor da casa de seu pai; neto paterno de Nuno Fernandes Cardoso, senhor da dita quinta do Telhado, e irmão de Vasco Fernandes de Gouveia, senhor de Castello Bom, Valhellas, alcaide-mór de Castello Rodrigo, etc., que passou para a Galliza no tempo de D. Fernando.

A estes dois não se dão outras ascendencias, dizendo-se sómente que eram irmãos e filhos de N., de Gouveia.

Côvo

É da mais antiga e nobre linhagem esta casa. O seu primitivo nome foi o de Monte do Corvo.

Os Castros do Côvo, entre outros titulos, denominavam-se *senhores da honra de Cezár e Gaiate.*

Ácerca da successão da *honra* do Côvo, cuja origem explicaremos ao tratarmos da freguezia de Villa Chã, dá-nos obsequiosamente o snr. engenheiro Praça de Vasconcellos as seguintes informações:

«Esta *honra* continuou exclusivamente nos descendentes de Gil Gracia até Sebastião Lopes Godinho, que se declinava senhor da honra de Cezár e Gaiate em documentos publicos e era tambem padroeiro d'esta freguezia; sendo o ultimo abbade apresentado por elle seu irmão João Alvares Godinho, nos meados do seculo XVI.

Este Sebastião Lopes falleceu em janeiro de 1590, e n'este mesmo anno se procedeu a inventario, encabeçando-se a meação a sua mulher Joanna Fogaça e parece que a restante parte das casas da torre, fóros, curraes e palheiros á filha de ambos, Eva Machada, 2.ª mulher de Gaspar Leitão Coelho, inquiridor e distribuidor da Feira. No mesmo anno de 1590, a dita viuva Joanna Fogaça fez doação a seu genro e filha de todos os bens que a estes não pertenceram na Quinta de Gaiate e Cezár. Ora, Gaspar Leitão Coelho teve de sua 1.ª mulher Cecilia Pinto, parece que entre outros, um filho, o licenciado e desembargador Gaspar Leitão Coelho, a quem o pai e madrasta por testamento «in eadem charta», deixaram os seus bens de Gaiate, com obrigação de missas na igreja de Arrifana.

Este licenciado casou com D. Joanna de Mesquita, e d'elles foi filha D. Luiza de Mello, mulher de Sebastião de Carvalho, desembargador da Casa da Supplicação, senhor do morgado de Cernancelhe e da *honra* de Cezár e Gaiate, bens em que succedeu o filho de ambos Sebastião de Car-

valho e Mello, capitão de cavallos dos Familiares de Lisboa, padroeiro de Nossa Senhora das Mercês, etc. Foi este que vendeu a sua Quinta de Cezár e a Torre senhorial que n'ella existia, bem como todas as honras e direitos que lhe pertenciam, e da qual ainda ha poucos annos se via um cunhal, a Antonio de Magalhães e Menezes, do Côvo; com excepção do direito de padroado, que passou para a casa dos Tavoras, de Macieira de Sarnes, após uma demanda, que estes ganharam.

D'aquelle Sebastião Lopes Godinho foi filho Pero Lopes, o célebre capitão dos aventureiros, morto na mallograda jornada de Alcacer-Quibir.»

Interessa agora saber que Sebastião de Carvalho e Mello, para haver os morgados instituidos por Pedro de Magalhães e seu filho Simão de Mello, que vagaram por morte dos ultimos marquezes de Montalvão e haviam sido entregues por sentença de 1705 a Martim Teixeira Coelho de Mello, senhor de Teixeira e Sergude, demandou o filho d'este, por nome Bernardo José Teixeira Coelho de Mello Pinto de Mesquita, a fim de succeder nos ditos morgados; perdeu, porém, a demanda.

Morreram Bernardo José e Sebastião de Carvalho, continuando seus tramites a demanda entre Gonçalo Christovão Teixeira Coelho de Mello Pinto de Mesquita e Manoel de Carvalho e Athaide, respectivamente filhos dos antecedentes. Por morte d'este ultimo Manoel de Carvalho e Athaide, habilitou-se na causa seu filho Sebastião José de Carvalho e Mello, que por sua vez embargára e tentá-

ra nova demanda contra Gonçalo Christovão. Este Sebastião José foi nada mais nada menos que o grande marquez de Pombal, e talvez porque o era, obteve sentença final a seu favor, apenas subiu ao ministerio. Gonçalo Christovão, sem desesperar, interpôz embargos em 1747, e em 1750 recorreu de revista. Da sua petição consta tudo o que fica dito, desde Sebastião Lopes até Sebastião José, porque a grande difficuldade consistia em annullar ou confirmar a filiação do primeiro Gaspar Leitão Coelho, que pela segunda mulher foi senhor da *honra* de Cezár e Gaiate, o qual seu bisneto dizia ser filho de Gonçalo Pires Coelho, senhor de Felgueiras, Sergude e Vieira, e de sua segunda mulher D. Violante de Magalhães. A petição de revista, feita por o esclarecido letrado de Villa Real, Francisco Xavier Teixeira de Mendoça, e que correu impressa, é devéras curiosa e n'ella se encontram habilmente disfarçados, todos os fracos da questão que eram bem maiores do que poderá parecer ás primeiras leituras.

Gonçalo Christovão, soffreu pela sua attitude desgostos sem conta, e até ser em 1761 pelo marquez mandado encarcerar na Junqueira, se bem que por motivos muito diversos e estranhos ao pleito, mas onde pensaria talvez sobre a inconveniencia de discutir sentenças com pessoas da força do seu inimigo, e onde permaneceu 16 annos até á desastrosa quéda que este soffreu, pelo fallecimento

de el-rei D. José I. Quanto ao doutor Francisco Xavier, esse morreu degredado em Benguella em 1761, por ter accusado o conde de Oeiras de desfalque á fazenda real ([1]).

A fidalguia da familia do Côvo prova-se por antiga linhagem; a sua generosidade pelo bem que espalha pelas circumvisinhanças, especialmente permittindo aos povos que, uma vez por semana, se abasteçam de lenha da matta da quinta, para consumo domestico.

O appellido Lemos veio á familia do Côvo pelo casamento de uma filha da casa da Trofa, no seculo XVIII, com Fernando de Magalhães e Menezes, senhor da dita casa.

A respeito da casa da Trofa fornece-nos o snr. José Augusto Carneiro os seguintes dados:

O senhorio da Trofa era hereditario na familia dos Lemos, em que se continuou desde Gomes Martins de Lemos, o *Moço*, que foi 1.º donatario, até Diogo Gomes de Lemos, entroncando n'elle a varonia de Carvalhos e Vasconcellos, pelo casamento de sua filha D. Jeronyma de Lemos com Jeronymo de Carvalho e Vasconcellos.

([1]) Vidè sobre este curioso pleito: C. C. Branco, «Perfil do Marquez de Pombal»—Porto, 1882, pag. 68 a 88.—Marquez de Alorna, «As Prisões da Junqueira»—Lisboa, 1882, pag. 35 a 45 e 70 a 74.—Francisco de Mendoça, «Petição de revista que pediu Gonçalo Christovão» — Lisboa, 1750.

O sangue dos Lemos toca a muitos grandes senhores d'este reino e do de Castella, porque de D. Maria de Lemos, filha de Gomes Martins de Lemos, 1.º senhor da Trofa, e dama da rainha D. Joanna de Castella, descendem os condes de Saldaña, duques do Infantado, os condes de Ceñete, os principes de Melito, duques de Frãca Villa, Pastrana, Hyjar, Medina Sidonia, e os marquezes de Alemquer; e pelo casamento da mesma senhora com João Alvares da Cunha, senhor de Pombeiro, os condes de Pombeiro, os de S. Thiago, o marquez de Montebello, e outros muitos.

E da referida D. Maria de Lemos era 5.ª neta, e 6.ª de seu pai o 1.º senhor da Trofa, a rainha D. Luiza de Gusmão, esposa do 8.º duque de Bragança, depois el-rei D. João IV, de Portugal.

Os herdeiros de Sebastião de Castro Lemos Magalhães e Menezes ainda possuem n'esta freguezia, bastantes fóros, que foram dos antigos donatarios.

As armas dos Castros do Côvo só as vimos por cima da capella-tumulo da familia e consistem em um escudo partido em palla, tendo no primeiro quartel as armas dos Castros, de Monsanto, que são em campo de prata seis arruelas de azul em duas pallas e no segundo, Almeidas ou Mellos. Ao certo, não póde decifrar-se este segundo campo, visto que só o metal dos besantes estabelece a differença, se bem que nos pareça ser o dos Mellos. Ambos os appellidos Almeida ou Mello téem campo vermelho, cruz e bordadura de oiro. Os besantes nos Mellos são de prata, nos Almeidas, de oiro.

Por traz da capella vimos uma pedra tumular

com um brazão que parece, pelos restos, ter sido dos marquezes de Marialva, que são um escudo esquartellado: no primeiro, as armas do reino, com um filete negro em contrabanda; no segundo, em azul, tres flôres de liz em roquete e assim os contrarios; sobreposto, um escudete de oiro com um annel encoberto do mesmo metal perfilado de vermelho, e um rubi engastado no annel.

Na casa do Côvo existe um livro manuscripto por Pinho Leal, com bello frontespicio illuminado, do qual constam as freguezias da provincia de Entre-Douro e Minho em que tinha propriedades de raiz, fóros, rendas e direitos a familia dos Castros, de Villa Nova da Cerveira.

São nada menos de 25 freguezias, nos concelhos de Caminha, Villa Nova da Cerveira, Valença e Monsão.

N'esse livro encontram-se as seguintes informações, que transcrevemos, por méra curiosidade:

Castros de Villa Nova da Cerveira, actualmente no Côvo—D. Pedro Fernandes de Castro—cognominado «o da guerra» (ou «o guerreiro») era um nobilissimo fidalgo castelhano.

Teve tres filhos, que foram:

D. Ignez de Castro—célebre e infeliz amada de D. Pedro I, cuja historia é geralmente sabida.

D. Fernando de Castro—que veio para Portugal no reinado de D. Pedro I (o justiceiro) e d'elle descendem os Castros ditos das treze aruelas que são, o exc.^{mo} conde de Rezende e outras muitas e nobilissimas familias portuguezas.

D. Alvaro Peres de Castro—que veio para Portugal pouco depois de sua irmã. Foi muito estimado por el-rei seu cunhado, e por D. Fernando I, que o fez conde de Vianna da Foz do Lima (Vianna do Castello), em 1371, e conde e senhor de Arroyolos, em 1377. Tambem o fez condestavel do reino, e foi o primeiro fidalgo que em Portugal teve este eminente cargo. Tambem foi senhor de Cadaval.

D'este D. Alvaro Peres de Castro e de sua mulher D. Maria Ponce (que estão sepultados no cruzeiro da Capella de S. Jacintho, na igreja de S. Domingos, de Lisboa) descendem os Castros ditos das seis aruelas, que são os de Villa Nova da Cerveira (que residem actualmente na grande quinta e antiquissima Fabrica de Vidros do Côvo) e grande numero das principaes e mais nobres familias portuguezas.

O actual senhor e administrador do vinculo dos Castros de Villa Nova da Cerveira é o ill.^{mo} e exc.^{mo} snr. Sebastião de Castro Lemos Magalhães e Menezes, filho dos exc.^{mos} Gaspar Maria de Castro Lemos e sua mulher D. Maria Isabel de Mello Menezes Vilhena e Castro, o qual nasceu em 28 de janeiro de 1810. É viuvo em primeiras nupcias da exc.^{ma} snr.^{a} D. Emilia Maria José Pamplona de Souza Holstein, que nasceu em 19 de outubro de 1821 e falleceu em 31 de outubro de 1856.

D'este matrimonio ha os filhos seguintes, pela ordem das idades:

Ill.^{mos} e exc.^{mos} snrs. Gaspar Maria de Castro, D. Maria Isabel de Castro, Manoel Maria de Castro, Antonio Maria de Castro, D. Maria Helena de Castro, D. Anna Maria da Castro, José Maria de Castro e D. Maria da Conceição de Castro.

Armas—Esta familia tem por armas, seis aruelas azues em campo de prata, e por timbre uma roda de navalhas.

Quem quizer saber mais, veja, além da «Chorographia»

do padre Carvalho, o seguinte: «Conquista, antiguidade, e nobreza de Coimbra», por Antonio Coelho Gasco, cap. XXVII. Fernão Lopes Castanheda, «Chronica de el-rei D. Sebastião I, part. I e cap. XXIII, digo cap. CLXXXIII, etc., etc.

Instituições e annexações — Posto que a casa dos Castros de Villa Nova da Cerveira seja uma das mais antigas de Portugal, como fica dito, todavia a primeira instituição de vinculo d'ella é feita por Antonio da Fonseca de Azevedo e sua mulher D. Maria Mendes de Carvalho, de Villa Nova da Cerveira, em 11 de março de 1625. Nas notas do tabellião de S. Mamede de Paradella, concelho de Santo Estevão, Jorge da Costa. *(Tombo, fl. 4.)*

Rectificada e declarada pelo tratamento do referido instituidor, em 8 de março de 1635. *(Tombo, 6.)*

Por escriptura publica, feita pelo tabellião de Villa Nova da Cerveira, Gaspar Correia de Mello, em 25 de junho de 1694, declararam os exc.$^{m.s}$ abbades de Cóvas e de Gontinhães e Sebastião de Castro Caldas e mulher D. Antonia Thomazia Barbosa, da dita villa, que, durante a guerra da independencia (chamada dos 27 annos—1640 a 1667) os hespanhoes, por vingança contra esta familia, pelos relevantissimos serviços feitos pelos membros d'ella em prol da liberdade e autonomia de Portugal, incendiaram o Paço dos Castros, de Villa Nova da Cerveira, queimando-se todos os papeis da casa. Os quatro signatarios eram tres irmãos e a mulher do 3.º e cunhada do 1.º e 2.º) declararam tambem que esta casa foi sempre de vinculo e como tal considerada, andando sempre e exclusivamente nos primogenitos.

Os mesmos quatro signatarios fizeram nova escriptura de instituição e annexação, em 8 de dezembro de 1706, no tabellião de Villa Nova da Cerveira, Antonio Pereira de Menezes.

Os referidos donos, abbades de Cóvas e Gontinhães, fi-

zeram outra escriptura de annexação, em 10 de março de 1777, no tabellião da dita villa, João de Amorim.

Em 25 de novembro de 1718, fez o abbade de Cóvas nova escriptura de annexação, incluindo mais propriedades.

Em 9 de março de 1719, fez testamento o mesmo abbade de Cóvas, deixando tudo a esta casa e para vincular.

Em 22 de maio de 1729, ainda o mesmo abbade de Cóvas fez escriptura de nova annexação.

No mesmo dia (21 de maio de 1729) fez escriptura de nova annexação o abbade de Gontinhães.

Em 25 de março de 1745, fez testamento o abbade de Gontinhães, annexando ao vinculo ainda mais propriedades.

O exc.mo snr. José de Castro fez testamento, annexando tambem o que lhe pertencia.

Provisão da rainha D. Maria I para que fossem considerados de vinculo todos os bens de raiz dos exc.mos Antonio de Castro e Menezes e Lemos e seus irmãos: confirmando o vinculo principal e suas annexações.

Em 25 de julho de 1789. Escriptura de contrato, renuncia, raza, quitação, declaração, feita entre os irmãos os exc.mos Antonio de Castro Menezes e Lemos (então administrador do vinculo), Ignacio de Castro Lemos e Menezes, Duarte de Castro Lemos e Menezes e Gaspar Maria de Castro (que todos foram morgados successivamente por a ordem que aqui vão nomeados—que é a das idades—por os irmãos antecedentes morrerem sem deixar filhos legitimos, apesar de serem casados) D. Joanna de Castro, D. Anna Candida de Castro e Menezes, D. Antonia Margarida de Castro e Menezes e os cavalleiros de Malta, Fr. Luiz de Castro e Fr. Bernardo de Castro.

Esta escriptura é a que foi julgada por sentença e que hoje é a principal do vinculo.

N'um «Compendio genealogico», encontramos, como o mais antigo dos Castros, de Villa Nova da Cerveira, Sebastião de Castro e Lemos, fidalgo da Casa Real, casado com sua prima D. Maria Magdalena de Magalhães e Menezes, filha de Fernando de Magalhães e Menezes, alcaide-mór de Villa do Conde e commendador de Santa Maria da Covilhã na Ordem de Christo.

No mesmo «Compendio» apparece como o mais antigo dos Magalhães e Menezes, do Côvo, Antonio de Castro de Menezes e Lemos, fidalgo da Casa Real e coronel do regimento de infanteria de Olivença.

Representa actualmente esta casa o 1.º conde do Côvo, Gaspar Maria de Castro e Lemos Magalhães e Menezes Pamplona, nascido a 8 de junho de 1847, casado em 20 de janeiro de 1869 com D. Sophia Adelaide Ferreira Alves, agraciado com o titulo de conde por decreto de 9 de março de 1882, filho de Sebastião de Castro e Lemos Magalhães e Menezes, fidalgo da Casa Real, commendador de Santa Maria da Covilhã, na Ordem de Christo e alcaide-mór de Villa do Conde, fallecido a 28 de dezembro de 1869.

Sebastião de Castro e Lemos Magalhães e Menezes, era filho de Gaspar Maria de Castro Menezes e Lemos, de Villa Nova da Cerveira, fallecido a 11 de outubro de 1822, e de sua mulher D. Maria Izabel de Mello Menezes e Castro, da casa do

Côvo. Nasceu na freguezia de Figueiredo das Donas, a 28 de janeiro de 1810. Casou a 2 de setembro de 1846, com D. Maria Emilia Pamplona Carneiro Rangel Velloso Barreto de Figueiredo, 3.ª filha do 1.º visconde de Beire, que nasceu a 18 de outubro de 1821 e falleceu a 29 de outubro de 1856.

A casa e quinta do Côvo são uma verdadeira residencia senhorial. O palacete foi reedificado em 1850 e a capella feita em 1862, ficando proximo d'elles a fabrica de vidros, á qual já nos referimos, ao tratarmos das industrias d'este concelho.

A casa do Côvo era cabeça de um morgado denominado dos Castros, constituido por um grande numero de propriedades em Villa Nova da Cerveira, Côvo e Angeja, instituido em 1625 e acrescentada em 1694.

A proposito da quinta do Côvo, diz Pinho Leal no seu «Portugal Antigo e Moderno»:

«A quinta é um condado! Tem de circumferencia dez kilometros e comprehende grandes tratos de terra lavradia, vinhedos, olivaes, e um vastissimo pinheiral que occupa a maior parte do grande predio, não só montes asperos mas valles fundos e ferteis que, se fossem arroteados e convenientemente agricultados, podiam produzir milhares de alqueires de pão e muito azeite e vinho.

Toma grande parte d'esta parochia e das tres parochias visinhas, Pindello, Ossella e Oliveira de Azemeis, sendo cortada e servida pela estrada a macadam de Ovar para a villa de Arouca e banhada por differentes rios e ribeiros.»

Nas inquirições feitas aos parochos, em 1758, existentes na Torre do Tombo, lêmos, sobre o mesmo assumpto, as seguintes informações:

«Ha na quinta do Côvo d'esta freguezia (Villa Chã) uma fabrica de vidro antiquissima, e de sua concessão não ha certeza de quando fosse concedida; mas sim consta que o senhor rei D. João III, de gloriosa memoria, lhe ampliou os privilegios, e é tão extensa a dita quinta que n'ella se dividem dois bispados, e paga dizimos a quatro freguezias, como é a esta de S. Pedro, de Villa Chã, onde tem o seu solar; a de S. Miguel de Oliveira de Azemeis e a de Santa Maria de Pindello, as quaes são d'este bispado do Porto, e tambem os paga á de S. Pedro, de Ossella, do bispado de Coimbra; e estes são os dois bispados que na dita quinta se dividem.»

O melhor edificio de Villa Nova da Cerveira é a casa que foi da nobre familia Castros, do Côvo.

Ergue-se aquelle edificio no Terreiro da villa; conserva ainda o brazão dos seus antigos senhores, mas actualmente pertence a José Augusto Pereira Pinto Maldonado, filho do fallecido dr. José Narciso Barbosa Pereira Pinto.

Fontechans

Devemos á amabilidade do snr. D. Fernando de Tavares e Tavora as informações que seguem:

Ainda hoje póde vêr-se ameaçando ruina, ligada por um passadiço em arco abatido, á sua capella de S. José, no logar de Fonte Chã do extincto concelho da Bemposta.

Antiquissima, soffreu, como todas as casas pertencentes a familias ricas, differentes modificações, das quaes foram as ultimas, relativamente importantes, mandadas effectuar, de 1660 a 1667, pelo capitão Antonio Cardoso da Cunha, nascido em 1640, que se tratou nobremente «com abundancia de bens, com cavallos na estrebaria e criados, cães de caça e galgos e criados caçadores», e falleceu em 13 de julho de 1717 na sua casa de Fontechans. De um volumoso caderno genealogico de seu filho, o licenceado José Cardoso da Cunha, consta que foi sepultado na igreja nova do Pinheiro, perto do altar de Nossa Senhora, em campa de familia, hoje coberta pelo soalho, e brazonada com as armas dos Cunhas e Cardosos. — Cardosos da quinta de S. Martinho de Mouros, que é solar d'elles, e Cunhas dos verdadeiros de Portugal da quinta do Matto, de S. Martinho de Salreu.

De um dos senhores da casa de Fontechans, que teve uma provisão régia em 1612, Diogo de Andrade Cardoso, casado que foi com Maria Froes, filho de Fernão Tavares, pessoa muito nobre que serviu el-rei e teve fôro e de Catharina de Andrade Cardoso e neto de outro Diogo de Andrade Cardoso, fidalgo da casa de el-rei e senhor da quinta de Fontechans, foram filhos: outro Diogo de Andrade Cardoso, Izabel Cardoso de Figueiredo e Maria Froes Cardoso. Do primeiro são descendentes o marquez de Rériz e pelos ascendentes d'este os senhores da casa da Fabrica, no Porto.

No filho da segunda, o mencionado capitão Antonio Cardoso da Cunha e nos filhos d'este continuou a representação da casa de Fontechans, até que pelo fallecimento do ultimo, sem descendencia legitima, Onofre de Almeida e Cunha, que nascera em 10 de junho de 1699, passou o morgadio para o seu parente mais proximo João Pinto Coutinho Cardoso e Tavora, fidalgo de solar conhecido e por carta de 27 de setembro de 1737, até que renunciou es-

e, em 3 de agosto de 1777, por sua vez passou a seu filho Bernardo José Pinto de Tavares de Mendonça, fidalgo da Casa Real, morgado de Recardães, senhor da casa de Amoreira, pelo seu casamento, e pelo que fica exposto morgado de Fontechans.

João Pinto provou em longa demanda ser quarto neto dos mencionados Diogo de Andrade Cardoso e de sua mulher Maria Froes, e o parente mais proximo da instituidora Marianna Cardoso da Cunha, fallecida em 7 de setembro de 1708, antes de seu irmão o capitão Antonio Cardoso da Cunha, que por seu testamento, de 1715, augmentou o vinculo com grande parte de seus bens. Quasi todo o vinculo, sem a casa de Fontechans que João Pinto, por processo então muito em voga, conseguira desligar d'elle e ceder a seu sobrinho o bacharel Caetano José de Quadros Côrte-Real, pertence ainda aos Tavares das casas de Recardães e Amoreira. A casa de Fontechans e grande parte da quinta, são hoje de D. Maria Emilia Barbosa de Quadros, casada com o conservador de Ovar, dr. José de Almeida, a qual a herdou de seu pai, descendente do mencionado bacharel Caetano José de Quadros Côrte-Real, fidalgo da casa de el-rei.

Fundões

Data esta casa de 1705: é hoje a mais importante casa de lavoura da freguezia de S. João da Madeira.

A actual possuidora é D. Maria Nunes Camossa Saldanha, irmã do visconde de Albergaria de Souto Redondo e do dr. João Camossa Saldanha.

João de Oliveira Camossa, avô da actual possuidora, foi capitão-mór de Oliveira de Azemeis,

como dizemos em outro logar. Foi morto á traição, em Arouca, por occasião das invasões francezas, em 1809.

Giesteira

No primeiro quartel no seculo XVIII, era senhor da casa da Giesteira o cirurgião-mór Manoel José Borges de Castro, o velho, irmão de Seraphim José Borges de Castro, cirurgião-mór em Vallega.

D'aquelle Manoel foram filhos: Antonio José Alves e Manoel José Borges de Castro, o novo, que, como seu pai, foi tambem cirurgião-mór.

Segundo consta, foi em vida d'este ultimo que se deu a ruina da casa, em virtude d'uma fiança que elle prestou em favor de um individuo que falliu. A casa da Giesteira foi então vendida a Fernando Alves, avô da actual condessa do Côvo, D. Sophia Adelaide Ferreira Alves.

Manoel José Borges de Castro, o novo, foi pai de Francisco Borges de Castro, Duarte Borges de Castro, cirurgião em Oliveira de Azemeis, Manoel Borges de Castro, tambem cirurgião, Antonio Borges de Castro, Maria Borges de Castro e Rosa Borges de Castro.

Maria Borges de Castro casou com Francisco Alves dos Anjos e Souza, de Fafião, freguezia de Romariz, e d'estes foram filhos: Antonio José Borges de Castro, cirurgião, e Joaquim José Borges de Castro, tambem cirurgião, que casou, em Mi-

lheiroz de Poiares, com Caetana Leite Borges de Rezende, da casa da Mámoa, filha de Antonio José de Moura, de Santo André de Sever do Vouga e da mulher d'este, D. Anna Maria da Silva.

De Joaquim José Borges de Castro foi filho Chrispim José Borges de Castro, negociante e proprietario em Milheiroz de Poiares, que casou, na mencionada casa da Mámoa, com D. Joaquina Maria de Moura e Silva.

D'estes foram filhos: Victorino e José de Castro Moura, negociantes de grosso trato em Pernambuco; o dr. Manoel José Borges de Castro e Silva, juiz de direito; dr. Rufino Joaquim Borges de Castro, formado em direito pela Universidade de Coimbra e administrador dos concelhos da Feira e Oliveira de Azemeis; Antonio Joaquim Borges de Castro, 1.º visconde das Devezas; dr. Rodrigo José Borges de Castro, formado em direito; dr. Miguel José Borges de Castro, formado em theologia; finalmente, Gaspar José Borges de Castro, que foi casado com D. Marianna Augusta de Abreu Teixeira, filha de Francisco Antonio de Abreu Silva Rego, de Villa de Punhe, junto a Vianna do Castello, sendo filhos d'estes ultimos: D. Maria Joaquina Borges de Castro, já fallecida, e o dr. Chrispim Teixeira Borges de Castro, formado em medicina pela Universidade de Pariz e habilitado em Portugal pela Universidade de Coimbra, distincto clinico em Milheiroz de Poia-

res e actual senhor da casa e quinta da Mámoa, na referida freguezia.

A casa da Giesteira, essa ainda se conserva na posse dos condes do Côvo.

O dr. Rufino Joaquim Borges de Castro casou com D. Henriqueta Augusta Correia Bandeira, filha do conselheiro Manoel Martins Bandeira, lente cathedratico da faculdade de philosophia na Universidade de Coimbra, fidalgo da Casa Real e commendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e da mulher d'este, D. Joaquina Emilia Correia.

Do dr. Rufino e de sua esposa são filhos: Arthur Guilherme, antigo recebedor do concelho da Feira; D. Maria da Conceição, actual condessa das Devezas e principal herdeira de seu tio o 1.º visconde das Devezas; D. Joaquina, casada com Domingos Eugenio da Silva Canedo, tenente-coronel de estado-maior; D. Guilhermina Augusta; D. Emilia Henriqueta, casada com o dr. Roberto Alves de Souza Ferreira, lente da Academia Polytechnica do Porto e distincto jurisconsulto; Abilio de Castro, thesoureiro da Caixa Filial do Banco de Portugal, no Porto; D. Amelia, casada com o advogado dr. Agostinho de Almeida Rego.

Pinhos e Souzas

É a quinta da Boavista, em Carcavellos, freguezia de S. Thiago.

Hoje nada resta do antigo solar da Boavista. As propriedades foram vendidas a diversos e a casa e capella derrubadas.

A familia dos Pinhos e Souzas foi viver para Vianna, tendo ainda parentes no Porto, Villa da Feira e Oliveira de Azemeis.

O ultimo membro da familia, que aqui habitou, foi o capitão de milicias Joaquim de Pinho e Souza.

Aos 3 de maio de 1761, foi concedido brazão de armas ao dr. Domingos José de Pinho e Souza do Amaral, oppositor ás cadeiras da faculdade de canones da Universidade, natural da sua Quinta de Manhoce, da freguezia de Santa Maria de Arrifana. Pela respectiva carta, registrada na camara da Feira a fl. 115 do liv. do registro de 1827-1834, consta que o agraciado era filho legitimo do capitão Manoel Thomé de Pinho e de sua mulher D. Maria Thereza de Souza. Neto paterno de Manoel Thomé de Moura, cavalleiro professo na Ordem de S. Thiago e de sua mulher D. Izabel de Pinho de Rezende do Amaral, todos assistentes na dita freguezia, e materno de João de Souza e de sua mulher Luiza Gomes Soares, tambem naturaes de Arrifana. Indica-se tambem ser descendente dos legitimos Amaraes da Torre e solar do Amaral, no julgado de Vizeu, de D. Martim do Avellar, mestre da Ordem de Aviz, e de D. Martim Affonso de Souza, que vinha por varonia dos Souzas de D. Af-

fonso Diniz. O brazão é formado por Souzas de D. Affonso Diniz no primeiro e quarto quarteis; no segundo, Pinhos; no terceiro, Amaraes. Differença uma brica vermelha com uma flôr de liz de oiro.

Rebellos

D. João, principe regente, concedeu, em 1804, brazão de armas ao padre Antonio Rebello Santiago, bacharel em canones e philosophia e commissario do Santo Officio, filho de Bernardo Rebello, neto de João Vaz Rebello.

O brazão compõe-se de um escudo romano e n'elle as armas dos Rebellos, que são em campo azul tres faixas de oiro e sobre cada uma, sua flôr de liz de vermelho, postas em banda; sobre o escudo um chapéu preto com cordões entrelaçados e uma borla pendente por banda, tudo da mesma côr e por differença uma brica de prata com uma banda vermelha.

A arvore genealogica dos Rebellos, de S. Thyago de Riba d'Ul, estabelece-se pela seguinte fórma:

1.º, Gonçalo Rebello, casado com Maria Antonia. — 2.º, João Vaz, casado com Maria Antonia. — 3.º, Bernardo Rebello, casado com Antonia Clara, irmã de Domingos do Rosario Varella, sendo d'este consorcio que nasceu Antonio Rebello Santiago, acima referido. — 4.º, Anna Clara de Jesus, casada com Mathias Valente Ferreira, de Casaldello. — 5.º, Thereza Clara Felicia, casada com Manoel Alves

da Silva, de S. Vicente de Louredo.—6.º, o dr. Antonio Rebello Valente Alves da Silva, illustre advogado e presidente da camara d'este concelho, casado com Anna Margarida Coelho da Silva e irmã de José Maria Rebello Valente, negociante de vinhos no Porto, o qual foi sogro do visconde de Villar de Allen.—7.º, João Nepomuceno Rebello Valente, casado com Maria Innocencia Kopke de Carvalho, do Porto. D'este ultimo casamento houve cinco filhos: Leonor Rebello Valente, casada com Antonio Thomaz Ferreira Cardoso; Maria Helena Rebello Valente; José Maria Rebello Valente; Manoel Maria Rebello Valente e João Maria Rebello Valente.

Reis e Vasconcellos

José Pedro Henriques de Vasconcellos da Costa foi bacharel em leis, habilitado para os logares de lettras. Seus paes foram João Carlos dos Reis e Vasconcellos, bacharel formado em canones, e D. Florencia Maria Soares da Silva. Era neto paterno de Manoel Vaz Pacheco Henriques e de sua mulher D. Jeronyma dos Reis e Vasconcellos e materno de André Alves da Costa, cavalleiro professo na Ordem de Christo e de sua mulher D. Anna Soares da Silva. Foi nomeado juiz de fóra do civel no Porto, por carta régia de 14 de março de 1778.

A sua casa brazonada é no largo Municipal, d'esta villa.

O brazão que lhe foi concedido por carta de 27 de janeiro de 1774, consiste n'um escudo esquartellado, tendo no primeiro quartel, as armas dos

Henriques, que são um escudo mantellado tendo nos campos altos dois leões de purpura batalhantes, em campo de prata, e no de baixo, em campo vermelho, um castello de oiro lavrado de preto; no segundo quartel, as dos Vasconcellos, em campo negro tres faixas veiradas e contraveiradas de prata e vermelho; no terceiro, as dos Costas, em campo vermelho seis costas de prata firmadas e postas em duas pallas; no quarto, as dos Silvas, em campo de prata um leão de purpura armado de azul. Elmo de prata aberto, guarnecido de oiro; paquife dos metaes e côres das armas; timbre o dos Henriques, que é o castello do escudo com um leão sahindo da torre do meio e por differença uma brica azul com um I de prata.

A respeito d'esta familia ministra-nos o snr. D. Fernando de Tavares e Tavora as seguintes informações:

Por fallecimento de D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel, derradeiro conde que foi d'esta villa da Feira por successão directa e seu capitão-mór, ficou servindo este posto, até que se providenciasse, o sargento-mór Domingos Dias dos Reis e Vasconcellos, que sargento-mór continuou sendo, conseguindo que o infante D. Francisco o confirmasse n'este posto por carta de 25 de agosto de 1708. O capitão-mór nomeado, successor por consequencia de D. Fernando Forjaz, foi Gaspar de Magalhães e Menezes, fidalgo da casa de el-rei e certamente antepassado do actual conde de Côvo. Por carta de 16 de outubro de 1716, succedeu a Gaspar de Magalhães o capitão Manoel dos Santos

Barreto, que o era das ordenanças de Lobão. Por fallecimento d'este, foi nomeado Salvador José dos Reis e Vasconcellos, em 14 de dezembro de 1735, o qual não tirando sua carta foi por tal motivo suspenso, até que lhe foi passada em 8 de março de 1745. N'ella se diz ser cavalleiro professo na Ordem de Christo. Antes de capitão-mór da Feira, fôra capitão de ordenanças de Oliveira de Azemeis, onde morava, por fallecimento de Manoel de Santhiago Pereira, que tinha o dito posto.

Desistindo Salvador dos Reis, deu logar a que para capitão-mór da Feira se nomeasse, por carta de 22 de novembro de 1775, seu filho Domingos Manoel Soares de Albergaria dos Reis e Vasconcellos. Este igualmente desistiu, e pela patente de 15 de maio de 1798 se vê que lhe succedeu Domingos Manoel dos Reis Soares de Albergaria Mascarenhas de Quadros, que julgo ser filho do seu antecessor.

Ao tempo da sua nomeação era cadete da 9.ª companhia do regimento de cavallaria de Bragança, de que era coronel Manoel Pinto Bacellar. Da guia que este lhe mandou passar, em 10 de setembro de 1798, consta que era natural de Oliveira de Azemeis, de 25 annos ao tempo de jurar estandarte, o que fez em 1 de dezembro de 1797, solteiro, com cinco pés e quatro pollegadas de altura, cabello e olhos castanhos. Teria, pois, menos de 26 annos, quando foi nomeado para o posto importante de capitão-mór da Feira.

Da carta de 9 de maio de 1910 que nomeou o novo capitão-mór João de Castro da Rocha Tavares Pereira Côrte-Real, consta que o seu antecessor Domingos Manoel dos Reis Soares de Albergaria Marcarenhas de Quadros foi promovido a coronel.

Sás Pereiras

(Da Quinta do Pinheiro)

Pela carta de brazão de armas e fidalguia, que em 12 de setembro de 1776 foi passada ao capitão Manoel José de Sá Pereira de Mello Leitão, morador na sua Quinta do Pinheiro, da villa da Bemposta, e pela que em 16 de abril de 1765 se passou a seu tio materno o doutor Manoel Lourenço de Sá Pereira de Mello Valente, consta que estes fidalgos eram descendentes, com avós conhecidos, de D. Guiomar de Mello Pereira, irmã de Jeronymo Pereira de Sá, presidente do Desembargo do Paço, de D. Simão de Sá Pereira, bispo que foi de Lamego e depois do Porto, e de Matheus Pereira de Sá, inquisidor da Inquisição de Coimbra, filhos todos de Ruy de Sá Pereira, da mesma cidade. Outrosim consta que o primeiro,—e a carta do segundo confirma-o, —era 9.º neto de João Alvares Pereira, senhor das terras de Santa Maria, progenitor que tambem foi dos condes da Feira.

O tio, porém, doutor Manoel de Sá Pereira, era apenas por uma das linhas de sua mãe descendente de Ruy de Sá Pereira, ao passo que o capitão Manoel José de Sá Pereira, filho do capitão-mór da Bemposta João Pereira de Mello Leitão e de sua mulher D. Maria Caetana de Sá Pereira de Mello, o era pela mesma e tambem por uma das de seu pae, o qual foi terceiro neto de D. Guiomar

de Mello Pereira, filha de Ruy de Sá Pereira, já mencionado, e mulher de Francisco Pereira Tavares. Ora, este Ruy de Sá Pereira, commendador de S. Mamede, casado que foi com Brites Mendes de Castel-Branco, era filho de João de Sá de Miranda, 1.º senhor do prazo do Curval, que lhe foi doado por o arcebispo de Braga e bispo de Coimbra, D. João Galvão, 1.º conde de Arganil [1], e de sua segunda mulher D. Filippa Pereira.

A quinta do Curval, não longe do Pinheiro da Bemposta, quinta que não deve confundir-se com a do Pinheiro, de que foi senhor o capitão Manoel José de Sá Pereira de Mello Leitão, pertenceu, segundo resa a tradição, aos nossos reis.

Esta quinta foi doada ao bispo de Coimbra por el-rei D. Fernando, e com o decorrer dos tempos foi a mitra de Aveiro a directa senhoria; mas o dominio util passou para o marquez de Penalva, por contrato que fez com o bispo de Coimbra. Ultimamente, foi comprada aos marquezes de Penalva por Antonio José Marques, do Curval, e hoje, dividida, pertence já a diversos.

Segundo a tradição, esta quinta e casa n'ella existente é do tempo dos mouros; lembram-se ainda algumas pessoas de idade de umas ruinas que existiram n'um sitio proximo chamado o *Santo*, e que, apesar de se dizer serem d'uma capella, parece, pela

[1] Theop. Braga, «Sá de Miranda», pag. 6, 7, 8, 9, 10 e 11.—C. C. Branco, «Historia e Sentimentalismo», pag. 31.

descripção que d'ellas faziam, terem sido de alguma outra construcção. A casa da quinta, de que ainda hoje existe uma parte, tendo sido outra parte reconstruida, deixava tambem suppôr, pela vetustez das suas paredes e pelo seu formato, ser de antiquissima construcção. Infelizmente, a parte da casa que mais interessante era pela sua antiguidade e curiosa construcção, perdeu já o seu primitivo caracter.

Ácerca d'esta quinta, o dr. Abel da Silva Ribeiro escreveu:

No anno de 1553, aos sete dias de abril, na cidade de Coimbra e paço episcopal de D. João Soares de Albergaria, bispo da dita cidade e conde de Arganil, apresentou Antonio Vellez de Castel-Branco, fidalgo da casa de el-rei, uma publica procuração de Brites Mendes de Castel-Branco, sua irmã, mulher que foi de Ruy de Sá Pereira, fidalgo da Casa Real, para que passasse a dita quinta a seu filho Arthur de Sá, tambem fidalgo da Casa Real, irmão de Francisco Pereira de Sá, netos de João de Sá, pai de Ruy de Sá. Este João de Sá fez na quinta do Curval grandes bemfeitorias, casas, pomares, laranjaes e grandes aposentos.

Acompanhou o bispo D. João Galvão nas guerras por onde andou, sendo capitão de toda a gente do dito bispo [1]. Ruy de Sá tambem muito ajudou a D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra, nas differenças que teve com D. João de Menezes, prior da Santa Cruz, da mesma cidade, gastando muito dos seus haveres com homens que tinha em sua companhia para diffensão do dito bispo.

[1] C. C. Branco, obr. e log. cit. — Theoph. Braga, id , id.

No anno de 1777, apresentou o fidalgo preclarissimo Izidro de Almeida Souza e Sá de Lencastre um prazo do Curval, para ser reformado.

Pelo que fica exposto vê-se claramente que os Sás Pereiras, da quinta do Pinheiro, eram descendentes dos senhores do prazo do Curval. E ainda o são, pois que João Evangelista de Quadros de Sá Pereira de Mello, bacharel formado em direito e suas irmãs senhores e moradores da quinta do Pinheiro, filhos de João Evangelista de Araujo de Sá Pereira de Mello e de D. Maria Carolina Barbosa de Quadros, são, por sua avó paterna D. Anna Joaquina de Sá Pereira de Mello, bisnetos de José Antonio de Sá Pereira de Mello, irmão que foi do primeiro mencionado capitão Manoel José de Sá Pereira de Mello Leitão, fidalgo de cota de armas. O brazão é composto de um escudo esquartellado, tendo no primeiro as armas dos Sás de Coimbra, que são o escudo enxaquetado de prata e azul de seis peças em faixa e sobre o enxaquetado, uma columna de prata em palla, cercada com uma corôa de conde, tendo por differença uma brica de vermelho com um farpão de prata; no segundo as dos Pereiras; no terceiro as do Mellos, e no quarto as dos Leitões. Elmo de prata, aberto, guarnecido de oiro, paquife dos metaes e côres das armas; timbre dos Sás, meio bufalo de sua côr com uma argola de prata nas ventas.

Sequeiras Monterrosos

Ácerca d'esta familia envia-nos obsequiosamente a seguinte interessante informação o snr. D. Fernando de Tavares e Tavora, da Villa da Feira:

Por carta de 24 de novembro de 1775, registada na camara da Feira, foi nomeado sargento-mór das ordenanças da dita villa José de Sequeira Mello Monterroso, pela desistencia que d'este cargo fez seu pai Antonio de Sequeira Vasconcellos Monterroso.

Este, natural da rua de Oliveira de Azemeis, registou no livro do registo da mesma camara, relativo aos annos 1730 a 1750, a fl. 119, a carta de brazão de armas de sua familia, segundo consta da respectiva epigraphe, carta que tambem póde integralmente lêr-se no archivo heraldico-genealogico do visconde de Sanches de Baena, a fl. 663, na collecção d'aquellas que se encontram entre os manuscriptos da Bibliotheca Eborense. Por ella se concedeu, em 30 de janeiro de 1699, a José de Sequeira de Vasconcellos Monte Roio, natural e morador do concelho de Paiva, seu ascendente, christão velho, limpo de toda a ruim raça, ou nação infecta, filho legitimo de Antonio Sequeira Monte Roio, sargento-mór de Paiva e familiar do Santo Officio, e de D. Anna de Vasconcellos, o brazão de armas, que não é bem o que está na casa que foi d'estes na rua de Oliveira de Azemeis. A saber:

Um escudo esquartellado posto ao balon. No primeiro quartel, as armas dos Sequeiras, que são em campo azul cinco vieiras de oiro em santor estendidas de preto; no segundo, as armas dos Silveiras, que são em campo de prata tres faxas vermelhas; no terceiro, as armas dos Vasconcellos, que são em campo preto tres faxas veiradas e contraveiradas de prata e vermelho; no quarto, as armas dos Mel-

los, que são em campo vermelho seis besantes de prata entre uma cruz dobrada e orlada de oiro. Elmo de prata aberto guarnecido de oiro, paquife dos metaes e côres das armas; timbre dos Sequeiras, que são cinco penachos de azul com uma vieira das armas no meio; por differença uma estrella de prata. Esta é a descripção que veio na carta de armas. O brazão que se vê na casa da rua de Oliveira tem a mais um *coronel*, de certo discricionariamente acrescentado, e de menos o appellido Vasconcellos, que é substituido, no terceiro quartel, pelo de Silveira, do segundo, achando-se n'este a aguia de duas cabeças sobre um crescente, dos Monterrosos.

Justificou o agraciado ser filho legitimo, como dito é, de Antonio Sequeira Monte Roio e por varonia 4.º neto de Pedro Annes Moreira, da familia dos Moreiras, que fundaram o mosteiro de Tarouquella. Por Maria Fernandes de Sequeira, uma das suas quartas avós e segundo parece a mais illustre, a julgar pelos cuidados que ao justificante mereceu a sua ascendencia, mostrou elle que era 7.º neto de Lopo Vaz de Sequeira, alcaide-mór de Coimbra, o qual por seu turno descendia de D. Reimão Viegas de Sequeira, que se achou na tomada de Sequeira, filho de D. Egas Pires Coronel e 5.º neto de el-rei D. Ramiro II, de Leão, avoengo illustre e quasi mythologico de quasi todos aquelles que em Portugal e em todas as Hespanhas se prézam de velha e brava fidalguia.

Por uma das suas quintas avós, D. Izabel de Mello, mostrou ser 6.º neto de João de Mello, alcaide-mór de Serpa e copeiro-mór de el-rei D. Affonso III; e 7.º neto, pela mulher d'este, de Nuno Martins da Silveira, secretario da puridade de D. Duarte, filho de Martim Gil Pestana, alferes-mór de Evora, e de Maria Gonçalves da Silveira, senhora, no Alemtejo, da herdade d'este nome, d'onde procedem os verdadeiros Silveiras d'estes reinos.

E, para justificar os appellidos do brazão, resta dizer

que o agraciado era, por sua mãe D. Anna de Vasconcellos, 3.º neto de Duarte Mendes de Vasconcellos, senhor da Quinta da Varge do Douro.

Depois de, n'esta meia duzia de linhas, termos evocado estes nomes formidaveis que eccoam no nosso espirito como um fragor de batalhas, resta saber o que fez o sargento-mór da Feira, José de Sequeira Mello Monterroso ou Monte Roio, a quem nos referimos no principio d'esta breve noticia. Pela carta de 20 de junho de 1797, que transferiu para identico posto na Feira o sargento-mór de Ovar, João de Castro da Rocha Tavares Pereira Côrte-Real, ascendente do fallecido conde de Fijô e do conselheiro de Estado José Luciano de Castro, consta que José de Sequeira desistiu do seu cargo, talvez para ser provido em outro melhor. Este era pouco rendoso, na verdade, se é que, antes ou durante o exercicio de José de Sequeira, se não augmentou o ordenado de 80$000 réis, que tinha em 1765 o sargento-mór Bento José Barreto de Vasconcellos, senhor do Gafanhão e da Quinta de S. João da Madeira, que immediatamente antecedeu Antonio de Sequeira Monterroso, no posto de sargento-mór da Feira.

Do consorcio de José de Sequeira Mello Monterroso, ou José de Sequeira Monterroso e Silva, como se lhe chama no assento de casamento de uma sua neta, primeiro mencionado, com D. Francisca Rita Teixeira de Mello e Miranda, nasceu Gonçalo Sequeira Monterroso Mello da Silveira, que morou na rua de Oliveira de Azemeis. Casou este com D. Catharina Josepha Botelho de Moraes e Castro Pimentel, filha de João Manoel Borges Sá Moraes e Castro, natural de Villa-Flôr, fidalgo de cota de armas, por carta de 16 de agosto de 1769, que lhe deu brazão com os appellidos de Moraes, Castro, Sá e Borges, e de sua mulher D. Catharina Thereza Narcisa Botelho de Queiroz Pimentel. De Gonçalo Sequeira e D. Catharina, foi filha D. Rita Augusta de Sequeira Monterroso, casada na Feira, em 2

de fevereiro de 1842, com João de Castro da Rocha Tavares, filho de outro que foi bacharel, fidalgo de cota de armas, por carta de 20 de fevereiro de 1825, com os appellidos de Côrte-Reaes, Tavares, Pereiras e Castros, juiz de fóra em Oeiras, por D. Miguel, mais tarde advogado, e neto, por este, do sargento-mór e depois capitão-mór da Feira, João de Castro da Rocha Tavares Pereira Côrte-Real, fidalgo tambem de cota de armas, por carta de 2 de abril de 1813, que lhe deu um escudo com as armas dos Rochas, Tavares, Pereiras e Castros, ácerca do qual se fallou atraz. João de Castro da Rocha Tavares que foi presidente da camara municipal de Ovar e D. Rita, foram os paes de D. Maria de Castro, segunda mulher de Fortunato Ferreira Vidal, escrivão de fazenda em Arouca e Ovar, natural de Vagos, os quaes tiveram filho unico a José Sequeira de Castro Vidal, sub-inspector de instrucção primaria.

D. Maria de Castro teve dois irmãos com descendencia: D. Angelina, casada com o capitão de artilheria Angelo Gustavo Ribeiro Camara e d'este matrimonio existe uma filha D. Emma; Frederico de Castro Côrte-Real, capitão de infanteria, casado com D. Izabel Nobre da Veiga, da casa da Vinha, em Penafiel e d'elle houve dois filhos ainda vivos, como a mãe, Frederico de Castro Nobre da Veiga Côrte-Real, empregado das obras publicas, e D. Maria do Carmo de Castro Nobre da Veiga Côrte-Real, irmã Dorotheia.

Dos meus livros e apontamentos, dos livros do archivos parochial e camarario d'esta villa da Feira, extractei e compuz o que fica escripto.»

A casa solar dos Sequeiras, n'esta villa, foi vendida em 1844.

Soares de Pinho

Pelo principe regente D. João foi dada, em 14 de agosto de 1805, carta de brazão de armas a Custodio José Soares de Pinho da Silva Gomes, morador na sua quinta de Macinhata da Seixa, filho de Antonio Soares de Pinho e D. Rosa Eufrasia da Silva Gomes, neto paterno de Manoel Gil Soares e de sua mulher D. Maria de Pinho e materno de Manoel da Silva e D. Izabel Gomes.

Foram seus filhos o major José Soares de Pinho da Silva Gomes, da casa de Silvares; Antonio Soares de Pinho, da casa de Carvalhal; Luiz Soares de Pinho da Silva Gomes, que ficou com a quinta da residencia do pai; Caetano Soares de Pinho da Silva Gomes; D. Margarida Rosa Vaz da Silva, com casa em Oliveira de Azemeis, que lhe foi doadà por seus parentes José Pedro de Vasconcellos e irmã D. Antonia Felizarda, e D. Anna Rosa Vaz da Silva.

D. Margarida Rosa Vaz da Silva casou com o capitão-mór de Malta Francisco Antonio Bastos de Pinho, do logar de Villar, que foi vice-consul do reino das Duas Sicilias, na Figueira da Foz.

D. Anna Rosa Vaz da Silva casou com seu primo Antonio Soares de Pinho, de Silvares.

O brazão compõe-se de um escudo esquartellado. No primeiro quartel, as armas dos Soares, que são em campo vermelho, uma torre de prata lavra-

da de preto; no segundo quartel, as armas dos Pinhos, que são em campo de prata cinco pinheiros verdes em aspa com pinhas de oiro; no terceiro quartel, as armas dos Silvas, que são em campo de prata um leão de purpura armado de azul; no quarto quartel, as armas dos Gomes, que são em campo azul um pellicano de oiro ferindo com o bico o peito e dando a tres filhos o sangue que d'elle corre. Elmo de prata aberto, guarnecido de oiro, paquife dos metaes e côres das armas; timbre dos Soares, que é a torre das armas e por differença uma brica de oiro com trifolio verde.

Várzea

É situada esta casa nobre no concelho de Oliveira de Azemeis, e no extremo septentrional da freguezia de S. João da Madeira. É o solar da familia *Pereiras de Rezende,* que alli o assentou, nos meados do seculo XVII.

Quanto á genealogia d'esta familia, eis o que consta das suas cartas d'armas, dos livros de familia e de apontamentos particulares:

D. Nuno Alvares Pereira, filho 2.º do 4.º conde da Feira, houve fóra de matrimonio, de Catharina Antonia, residente na Povoa, logar do Valle, um filho que se chamou Amador Fernando, que casou em Framil, com Izabel Antonia, da qual houve Angela Amador, casada mais tarde com João Nunes. D'estes foi filha Maria Nunes, do lo-

gar da Várzea de Canedo, que, casando com Sebastião Francisco, foi mãe de Manoel Francisco Nunes, que de sua mulher Izabel Antonia, de Framil, teve Antonio Nunes Gassamár e Sebastiana Nunes.

Antonio Nunes casou com Izabel Pereira de Rezende, filha do capitão-mór, Domingos de Rezende e da mulher d'este Anna Pereira, neta materna de Gaspar Dias Rebello, do Paço de Vallega. Domingos de Rezende, era filho de Garcia de Rezende.

Antonio Nunes teve de sua esposa dois filhos: Thomé Nunes Pereira de Rezende, vigario de S. Thomé de Mira, e Anna Antonia Pereira de Rezende.

Sebastiana Nunes casou com o alferes Ambrosio Gomes, de quem teve o capitão Antonio Nunes Gomes, que casou com Anna Antonia Pereira de Rezende, acima indicada.

Do casamento do capitão Antonio Nunes Gomes com esta senhora nasceu o doutor Thomé Joaquim Nunes Pereira de Rezende, formado em direito pela Universidade de Coimbra, que, tendo casado junto a Cantanhede, na Pocariça, com D. Joanna Jacintha Toscano da Silveira Figueiredo e Albuquerque, neta paterna de Sebastião Mathias e Juliana da Silveira Ayres, do mesmo logar, antigo termo de Cantanhede, e neta materna de João Toscano de Figueiredo e Albuquerque [1], foram paes de D. Anna Peregrina Toscano da Silveira, por sua vez casada com o doutor João de Mello Leite da Fonseca e Carvalho, formado em medicina pela Universidade de Coimbra e filho de João Gomes Leite, de Arrifana.

D'estes, provieram entre outros, os seguintes filhos:

1.º. Doutor Antonio da Silveira Toscano Pereira de

(1) D'esta familia tambem é descendente o illustre diplomata, conselheiro Mathias de Carvalho e Vasconcellos, o visconde de Valdoeiro e outras pessoas de elevada posição social.

Mello, formado em direito pela Universidade de Coimbra, que morreu solteiro, sem deixar descendentes.

2.º. D. Anna Peregrina Toscano da Silveira Figueiredo e Albuquerque, casada com o contador Antonio Luiz Soares Barbosa, da Feira. E' seu neto o doutor Antonio Toscano Soares Barbosa, antigo delegado do Procurador Régio, senhor actual da casa da Várzea, e contador da comarca da Feira.

3.º. Doutor João Toscano da Silveira Pereira de Rezende e Mello, formado em direito canonico pela Universidade de Coimbra e distincto jurisconsulto, que havendo casado em Arrifana com D. Carolina Leopoldina de Castro e Pinho, filha do capitão-mór João Antonio Gomes de Pinho e da mulher d'este D. Anna Amalia de Castro e Pinho, filha do capitão Antonio Francisco Pinheiro [1], foram paes dos seguintes filhos:

a) Abel Toscano Pereira de Rezende, casado em Arrifana com D. Anna Amalia Soares Leite, de quem houve os seguintes filhos: dr. Raul Toscano, conservador do registro predial em Villa Real de Santo Antonio e Annibal Toscano, contador em Famalicão, ambos com descendencia, Maria e Aida Toscano, solteiras.

b) Antonio Toscano Pereira de Rezende, que casou no Porto, com D. Maria Angelica Gonçalves Coelho, filha do tenente-coronel João Antonio Coelho que serviu na guerra peninsular e campanhas da liberdade (familia Coelhos de Montalvo), viuva de José Izidoro Gonçalves, seu primo co-irmão. D'este casamento proveio uma só filha: D. Maria Carolina Toscano Pereira de Rezende, ainda solteira.

c) João, Francisco, Sebastião, José, Albino e Pedro Toscano que morreram solteiros, sem descendentes.

(1) Era irmão do capitão-mór de ordenanças Bernardo Francisco Pinheiro, o ultimo dos dez Martyres da Liberdade justiçados na Praça Nova, do Porto, em 7 de maio de 1829.

O brazão d'esta familia, dado em nova confirmação e mercê e registado no Cartorio da Nobreza do Reino, liv. part. fl. 29 v. em 17 de fevereiro de 1752 e na Camara da Feira, liv. do Reg. de 1752 fl. 279, é o seguinte: Escudo partido em palla. No primeiro, as armas dos Pereiras, em campo de góles uma cruz de prata florida e vasia de campo; no segundo, as armas dos Rezendes, em campo de oiro, duas cabras pretas gotteadas de oiro, em palla e passantes; timbre o dos Pereiras, uma cruz de góles vasia de campo e florida, entre dois côttos de azas de anjo, de oiro e estendidas, paquife de góles, sable, oiro e prata.

FREGUEZIAS DO CONCELHO

DE

OLIVEIRA DE AZEMEIS

CARREGOSA

Orago S. Salvador. — Comprehende os logares de *Arrifaninha, Azagães, Carregosa de Cima, Carregosa de Baixo, Chã do Silva, Ceada, Curraes, Costeira, Insua, Porrinho, Silvares, Theamonde, Vaccaria, Povoa, Lomba, Cavadinha.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1706	300	—
» de 1878	367	1:485
de 1900	—	1:560

Foi dos condes da Feira e. por extincção do ramo directo d'estes, em 1700. passou á Casa do Infantado. Os infantes apresentavam o parocho, que tinha a renda de 700$000 réis.

Avulta n'esta freguezia o Santuario de Nossa Senhora de Lourdes, mandado erigir pelo bispo-conde de Coimbra, D. Manoel Correia de Bastos Pina e por seu irmão o D. Prior de Cedofeita, con-

selheiro Antonio Maria Correia de Bastos Pina, em terrenos da sua quinta da Costeira, entre os annos de 1899 a 1902.

É do snr. Marques Gomes a seguinte descripção da propriedade e santuario:

A quinta da Costeira, esplendida propriedade rustica, cortada de extensas avenidas povoadas de variado arvoredo, com bellos jardins, estufas, lagos, cascatas, tem ao centro um elegante palacete, em que o snr. bispo-conde recebe, com a fidalga bizarria d'outras éras e com a mais penhorante e attrahente affabilidade, todos os que a procuram, por mais elevada ou humilde que seja a sua posição social. Tudo alli é obra sua. Ha pouco mais de vinte annos, o que hoje constitue esta moradia principesca era matto e pinhal.

Uma das causas que mais concorrem para a aprazibilidade da quinta da Costeira é, depois dos seus bellos jardins, estufas, lagos e cascatas, a agua que alli corre por toda a parte. Ella ora se despenha dos pés da estatua de Moysés, erguida no planalto d'um môrro ex-abruto e artificiosamente levantado no meio d'uma extensa planura, e a que dá accesso uma ponte rustica, que liga os dois grandes lagos, formada de informes blocos de granito, e que mais parece uma construcção megalithica do que obra do presente, ora jorra n'um grande lago circular, subindo em espiraes altissimas, ora, finalmente, cahe, gottejando, parecendo semear lagrimas ou derramar aljofres, sobre taças cheias de plantas em flôr, e que servem como que de throno ás imagens dos Principes dos Apostolos, que do alto dos seus pedestaes de granito, revestidos de caprichosos embrevetados de seixos pretos e brancos, no estylo peculiar do Bussaco, parecem estar abençoando a obra do seu successor. Não brota alli expontaneo tamanho manancial; vem de

longe a agua: vem dos montes visinhos, cuidadosamente encanada, e tão bem distribuida está, que faz lembrar a sentença referida pelo brilhante chronista dominicano: «As aguas e annos, se se não aproveitam com bons empregos, perdidos são e pouco de estima»; e, da sua qualidade, póde bem dizer-se o que o mesmo Souza disse das de Bemfica: «É quanto póde ser excellente, e de uma qualidade propria das que nascem nas serras, fria e desnevada, na maior força do sol do estio, temperada como um banho, no inverno.

O santuario, como tudo o que mais existe na quinta da Costeira, é um encanto. O interior, d'uma grande simplicidade, sufficientemente vasto, cheio de luz, decorado a primôr, respira magestade e belleza. Em volta corre-lhe uma galeria balaustrada de castanho, que vai terminar em duas tribunas, que se erguem aos lados do altar-mór. O retabulo é formado por uma graciosa gruta, em que se emoldura a imagem da padroeira do templo. Nas paredes vêem-se reproduzidas, em soberbos frescos, penedias alpestres, musgos e lichens de uma leveza e avelludado inconfundiveis, palmeiras e outras plantas tropicaes de uma verdura perenne e luxuriante vegetação. O throno compõe-se de grandes pedras, por entre as quaes vegetam begonias, avencas e outras plantas naturaes, e, por ellas desliza, em tenuissima corrente, a agua que, brotando dos pés da Virgem, vem cahir aos lados do altar e offerecer-se como purificador ao celebrante. É sobre este massiço de rochedo que se ergue formosissima a imagem da Virgem de Lourdes, uma preciosa esculptura, executada em Pariz, offerecida pelo benemerito conde de Sucena e a que serve de *plafond* um esplendido vitral.

A cruz do altar, de que pende uma bella imagem de Christo em marfim, e os seis castiçaes que com ella constituem a banqueta, são reproducção fidelissima de carvalhoças, que parecem terem sido acabadas de arrancar e

trazidas para alli com as proprias raizes e apenas com as ramas decepadas.

Nas paredes da capella-mór, e bem assim nas do corpo da igreja, ha bellos azulejos, imitação fiel dos productos d'esta industria entre nós nos seculos XVII e XVIII, representando assumptos sacros. O texto do corpo principal é um grandioso e formosissimo quadro; representa a virgem emergindo do seio das nuvens, cercada de anjos e cherubins tirando-lhe grinaldas e offerecendo-lhe flôres. A leveza das roupagens, a suavidade angelica, ideal, da Senhora, a attitude e expressão dos cherubins, a belleza impeccavel das flôres, qual d'ellas mais bella, formam um conjuncto admiravel.

A fachada do templo, de architectura simples, com as suas duas torres, cujas agulhas parecem fender ás nuvens, é grandiosa. Superiormente á porta, rasga-se uma ampla janella, resguardada por uma balaustrada de granito e velada por formoso vitral. Sobre ella ostenta-se o escudo do snr. bispo-conde, e, allando-se para o alto, divisa-se a imagem da Virgem. Entre a base d'esta estatua e o remate d'aquelle brazão, lê-se, em grandes caracteres — MARIA.

Ao lado do sanctuario fica a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, um mimo de singeleza. Ao fundo, entre rochedos, a imagem da Virgem, de granito das serras de Carregosa, e mais em baixo a figura de Bernardette, de joelhos e mãos postas. Por entre flôres balem e pulam ovelhas e cordeiritos, e do tecto da abobada, formada de informes blocos, despenha-se um jorro de purissima agua, que vem alimentar um pequenino lago, com que se depara logo á entrada. Fecham as portadas de cantaria, lavrada toscamente a picão, e que as heras vão abraçando, umas elegantes cancellas de rama de sobro.

Em torno da gruta e trepando pela encosta estão-se construindo cinco pequenas capellas, onde devem ser re-

presentadas por estatuas de vulto differentes passagens da vida da Virgem.

O santuario, como tudo o mais modernamente construido na quinta da Costeira, foi delineado e executado sob a direcção exclusiva, unica, do bispo-conde.

A obra de pedreiro executou-a, em grande parte, José Gomes de Oliveira e a de carpinteiro Delfim Brandão, ambos de Carregosa, d'onde são tambem naturaes os habilissimos artistas a quem são devidos os trabalhos em talha, Antonio e José Ferreira dos Santos.

Os azulejos foram executados pelos ceramistas conimbricenses Miguel Costa e Adriano Costa e a pintura, tanto do tecto como da gruta e paredes, pelo distinctissimo decorador José Maria Pereira Junior, de Lisboa [1].

A inauguração do Santuario de Carregosa foi uma festa que ficou memoravel por estes sitios. D'ella dá conta a seguinte lapide, que se vê na capella-mór do Santuario:

«Este Santuario da Senhora de Lourdes, em Carregosa, fundado pelo bispo de Coimbra, D. Manoel Correia de Bastos Pina e por seu irmão, o conselheiro D. Prior de Cedofeita, Antonio Maria Correia de Bastos Pina, foi principiado em março de 1899 e inaugurado em 31 de agosto de 1902, com a assistencia dos excellentissimos prelados do Porto, de Portalegre, de Bragança, de Angra do Heroismo e de Coimbra, que celebrou de pontifical, servindo de presbytero assistente o conselheiro vice-reitor do Seminario de Coimbra, Antonio José da Silva, de diacono o conego da

[1] Marques Gomes, «Santuario de Lourdes de Carregosa», Aveiro, 1902.— Annaes do Santuario de Nossa Senhora de Lourdes de Carregosa», 1906.—Aveiro, 1906.

Sé de Coimbra, dr. Francisco dos Santos Nazareth, de subdiacono o prior e arcipreste de Vagos, dr. Alexandre José da Fonseca, de ministros, do baculo o arcediago da Sé de Coimbra, dr. José Maria dos Santos, e da mitra o arcipreste de Aveiro, Manoel Ferreira Pinto de Souza. Assistiram no solio ao exc.mo prelado do Porto, que era o diocesano, o D. Prior de Cedofeita e o lente cathedratico da faculdade de theologia da Universidade de Coimbra, dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos. Foram oradores, de manhã, o conego da Sé de Coimbra, José Duarte Dias de Andrade, e de tarde o benemerito director da Real Officina de S. José do Porto, padre Sebastião Leite de Vasconcellos. Além de muitas outras pessoas notaveis e qualificadas do Porto, de Aveiro, de Coimbra, de Lisboa e dos concelhos de Oliveira de Azemeis, da Feira, de Cambra, de Arouca, de Estarreja, e d'outros, assistiram tambem a esta solemnidade o exc.mo marquez de Gouveia e exc.mas marquezas de Gouveia e de Pomares e a exc.ma condessa do Côvo, e á noite, a marcha *aux flambeaux* por dentro da quinta, estiveram para cima de oito a nove mil pessoas, com muita piedade e devoção e muito respeito e socego, não obstante não haver policia alguma.»

Por letras apostolicas do Papa Leão XIII, de 3, 5 e 8 de julho de 1902, foram concedidas indulgencias aos fieis que visitarem devotamente o Santuario de Carregosa.

As peregrinações téem sido numerosas e algumas d'ellas imponentes.

O excellente edificio para as escolas primarias dos dois sexos d'esta freguezia foi mandado construir pelo benemerito cidadão Serafim José Vasques.

São naturaes d'esta freguezia:

O bispo-conde de Coimbra, D. Manoel Correia le Bastos Pina, cuja biographia damos em outro ogar d'este livro.

O D. Prior de Cedofeita, conselheiro Antonio Maria Correia de Bastos Pina, que foi collado em 26 de dezembro de 1878 no beneficio e dignidade prioral de Cedofeita, de cuja insigne collegiada já ra chantre, e em que foi apresentado por decreto le 9 de maio do mesmo anno. Tem prestado assignalados serviços na freguezia que parochía, devendo-lhe a mais extremada dedicação a Associação de Beneficencia e Caridade de Cedofeita e a Creche de Cedofeita. Essa dedicação e serviços são econhecidos no seguinte decreto pelo qual lhe foi oncedida a carta de conselho:

«Attendendo aos merecimentos e qualidades que conorrem no presbytero Antonio Maria Correia de Bastos Pina, D. Prior da insigne e real collegiada de S. Martinho e Cedofeita; e querendo dar-lhe um publico testemunho a minha consideração e do apreço em que tenho os seus ons serviços feitos á igreja e ao Estado, e os actos de beeficencia e caridade por elle praticados a favor dos desalidos, devendo-se á sua iniciativa a fundação na freguezia de Cedofeita de uma associação destinada especialmente a tão philantropico fim: hei por bem, por estes reseitos, fazer-lhe mercê do titulo do meu conselho.

O presidente do conselho de ministros, ministro e seretario de Estado dos negocios do reino, assim o tenha ntendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 25 de maio e 1881. — REI. — *Antonio Rodrigues Sampaio.*»

O commendador João Borges de Almeida, natural de Theamonde, abastado capitalista, que tem concorrido para numerosas obras de beneficencia.

Aqui residiu bastante tempo o dr. Antonio Simões dos Reis, depois do seu casamento com D. Eduarda Elisa de Souza Vasques. Foi advogado distincto, deputado por diversos circulos e presidente da camara municipal de Oliveira de Azemeis.

Existe n'esta freguezia a casa dos morgados da Povoa de Carregosa, que era, ha annos, de Francisco de Assis Pereira de Carvalho, casa brazonada, hoje pertencente ao commendador João Borges de Almeida.

CEZÁR

Orago S. Pedro. — Comprehende os logares da *Gandara, Mirões, Trazeiros, Villarinho, Pinheiro, Trabaço, Naia, Picoto, Praia, Igreja, Matto d'Arca, Outeiro, Cortinhas, Castello.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1766	102	—
» de 1878	171	811
» de 1890	171	703
» de 1900	190	810

Para provar a antiguidade de Cezár basta dizer que houve n'esta freguezia, pelo menos, tres *Dolmens*, cujos tumulus foram devassados ha muito; d'um d'estes ainda ha pouco se via a *meza:* mas já sem pilares, que provavelmente foram applicados para hombreiras de cancellas dos mattos proximos.

Em documentos de 1068 apparece esta povoação com a designação de *villa* [1] *Cesari*.

Diz-nos obsequiosamente o snr. engenheiro Praça de Vasconcellos, que nos forneceu quasi inteiramente as informações respeitantes a esta freguezia:

«Ainda ultimamente se tem encontrado na terra que constituia os tumulus já revolvidos, machados e pontas de lança de diorite e entre elles um pequeno machado, que se póde considerar um amoleto. Tambem se encontrou n'um terreno eminentemente argiloso, d'esta freguezia, pequenas cavidades com residuos de carvão vegetal e restos de ceramica tão grosseira que, pela sua contextura e irregularidades de fórmas se podem bem considerar como coevas do periodo neolithico. Tambem se tem encontrado n'outro local tijolo com rebordos caracteristicos do periodo romano e as não menos caracteristicas candeias.

N'uma serra ao norte d'esta freguezia, chamada antigamente Monte Calvo e hoje serra do Pinheiro, existiam, ainda ha pouco tempo, vestigios bem visiveis de dois muros de circumvallação concentricos, a pouca distancia um do outro, e situados no alto da mesma, que é constituida por uma planura. Não se tem, porém, encontrado vestigios de casas redondas, como se encontraram muitas n'um monte fronteiro, chamado Castro, situado na freguezia de Romariz, onde existiu uma Citania perfeitamente similhante á de Briteiros.»

[1] O termo *villa* designava a granja, o casal, o predio rustico, a herdade, e designava tambem o conjuncto dos predios existentes no mesmo logar ou a *aldeia*. — Gama Barros, «Historia da administração publica em Portugal, nos seculos XIV e XV. — Lisboa, 1896, pag. 13, nota.

Ácerca da *honra* de Cezár, diz-nos o snr. engenheiro Praça de Vasconcellos:

«Esta freguezia de Cezár constituiu uma *honra*, como se vê das palavras que se seguem, extrahidas das inquirições de D. Affonso III, na éra de 1363, correspondente á éra de Christo 1325, archivadas na Torre do Tombo:

«Infreguezia de S. Pedro de Cesar ha hi hũ paço de filhos de Gil Garcia e outro de filhos de Afonço Bubal, que trazem por honrra toda esta freguezia, que non entra hi mordomo, mas entra hi o porteiro e petam... vos e coyma e homisio, dom lutuosa a El-Rei se hi morre herdador, e deu honra dom a El-Rei cada anno dois modios de pão e nove galinhas.»

Na inquirição feita aos parochos, em 1758, e existente na Torre do Tombo, encontramos a seguinte informação a respeito d'esta freguezia:

«Junto ás casas da residencia se conserva uma parede de pedra de cantaria, de altura de quarenta palmos, pouco mais ou menos, que dizem uns ser ruina que conserva a memoria de uma torre antiga, pertencente á casa do Côvo, e outros á casa do sobredito José Bernardo e de seu tio André Pereira, do concelho da Villa de Arouca.»

Cezár foi dos condes da Feira, e por extincção d'estes, em 1700, passou á Casa do Infantado.

Os marquezes de Tavora e os senhores do morgado de Campo Bello apresentavam o abbade. Em 1759, com a execução da familia Tavora, accusada de traição contra D. José I, todos os seus bens fo-

ram confiscados, passando esta igreja ao real padroado. O abbade tinha de renda 500$000 réis.

A igreja d'esta freguezia, de uma só nave e de vulgar architectura, com duas torres, foi construida no principio do seculo XIX, á custa de um subsidio tirado pelo imposto do real de agua da comarca da Feira, tendo sido concedido um alvará especial para este fim.

Esta igreja tem bons paramentos, alguns dos quaes de lhama de prata, donativo de um benemerito d'esta freguezia, Joaquim Francisco de Oliveira.

Marcia Pinto Godinho, d'esta freguezia e moradora no lugar do Outeiro, que falleceu em 1694, no estado de viuva, sem descendentes, deixou todos os seus haveres á confraria do Santissimo d'esta freguezia, com obrigação de celebrar por sua alma tres missas semanaes e uma missa cantada ao SS. Sacramento no terceiro domingo de cada mez e de fazerem Endoenças todos os annos, legado que foi reduzido, por insufficiencia de meios.

Esta Marcia Pinto tambem fez á mesma confraria um donativo de paramentos, que hoje se não encontram e que provavelmente foram subtrahidos pelos soldados da invasão franceza, como o foram, sem duvida alguma, os calix, as cruzes e uma magnifica custodia, tudo de prata, esta ultima de estylo manoelino.

Ha tres capellas n'esta freguezia: a de Nossa

Senhora da Graça, no logar da Gandara, com irmandade propria; a de Santa Apolonia, no logar de Villarinho, e a de Santa Luzia, pertença da quinta do Outeiro, arruinada, com um magnifico altar doirado, estylo Renascença.

Ao norte da igreja está o cemiterio parochial, sufficientemente amplo, com muitos e bons jazigos particulares.

Quando se construiu esta igreja, foi demolida a antiga, situada defronte da porta da actual e a pouca distancia d'ella, igreja de pequenas dimensões, que tinha sido construida no principio do seculo XVII, pouco mais ou menos, quando foi construida a actual igreja de Macieira de Sarnes, e do mesmo typo, no tempo em que esta freguezia era curato da de Cezár.

A primitiva igreja d'esta freguezia era a mais antiga de que ha memoria por estes sitios; estava situada nas Lavouras de Baixo, no logar de Trazeiros, hoje propriedade de D. Maria José de Azevedo Portal e Silva, como consta da tradicção, confirmada por antigos prazos do convento de S. Bento da Ave-Maria, do Porto, e pelos restos de alicerces que ainda ha poucos annos se encontravam no local.

No logar de Villarinho existiu antigamente um mosteiro da regra de S. Bento, instituido por Elduara Sandis e seu filho Sandino, os quaes lhe doaram todas as propriedades que possuiam n'esta fre-

guezia e na de Santa Christina de Mansores, como consta de um documento de 1068, éra de Cesar, outr'ora existente no archivo do convento de S. Bento da Ave-Maria, do Porto, hoje na Torre do Tombo [1]. As rendas do primitivo mosteiro passaram para o referido mosteiro da Ave-Maria, do Porto, depois do mesmo ter sido extincto, nos meados do seculo XVI.

Antes de 1834, parte d'esta freguezia era *honra* dos Castros, do Côvo, que, entre outros títulos, se denominavam *senhores da honra de Cezár e Gaiate*. Gaiate é uma aldeia da freguezia de Milheirós de Poiares, que confina com esta.

Entre o logar de Trazeiros e Villarinho houve antigamente um fojo para caçar lobos, do qual resta apenas a memoria e o nome de Fojo dado ao sitio em que elle existiu.

No sitio da Gandara ha, no dia 18 de cada mez, uma feira importante.

Esta freguezia é uma das que tem dado maior contingente de emigrantes para o Brazil, de onde alguns téem voltado com regulares fortunas; a estes se deve, em parte, o engrandecimento material e intellectual d'esta terra, fazendo construir bons predios, valorisando a propriedade e concorrendo efficazmente para que esta freguezia entrasse na corrente do progresso.

(1) «Portugaliæ Monumenta Historica» — *Diplomata et Chartæ*, vol. I, fasc. II, fl. 294.

D'esta freguezia partem varias estradas, sendo uma para Oliveira de Azemeis, em via de conclusão e construida á custa de donativos particulares; outra para a freguezia de Fajões, que deve seguir até Mansores, onde liga com a estrada de Arouca; outra para Romariz, por Villarinho, em via de conclusão, a ligar com a que vai de Arouca para o Porto, tendo sido construida á custa de Leonardo Henriques de Azevedo a parte já feita; outra que liga esta freguezia com a estrada real de Lisboa ao Porto, no alto da Arrifana, estrada esta tambem construida de donativos particulares. Ha, finalmente, outra que d'esta freguezia segue por Macieira de Sarnes a S. João da Madeira.

Fica n'esta freguezia a casa do Outeiro, de cuja familia nos occupamos ao mencionarmos os homens illustres do concelho de Oliveira de Azemeis.

É oriundo d'esta freguezia, e filho de Manoel Francisco da Silva, da casa do Cabo, em Villarinho, o dr. José Francisco da Silva Lima, que seguiu de tenra idade para casa de seu tio, Domingos José da Silva, na Bahia, onde cursou com muita distincção a faculdade de medicina, e depois de doutorado, passou a exercer a clinica, em que se notabilisou pelos seus grandes conhecimentos scientificos, e sobretudo, pelo seu caracter nobilissimo, salientando-se pela sua honestidade e pelo seu altruismo, sendo, por isso, muito respeitado e ve-

nerado por toda a cidade da Bahia, honrando por esta fórma a terra que lhe foi berço.

Este distinctissimo medico, que é hoje mais que octogenario, deixa varios escriptos sobre medicina, de muito merecimento, sobretudo um tratado ácerca do *beri-beri*.

Foi n'esta freguezia que passou os primeiros annos da sua infancia, em companhia de sua avó materna, da casa do Picoto, D. Manoel Correia de Bastos Pina, venerando prelado de Coimbra, que aqui fez os seus primeiros estudos com o rev. José Almeida Azevedo, clerigo muito bondoso e respeitavel.

Ha bons fundamentos para suppôr que o célebre Pero Lopes, capitão dos aventureiros em Alcacer-Quibir, e alli morto, era oriundo d'esta freguezia, por ser filho de Sebastião Lopes Godinho, fallecido em 1590 e senhor da *honra* de Cezár e Gaiate.

COCUJÃES

Orago, S. Martinho de Tours. — Comprehende os logares de *Casal Novo, Fermilhe, Fôjo, Insua, Fonte Escura, Arribada, Rio d'Ossos, Valle Grande, Paraiso, Rebordões, Marco, Carregoso, Mouta, Feirral, Igreja, Tezo, Penedo, Villa Nova, Cocujães, Picota, Costa, Moinhos, Faria de Cima, Faria de Baixo, Margonça, Pica, Cavadas, Buraco, Gandarinha, Monte-Meão.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1706	300	—
» de 1878	754	3:354
» de 1900	—	3:837

O foral da Feira denominava esta freguezia *Cocujães de Carcavellos.*

Gosou outr'ora de grandes privilegios, outhorgados por D. Affonso VI, de Leão, quando, em 1058, a coutou, e que foram confirmados pelos primeiros reis de Portugal.

Um dos principaes d'esses privilegios era terem os cavalleiros, para tôdos os effeitos, fôro de *infanções* e os peões fôro de cavalleiros. As cartas dos privilegios existiam no cartorio do convento.

Pinho Leal dá as seguintes informações sobre esta freguezia (1):

É povoação antiquissima. D. Affonso VI de Leão lhe deu fôro de villa, e a fez couto, em 1058. (Este D. Affonso VI era avô do nosso D. Affonso I) (2).

Em 7 de julho de 1139, D. Affonso Henriques deu ao mosteiro de Cocujães o couto do mesmo nome (a freguezia). Este couto existiu, com esta categoria, 776 annos.

D. Manoel não deu foral especial a Cocujães: mas incluiu esta freguezia no que deu á Feira, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514 (3).

Sobre o couto d'esta freguezia lê-se o seguinte no livro de informações dos parochos, de 1750, archivado na Torre do Tombo:

«É esta freguezia couto, que comprehende toda a freguezia e mais um logar da de S. João da Madeira, o qual está dentro dos limites do mesmo couto, o qual nos foi dado pelo senhor infante D. Affonso, filho do senhor D. Henrique e neto do senhor D. Affonso VI; por preço de mil soldados e dois cavallos, o qual contracto foi feito na éra de mil cento e setenta e anno de Christo mil cento e trinta e nove; foi confirmada a dita doação pelo senhor D. João V

(1) «Portugal Antigo e Moderno», tom. 1 e 2, pag. 418.

(2) Archivo da Torre do Tombo, maço 8.º dos foraes antigos, n.º 1.

(3) Livro de foraes novos da Estremadura, fl. 176 v., col. 2.ª. Livro dos foraes antigos de D. Affonso III, declarado nas inquirições tiradas no mez de agosto de 1251, maço 8.º, n.º 1.

de feliz memoria no anno de mil setecentos e trinta, o qual ha por bem que o dito couto use das jurisdições acima declaradas, mas que não faça almotaçés nem leve portagem.

Por carta de confirmação do senhor D. Pedro II, confirmada pelo senhor D. João I no anno de mil seiscentos e noventa, nenhuma pessoa de qualquer qualidade póde aquartellar-se n'este couto, ou casaes do mosteiro, nem tomar pão, vinho, besta, gado, roupas, palha ou outra qualquer cousa, pertencente ao mosteiro e seus caseiros, o qual privilegio se confirma no archivo do mesmo mosteiro, o qual gosa tambem do privilegio de apresentar a igreja de S. Thiago de Espargo d'este mesmo bispado do Porto, e o parocho d'ella, em reconhecimento do padroado, tem obrigação de dar de jantar ao Dom abbade do mesmo mosteiro, de cuja satisfação passa certidão o mesmo parocho em livro que tambem se conserva no archivo do mesmo mosteiro; apresenta mais a igreja de S. Thiago de Freixomil, etc.»

O mosteiro — Sobre o fundador do mosteiro de Cocujães ha diversas opiniões. A mais corrente é que o fundou D. Egas Moniz, o Gascão, que com seu pai D. Munio Viegas e com o bispo de Vendôma, de França, D. Nonego (ou D. Onego) aportára ao Porto, pelos annos de 1004 ou 1005. Certo é que esse bispo de Vendôma foi sepultado no mosteiro de Cocujães [1].

Este D. Nonego foi tambem o decimo quarto bispo do Porto e governou esta diocese desde 998

[1] «Nobiliario do conde D. Pedro», titulo XXXVI, segundo «Benedictina lusitana», tomo II, Coimbra, 1651, pag. 277, e Gonçalves Coelho (José Julio), «Notre Dame de Vendôme et les armoiries de la ville de Porto», Vendôme, 1907, pag. 6, nota 12.

a 1025 (1). A fundação data do principio do seculo XI, ahi pelo anno de 1003.

Outros attribuem a fundação do mosteiro ao rico-homem D. Egas Moniz, de Riba Douro, aio do rei D. Affonso Henriques e descendente directo de D. Munio Viegas; mas não ha fundamentos sérios para justificar esta opinião.

Outros affirmam ainda que o fundára D. Paio Guterres da Silva, que no tempo do rei D. Affonso VI, de Leão, governou grande parte de Portugal. É o que se affirma no «Nobiliario do conde D. Pedro», titulo 58. Este D. Paio Guterres fundou os conventos da Junqueira e de Villela.

Na «Historia Universal», de Cesar Cantu, traducção de M. B. Branco, dá-se como data de fundação o anno de 1077 (2).

Do mosteiro não traz a «Benedictina lusitana», de frei Leão de S. Thomaz, Coimbra, 1644-1651, senão a lista dos abbades, dos quaes parece que nenhum legou á posteridade obra digna de menção especial. Esta informação foi-nos dada pelo actual director do collegio de Cocujães, o snr. padre Mauro da Silva.

Em 1091, já uma senhora, conhecida pelo nome de D. Godinha, trocou o mosteiro de Cocujães pelo

(1) D. Rodrigo da Cunha, «Catalogo dos bispos do Porto», 1.ª parte, cap. XIV, add. II, pag. 263 (segundo Gonçalves Coelho, obra citada, pag. 7, nota 13).

(2) Cesar Cantu, «Historia Universal», traducção portugueza, t. V, pag. 17.

de Arouca, o que é signal de que esse mosteiro já então existia, e o tinha herdado a dita senhora dos fundadores, seus antepassados, que o haviam fundado.

Em 1139, da éra de Christo, D. Affonso Henriques fez a este mosteiro a mercê e honras de couto, quando ia de caminho, com a sua gente, em direcção ao Alemtejo, para dar a batalha de Ourique. Era então abbade do mosteiro D. Martinho e padroeiro d'elle Egas Odorio, neto da dita senhora D. Godinha.

Favoreceram-n'o diversos reis, especialmente D. João I, que a elle e ao seu abbade declarou, em documento publico, tomal-o em «sua guarda e defensão» (10 de julho de 1387), anno em que o mesmo rei casou com D. Filippa de Lencastre. Assim floresceu este mosteiro, depois da sua fundação, por espaço de 384 annos.

Este mosteiro decahiu, depois d'esta época, sendo provido em ecclesiasticos seculares. Depois de differentes incidentes, um dos quaes foi uma demanda com as freiras de S. Bento, do Porto, resolvida no sentido de receberem estas as duas partes dos rendimentos e o mosteiro uma só, tornou a ser administrado pelos religiosos da Ordem benedictina, tendo sido, em 1584, eleito abbade frei Antonio da Silva, governação que não teve effeito, por causa da demanda com as freiras do Porto. Depois foram eleitos abbades: Em 1599, frei Este-

vão, natural de Coura, e em 1601, frei Prudencio de Beça, natural de Villa-Real.

Os abbades, que passaram a ser desde frei Estevão nomeados tri-annualmente, foram, depois d'este: frei Pedro Coresma, de Barreiro, 1604; frei Luiz da Assumpção, de Lisboa, 1607; frei Luiz de Jesus, tambem de Lisboa, grande prégador, 1611; frei Bento de Lacerda, do Porto, 1614; frei Simão Borges, de Ourem, 1616; frei Archanjo, 1619; frei Chrisostomo da Cruz, de Setubal, 1622; frei Pedro da Encarnação, de Coimbra; frei Jeronymo Pessoa, do Porto; frei Pedro da Encarnação, segunda vez eleito; frei Manoel da Cunha, de Lisboa; frei Agostinho da Apresentação, da Louzã. Em 1641, foi eleito frei Antonio da Trindade, natural de Lisboa.

Este mosteiro era muito rico, e, como se vê da data da sua fundação, um dos mais antigos de Portugal e mais antigo ainda do que a monarchia portugueza.

Foi hospital de sangue do exercito realista de operações ao sul do Douro, durante a guerra civil de 1832 a 1834.

Ácerca dos beneficios que o mosteiro espalhava, lê-se o seguinte nas informações dadas pelos parochos, em 1758, archivadas na Torre do Tombo:

«O mosteiro usa com os pobres e passageiros tanta caridade que a todos dá esmola quotidiana e com elles gasta 700 a 800 alqueires de pão, todo o anno, como consta dos li-

vros. além do dinheiro que dá aos passageiros e gallinhas aos doentes.»

Pelo contrato de 15 de outubro de 1616, entre os religiosos de Cocujães e as freiras do mosteiro de S. Bento da Ave-Maria, do Porto, cederam os primeiros ás segundas o padroado da igreja de Oliveira, ficando com os padroados das igrejas de Freixomil, no bispado de Coimbra, e da igreja de S. Thiago de Espargo, do bispado do Porto e das annexas de ambas.

Era commendador d'esta freguezia D. Antonio de Lima, mordomo-mór do duque de Guimarães, filho do infante D. Duarte e neto de D. Manoel I. Este commendador é reputado como pai da tão celebrada D. Catharina de Athaide, que Camões immortalisou com seus amores e com as suas bellissimas poesias, sob o pseudonymo de *Nathercia*, anagramma de *Catharina* (1).

Depois da extincção das Ordens religiosas, passou a propriedade do mosteiro de S. Martinho de Cocujães a Francisco Joaquim Maia, que então morava na praça de S. Thereza, do Porto. Parece que o preço da acquisição ao Estado foi de tres contos de réis.

D'este passou para as mãos de Joaquim Anto-

(1) Ha quem pretenda que D. Catharina de Athaide era filha de D. Alvaro de Souza, e foi mais tarde esposa de Ruy Borges, senhor de Ilhavo. — Camillo C. Branco era d'esta opinião. — Vêr «Encycl. Port. de Max. Lemos, vol. I, pag. 581, col. 3; v. Athaide.

nio Ferreira da Silva, em 5 de janeiro de 1850, que fez algumas obras na propriedade e lhe póz o nome de «Quinta da Boa-Vista».

No livro 3.º, de registo, de Oliveira de Azemeis, que abrange os annos de 1828-1853, encontra-se, a pag. 177 e 178, um registo de documentos de Joaquim Antonio Ferreira da Silva, residente em Cocujães, subdito de S. M. o imperador do Brazil, em que elle declara ter residido primeiro na praça de S. Lazaro n.º 23, e ser actualmente senhor e possuidor da propriedade que formava o antigo mosteiro de Cocujães, denominado hoje «Quinta da Boa-Vista». O registo tem a data de 11 de outubro de 1853.

D. Julia Flavia Moura e Silva, viuva do anterior proprietario, vendeu, por escriptura de 15 de setembro de 1868 e pela quantia de doze contos de réis, essa quinta a Manoel Joaquim da Fonseca, de Baião.

Em 31 de julho de 1876, foi comprada a quinta a Manoel Joaquim da Fonseca por frei João de Santa Gertrudes de Amorim, natural da freguezia de Varziella, concelho de Felgueiras, pela somma de quatorze contos de réis.

No edificio do convento nasceu ainda o filho unico de Manoel Joaquim da Fonseca, chamado Angelo, que é hoje lente da faculdade de medicina da Universidade de Coimbra.

No «Mosaico» de Camillo, Porto, 1868, vem

«Uma viagem no Minho em 1785» e a pag. 194 falla-se da estada do visitante no Couto.

Achou o mosteiro muito pequeno e não tendo nada de bom senão a vista, «que é larga e aprazivel, principalmente a quem vai até Santa Luzia, d'onde é admiravel».

Diz que os livros da bibliotheca não são de todo maus, e ainda alguns raros. Viu só n'ella um manuscripto, de que faz menção.

Falla no rio Hull (*sic*), que passa junto ao mosteiro e vai acabar na ria de Aveiro.

O claustro do mosteiro ainda se acha regularmente conservado. N'elle se encontram algumas lapides, de entre as quaes destacamos as seguintes:

N.º 37, com a seguinte legenda: S. DO R.mo P. M. FR. ANTONIO DE S. BENTO, LENTE DA UNIVERSIDADE. F. AOS 30 DE 8.bro DE 1738.

N.º 35, com a seguinte inscripção: F. O. R. P. GER. JUB. FR. BENTO DE JESUS. AOS 30 DE MARÇO DE 1712.

Este religioso foi muito celebrado entre os monges da Ordem de S. Bento, pela sua erudição e grande virtude.

Em 1883, inaugurou-se um Asylo de Cegos, bem como a capella annexa, em frente á entrada do antigo mosteiro, em terrenos da quinta de fóra, pertencente aos donos da propriedade.

Capella e Asylo foram mandados fechar, em 28 de março de 1901, por motivo da questão religio-

sa que então lavrou no paiz. A capella foi reaberta ao culto em 23 de fevereiro de 1902.

Os estatutos com que se constituiu a congregação de religiosos que vivem actualmente no mosteiro, para os effeitos do decreto de 19 de abril de 1901, téem o titulo «Associação de S. Bento» e a data de 5 de maio de 1903 (*Diario do Governo*, n.º 247, de 3 de novembro de 1903).

Manoel Ferreira da Silva Brandão custeou toda a despeza para regularisar e alargar a entrada do caminho que vai dar á igreja, que hoje é larga e espaçosa; ficou-se denominando «Avenida Brandão» e foi terminada em 1904.

O commendador Antonio da Costa Sol offereceu á freguezia, em 22 de fevereiro de 1906, um bello relogio para substituir o antigo, que existia na torre, e que era ainda do tempo dos monges.

Apesar de ser muito antigo o mosteiro d'esta freguezia, esta era ainda muito mais antiga, pois que a sua igreja matriz já era velhissima quando se edificou a igreja do mosteiro e muito maior do que aquella, que, de mais a mais, devia estar arruinada. Foi demolida a primitiva igreja, logo que se fez a actual, e passou a do mosteiro, desde então, a ser parochial, por ordem dos monges, que eram senhores da freguezia e padroeiros da igreja.

O abbade era geralmente um monge do mosteiro da freguezia. Era de apresentação triennal do mosteiro benedictino e tinha só o pé de altar.

Emquanto foi parocho regular, tinha o titulo de *vigario:* desde 1834, é *abbade*. Rendia para o mosteiro 800$000 réis.

Cocujães — É tradição constante e geral na freguezia, que a sua primeira matriz fôra fundada na aldeia de Cocujães, hoje vulgarmente chamada Venda Nova, ou Aldeia Nova, em um sitio que hoje é terra lavradia, proximo ao nordeste das casas do snr. Manoel José de Carvalho.

A aldeia de Cocujães abrange os sitios de Cocujas ou Venda Nova, Santa Luzia, Barroco, Monte e Telegrapho.

Consta que o nome de Venda Nova procede do seguinte:

> Parece que desde a demolição da antiga matriz, de que não restam os mais pequenos vestigios, ficou despovoado ou quasi despovoado este logar. Pela expulsão dos jesuitas (1759), consta que veio aqui estabelecer-se com uma taberna um tal Aveiro, que se dizia pertencer á Companhia de Jesus, e que desde então o vulgo entrou a chamar ao sitio de Cocujães Venda Nova. É certo que a casa da venda do tal Aveiro foi demolida, ha poucos annos, e era onde hoje está uma bonita morada de casas, de que é proprietaria a familia Andrade Couto. Entretanto, no rol da igreja e officialmente sempre a esta aldeia se ficou chamando Cocujães.

Em Venda Nova ha os tres predios importantes seguintes: 1.º, de D. Amelia Fernandes de Andrade Couto; 2.º, do snr. José Antonio da Silva Car-

valho, que passára para seu neto José de Castro Côrte-Real: 3.º, de D. Beatriz Carvalho, actualmente de 38 annos de idade, filha do citado José Antonio da Silva Carvalho, e casada com o snr. Joaquim Alves da Cruz, de 40 annos, natural de S. Vicente de Pereira (Ovar).

Transcrevemos, ampliando-as, as seguintes informações sobre diversos logares d'esta freguezia:

Villa Nova — Tambem é tradição que a aldeia d'esta freguezia, chamada Villa Nova, foi villa, em tempos antigos. Não se acha isto em nenhum escriptor; mas é provavel que fosse a esta povoação que D. Affonso VI deu o titulo de villa, em 1058.

Margonça — É tradicção por estes sitios que, no sitio onde hoje está a ponte de Margonça, existiu, em tempos antigos, uma cidade, ou grande povoação mourisca, que foi arrazada durante as guerras do seculos VIII e IX. Não consta que haja vestigios d'ella. Diz-se que esta tal cidade se chamava Marguçon ou Marcuzon. É certo que *marcuzon* é palavra arabe. Significa a junta dos dois ossos do craneo (1).

A ponte de Margonça foi construida sob o plano e direcção do engenheiro Mousinho. Custou 8.659$875 réis. Os trabalhos principiaram em 9 de novembro de 1857 e terminaram em 1861.

Rio d'Ossos — Diz-se que a causa do nome d'esta aldeia foi uma grande batalha que aqui houve entre lusitanos e normandos; ficando muitos cadaveres insepultos, sobreveio uma cheia, que os arrastou pela sua corrente, pelo que ao logar e ao ribeiro que aqui proximo corre, se lhe deu o nome de Rio d'Ossos.

(1) «Avicena», cap. I, pag. 10.

O Rio d'Ossos é uma aldeia de uns 40 fogos, situada no vasto plató de um monte.

Proximo a esta povoação (mas já na freguezia de S. Martinho da Gandara, do mesmo concelho) ha tenues vestigios de um antiga fortaleza, que, segundo a tradicção, se chamava Castro-Trancal (ou Francal). É certo que junto aos taes vestigios existe uma aldeia denominada Crasto. Parece que o que aqui houve foi um *carn* celtico (ou preceltico). Esta supposição deriva da existencia de *mamôas* nas immediações o que é prova irrefragavel de que estes sitios já foram habitados em tempos remotissimos por povos celtas, ou anteriores aos celtas.

Tezo — É tradicção que na aldeia do Tezo, d'esta freguezia de Cocujães, houve em tempos remotos um mosteiro do monjas benedictinas, do qual não restam vestigios, que parece se uniu depois ao de monges da mesma Ordem d'esta freguezia, ficando depois dobrado ou mixto, como foi costume antigamente. Outros dizem que o convento não era no Tezo, mas em um logar da freguezia de S. Thiago de Riba d'Ul, que é contigua. Parece que havia até dois pequenos conventos de benedictinas, um na freguezia de S. Thiago de Riba d'Ul, outro aqui, no logar do Tezo, porque de ambos se conserva a tradicção n'estes povos.

Além d'isso, e apesar de não haver vestigios alguns de nenhum d'estes mosteiros, que deixaram de existir ha muitos seculos, ha no Tezo um sitio, que hoje é terra de lavradio, chamado Campo da Estrebaria, que, segundo a tradicção, está no logar onde foram as cavallariças do tal mosteiro.

Ainda mais: depois de extincto o mosteiro, passou o dominio de tudo quanto a elle havia pertencido a uma dona (provavelmente commendataria), e ainda hoje ha memoria da existencia d'esta dama, a que denominavam «a senhora da Quinta do Tezo».

Notemos que, em 1091, era padroeira do mosteiro de

frades benedictinos d'aqui, como já disse. D. Godinha Soares. E' de crêr que a senhora da Quinta do Tezo fosse D. Godinha Soares, ou alguma sua descendente, e que a familia, hoje proprietaria d'esta quinta, seja descendente de D. Godinha, porque ainda actualmente usa do appellido Soares, que o era da mesma senhora. Tambem por estes sitios ha varias familias de appellido Godinho, que é provavel terem a mesma procedencia.

No sitio onde consta que estava edificado o mosteiro, estão hoje umas boas casas com sua quinta, que foram propriedade do benemerito snr. Antonio Soares da Silva, e hoje pertencem aos proprietarios da quinta do convento.

Feirral—Na aldeia d'este nome, houve ha annos em exploração uma mina de galena argentifera. Segundo a analyse que se fez do primeiro minerio extrahido, o seu conteúdo em galena era de 76,5 %, e continha 8,5 onças de prata por tonelada [1]. Era sita na margem esquerda do riacho que vem de Nogueira, atravessa essa freguezia e desagúa ao rio Ul. A exploração foi feita, com pequeno numero de pessoas, durante tres annos, por uma Companhia ingleza, de que era director o snr. Johnson.

Por falta de recursos, a mina foi abandonada e o director vendeu o terreno em que estava aberto o poço da exploração. A mina fôra registada pri-

[1] Segundo um prospecto da «Companhia de mineração de Pintor e Pindello», com a data de 14 de março de 1871. A séde d'esta Companhia era em Lisboa, rua do Pimenta, 13. N'esse prospecto narra-se que a Companhia resolvera, em 2 de março d'esse anno, adquirir, pela quantia de 250$000 réis, as minas de chumbo de Feirral e Monte Meão.

meiramente por Manoel Luiz Ferreira, de Albergaria-a-Velha, e por José Antonio da Silva Carvalho, de Cocujães, que o decreto de 21 de setembro de 1870 reconheceu como descobridores legaes e que a venderam á Companhia ingleza de que era director o referido Johnson, em 28 de dezembro do mesmo anno.

Capellas — Ha n'esta freguezia as capellas de S. Sebastião, Santa Luzia, Nossa Senhora da Conceição e Santo Antonio.

Ao sul da capella de Santa Luzia, a distancia de 300 metros, em um cabeço, onde foi estabelecido o primeiro telegrapho optico que aqui houve, e chamado vulgarmente *Mama do Gato*, existiu uma *mamôa*, que foi destruida, para se cultivar este sitio.

Da palavra *mamôa* é que o povo fez *mama*. Tambem houve outra *mamôa*, de que ainda ha vestigios, uns 500 metros ao sul da antecedente, em um pinhal a que chamam do *Peralta*, proximo ao logar do Crasto, no Troncal.

Até 1834, tinha esta freguezia juiz ordinario, com seu escrivão, procurador do couto e meirinho, feitos os votos do povo, na presença do Dom abbade do mosteiro, como donatario d'este couto, que era isento de toda a jurisdicção civil, com appellação para o Dom abbade, como ouvidor que tambem era do couto, e d'este para a Relação do Porto. No crime era sujeita á Villa da Feira.

A área da freguezia é muito grande. Por medição feita em tempo, a pedido do conde de Penha Longa, com o fim de se edificar uma nova igreja matriz, o cemiterio e uma escola no centro da freguezia (planos que a politica local fez, infelizmente, gorar), resultou que a parte central da freguezia fica no logar de Penedo, uma centena de metros acima do antigo mosteiro, no caminho que conduz d'ahi a Venda Nova, junto a um cruzeiro que se encontra na passagem.

Os viscondes da Gandarinha, depois condes de Penha Longa, insignes benemeritos d'esta freguezia, dotaram-na com um asylo, fundado em 6 de setembro de 1874, um hospital e uma sopa economica, de que nos occupamos em outro logar.

O grande apostolo do ensino primario, o primeiro ministro de instrucção publica que houve em Portugal, D. Antonio da Costa, visitou, em outubro de 1878, o Asylo da Gandarinha. Das impressões recebidas dão claro testemunho estas passagens do seu livro «Auroras da instrucção pela iniciativa particular»:

«Era o dia 8. Doze kilometros de Ovar á aldeia de Gandarinha, por um caminho formoso. Apeamo-nos á porta do palacio. Entravamos no asylo fundado pela senhora viscondessa, na aldeia d'aquelle nome, naturalidade da familia. Os snrs. viscondes habitam no primeiro andar sobranceiro ao pavimento em que se acha instituido o asylo, tendo-o, por conseguinte, dentro do seu proprio palacio.

O Asylo da Gandarinha, alli nascido na casa paterna, crescendo e medrando á sombra do amor materno, póde dizer-se um adorado filho unico, multiplicado por cem.

Cem creancinhas aldeãs, exclusivamente da localidade, cincoenta meninas e cincoenta rapazes, véem diariamente povoar aquellas salas; e, d'entre tantos bens que alli brotam, o que d'elles ainda mais sobresahe, é o bom senso com que foi pensada e é executada a instituição.

Entram de manhã e sáem á noitinha.

Escaparia á perspicacia da instituidora o internato completo? Não escapou. Intencional lhe foi a sua ideia de semi-internato, e cheia de razão. Assim, os serões todos e os dias feriados consagram-nos os laços da familia; o amor e o perfume d'ella, com todas as suas vantagens, não foram sacrificados ao monopolio da educação adoptiva.

Estreiámo-nos pelo salão de espera. Cem cabides numerados sustéem os barretes e coberturas das cem creanças. São tambem n'aquella sala os armarios dos enxovaes.

A cada uma das cem creanças se ministram dois fatos. O dos dias festivos é propriedade do asylo: para as meninas, casacos e saias de lã azul escuro agaloado de branco, cintos escarlates, lenços da mesma côr com barras amarellas, e chapellinhos desabados; para os rapazes, jalecas e calças da mesma lã, cintos encarnados e chapéus como os das meninas. De sapatos não resa a folhinha, e é muito bem que não rese. A instituidora pensou acertadamente não ser o seu aldeão instituto para musicas, bordados e francez (como em certos que nós conhecemos), mas para a vida *prática* e *real* das classes trabalhadoras. Em tudo se descortina aqui o juizo recto e são. Mas, além de fato festival, cada uma das cem creanças é vestida completamente, no momento da admissão; e, além de o terem, como os premios annuaes constam de peças de fazenda, os asylados que logram conquistar os *bons pontos* requeridos, obtéem assim outro vestuario, devido ao seu bom compor-

tamento, e os outros vão successivamente adquirindo jús ás indicadas peças de fazenda, na proporção tambem de *bons pontos*, que, por seu merito, alcançam; de maneira que o merito menor não fica perdido no maior, mas vai sendo sempre recompensa e incentivo, até chegar ao seu complemento. Que bem se não harmonisam assim os principios da moral, do progresso escolar e da beneficencia!

Alli estão tambem n'esta primeira sala os lavatorios para a entrada e sahida, e aqui principiamos já a vêr a educação physica. Ha a prática diaria do asseio, o canto coral de hymnos de trabalho a differentes horas.

.....

E' complexo o instituto da Gandarinha.

Tem por fins a lettra fundamental da instituição: «O dar agasalho, protecção e instrucção aos indigentes de ambos os sexos, dos tres aos doze annos de idade, desvial-os dos perigos, consistindo a educação em lhes promover o desenvolvimento das faculdades physicas, moraes e intellectuaes, inoculando-lhes os costumes do asseio e da obediencia, desenvolver em seus corações o amor de Deus e do proximo, e *acompanhando sempre os preceitos com os bons exemplos*». Parece estar-se a lêr na lei do instituto Gandarinha o livro mais moderno da educação europeia.

.....

Recebem jantar diario as cem creanças, e por uma vez fique dito que os jantares, mobilia, vestuario, medicamentos, utensilios, livros, materias primas do ensino profissional, tudo é ministrado por conta do instituto.

Ahi estão sentadas aquellas cem creanças, cada uma com as suas duas maçãs nas faces, com o seu brilho campestre nos olhos, com o seu sorriso infantil nos labios, e todas, como se fossem uma só, com o pipilar confuso e adoravel do mundo pequenino, em que nós todos já representamos o nosso papel, quando desejavamos ser grandes; e não sei quanto dariamos para o tornar a representar agora.

Eil-o todo aquelle mundo sympathico, povoando as longas mesas, rindo, cochichando, expandindo-se, mas n'um repente calando-se tudo. Porque? Tinha já cada um defronte de si o seu jantar, sempre variado, apropriado aos costumes locaes: pódem repetir a comida duas, tres vezes, até estarem saciados, assim como levar a borôa para a ceia, por não ser a de suas pobres casas tão saborosa, ou por não a haver em casa, nem boa nem má (1).

O finado visconde de Carregoso, prestante filho d'esta freguezia, dotou-a com uma casa para escola de instrucção primaria do sexo feminino, que foi construida na mesma aldeia de Carregoso.

Para a ampliação do cemiterio parochial concorreram diversas pessoas generosas. Para elle e para as obras da igreja, deu o snr. Antonio Soares da Silva 150$000 réis. N'elle existem diversos jazigos, entre os quaes se destaca o da familia Penha Longa, em marmore, com imagem de Christo, de Teixeira Lopes.

É aqui o solar dos viscondes de Gandarinha, hoje representados pela benemerita condessa de Penha Longa.

O 1.º visconde de Gandarinha, 1.º conde de Penha Longa, Sebastião Pinto Leite, nasceu no logar da Gandarinha, em 24 de agosto de 1815; casou, em 18 de dezembro de 1855, com sua sobrinha a snr.ª D. Clementina Libania Pinto Leite, vis-

(1) D. Antonio da Costa, «Auroras da instrucção pela iniciativa particular». — Lisboa, 1884; pag. 140 a 146.

condessa de Gandarinha e condessa de Penha Longa. Foi agraciado com o titulo de visconde de Gandarinha, por decreto de 27 de janeiro de 1869 e depois com o de conde de Penha Longa, por decreto de 4 de março de 1886. Foi feito par do reino por carta régia de 8 de janeiro de 1881. Era commendador das Ordens de Christo, de Portugal, e da Rosa. do Brazil. Foi negociante de grosso trato nas praças de Lisboa, Londres e Manchester.

O brazão de armas de que usa esta familia é um escudo partido em palla. No primeiro. as armas dos Araujos, em campo de prata uma aspa azul carregada com cinco besantes de prata. Ao segundo cortado em faixa ao primeiro as armas dos Pintos, em campo de prata, cinco crescentes de lua vermelhos, em santor; no segundo, as armas dos Leites, em campo verde, tres flôres de liz de oiro postas em roquete. Differença uma brica de prata com um farpão vermelho em banda. Corôa de conde.

Este brazão foi concedido a José Pinto Leite, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da Conceição, e negociante de grosso trato na Bahia, pai da condessa, por alvará de 22 de junho de 1855.

As obras beneficas e generosissimas dos nobres condes de Penha Longa grangearam-lhes a justificada gratidão d'estes povos.

Tambem aqui tinha a sua casa e quinta o 1.º visconde de Carregoso, Antonio Gomes Brandão, que nasceu a 19 de abril de 1807 e falleceu em Lis-

boa a 26 de setembro de 1878. Foi fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da Ordem da Conceição e deputado da nação em varias legislaturas, a partir de 1861 a 1864.

Foi um dos seis capitalistas e socios da Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro ao sul do Tejo, que, exclusivamente entre si e sem auxilio pecuniario alheio, levaram a effeito a construcção da linha ferrea do Barreiro a Vendas Novas, na distancia de 57 kilometros, com um ramal para Setubal, na extensão de 13 kilometros. Contribuiu para melhoramentos da sua terra natal, especialmente dando-lhe o edificio da escola primaria para o sexo masculino e bem assim para a reedificação do antigo convento da Madre de Deus, em Lisboa, actualmente Asylo D. Maria Pia, promovendo para tal fim varios donativos, tanto no Brazil como em Portugal.

O seu brazão de armas era: Um escudo partido em palla. No primeiro, as armas dos Brandões de Buarcos, em campo azul dois dragões de oiro, armados de vermelho, batalhantes, repassados um com o outro e voltados em fugida; no segundo, as armas dos Gomes, em campo azul um pellicano de oiro ferindo o peito e tres filhos bebendo o sangue que lhe cahe da ferida. E por differença uma brica de prata com uma arruella vermelha; corôa de visconde [1].

[1] «Resenha das familias titulares e grandes de Portugal», vol. I, pag. 365. (Brazão concedido por alvará de 2 de novembro de 1869).

FAJÕES

Orago, S. Martinho de Tours. — Comprehende os logares de *Boa-Vista, Barbeito, S. Mamede, Gagim, Coto, Cortinha, Dama, Telhado, Cruz, Covello, Cabo de Aldeia, Cavadinha, Retorta, Baganha, Lavandeira, Casal Marinho, Torre, Moutas, Ribeira, Passos.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Indivíduos
Censo de 1706	140	239
» de 1878	218	878
» de 1900	245	897

Em escripturas antigas tambem se dá a esta freguezia o nome de Fojões e Fajozes.

No foral dado por D. Manoel á Terra da Feira, em 10 de fevereiro de 1514, dá-se a esta freguezia o nome de Fayões (e é o mais proprio). O povo chama-lhe *Feijões.*

Esta freguezia era das freiras benedictinas, do

mosteiro da Ave-Maria, do Porto, que ainda não ha muitos annos alli tinham muitas rendas, e a abbadessa do referido mosteiro apresentava o reitor, que tinha de rendimento 22$000 réis e o pé d'altar.

A capella de S. Marcos corôa o môrro do mesmo nome, que é muito alto, e tanto a capella como o môrro pyramidal, em que está assente, vêem-se de muitas leguas de distancia. D'aqui se vê perfeitamente o Porto, em dias claros, mesmo a vista desarmada, bem como grande extensão de mar e innumeras povoações, serras e freguezias.

Ha n'esta capella uma festa no dia de S. João Evangelista, e tambem uma feira chamada *da Linhaça* (a 25 de abril).

Pinho Leal diz o seguinte, no seu «Portugal Antigo e Moderno»:

> Quem tem filhos travêssos que os leve alli no dia da festa, se os quizer mansos. Isto diz o povo, e eu tambem digo que, se os rapazes forem por seu pé, quando chegarem á capella hão-de por força ir *mansos* para duas ou tres horas.»

Ha no logar do Coto uma capella particular que tem uma inscripção sobre a verga da porta, que diz que a capella foi fundada por um *familiar do Santo Officio.*

Esta povoação é antiquissima e tinha algumas *antas,* que o povo destruiu.

Na serra, em redor do môrro de S. Marcos, ha muitos vestigios de paredes e alicerces antigos.

Esteve aqui desenvolvida a industria da creação do gado bovino, que se exportava para a Inglaterra.

D'aqui se fornece muito leite para as desnatadeiras estabelecidas no concelho.

S. JOÃO DA MADEIRA

Orago S. João. — Comprehende os logares de *Louza, Fontainhas, Escarigo, Casaldello, Orreiro, Quintã, Travessas, Pedaço, Espadanal, Valle, Parrinho, Ribeiros, Carquejido, Tapado, Corgas, Vendas, Fundo de Villa, Igreja, Fundões, Volta.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1706	107	—
» de 1878	523	2:364
» de 1900	863	3:452

É, sem duvida, a freguezia mais industrial do concelho, especialmente pela industria dos chapéus, de que nos occupamos em outro logar.

Ainda com relação a esta industria, diremos que, em 1867, existiam em S. João da Madeira as seguintes fabricas de chapéus:

Logar das Vendas: de Antonio Moreira da Silva, fundada em 1842 por José Antonio da Silva.

No mesmo logar: de Antonio da Costa Lima, fundada por seu pai Manoel da Costa Lima, em 1820.

No mesmo logar: de José Antonio da Costa, fundada em 1858.

No mesmo logar: de Antonio José de Oliveira, fundada em 1842.

No mesmo logar: de Jacintho de Sá Oliveira, fundada em 1842 por Manoel Francisco Martins.

No logar de Casaldello: de Manoel Vicente Ribeiro, fundada em 1833.

No mesmo logar: de Antonio Vicente Ribeiro, fundada em 1822.

No mesmo logar: de Antonio Paes Vieira, fundada em 1853.

No mesmo logar: de Antonio Dias de Almeida.

No mesmo logar: de José Gomes de Pinho, fundada em 1802.

No logar de Pedaço: de Manoel da Costa Lima, fundada em 1852.

No mesmo logar: de Manoel Dias de Azevedo.

No logar de Quintã: de José Paes Vieira, fundada em 1859.

No logar de Corgas: de Manoel Tavares Leite, fundada em 1842.

No logar de Fontainhas: de Antonio Luiz, fundada em 1848. (1)

É povoação muito antiga, pois já existia, com o nome de *Madeira*, ou freguezia da *Madeira*, em 1251, visto ser já mencionada nas «Inquirições»,

(1) «Informações para a estatistica industrial, publicadas pela repartição de pesos e medidas.—Districto de Aveiro. Lisboa.—Imprensa Nacional, 1867, de 1 a 563.

tiradas no mez de agosto d'esse anno, para provarem a existencia do foral velho, sem data, que ás *Terras de Santa Maria* deu D. Sancho I, no fim do seculo XII.

No *foral novo*, dado por D. Manoel á villa e *Terra da Feira*, em Lisboa a 10 de janeiro de 1514, está comprehendida esta freguezia.

A mitra e o abbade do mosteiro de S. Bento, do Porto apresentavam, alternadamente, o abbade, que tinha 600$000 réis.

Das notas extrahidas do archivo parochial pelo abbade Antonio de Souza Neves, do principio do seculo XVII, fornece-nos os seguintes elementos o padre Oliveira, illustrado parocho actual:

Da creação d'esta freguezia não pude alcançar noticia, por ser antiquissima; o que discorro é ser ella mais antiga do que a erecção da mitra e cabido d'este bispado, em razão de que, para este e aquella se estabelecerem, dos fructos d'ella (não sei por que titulo) tiraram a renda, que direi no logar dos seus encargos.

Já pelo anno de 1542, emquanto se reformou o censual da mitra d'este bispado, segundo consta de fl. 4 a 93, era da igreja do Padroado das religiosas do mosteiro de Rio Tinto, que hoje se acha unido ao de S. Bento da Ave-Maria da cidade do Porto.

D'este mesmo passal sahirão outras mais propriedades, que andam por emprazamento de vidas, de tempo immemorial, com traslação do dominio util a varios caseiros, debaixo de titulos de casaes, a saber: o casal do Testamento, etc.

Tem mais esta freguezia os dizimos e promessas dos fructos que se produzem dentro dos limites da mesma fre-

guezia, o que tudo, com mais fructos e rendimentos incertos, renderá, em cada anno, 630$000 réis.

.....

Está mais esta igreja gravada com hua pensão *in perpetuum* de cento e quarenta mil réis, em cada hum anno, imposta a requerimento do Exc.mo e Rev.mo Snr. D. Fr. José Maria d'Affonseca Evora, para ajuda de com elles pagar ahuns capelaes do coro novamente erecto na Igreja de Lordello do Ouro por hun homen sicular, filho da mesma terra, mas falescido nos estados do Brazil, chamado Fructuoso de Faria, que legou = 60 mil cruzados para constituição das congruas de quarenta mil reis para cada hum dos sete capelaes e de setenta para o Presidente, que havia de ser o Paroco da mesma Igreja, legando a mais, alem d'isto = 5 mil cruzados para fazer o coro e livros e mais 30 mil reis annuaes para pagarem a dois meninos que servirem o dito coro. Mas emthe o presente não paguei por me oppor á Bulla com embargos de obreção e simonia formal, fundados em hua escriptura para a qual se contractou o dito E.mo Snr. Bispo com os procuradores dos testamenteiros do defunto a tirar pensões de igrejas do seu Bispado, quanto fosse sufficiente para solver as ditas congruas dandolhe elles os ditos setenta mil cruzados.....

E. se a Santa Piedade do Regio Poder não acudir ao enormissimo prejuizo do seu Padroado e a violenta extorsão de tantos gravados, sem duvida, virá a fazer-se certo vexamen da referida pensão, com irreparavel prejuizo dos parochos, igrejas pobres e hospedes viandantes regulares e seculares, que quotidianamente se valem das residencias dos parochos e especialissimamente d'esta, que he sita no logar de Santo Antonio da Arrifana, pouzada certa e bem notoria n'este reino a todos os viandantes das provincias de Entre-Douro e Minho e Traz-os-Montes para a côrte, universidade de Coimbra e das mais proximas do reino para ellas».

Na visitação da igreja de S. João da Madeira pelo conego prebendado da Sé do Porto, Manoel da Silva de Moraes, em 1660, lê-se:

«Fui informado que na fonte do Pedaço junto d'esta igreja está huma pedra com hu letreiro de SHUS MARIA (Jesus Maria?) da coal se faz labadouro, com grande indecencia, plo que mando sob pena de excommunhã maior *ipso facto* incurrondas e de dez tostões, que nenhuma pessoa mais lave n'ela e sob as mesmas penas mando que cinco braças ao redor da beira se não ponha labadouro nem se labe cousas immundas de roupas, carnes, peixe e mando ao rev. Paroco, sob a mesma pena, fazendo-se o contrario, passe certidão ao promotor da justiça».

Na visitação de 1663, lê-se:

«Fui informado que alguns freguezes d'esta freguezia se vão empenhar as vendas d'ella, pelo que mando que os vendeiros que viver n'esta freguezia lhes não emprestem couza nenhua que pacem de dous tostões, com pena de excommunhão maior e de perderem a divida, por ser com prejuizo da mulher e ffilhos.»

No livro de obitos d'esta freguezia consta o fuzilamento de varios parochianos pelos francezes. Diz assim:

«Manoel, filho de Anna Maria de Oliveira, viuva, do ogar da Louza d'esta freguezia de Sam João da Madeira, faleceo da vida presente justiçado pela Tropa Franceza, nos 17 dias do mez de abril do anno de mil oitocentos e nove e pelo mesmo modo faleceram tambem da vida presente.... e mais dez desgraçados.»

A igreja matriz é nova, vasta e uma das melhores do concelho. O seu projecto é do conselheiro Antonio Ferreira de Araujo e Silva.

O alargamento do adro e seu respectivo gradeamento de ferro, a grande escadaria e portão de ferro, que dá entrada para o mesmo adro, foram executados por benemerencia do visconde de S. João da Madeira e de seu genro Antonio Dias Garcia, importantes commerciantes no Rio de Janeiro, nascidos n'esta freguezia. Tambem fizeram á sua custa a construcção do altar do Coração de Maria, e bem assim as artisticas sanefas que guarnecem as janellas, pulpitos e arco cruzeiro, obra do habil entalhador de Carregosa, José Ferreira dos Santos, que tem o seu nome ligado á restauração do retabulo da Sé Velha de Coimbra.

No referido portão de ferro estão chumbadas duas lapides, com os seguintes dizeres:

«O visconde de S. João da Madeira e seu genro Antonio Dias Garcia mandaram construir, a expensas suas, esta escadaria e custearam a despeza com o alargamento do adro, em 1902.» — «Homenagem de gratidão e reconhecimento aos benemeritos visconde e Garcia, 1902.—A Junta de Parochia.»

Outros melhoramentos se devem aos mesmos benemeritos, como: a substituição da cobertura da igreja por telha de Marselha, pinturas e diversos reparos no templo e espera-se que se lhes deva o

alargamento do cemiterio. Espera-se tambem a sua valiosa cooperação na fundação de um hospital, uma das mais ardentes aspirações d'esta terra, assim como a illuminação publica, theatro e outros melhoramentos.

Os dois dedicados filhos de S. João da Madeira, Antonio Dias Garcia e Benjamin José de Araujo, prestaram valiosos beneficios ás escolas officiaes d'esta freguezia, beneficios a que os poderes publicos renderam homenagem na seguinte portaria de louvor:

«Tendo chegado ao conhecimento de S. M. el-rei que os benemeritos cidadãos Antonio Dias Garcia e Benjamin José de Araujo dotaram as escolas de S. João da Madeira, concelho de Oliveira de Azemeis, com o preciso mobiliario e material de ensino e com abertura de um poço, na importancia de 700$000 réis, e que tambem auxiliaram a ultima festa escolar, para a qual offereceram alguns premios: manda o mesmo augusto senhor que aos referidos benemeritos seja dado publico louvor do seu real agrado pelo beneficio que prestaram á instrucção. Paço, em 2 de janeiro de 1909. —*Arthur Alberto de Campos Henriques.*»

Era natural d'esta freguezia o dr. Manoel Maciel Leite e Araujo, distincto e caridoso medico, que muito se consagrou ao engrandecimento da sua terra.

Falleceu em 2 de janeiro de 1907, com 73 annos de idade. Pensa-se em perpetuar pela fundação de um hospital a memoria do saudoso medico.

É um tributo de gratidão devido a quem tanto trabalhou pelo engrandecimento de S. João da Madeira.

Tambem aqui nasceu Antonio Moreira da Silva, fallecido em 1893, com 70 annos de idade. Deve-lhe a freguezia as estradas para Macieira de Sarnes, Cezár e Fajões e das Corgas para o Couto, bem como o chafariz da praça, estação telegraphica e outros melhoramentos.

Possue esta freguezia edificios importantes, entre os quaes especialisaremos os dos snrs. Benjamin José de Araujo, Fulgencio José de Pinho, Antonio Dias Garcia, Manoel Nicolau Soares da Costa, Domingos Ferreira de Oliveira e outros.

Existe n'esta freguezia uma capella da invocação de Santo Antonio da Arrifana. No cruzeiro, que avulta defronte da capella, lê-se a data de 1808; mas é claro que a construcção da capella foi muito anterior.

Ha tres associações n'esta freguezia: duas de soccorros mutuos, o Monte-pio Restaurador de Soccorros Mutuos e a Sociedade de Beneficencia, e uma de classe, a Associação de Classe dos Operarios Chapeleiros.

Realisam-se aqui mercados semanaes, aos domingos.

LOUREIRO

Orago, S. João.—Comprehende os logares de *Adães, Arrota, Chão d'Além, Contumil, Coxo, Ervedal, Feital, Forno, Freixo, Graciosa, Igreja, Macieira, Outeiro, Povoa, Pinhal, Quintã, Rua Nova, Louredo, Tonce, Vidigueira, Valverde.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1706	210	—
» de 1878	571	2:313
» de 1900	—	2:689

Foi curato annexo á freguezia de Santa Marinha de Avanca, tendo o parocho o titulo de reitor, cuja apresentação era, como o d'aquella, da Ordem de Christo, e tinha 200$000 réis de rendimento.

Segundo se vê das «Memorias parochiaes», de 1758, existentes na Torre do Tombo, a igreja d'esta freguezia era por este tempo mieira da de Ul, e

pertencia á viuva de Manoel Paes Ribeiro Ferreira e suas filhas.

O primeiro parocho collado d'esta freguezia foi o rev. Francisco Joaquim da Costa, natural de Avanca, e que tomou posse em 11 de maio de 1844.

Em uma casa de um andar, proximo da igreja matriz, nasceu, a 11 de setembro de 1740, o famoso D. Fr. Caetano Brandão, bispo do Pará e depois arcebispo de Braga. Essa casa foi comprada, em 1860, pelo citado parocho a Filippe José Pereira Brandão, de Estarreja.

D. Fr. Caetano Brandão era filho legitimo de Thomé Pacheco da Cunha, sargento-mór de ordenanças e de D. Maria Josepha da Cruz, os quaes, além do arcebispo, tiveram mais doze filhos e uma filha, da qual nasceu D. Maria Brandão, a sobrinha predilecta do arcebispo, a qual casou em Estarreja com seu primo Filippe José Soares Pereira do Couto, que foi capitão-mór de Estarreja, depois de ter sido juiz de fóra em Villa do Conde.

N'esta freguezia realisa-se a feira mensal de Alumieira, no logar d'este nome, onde existe uma capella bastante espaçosa e que pela architectura do seu frontespicio denota ser obra dos fins do seculo XVIII. Essa feira é no dia 6 de cada mez. Em 14 de setembro, ha alli a chamada feira dos *Perdões,* e na primeira oitava da Paschoa, a chamada *Alumieira da Paschoa.*

MACIEIRA DE SARNES

ORAGO. SANTA EULALIA. — Comprehende os logares de *Residencia, Ribeira, Deveza, Rio, Terças, Outeiro, Quintã, Cruzeiro, Aldeia, Macieira de Cima.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Habitantes
Censo de 1706	70	85
de 1878	110	372
de 1900	97	373

Teve principio esta freguezia, segundo Pinho Leal, n'uma capella de Santa Eulalia, que havia no logar das Terças. Quando se erigiu em freguezia, mudou-se a igreja para o sitio actual.

Houve aqui, segundo a tradicção, um pequeno mosteiro de freiras benedictinas, que foi supprimido no seculo XVI, passando as religiosas para o mosteiro da Ave-Maria, do Porto.

Os Castros, da casa do Côvo, denominavam-se *senhores da honra de Cezár e Gaiate* e, como a freguezia de Macieira de Sarnes era um curato da freguezia de Cezár, da qual foi desmembrada no seculo XVII, eram os Castros senhores donatarios de parte d'esta freguezia e ainda d'aqui recebem fóros e *minças*.

Foi parocho aqui, desde 1820 até 1856, e vigario da vara do 4.º districto da comarca ecclesiastica da Feira o rev. Luiz Moreira da Silva Maia, distinctissimo orador sagrado e conhecido pelo padre Macieira. Nasceu em Esmoriz, antigamente do concelho da Feira e hoje do de Ovar.

O padre Macieira, pois era assim que era mais conhecido Luiz Moreira da Silva Maia, abraçára com enthusiasmo os principios liberaes proclamados pela revolução de 1820 e por elles sacrificou interesses e o seu bem estar. Foi immensamente perseguido, de 1828 a 1834, e d'essas perseguições se desforrou, em parte, atacando, com demasiada violencia, os vencidos de Evora Monte na oração funebre que pronunciou nas exequias de D. Pedro, na igreja da Santa Casa da Misericordia do Porto, em 16 de outubro de 1834.

Do mesmo principe fez o elogio, na igreja da Lapa, tambem da mesma cidade, em 24 de setembro de 1839, e por esta occasião não deixou ainda em paz os seus inimigos d'outr'ora: por isso, dizia, por occasião da sua morte, um dos mais brilhantes

oradores sagrados do nosso tempo e seu grande admirador, o padre F. J. Patricio:

«A influencia das paixões politicas que elle reputára honestas, por isso mesmo que eram civilisadoras, levaram-no a dizer a verdade, como a diz a historia, mas não com aquella doçura e tolerancia com que se deve exprimir [1].

O padre Macieira, em 1856, veio para o Porto parochiar a freguezia de Santo Ildefonso, em que foi apresentado, sendo pouco depois escolhido pelo respectivo prelado para examinador synodal da diocese. Prégou muito, sendo sempre muito selecto e numeroso o auditorio que concorria a ouvil-o, e que era merecida esta deferencia prova bem o volume dos seus sermões, que publicou tres annos antes da sua morte, em 1875. O seu ultimo sermão, a sua despedida do pulpito, foi o que prégou, em 1861, na igreja da Misericordia, do Porto, nas exequias de D. Pedro v, de quem tinha feito a oração gratulatoria da acclamação, no «Te-Deum» mandado celebrar pela camara municipal da mesma cidade na Sé cathedral no dia 16 de setembro de 1855.

Luiz Moreira Maia da Silva foi deputado ás côrtes constituintes de 1837 e nas legislaturas de 1851-1852. Falleceu em 1877. «Apreciando-o como padre e como orador, ornamento do pulpito, diz o seu panegyrista ha pouco citado, foi uma das mais distinctas illustrações do clero d'esta diocese (Porto), e um dos oradores sagrados mais justamente laureados. Luiz Moreira Maia da Silva era um d'esses homens privilegiados que, pela lucidez da intelligencia, elevação das ideias, phantasia ardente, palavra facil, phrase correcta e cuidadosamente cinzelada, parecia que tinha nascido para colher os louros da sua gloria no mesmo campo onde os colheram os grandes oradores Massillen, Flechier, Bridaine, Bourdalane e o nosso Vieira.»

[1] Folhetim publicado no *Primeiro de Janeiro*, em setembro de 1877, com o titulo «O ultimo abbade de Santo Ildefonso».

MACINHATA DA SEIXA

Orago, Santo André. — Comprehende os logares de *Carvalhos, Troviscal, Silvares, Alméu, Alvão, Gemieira de Cima, Gemieira de Baixo, Taipa, Macinhata de Cima, Magos, Seixo, Gathiande, Cabeço, Monsão, Canto, Fundo do Logar.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1706	200	—
» de 1878	127	578
» de 1900	—	567

Ha duvidas ácerca da origem da palavra Macinhata. Pinho Leal diz:

«Póde derivar-se do portuguez antigo *meskino* — servo que trabalha nas propriedades do respectivo senhor.

«É de *meskino* que vem o substantivo (tambem portuguez antigo) *mesquinade*, que significa: desventura, infelicidade, desgraça, etc.

«Ora, como os povos d'esta freguezia pagavam grandes rendas, fóros, alcavalas, etc., á poderosa casa dos senhores que depois foram duques de Lafões, podiam muito bem considerar-se *mesquinos* os povos d'aqui, e d'isso viria á freguezia o nome de *Mesquinade*, que facilmente se corromperia em *Macinhata*» (1).

A proposito de Macinhata do Vouga, Pinho Leal refere que «no *Livro Preto* de Santa Cruz de Coimbra, se vê que o antigo nome de Macinhata era *Eminhate*, que considera talvez diminuitivo de *Eminio*, que ha quem supponha tivesse sido o nome primitivo da villa de Agueda, como se hoje disséssemos *Aguedinha* ou *Agueda pequena*».

Mas, como passou essa diminuição para a povoação de Macinhata da Seixa?

O Collegio da Companhia de Jesus, de Coimbra e, depois de 1759, a Universidade, apresentavam o reitor, que tinha 130$000 réis.

Existe n'esta freguezia o solar da familia Soares de Pinho, a que em outro logar nos referimos, e bem assim o dos Lacerdas Mourão e Albuquerque.

(1) «Portugal Antigo e Moderno», tom. v, pag. 17.

MADAÍL

Orago, S. Mamede. — Comprehende os logares de *Canto, Cancellas, Castanheiro, Eira, Fora, Fundo, Monte, Meio Rego e Souto.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1706	80	—
» de 1878	97	373
» de 1900	—	415

Foi curato annexo a Santa Marinha de Avanca e de apresentação do de commendador da Ordem de Christo que apresentava aquella freguezia. Tinha 13$000 réis de congrua e o pé de altar.

No monte do Castro, no sitio chamado Villa Cova, é tradicção ter havido uma sanguinolenta batalha entre lusitanos e normandos e que, ficando indecisa essa batalha, se repetiu a noroeste, n'um logar proximo, ainda hoje chamado *Rio d'Ossos.*

O edificio para a escola d'esta freguezia foi mandado construir por benemerencia de D. Urraca Dourado Moreira, em homenagem á memoria de seu marido Joaquim Moreira, mandando gravar na frontaria a inscripção «Escola Joaquim Moreira». É um airoso edificio.

S. MARTINHO DE GANDARA

ORAGO, S. MARTINHO DE TOURS. — Comprehende os logares de *Brejo, Lourinhal, Abolembra, Pardieiro, Porto de Carro, Vide, Covadas, Espinheira, Ferrença, Telhado, Casal Dias, Crasto, Troncal, Quintã, Outeiro, Massada, Insua, Rosinal, Serrazina, Herdade, Igreja, Rio da Ponte, Sá, Macieira do Sobral.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1706	180	—
» de 1878	289	1:321
» de 1900	—	1:383

Esta freguezia é povoada desde tempos muito remotos. O nome á aldeia de Crasto provém, talvez, do *crasto* que aqui houve e de que ainda ha annos se viam restos.

Perto d'elle, diz Pinho Leal, havia uma *mámoa*

a que o vulgo chama *Mama do Gato*. É tradicção que ao tal crasto ou crastello se deve o nome de Castro Trancal ou Troncal, citado em alguns documentos.

A mitra apresentava o parocho, que tinha réis 300$000 annuaes.

Foi curato annexo á freguezia de S. Vicente de Pereira, e da apresentação dos condes de Sampaio.

NOGUEIRA DE CRAVO

Orago, S. Christovão.—Comprehende os logares de *Souto, Sero, Voledo, Moinho, Rua Nova, Feira, Bocos, Grandaes, Fonte, Tornadouro, Campo Longo, Serrado, Quelha, Cruzeiro, Roteio, Fontainha, Monte, Pintor.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1706	90	—
» de 1878	122	464
» de 1900	—	711

Os marquezes de Marialva apresentavam o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento, fóra as benesses, provindo-lhe esta regalia da apresentação de serem senhores do morgado de Midelo, pelo appellido de Coutinhos, segundo affirma D. Rodrigo da Cunha, no «Catalogo dos bispos do Porto».

A igreja matriz foi construida no principio do seculo XVIII.

Ha duas ermidas, uma publica, no sitio da feira dos 27, e outra particular, na aldeia de Nogueira.

A ponte de pedra, de um só arco, sobre o ribeiro de Nogueira, foi construida pela camara de Oliveira de Azemeis, em 1844.

OSSELLA

Orago. S. Pedro. — Comprehende os logares de *Sobradello, Lavadouro, Corgas, Pocinho, S. Martinho, Vermoim, Ribeira de Cima, Ribeira do Meio, Ribeira de Baixo, Selores, Alvelhe, Carreira, Mosteiro, Quintã, Carvalhal, Portella, Mallado, Salgueiros, Cavadas, Cimo de Villa, Gandara, Santo Antonio, Passô, Bostello, Chouzal, Ponte Nova, Porto Carreiro.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1706	160	320
» de 1878	320	1:295
» de 1890	319	1:252

O crasto de Ossella foi explorado, em maio de 1908, pelo Museu Municipal do Porto, reconhecendo-se, a despeito da affronta dos tempos e dos ultrages dos homens, que conserva ainda vestigios

que permittem incluil-o no typo dos *oppida*, ou povoações fortificadas dos cerros montanhosos. Em Ossella mal se divisam, porém, os vestigios de muralhas.

Encontrou-se, na exploração de 1908, espolio lusitano-romano, com mobiliario de data mais recente, a proposito do qual já foram feitas, em outro logar d'este livro, as necessarias considerações.

Os numismas encontrados, dispersos no castro e cemiterio post-castrense de Ossella, todos de cobre, com excepção de um de bronze e outro de bolhão, foram classificados da maneira seguinte por Manoel Joaquim de Campos, distincto numismata do Museu Ethnographico:

N.º 1—Pequeno bronze romano, que parece ser do Imperador Constantino.

N.º 2—Fracção de um dinheiro de D. Affonso III, n.º 2 da estampa III de **Teixeira de Aragão.**

N.ºs 3 e 4—Dinheiros de cobre de D. João I, n.ºs 35 e 36 de Aragão.

N.º 5—Ceitil n.º 23 de Aragão..... D. Affonso V
N.º 6— » » 24 » » ..... » » »
N.º 7— » » 25 » » ..... » » »
N.º 8— » » 30 » » ..... » » »
N.º 9—Real preto de Lisboa ..... » » »
N.º 10— » » do Porto ..... » » »
N.º 11—Ceitil n.º 15 de Aragão..... D. João II
N.º 12— » » 16 » » ..... » » »
N.º 13— » » 17 » » ..... » » »
N.º 14— » » 17 » » ..... » » »

N.ºs 15 a 22 — São ceitis de D. Manoel, n.º 21 de Ara-

gão, com algumas variedades nas torres banhadas pelo mar.

Não foi possivel decifrar as legendas. A classificação é feita pelos typos.

Pinho Leal dá as seguintes informações no seu «Portugal Antigo e Moderno»:

«É uma das mais antigas freguezias de Portugal, e já era parochia no tempo dos godos. Ha mesmo quem assevere que foi uma cidade, com o nome de *Ossa*, dado pelos gregos, seus fundadores (pela tal ou qual semelhança que tinha com o monte *Ossa* — Vide «Tempé», a pag. 148 d'este volume). Sendo assim, tinha esta cidade sido fundada pelos annos 2700 do mundo, ou 1304 antes de Jesus Christo, isto é, ha 3180 annos! — Devemos, porém, confessar que nada aqui nos recorda semelhante antiguidade. Parece-nos que o nome lhe provém de ter sido habitada por alguns anachoretas christãos, nos primeiros seculos da Igreja, e vindos da serra *d'Ossa* no Alemtejo, e que lhe déram este nome, que no antigo portuguez significa *Pequena Ossa*. Alguns escriptores, porém, dizem que o nome lhe provém de que, fazendo-se aqui fortes os lusitanos contra os romanos, pelos annos 150 antes de Jesus Christo, houve então aqui uma grande batalha, ficando o terreno juncado de cadaveres, que os agentes atmosphericos decompozeram, ficando só os *ossos;* mas então deveria ser *Osseira* ou *Ossal*, e não *Ossella*.

O que parece certo, e, pelo menos, é muito verosimil, é ter aqui havido, no anno 996 de Jesus Christo, no reinado de D. Bermudo II (o *Gotoso*), uma grande batalha, entre christãos, commandados pelo conde *D. Forjaz Vermuiz* (ou *Froilaz*—progenitor dos condes da Feira), e os mouros, commandados pelo feroz Almançor, rei de Cordova. Uns e

outros se bateram com tanto furor, que o campo ficou juncado de cadaveres e a povoação foi pelos mouros reduzida a cinzas. Esta batalha foi dada na vertente meridional da serra, perto das margens do Caima.

Diz-se que o conde D. Forjaz Vermuiz deu o seu nome ao monte onde acamparam os christãos. É certo que a léste de Ossella, e a pouca distancia, ha uma aldeia e um monte, chamados *Vermuim*. Isto parece provar a tradicção da batalha, e tudo leva a acreditar que, effectivamente, ella se deu, n'este logar.

Alguns pretendem que o nome lhe provém dos *ossos* que ficaram d'esta batalha. Já disse o que penso d'esta etymologia. Faria e Souza «Epitome de la Hist. Port.», a pag. 209, diz que Ossella já tinha este nome no seculo XIV. — Já o tinha, pelo menos, no principio do X seculo; porque, estando no Porto o primeiro rei de Leão, D. Ordonho II, com a sua côrte, se foi visitar a D. Gomado, bispo resignatario de Coimbra, e monge benedictino em *Castromire* (vol. II, pag. 447, col. 2.ª), e tanto o monarcha como os seus fidalgos fizeram então grandes doações a este mosteiro. Entre estas se vêem incluidos os padroados das igrejas de *Villa Chã* (hoje S. Roque, freguezia, a partir com Ossella) — o antigo mosteiro de Santa Marinha (na margem esquerda do *Antuan*, tambem a pouca distancia) — S. Thiago (hoje S. João) de Vêr, a uns 8 ou 9 kilometros ao norte — as de S. João e S. Donato, no *porto de Ovar*, a 15 kilometros a oeste — S. Pedro (hoje Santa Marinha) *de Avanca*, a igual distancia — *S. Miguel de Oliveira* (Oliveira de Azemeis), que parte com esta freguezia — e, finalmente, *S. Pelagio de Ossella*.

Consta que S. Martinho, prior de Soure, contemporaneo de D. Affonso Henriques, era natural do monte *Anrunche*, acima do logar de Ossella (antigamente *Ossèloa*).

No livro II da «Portvgalia», pag. 653, lê-se o

seguinte interessante artigo de Rocha Peixoto sobre *Os pucareiros de Ossella:*

«Vão a desapparecer os ceramistas populares da freguezia de Ossella, no concelho de Oliveira de Azemeis e districto de Aveiro. Do não mui remoto e numeroso grupo de oleiros subsistem apenas dois, no logar do Mosteiro, da freguezia alludida, e outro, de lá destacado, no logar de Barbeitos, freguezia de Castellões e concelho contiguo de Macieira de Cambra. É, pois, uma industria local que se extingue, á mingoa de recursos. A exiguidade dos lucros desviou os oleiros para outras occupações, limitando-se os que sobrevivem a venderem os seus *pucaros* negros nas feiras, e associando interpoladamente alguma agricultura ao seu descaroavel mistér.

Para fixar a lembrança d'esta rustica profissão moribunda, uma breve annotação tem seu logar.

Os actuaes oleiros empregam dois barros, necessarios para a plasticidade e consistencia; um buscam-o em Lordello, freguezia de Villa Chã do Cambra, e o outro em Bustello do Caima, na freguezia de Ossella. Misturados e pisados a maço e em sêcco n'uma pia de pedra, peneirados depois e, por fim, amassados á mão e com a agua que baste, está prompta a pasta para ser modelada. A roda, assente e movente sobre o eixo do trabul, é a mesma, em configuração e dimensões, que se encontra nos arredores de Amarante e em Baião («Portvgalia», II, 75). Com o fanadouro, (Id., 76), alisam as superficies. E, uma vez sêccas as loiças, a cocção effectua-se em covas (Id., 76 e fig. 5), durando umas tres ou quatro horas, empregando-se, como combustivel, achas e caruma, e abafando-se a fornada com terra, antes de se levantar definitivamente o vasilhame.

O schema fundamental das vasilhas é a oval sabida (Id., 77), maior ou menor, azelhada ou sem ansas, predomi-

nando as panellas, os cantaros, as caçoilas e, nomeadamente, os pucaros. Ornamentação incisa, insignificante ou nulla.

Tempo houve — e os vestigios perduram — em que, influenciados pelas loiças beirãs, provindas de S. Pedro do Sul (?) e de Molellos, alguns aperfeiçoamentos se accusaram no fabríco local.

Variaram, melhoraram e crearam-se novas fórmas, incluindo as bilhas de segredo, bules e assucareiros. Adoptou-se em todo o vasilhame o brunido, conseguindo-o o oleiro com a fricção d'um seixo na peça, antes de ir ao fogo, á altura em que a consistencia da pasta permittia a applicação, sem o perigo de a amolgar. E, por fim, multiplicaram-se as ornamentações incisas, geometricas ou floraes, accentuadamente com o aspecto das de Molellos, e sempre, na recta ou na curva, em linhas interrompidas.

Para as effectuar, o oleiro dispõe de varias *pintadeiras*. E a pintadeira é um cone recto de madeira muito alongado (eixo — $0^m,1$; diametro da circunferencia da base — $0^m,015$), com entalhas mais ou menos numerosas e profundas na peripheria da base. Tomando o utensilio pelo vertice e fazendo-o correr pela góla ou bôjo, realisando, a um tempo, successivos movimentos de rotação, assim se imprimem, consoante o modélo ou phantasia do louceiro, as decorações incisas e interrompidas: só gravam, é bem claro, as saliencias das entalhas.

Os similes encontram-se na *conteira* de Prado («Portvgalia», I, 238), e n'um utensilio analogo usado pelo ceramista romano.

As aptidões do exilado de Barbeitos e de um dos oleiros do Mosteiro — cujo pai já fôra barrista de fama e galardoado na Exposição Ceramica do Palacio de Crystal, em 1882 — confirmam os vaticinios sobre os progressos formaes e decorativos do vasilhame popular, se outro fosse o aprendizado e mais remuneradora a occupação. Despremiada, porém, como se sabe, e impotente na concorrencia

com outros artefactos, mesmo a despeito da sua inverosimil barateza. esta olaria regional em breve succumbirá, restando apenas na geração que passa. a reminiscencia dos antigos «paneleiros», ou, como mais frequentemente os denominam, dos *pucareiros* de Ossella.»

Muito deve a freguezia de Ossella á benemerencia de um seu dedicado filho, o capitalista José Bento Pereira.

Foi elle quem doou á sua terra natal o edificio para a escola do sexo masculino, como fica dito a pag. 144 d'este livro.

A 19 de março de 1909 inaugurou-se solemnemente a nova igreja matriz d'esta freguezia, amplo templo, cuja conclusão se deve a José Bento Pereira.

A ceremonia começou pela benção do templo, lançada pelo parocho, rev. Antonio Rodrigues Carmo, sendo em seguida lido pelo secretario da junta de parochia, Joaquim Manoel Torres, e entregue a José Bento Pereira, dentro de uma bella pasta de velludo com fitas das côres nacionaes, como homenagem de agradecimento, firmada por cerca de 200 parochianos.

Seguiu-se a missa solemne, acompanhada a grande instrumental pela orchestra de Carregosa. Finda a missa, o rev. Rodrigues Carmo subiu ao pulpito e pronunciou um eloquente sermão, em que fez o panegyrico de S. José, e, referindo-se á inauguração da igreja, exaltou a benemerencia que

José Bento Pereira tivera para com os seus conterraneos, apontando-lhes que, tendo sahido d'alli aos 12 annos para encetar uma vida de trabalho, conseguiu com a sua actividade e honrado caracter adquirir fortuna, de que sabe usar generosamente, a bem do proximo.

PALMAZ

Orago. Santa Marinha.—Comprehende os logares de *Villarinho, Nespereira de Baixo, Nespereira de Cima, Val de Madeiros, Fontainhas, Alviães, Bulfete, Casal, Ferreiros, Mó, Raposeira, Acheiras, Amieiros, Painçal, Loureira, Val da Cal, Ponte, Cascas, Beirô, Sobreiro.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1706	500	—
» de 1878	254	1:093
» de 1900	—	1:106

A mitra de Coimbra apresentava o prior, que tinha 700$000 réis de renda annual.

Pertenceu ao extincto concelho de Pinheiro da Bemposta.

A ponte sobre o rio Caima foi construida nos principios do seculo XVIII.

Existe n'esta freguezia a Fabrica de Lanificios do Rio Caima, de Costas & Carvalho e a Fabrica de Papel do Caima, fundada por iniciativa do *Commercio do Porto*, já mencionadas em outro capitulo.

Ácerca da primeira d'estas fabricas lêem-se, entre outras, as seguintes informações no «Inquerito Industrial», de 1881, pag. 271:

«Os seus artefactos são chales, briches, saragoças, baetas á conchertez, cheviotes, pannos pretos e castorinas.

Até o dia da visita (11 de outubro) tinha produzido 15:892 peças. O maximo da sua producção, que foi a do ultimo anno, elevou-se a 32:000$000 réis. Produz quanto póde, nos limites do seu edificio e segundo a organisação do seu trabalho. Vende promptamente quanto produz.

Abunda-lhe o capital e possue um deposito de lãs em rama de Portalegre, Evora, Hespanha e Belgica, e de lã fiada branca e tinta, no valor de 20:000$000 réis.

Os seus mercados são Porto, Chaves, Bragança, Vianna, etc.

Não pede auxilio dos poderes publicos, a não ser o de uma estrada que dê facil sahida aos seus productos, pondo-a em communicação viavel com Oliveira de Azemeis, d'onde a separam cinco kilometros de serras, quasi impraticaveis. A cooperação do districto na construcção d'esta estrada não seria apenas um serviço de importancia vital para este considerado estabelecimento fabríl, senão tambem o cumprimento de um dever para com os povos das parochias de Macinhata, Palmaz e Travanca, hoje segregados do mundo pelos invios tratos de fragas e penedias que constituem as serras onde estas freguezias estão cravadas.

Estes povos téem requerido uma estrada, cuja construcção estão promptos a coadjuvar, com dinheiro e serviço pessoal.

Mal se póde explicar a negligencia das auctoridades municipaes e do districto com respeito a este importante assumpto.»

PINDELLO

Orago, Nossa Senhora da Assumpção. — Comprehende os logares de *Pindello, Outeiro, Fonte, Cava da Bouça, Carro Quebrado, Louzã, Estrada, Cadeira, Lavoura, Poço, Igreja, Cavadas, Pereiro, Salgueiros, Carreiro, Castanheiro, Deveza, Fundo, Capella do Pinhão, Aido do Meio, Monte, Gestieira.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1706	110	209
» de 1878	208	901
» de 1890	213	799

Na inquirição parochial de 1758, o parocho licenceado Manoel Gomes de Sá declarava que o donatario d'esta freguezia era o infante D. Pedro.

Segundo Pinho Leal, a abbadessa das freiras franciscanas de Monchique, no Porto, apresentava o cura, que tinha 65$000 réis e o pé de altar.

A igreja matriz é muito antiga a pequena.

Fazia-se aqui uma feira de gado, no dia 23 de cada mez.

PINHEIRO DA BEMPOSTA

Orago, S. Paio.—Comprehende os logares de *Pinheiro, Bemposta, Figueiredo de Baixo, Figueiredo de Cima, Covaes, Curval, Tugilde, Ariosa, Fonte Chã, Ermida.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1706	400	—
» de 1878	369	1:518
de 1890	391	1:566
» de 1900	369	1:700
» de 1907	457	1:873

As informações que vão lêr-se são principalmente organisadas pelo parocho d'esta freguezia, rev. José Nunes Antão, por solicitações do illustrado pinheirense dr. Daniel de Araujo Ribeiro.

Segundo a tradicção, a origem etymologica do nome d'este logar provém de um grande pinheiro que existia junto á antiga estrada, no logar da Ariosa, debaixo do qual descansavam os passageiros. O nome de Bemposta provém da sua airosa e

elevada posição. Como antigamente esta freguezia era designada só por freguezia do Pinheiro, Manoel da Silva Ribeiro, quando administrador do concelho de Bemposta, resolveu que de futuro se lhe désse a designação de freguezia do Pinheiro da Bemposta, para evitar confusões com outras freguezias do mesmo nome, que já então existiam em Portugal.

No logar da Bemposta, antiga séde do extincto concelho da Bemposta, existe ainda o pelourinho, a casa dos paços do concelho e cadeia. Este concelho, de antiquissima fundação e a quem el-rei D. Manoel déra foral em 13 de julho de 1514, foi extincto por decreto de 24 de setembro de 1855.

Encontram-se as seguintes referencias ao Pinheiro e á Bemposta no «Registro das cidades, vilas e logares que ha em a comarqua da Estremadura», feito por ordem do rei em 1527, transmittida ao licenciado Sebastião da Fonseca, corregedor da Estremadura, e por Jorge Fernandes, escrivão da chancellaria da mesma comarca. — Man. da Torre do Tombo, publicado no «Archivo historico portuguez», vol. VI, n.º 7 — Julho, 1908.

A VILA DE PYNHEYRO — It. Esta vila de Pynheyro que he de Diogo Moniz, tem 17 visinhos no corpo da vila.

Titolo do seu termo: It. As azenhas tem 7 visinhos. Aldea de Paredes, 9.

Esta vila tem de termo pera a parte da vila dAveyro hû quarto de mea legoa e pera a parte de vila de Paos tem hû tiro de bésta.

Parte cõ Aveyro e cõ o rio da Varzea e Paos. Jorge Fernandes o esprevy.

Soma, 32 visinhos.

A VILA DA BEMPOSTA *(que he cabeça do concelho de Figueyredo)*—It. A 14 do mes doutubro de 1527 anos fui a vila da Bêposta, que he do cõcelho de Figeiredo, e cõ o juiz e tabelliam achei aver no corpo da vila da Benposta que he de Diogo Moniz [1], 24 visinhos.

Titolo do seu termo: It. Figeiredo e sua fregesia, 57 visinhos. Aldea da Branca e sua fregesia, 49. Aldea de Palmaz e sua fregesia, 36. Aldea da Ribeira e sua fregesia, 34. Aldea de Farmelãom e Canelas e fregesia, 84. Aldea de Sam Martinho de Salreu, 37. Aldea de Pardelhas e fregesia, 47. Aldea de Cemteaes, 22. Aldea de Loureiro e sua fregesia, 49, com a quimtam de João Dipres. Aldea de Travanca e Ull e sua fregesia 40 visinhos.

Esta vila da Benposta tem de termo pera a parte da vila da Feira mea legoa, e pera a parte da vila da Emjeja tem duas legoas de termo, e pera a parte da vila de Amtoã tem hũa legoa de termo e pera Sever tem outra legoa de termo.

Parte cõ terra de Santa Maria e cõ a vila de Emjeja e cõ termo dAveiro, pera onde tanbê tem hũa legoa e mea de termo. E eles o asinarão no livro que em meu poder fiqa. Jorge Fernandez o esprevy.

Soma ao todo, 480 visinhos.

Ácerca da Bemposta escreveu, em tempos, o fallecido dr. Abel da Silva Ribeiro o seguinte:

«Se a Bemposta jaz esquecida e pobre, já foi grande, populosa e rica, nos tempos aureos e afortunados do nosso

[1] Era senhor de Angeja, Pinheiro e Bemposta.

poderío, em que o pequeno Portugal se estendia para além da India.

Se ha terra que, por tantos titulos e com tanta justiça, mereça o nome de Bemposta, é ella propria, pois está bem situada e bem assentada esta antiquissima villa, hoje humilde burgo, que o tempo e os homens se vão encarregando de fazer desapparecer de todo.

É preciso vir á Bemposta para que, com o testemunho dos nossos proprios olhos, nos convençamos ser justificado e verdadeiro o seu nome. Grandioso e esplendido é o panorama que d'aqui se disfructa, olhando para o poente. A poucos kilometros de distancia se descobre o mar magestoso e imponente, desde Esmoriz até ao Cabo Mondego, e este promontorio, avançando pelo Oceano dentro, não impede a vista de dilatar-se pelas planicies de Leiria, cobertas de pinheiros.

O sol, cahindo para o occidente e dardejando seus dourados raios sobre as aguas do rio, levanta d'ellas reflexos avermelhados, similhando vasto matagal devorado por um incendio! A cinta de areia, estendida desde a foz do Douro até á Figueira, e correndo parallela ao mar, divide a côr verde-negra dos pinheiros do azul escuro do Oceano, que a seu turno se confunde no horisonte com o anil do céu, para além a immensidade e o infinito!

Na vertente oéste da serra chamada pelos romanos *Mons ballestarius*, está situada a Bemposta. Espessas mattas de pinheiros cobrem o espaço que d'aqui vai até ao mar e dão um tom escuro a todo o littoral; mas esta monotonia é inteiramente attenuada pela côr local dos casaes e casas brancas, que d'onde a onde brilham como laminas em campo relvoso, semelhando a pelle mosqueada de tigre colossal.

Na falda d'este monte, em valle ameno e aprazivel, se encontra, a meia encosta, o logar de Figueiredo de Rei, o natigo *Fikkareto*.

Continuando a descer a vertente, encontra-se o rio Antuã, que corre placido e socegado, sem ruido, sem fragor, por um valle profundo, desde Romariz até aos campos de Estarreja, onde entrega o tributo das suas aguas á nossa uberrima ria. Á circumstancia de ser pouco arrebatada a corrente d'este rio deve elle o seu nome. *Antonaias* lhe chamaram as colonias phenicias e gregas: por *Antonana* designaram os gódos a região proxima a elle. O valle por onde corre o rio fórma uma profunda depressão, com as suas margens muito accidentadas, agrestes e escarpadas, mas não sem belleza e sem deixarem de ser pittorescas. Foi na sua margem esquerda e em terreno pertencente a esta freguezia, que, em tempos remotos, existiu *o celebre e antigo mosteiro de Santa Marinha da margem do Antuã*, doado pelo conde Lucidio Vimaranes ao mosteiro de Castromire.

Deve notar-se que, no logar de Figueiredo de Baixo, proximo da antiga estrada romana, existe uma casa e sitio a que ainda hoje chamam o *Paço*, e a distancia de cerca de 150 metros, outra casa que conserva ainda a designação de *Alcance*, o que junto á circumstancia de ser ainda conhecido o logar por Figueiredo de Rei, faz suppôr que já alli tivesse a sua residencia algum rei da antiguidade, arabe.

Ácerca do foral da Bemposta, que existe em poder do dr. Manoel Luiz Ferreira, de Albergaria, a quem devemos o tel-o examinado, organisou a seguinte interessante noticia o dr. José Julio Gonçalves Coelho:

Bemposta e Figueiredo tinham outr'ora foral, que lhes outhorgára, em Lisboa, a 15 de agosto de 1514, o venturoso rei D. Manoel.

O precioso manuscripto, já envelhecido, enrugado e amarellecido pelo perpassar de quasi quatro seculos, com-

prehende 26 folhas em pergaminho, além do indice e do registo na Torre do Tombo,—é subscripto por Fernão de Pina, filho do célebre chronista Ruy de Pina e assignado com rubrica pelo punho d'aquelle rei.

As differenças de escripta de varias das suas folhas denunciam-nos que differentes deviam ter sido os seus copistas. O certo é, porém, que todo o manuscripto foi executado com excellente e bem conservada calligraphia gothico-peninsular seculo XV, e adornado em quasi todas as paginas com caracteres maiusculos a vermelho, do mesmo estylo e epocha.

No paginar das folhas adoptou-se a numeração romano-lusitana, tão usada em Portugal desde os reinados de D. João I, até ao intruso D. Philippe; differem, porém, os caracteres dos do texto do foral, porque n'este seguiu-se o gothico angular.

A primeira pagina, ornada de graciosas illuminuras, é encimada por um grande D maiusculo, seculo XVI, dentro do qual resalta sobre fundo azul-claro e timbrado por uma corôa aberta, o escudo de armas de Portugal assente sobre as armas do Algarve modificadas pela fórma que ordenára D. João II.

O manuscripto não apresenta em parte alguma, como todos ou quasi todos os d'essa época, nem a cruz de Christo nem a esphera armillar, que o rei D. Manoel sempre usou como emblemas.

O foral abrange os logares de «*Bemposta, Figueiredo, Contumil, Centeães, Branca, Deveza, Canellas, Farmelã, Salreu, Pinheiro, Fonte Chã* e *Cequize*», contém a relação completa de todos os casaes e foreiros d'esses logares, e, segundo o costume, legisla sobre portagens, coutadas, maninhos, montados, gados, escravos, pannos, metaes, couros, fructas, direitos, tributos e penas a que estavam sujeitos os seus habitantes, os que por alli passavam, e os que com elles estabeleciam relações industriaes ou mercantis.

Entre as penalidades consignadas no foral ha uma que não podemos eximir-nos a transcrever, pelo seu caracter e especial curiosidade. É a que se encontra a fl. xbj (16) verso, sob a designação: *Da pena darma.*

«Da pena darma se levarã cento & oytêta rrs segũdo se sempre leuou & mais as armas, cõ decraração q as ditas pñas se nã levarã quãdo «apunharê espada, ou qual qr outra arma sem atirar. Nem os q sem preposito em reixa noua tomarem paao ou pedra posto q faça mal. E «posto q depreposito as tomare se nõ fizerê mal cõ ellas nã pagarã. Nê a pagará moço de quinze años pera baixo, nê molher de qual qr hydade que seia nê os q castigãdo sua mulher & filhos & escravos, tirarê sangue, nê os q sem, arma tirarê sangue, cõ bofetada ou punhada, nê quê «em defendimento de seo corpo ou ápartar & estremar outros em arroydo, tirare armas, posto q com ellas tirê sangue, nê escrauo de qual qr «hydade q sem ferro tirar sangue.»

Que differença de leis e de costumes os de então e os de hoje!

O manuscripto, não obstante a sua importancia, o seu valor intrinseco e a belleza de calligraphia e adornos que ostentava, parece que desde a época em que foi lavrado e entregue ao respectivo municipio, até muito tarde, esteve sempre votado ao mais completo desprezo ou abandono.

É o que se deprehende do escripto no final da fl. xxb (25) verso, na qual o corregedor Almeida lançou a seguinte nota e mandado:

«V' em correição, os officiaes da camara em termo de quinze dias «mandê encadernar o seo foral & o tenhão daqui em diante mais bem «gardado».

S. Martinho de Salrreu fevereiro 13 de 1675».

Almeida.

O foral de Bemposta apresenta-nos mais a curiosidade de conter a fl. xxb (25) verso, entre as diversas notas de correição que soffreu em differentes épocas, — *o visto correicional*, em 22 de setembro de 1677, com lettra e assignatura do celébre genealogista e insigne jurisconsulto Chris-

tovão Alão de Moraes, doutor em direito civil e canonico, juiz de fóra de Torres Vedras, ouvidor e provedor de Mira, juiz dos orphãos do Porto, corregedor de Pinhel, Riba-Côa e Coimbra, corregedor do civel e desembargador da Relação do Porto, do qual se fez menção n'estes Annaes e que, tendo nascido em S. João da Madeira em 13 de maio de 1632, falleceu no Porto, na sua casa do Becco dos Redemoinhos, em 19 de maio de 1693 (1).

A freguezia do Pinheiro da Bemposta teve sempre por priores pessoas qualificadas, tanto pelo seu saber como por sua nobre ascendencia; era um dos melhores beneficios do reino, pois rendia, no tempo dos dizimos, 970$000 réis, quantia fabulosa, n'aquelle tempo.

A igreja d'esta freguezia era do padroado real e os seus parochos sempre foram de apresentação dos reis; a actual igreja tem ainda na fachada principal e na tribuna do altar-mór as armas reaes.

Pelos meados do seculo XVIII, esta igreja, que então, como agora, tinha por orago S. Paio, foi dada para dote do seminario patriarchal, erigido em Lisboa pela bulla *Divini Preceptores*, de Benedicto XIV, datada de 21 de julho de 1741, conjuncta-

(1) Este notavel linhagista, auctor da célebre «Sedatura lusitana», em 6 grossos volumes manuscriptos, existentes na Bibliotheca Publica do Porto, era filho do capitão de mar e guerra Balthazar Alão de Moraes e marido de D. Joanna Thereza de Carvalho, filha de Antonio de Carvalho, secretario particular da rainha D. Luiza de Gusmão, e ama de leite dos reis D. Affonso VI e D. Pedro II.

Christovão Alão e a esposa jazem sepultados na Sé do Porto, na capella dos Alões, que um seu antepassado construira, em 29 de outubro de 1381.

mente com as de Santa Maria de S. Bade, do arcebispado de Braga, e S. Miguel de Rebordosa e S. Pedro de Abragão, do bispado do Porto [1].

Os parochos conhecidos, por sua ordem chronologica, foram os seguintes:

Em 1508 era prior d'esta freguezia Diogo Lopes Moniz. Dom abbade do mosteiro benedictino de Pedrozo, que emprazou a quinta dos Covaes, de que era directo senhorio, á igreja d'esta freguezia, que pertenceu depois ao visconde de Valdemouro, e que actualmente pertence ao dr. João Evangelista de Quadros Sá Pereira de Mello.

Em 1550 era prior Diogo Moniz, que a servia pelo cura João Ferreira.

Em 1588 era prior D. Alvaro da Costa e Silva.

Em 1610—D. Antonio Barbosa Bacellar.

Em 1641—Manoel Leitão Coelho.

Em 1660—D. Antonio de Tavora Noronha.

Em 1675—Francisco Barbosa do Prado.

Em 1683—Garcia de Souza e Menezes.

Em 1702—Antonio Gomes da Costa.

Em 1707—Pedro Rodrigues de Arêde.

Em 1748—D. Domingos Leite de Athaide (da casa dos condes de Pavolide e da dos condes d'Athouguia de Baleia).

Em 1800—Manoel José Pacheco Soares.

Em 1801—Domingos Pacheco Soares.

Em 1819—Manoel Francisco Pereira de Sá Queirol.

Em 1844—João Pereira Pinto.

Em 1895—José Nunes Antão, actual prior d'esta freguezia.

[1] José Silvestre Ribeiro—«Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal, nos successivos reinados da monarchia». Lisboa, 1871, tomo I, pag. 481.

Não ha documento d'onde conste a data da fundação da igreja; mas dizem ser muito antiga. O primitivo templo foi no sitio onde está agora a capella da Ermida, ou de Nossa Senhora da Ribeira, assim chamada por estar n'um ermo junto a uma ribeira, onde só ha uma casa de quinta de habitação. Era situada junto da antiga estrada romana. Comprehendia esta freguezia uma área, que hoje fórma sete freguezias.

O segundo templo foi no local onde hoje está o cemiterio, sendo arrancada a pedra dos seus alicerces para a construcção dos muros do cemiterio.

Em alguns documentos antigos era denominado este templo «Igreja de S. Paio de Figueiredo», pelo que se presume que o logar de Figueiredo é mais antigo que o do Pinheiro.

O terceiro templo é o actual, um templo magestoso muito regular e bem proporcionado, construido em 1701.

No largo do Cruzeiro do Pinheiro existe um cruzeiro, coberto por cupula em fórma de pyramide sobre quatro columnas, que é da categoria dos cruzeiros notaveis e cuja construcção data de 1604.

Ha quatro capellas publicas pertencentes á junta da parochia, que são: a de S. Sebastião, na Bemposta; a de S. Silvestre, no Curval; a de S. Luiz, em Figueiredo de Baixo, e a de Nossa Senhora da Ribeira. De todas se ignora a data da fundação, á

excepção da ultima; emquanto a esta, está no sitio onde foi a primitiva igreja da freguezia. Da tradicção respeitante a este templo occupamo-nos ao fallarmos do bispo de Cabo Verde, D. Sebastião da Ascenção.

O cemiterio d'esta freguezia está situado a pequena distancia da igreja, para o lado do norte, e é ligado ao adro da igreja por uma rua em linha recta, tendo sido lançada a primeira pedra para a sua construcção em 12 de junho de 1867. O adro da igreja é muito espaçoso e regular, sendo todo rodeado por muros.

Esta freguezia tem sido berço de pessoas notaveis. Entre os varões mais illustres d'esta freguezia, contam-se os seguintes:

D. Simão de Sá Pereira, bispo de Lamego e depois do Porto.

Ruy de Sá Pereira, da Quinta do Curval e pai do anterior.

Manoel d'Araujo d'Albuquerque, da Bemposta, cavalleiro da Ordem de Christo.

Pedro de Araujo Aranha, da Bemposta, bacharel em direito e em theologia, conego chantre de S. Pedro.

Francisco Pereira da Cunha, de Fonte Chã, conselheiro de Estado, cavalleiro da Ordem de Christo, commendador da de S. Thiago e secretario do Tribunal de Guerra, instituido por D. João IV.

Antonio Cardoso da Cunha, de Fonte Chã, bacharel em direito, presidente do Santo Officio da Inquisição de Coimbra.

José Cardoso da Cunha, de Fonte Chã, bacharel em

direito, distincto advogado e familiar do Santo Officio de Coimbra.

Caetano José Tavares Quadros Côrte-Real, de Fonte Chã, bacharel em direito com varios *accessits,* fidalgo cavalleiro da Casa Real.

Fernão Tavares da Fonseca, da casa do Barral, o qual serviu a el-rei em Africa, onde foi armado cavalleiro e teve fôro de fidalgo, como consta do seu alvará passado em 1570.

D. Frei Sebastião da Ascenção, natural da Senhora da Ribeira, frade da Ordem de S. Domingos e bispo de Cabo Verde.

Dr. P.e João Baptista Alvares de Araujo, natural do Calvario, provisor do bispado de Aveiro.

Manoel Henriques, do Curval, director da Companhia das Indias.

Dr. José Maria da Silva Pinto, nascido na Bemposta, a 22 de abril de 1783. Foi juiz de direito.

Frei Joaquim de Santo Antonio, nascido na Bemposta, a 15 de outubro de 1776. Foi bacharel formado em theologia e mathematica, professor de philosophia e procurador geral da Ordem de S. Bento.

Dr. João Evangelista Alves de Araujo, nascido no Calvario, a 17 de julho de 1788. Foi capitão-mór e serviu os cargos de administrador, presidente da camara e juiz ordinario do concelho e julgado da Bemposta.

Manoel da Silva Ribeiro, nascido no Pinheiro, a 27 de abril de 1794, foi juiz ordinario do julgado da Bemposta, e serviu por muitos annos o cargo de administrador do concelho, sendo condecorado com o habito de Christo, em 1847. Foi homem notavel pela sua vasta intelligencia, rara energia de acção e extraordinaria actividade, prestando grandes serviços n'essa terra. Tendo nascido em modesta posição social, chegou a adquirir uma excepcional influencia, dando grande brilho e importancia á sua terra natal.

Sua esposa, D. Anna Joaquina de S. José, foi, além de

esposa e mãe extremosissima, senhora virtuosissima, adorada por todos em sua vida, pela sua grande caridade. O povo d'esta freguezia conserva d'ella e das suas virtudes taes recordações que a sua memoria adquiriu verdadeiros fóros de santidade, e, segundo o exemplo dado depois da sua morte pelo parocho d'então P.e João Pereira Pinto, vê-se ainda hoje frequentemente junto da sua sepultura, no adro da igreja, piedosos devotos, resando com fervor a implorar a sua protecção, ou agradecendo beneficios que lhe attribuem, tal é a devoção e fé que téem pela sua memoria. De noite, quem passar pelo adro da igreja quasi sempre vê junto da sua sepultura uma luz, que diversas pessoas alli vão collocar, em cumprimento de promessas, tal é a sua fama de santidade.

Dr. João Evangelista de Araujo e Mello, da casa do Calvario, nascido em 4 de agosto de 1816, bacharel formado em direito. Foi um dos mais distinctos advogados do seu tempo. Foi juiz ordinario do julgado da Bemposta e depois vereador da camara de Oliveira de Azemeis e procurador á Junta Geral do Districto.

Dr. Daniel da Silva Ribeiro, nascido no Pinheiro, a 13 de dezembro de 1829. Foi bacharel formado em direito e successivamente chanceller de Portugal em Pernambuco e no Rio de Janeiro, consul na Bahia e consul geral de Portugal no Brazil. Foi condecorado em Portugal com a commenda de Christo e com a carta de conselho, e no Brazil com a commenda da Ordem da Rosa, pelos relevantissimos serviços que prestou no Rio de Janeiro, durante uma grande invasão de febre amarella. Era homem de vasta illustração, finissimas maneiras adquiridas pelo estudo, convivencia e viagens, e que no Rio de Janeiro, onde terminou a sua carreira consular, gozou das maiores sympathias entre a colonia portugueza e grande influencia perante o governo brazileiro, tendo sido amigo particular do imperador D. Pedro II.

Francisco da Silva Ribeiro, nascido no Pinheiro, a 9 de setembro de 1838. É engenheiro civil, com graduação militar, tendo sido director das obras publicas dos districtos da Guarda, Aveiro e Beja, e director dos serviços do Tejo e porto de Lisboa; actualmente, é inspector geral e vogal do conselho superior de Obras Publicas e Minas. É um dos engenheiros mais notaveis de Portugal, não só pelo seu saber como pelos seus inventos e descobertas de engenharia em instrumentos e processos novos para differentes trabalhos mathematicos, alguns dos quaes são já conhecidos no estrangeiro. É homem d'uma austeridade de principios e d'uma rectidão a toda a prova e sobretudo d'uma honestidade inexcedivel e nunca desmentida. É condecorado com a commenda de Nossa Senhora da Conceição.

Dr. Abel da Silva Ribeiro, nascido no Pinheiro a 3 de julho de 1836. Formado em medicina pela Escola do Porto, foi medico do partido municipal em Macieira de Cambra, em Odemira, e por ultimo no Pinheiro da Bemposta. Foi homem de talento e vasto saber, tendo escripto muito sobre varios assumptos e principalmente a respeito de piscicultura, fazendo muitas experiencias e muitas despezas para implantar e dar incremento á piscicultura em Portugal. Infelizmente, os governos, a que por vezes se dirigiu pedindo auxilio para a sua iniciativa, como não se tratava de politica, nunca quizeram aproveitar o seu saber e experiencia, com o que elle teve grandes desgostos, abandonando, desanimado, os seus valiosos trabalhos e escriptos sobre o assumpto. Era tambem muito dado ao estudo da archeologia, devendo-se-lhe bastantes descobertas e escriptos de valor, a tal respeito. Era moço fidalgo da Casa Real, condecorado com as commendas de Christo e de Nossa Senhora da Conceição. A sua morte foi muito sentida por todos quantos o conheciam; o povo do Pinheiro perdeu com a sua morte, além d'um medico distincto, um desvelado protector; era de coração tão bondoso, tão caritativo que,

nunca acceitando remuneração pelas vistas aos doentes pobres, deixava-lhes quasi sempre avultadas esmolas para se tratarem e para os medicamentos. Por isso, no dia do seu funeral, um dos maiores de que ha memoria por estes sitios, era o feretro seguido por grande numero de pobres d'esta freguezia e das mais proximas, que correram expontaneamente para o vêr pela ultima vez, pranteando-o sentidamente, como se n'elle perdessem um pai extremoso.

Na «Chorographia Portugueza», do padre Antonio Carvalho da Costa, impressa em 1703, lê-se o seguinte sobre a villa da Bemposta [1]:

«Sete legoas da Cidade do Porto, na estrada que vem para Coimbra, tem seu assento esta villa, de que é senhor o Conde de Villaverde; tem quatro centos visinhos, com sua Igreja Paroquial da invocação de São Payo, Priorado do Padroado Real, e tres Ermidas. Hé abundante de todos os frutos, e bem provida de peyxe e marisco. Tem um Ouvidor posto pelo dito Conde, dous Juizes ordinarios, tres Vereadores, hum Procurador do Conselho, Escrivão da Camara, Juiz dos Orfãos com seu Escrivão, dous Tabeliaens do Judicial e notas, hum Alcayde e hum Capitão-mór com dez Companhias da Ordenança. O seu Termo tem estas Freguezias, São Martinho de Salreu, Priorado que apresenta a Abbadeça do Mosteyro de Lorvão, o qual rende quatro mil e quinhentos cruzados, tem setecentos visinhos com muita nobreza. São Vicente da Branca, Priorado do Padroado Real, tem trezentos e cincoenta visinhos. Santa Marinha de Palmaz, Priorado do Bispo de Coimbra, que rende setecentos mil reis, tem quinhentos visinhos. Santo André de Macinhata de Ceyça, Priorado, tem duzen-

(1) Padre Carvalho—«Chorographia Portugueza», vol. II, pag. 149.

tos visinhos. São João de Cepellos, Priorado dos Condes da Feyra, que rende seiscentos mil reis, tem trezentos e cincoenta visinhos. São Salvador da Carregosa. Priorado dos mesmos Condes, que rende mil crusados, tem trezentos visinhos. São João de Villacova do Porrinho. Curado annexo á Igreja de N. Senhora de Macieyra de Cambra, tem dizentos visinhos. N. Senhora de Villa Chaã. Curado que apresenta a Abbadeça do Mosteyro de São Bento do Porto, tem cento e cincoenta visinhos. São Pedro de Ossela. Vigayraria, que apresenta o Abbade do Convento de São Martinho de Cucujaens, de Religiosos São Bento, tem cento e sessenta visinhos.»

D. Simão de Sá Pereira, de que por vezes se tem fallado no decurso d'estes «Annaes», filho de Ruy de Sá Pereira e neto de João de Sá e da 2.ª mulher d'este Filippa Pereira, pessoas da principal nobreza de Coimbra, foi bispo de Lamego e do Porto, sendo n'esta ultima diocese apresentado pelo cardeal-rei D. Henrique, em successão do bispo D. Ayres da Silva, que havia morrido ao lado do rei D. Sebastião, na batalha de Alcacer-Kibir.

D. Simão de Sá Pereira foi o 53.º bispo do Porto, diocese que governou desde 12 de maio de 1580, até março de 1581, pontificado do Papa Gregorio XIII.

Era essa a época em que D. Antonio, prior do Crato, erguia as suas pretensões ao throno de Portugal, como neto do rei D. Manoel I, e contra as ambições e machinações de Castella.

Os Sás de Coimbra, parentes do bispo D. Si-

mão, eram partidarios de D. Antonio, e como tal era de crêr que influenciassem junto do bispo, no sentido de collocar a corôa portugueza sobre a cabeça do célebre prior hospitalario.

Os habitantes do Porto é que não seguiram esse partido e antes, por influencias de Pantaleão de Sá, alcaide-mór da cidade, apoiavam as pretensões de Filippe II de Castella, como filho que este era da imperatriz D. Isabel, esposa de Carlos V e filha do rei D. Manoel I de Portugal.

O bispo D. Simão, que até ahi se mostrára neutral, é que parece não seguiu essas pisadas e antes, talvez por influencia dos seus parentes, principiou a pronunciar-se um tanto em favor de D. Antonio, que a esse tempo caminhava sobre o Porto.

Esta é a opinião de D. Rodrigo da Cunha, «Catalogo dos Bispos do Porto». Camillo Castello Branco, «Historia e Sentimentalismo», referindo-se ás sympathias que o prior do Crato, ao principio, lográra alcançar em Coimbra, e que depois perdera por influencia de um conego prebendado, fidalgo da casa de el-rei, Ambrosio de Sá, escreve:

«Este conego, que primeiramente havia sido acerrimo antonista, sob a influencia do seu parente Simão de Sá, bispo portuense, mudou de envez, quando o mesmo bispo se deixou converter por seu primo Pantaleão de Sá, alcaide-mór do Porto. Ambrosio recebeu cédula de Christovão de Moura, e como tal se acha alistado no rol publicado por Faria e Souza, «Europeia Portugueza», tomo III, pag. 120,

com o n.º 34, e estendeu a sua influencia á parentella dos Sás, que era importantissima.»

Não foi o bispo D. Simão que fez mudar de opinião o conego Ambrosio de Sá, se este algum dia foi antonista. O facto vem sufficientemente explicado e documentado em Rebello da Silva, «Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII», tomo II.

Quem chamou a partido de Castella Ambrosio de Sá foram D. Christovão de Moura, o hespanhol Guardiola, seu agente diplomatico, o proprio duque de Ossuna, com quem aquelle se avistou em Almeirim. E tudo isto muito antes do bispo D. Simão ir tomar conta da mitra portuense, d'onde se póde concluir que quem voltou o prelado não foi o alcaide-mór D. Pantaleão de Sá, mas sim o conego, e que este não esteve á espera de ser bispo para se declarar por D. Filippe II, como pretende Camillo.

A entrevista de Ambrosio de Sá com o duque de Ossuna e que foi o coroamento dos trabalhos dos amigos de Filippe II para attrahirem o conego ao seu partido, realisou-se antes de 5 de março de 1580. No começo do mez seguinte, já Ambrosio de Sá escrevia de Coimbra a Christovão de Moura, communicando-lhe: «que não só attrahira ás fileiras de ambos muitos partidarios, que só valiam pelo numero, como soubera, a pouco e pouco, transformar em affeição á causa de Filippe II a declarada e antiga hostilidade de alguns vereadores da

camara, por meio dos quaes julgava menos arriscado proseguir no intento».

D. Simão de Sá e o alcaide-mór Pantaleão de Sá abandonaram então a cidade, deixando, porém, ordem expressa de a não entregarem ao prior maltez.

D. Antonio, em presença da resposta do Porto, decidiu tomal-o, o que, com effeito, conseguiu facilmente, pela fraca defeza e resistencia que os habitantes lhe oppozeram ([1]).

D. Simão e o capitão-mór Pantaleão, após o abandono do Porto, haviam-se dirigido a Braga, onde conferenciaram com o arcebispo D. Frei Bartholomeu dos Martyres, que lhes approvou o procedimento, e, em seguida, acompanhados do arcebispo, passaram a Tuy, onde parece que Pantaleão de Sá e os do governo do Porto foram hospedes do conde de Lemos, ferrenho partidario do rei D. Filippe II de Castella, e ao tempo em que governava a diocese de Tuy o fanatico e célebre inquisidor D. Diogo de Torquemada, de quem D. Simão de Sá Pereira e D. Frei Bartholomeu dos Martyres foram amigos e hospedes ([2]), até que D. San-

([1]) Para a historia d'esta curta, mas patriotica campanha, são subsidio valioso, além de outras, estas duas publicações: Marques Gomes, «O Prior do Crato em Aveiro, 1580»—Aveiro, 1894, 8.º de 193 pag.; Souza Viterbo, «O Prior do Crato e a Invasão Hespanhola de 1580»—Lisboa, 1897, 8.º de 77 pag.

([2]) Frei Luiz de Souza — «Vida de D. Bartholomeu dos Martyres», liv. IV, cap. XIV.

Rodrigo da Cunha — Catalogo dos Bispos do Porto», 2.ª parte, cap. XXXVIII, pag. 209, col. 2.ª.

cho de Avila, general castelhano, que operava ás ordens do duque de Alva, tomou o Porto.

D. Simão de Sá regressou então á sua diocese, d'onde estivera ausente pouco mais de um mez, aposentando-se no Porto, nas casas da Misericordia, visto D. Sancho de Avila estar alojado no Paço Episcopal e n'esta cidade se conservou até que o rei D. Filippe II, decidindo, após a pacificação do reino, reunir côrtes em Thomar, escreveu aos bispos do reino, e entre elles a D. Simão de Sá, para que não faltassem áquella reunião dos tres Estados de Portugal.

D. Simão partiu para alli; mas, ao chegar a Thomar, foi acommettido de doença grave e repentina, e ahi falleceu, sem ter tomado parte nas referidas côrtes, sendo o seu enterramento effectuado com a maxima solemnidade e com a assistencia de todos os prelados, senhores e mais pessoas de representação, que se achavam então em Thomar.

S. THIAGO DE RIBA D'UL

Orago, S. Thiago. — Comprehende os logares de *Riba d'Ul, Outeiro, Casal, Cortinhas, Cascarrea, Mangas, Costa, Carcavellos, Fabrica, Pereira, Aguincheira, Salgueiro, Crasto, Villa Cova, Passos, Figueiredo, San Thiago.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1706	180	258
» de 1878	300	1:339
» de 1890	132	1:447

Segundo nos refere o dedicado ribadulense Camillo Pacheco da Costa Ferreira, ao regularisar-se o terreno para a edificação da nova capella do Senhor da Campa, appareceu nas escavações uma mó de baixo, com 40 centimetros de diametro, e numerosos pedaços de telha e tijolo.

Diz-se ter havido um convento em Villa Cova.

Será o mosteiro de Santa Marinha, na margem do Antuã, a que se referem documentos antigos?

Pinho Leal diz o seguinte:

«É parochia muito antiga, e, segundo a tradição, houve aqui um mosteiro de freiras bentas, que foi destruido pelos mouros, em 718. Não ha vestigios d'elle. Diz-se que era na margem direita do rio Ul, que atravessa esta freguezia e lhe dá o nome.

As rendas d'este mosteiro passaram depois para o mosteiro da mesma Ordem, na freguezia de Cocujães, immediata a esta.»

O mesmo auctor refere ainda o seguinte, em que ha, sem duvida, uma phantasia:

«No logar de Villa Cova, d'esta freguezia, ha vestigios de uma antiquissima torre, no sitio chamado ainda, por isso, a *Torre*. Esta torre fica a oéste, e a um kilometro de distancia do *Castro Troncal*, na freguezia de S. Martinho da Gandara.

Consta que a tal aldeia de Villa Cova teve fôro de villa, o que não é muito provavel.

Segundo a tradição, esta freguezia principiou a sua povoação por uma casa (que ainda existe) na aldeia do *Aido de Cima*, e a qual casa foi construida por um individuo que para aqui veio degredado.»

A igreja actual data de 1712 e o cruzeiro de 1713. Deve notar-se que n'um diploma do seculo x, já citado em outro logar (pag. 28), extractado dos «Portugaliæ Monumenta Historica» já se mencio-

na «a igreja de S. Thiago, com todos os seus passaes».

Segundo documentos existentes na secretaria do bispado do Porto, os habitantes da freguezia solicitaram, depois dos meados do seculo XVII, para ter ahi o Sacramento. Até 1834, pelo menos, o cura (era este o titulo que tinha o parocho), foi apresentado pelo de Oliveira de Azemeis. Parece que o primeiro reitor collado foi João Pereira Gomes Magalhães, em 1862.

A igreja possue uma bella custodia de prata dourada, estylo Renascença.

Pinho Leal conta o seguinte acontecimento:

«Tambem passa n'esta freguezia, e aqui se junta ao Ul, o ribeiro de Cavalleiros, sobre o qual ha uma boa ponte, de cantaria, construida ha poucos annos, em substituição da antiga. Foi junto a esta ponte (á primeira) que alguns individuos da Arrifana mataram dois officiaes francezes, em 1809, cujo assassinato deu pretexto ao horroroso morticinio que os jacobinos fizeram na Arrifana. Ainda em 1870 appareceram n'este sitio (do ribeiro de Cavalleiros) alguns ossos, que se suppõe serem dos taes officiaes.»

Este acontecimento é assim relatado por o mesmo Pinho Leal:

«Em 1809, foi esta freguezia theatro de um drama horroroso e da mais atroz barbaridade. Tendo algumas guerrilhas portuguezas matado, proximo a Arrifana, dois officiaes francezes desgarrados (estes officiaes francezes foram mortos na freguezia de Riba d'Ul, mas por gente da Arrifa-

na) (1), os francezes souberam isto e pagaram os justos da Arrifana) pelos peccadores. Estes todos escaparam. Soult, em desforra, mandou aqui uma brigada saquear e incendiar a povoação e assassinar o povo. Este, na sua afflicção, fugiu para a igreja; mas nem assim escapou á sanha diabolica d'estes malvados, que d'alli os tiraram e *quintaram*, indo-os fuzilar a um campo, chamado hoje (e já então) Campo da *Bussiqueira*, proximo e ao sul d'esta freguezia, mas já nos limites da de S. João da Madeira. Faziam-os sahir da igreja, contando 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º eram agarrados para ser fuzilados! Morreram (entre homens, mulheres e creanças) perto de 300 pessoas, pois apenas escaparam algumas por baixo dos mortos!»

A proposito d'este mesmo facto lê-se, n'uma publicação recente:

«Aveiro não presenceou, felizmente, as scenas de sangue e pilhagem com que os soldados de Soult, bem contra os desejos d'este, mancharam o sólo da nossa patria e de que foram testemunhas não poucas povoações do norte do districto, e de que os povos se desforravam, com a mais feroz e implacavel guerra, em guerrilhas, assassinando nas encrusilhadas, a cada passo, soldados e officiaes francezes. Haja vista o que succedeu, bem perto d'aqui, na Arrifana, concelho da Feira. Como alli passassem de contínuo tropas e officiaes francezes, n'uma madrugada, alguns mancebos desfecharam, atravez d'um comoro de loureiros, sobre

(1) Eram, com effeito, de Arrifana as guerrilhas. Commandava-as José Soares Barbosa da Cunha, sobrinho d'um desembargador da Relação do Porto, cobardemente assassinado nas ruas da mesma cidade pelos soldados de Soult. Esse José Barbosa foi depois tenente-coronel de milicias da Feira, governador militar de Aveiro, logo após o triumpho da causa constitucional em 1834, deputado, e que assim procurou vingar a morte do seu parente.

o tenente-coronel Lameth, ajudante de campo e sobrinho de Soult, portador de despachos d'este para o general Franceschi, que estava em Oliveira de Azemeis, e que cahiu do cavallo que montava, redondamente morto.

Não fez esperar a vindicta. Ao alvorecer d'um dos dias seguintes, Arrifana apparece cercada por grande força de tropas francezas, commandadas pelos coroneis Zamiers e Olivete. Todos os individuos do sexo masculino são manietados e conduzidos á igreja matriz, arvorada por aquelles em prisão. Acto seguido, são arrancados d'alli e depois de os *quintarem*, os arrastam para o campo da Bocigueira, já freguezia de S. João da Madeira, onde são espingardeados, escapando um só, que ficára cahido por entre o fumo e os mortos, e que, aproveitando-se das trevas da noite, pôde fugir. Foram cento e tantas as victimas, e oitenta e quatro as viuvas que deixaram. Muitos dos mortos foram esquartejados e os seus membros suspensos nas arvores. Como epilogo de tamanha selvageria, foi lançado o fogo á povoação.»—Marques Gomes: «Centenario da guerra peninsular. Contribuição da camara municipal de Aveiro para a sua historia—Notas e documentos».—Aveiro, 1809, pag. 26 e 27.

A primitiva capella do Senhor da Campa tinha a data de 1745 e parece ter sido mandada edificar pela familia Pinho e Souza. A actual foi edificada em 1903, um pouco distante da antiga, e foi feita em condições de servir um dia para capella-mór d'uma nova igreja matriz. Os recursos para esse templo foram angariados por subscripção na freguezia, prestação de trabalho e 50$000 réis de um legado, partindo da junta de parochia a iniciativa.

A capella da casa do Outeiro foi mandada edi-

ficar por Pedro Maria da Fonseca, homem illustrado e de grande caracter, que no Porto occupou posição distincta, como um dos socios da importante casa Fonseca & Araujo e como vereador da camara d'aquella cidade.

A capella da casa das Garreiras é bastante antiga. Pertence a uma sobrinha dos condes da Penha Longa, D. Isabel Pinto Leite, casada com João de Moura Carneiro Pinto de Azevedo Taveira.

O edificio para a escola do sexo masculino, com capacidade para 100 alumnos, foi mandado construir pela junta de parochia, de que faziam parte Camillo Pacheco de Castro Ferreira e Manoel José Pinto de Azevedo, com o producto de uma subscripção aberta na freguezia e 200$000 réis, e parte de um legado, sendo o projecto elaborado pelo nosso conterraneo conselheiro Araujo e Silva. Inaugurou-se em 1 de dezembro de 1873. Os iniciadores d'este melhoramento foram mandados louvar, por portaria de 10 de dezembro de 1873, assignada pelo ministro do reino, Antonio Rodrigues Sampaio [1].

O edificio para a escola do sexo feminino deve-se á iniciativa do dr. João Nepomuceno Rebello Valente, que para este melhoramento obteve os

[1] Marques Gomes—«O districto de Aveiro, noticia geographica, estatistica, chorographica, heraldica, archeologica e biographica da cidade de Aveiro e de todas as villas e freguezias do seu districto»—Coimbra, 1877, pag. 277.

necessarios recursos, aqui e no Brazil. O projecto foi tambem do conselheiro Araujo e Silva. Inaugurou-se em 1877.

Existe n'esta freguezia uma antiga phylarmonica e orchestra, muito conhecida n'esta região e até em pontos distantes d'ella. Consta que já existia no seculo XVIII. O distincto compositor portuense Francisco Eduardo, que por vezes aqui veio, acompanhado de Manoel de Souza Carqueja, seu dedicado amigo, deixou-lhe algumas composições originaes.

Tambem aqui existe a Associação Protectora de Soccorros Mutuos de S. Thiago de Riba d'Ul, inaugurada em 8 de junho de 1884, cuja fundação se deve a Camillo Pacheco da Costa Ferreira.

É natural d'esta freguezia o distincto esculptor Thomaz Costa.

Thomaz de Figueiredo de Araujo Costa, tal é o seu nome completo, nasceu no logar da Igreja, em 1861. Foi alumno da Academia Portuense de Bellas Artes, cujo curso seguiu até 1855. Em seguida, foi para Pariz, como pensionista, completando a sua educação artistica, com Falguière. A sua notoriedade como esculptor começou com o Tamborileiro *(Danseur au tamborin)* que esteve exposto no *Salon* de Pariz, em 1887, e mais tarde obteve uma 3.ª medalha, na exposição de Pariz de 1889. Esta estatua foi adquirida pelo governo portuguez e faz parte do Museu de Bellas Artes de Lisboa.

São igualmente obra sua as estatuas bem como todo o monumento do infante D. Henrique [1], no Porto, inaugurada a 19 de outubro de 1900, e a do marechal duque de Saldanha, em Lisboa, inaugurada em fevereiro d'este anno (1909). El-rei D. Carlos agraciou-o, por occasião da inauguração da estatua do infante D. Henrique, com a commenda da Ordem de S. Thiago.

Tambem aqui nasceu, em 12 de dezembro de 1836, o visconde de S. Thiago de Riba d'Ul, José Joaquim Godinho, filho de lavradores pobres, Joaquim José Godinho e Anna Maria de Jesus. Viveu na sua aldeia até aos 11 annos, idade em que foi mandado para o Brazil por seu tio Joaquim Antonio Ferreira da Silva, capitalista e antigo commerciante no Rio de Janeiro.

Com tal actividade e tino trabalhou que, passados annos, fundava uma importante casa de modas.

Foi sempre um homem prestante e generoso. Em 1855, procurou afincadamente colher donativos para as victimas da sêcca de Cabo Verde; em 1871, dedicou-se á Sociedade de Beneficencia do Rio de Janeiro, como mordomo do hospital, offertando-

(1) As obras do monumento foram dirigidas pelo conselheiro Araujo e Silva, e com tal proficiencia e dedicação que o governo o agraciou com a commenda da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, por decreto de 25 de outubro de 1900.—Marques Gomes, — «O conselheiro Antonio Ferreira de Araujo e Silva, esboço biographico» — Porto, 1906, pag. 144-145.

lhe 3:600$000 réis para o custeio das despezas; em 1875, promoveu entre os seus amigos uma subscripção para a construcção da casa da escola do sexo feminino d'esta freguezia; em 1877, tomou parte activa nos trabalhos da commissão organisada no Rio de Janeiro para valer ás victimas das inundações em Portugal: em 1878-1879, foi presidente do Lyceu Litterario Portuguez do Rio, prestando tantos serviços, que lhe foi conferido o diploma de socio benemerito; e da Sociedade Propagadora de Bellas-Artes, da qual foi um dos membros mais distinctos. Foi tambem director do Banco Rural e Hypothecario, vice-presidente do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro, prestando n'esta qualidade valioso concurso para a celebração do centenario de Camões, no Rio, em 1880. El-rei D. Luiz escolheu-o para membro da commissão que no Rio de Janeiro tratou de obter donativos para a fundação dos Albergues Nocturnos, de Lisboa.

Como demonstração de aprêço a tantos serviços, foi agraciado com o titulo de visconde, por decreto de 3 de fevereiro de 1882, tendo-o já sido antes com a commenda da Conceição. Possuia mais a medalha de oiro da Caixa de Soccorros de D. Pedro v, da qual foi socio benemerito, e a Cruz Humanitaria da Sociedade Portugueza de Beneficencia do Rio de Janeiro, da qual foi presidente e socio benemerito.

Um dos traços mais sympathicos da vida do

visconde de S. Thiago de Riba d'Ul foi a protecção paternal que dispensou ao illustre lente da Academia Polytechnica do Porto, conselheiro Ferreira da Silva, mais tarde seu genro, para que podésse proseguir nos seus estudos, preparando-o assim para occupar um logar proeminente na sciencia portugueza, como hoje, realmente, occupa.

Falleceu no Rio de Janeiro, a 12 de junho de 1885, sendo a sua morte noticiada pela imprensa brazileira e portugueza, com grandes demonstrações de sentimento.

O pai do 1.º visconde da Gandarinha e 1.º conde da Penha Longa era Antonio Pinto Leite, do logar da Costa, d'esta freguezia, casado com Thereza Angelica Bernardina d'Assumpção Correia, do logar da Gandarinha, da de Cocujães. Todos os filhos varões d'este casal foram para o Brazil, onde fizeram fortuna.

De S. Thiago de Riba d'Ul era tambem a mãe do visconde de Santa Maria d'Arrifana, José Antonio Gomes Leite Rebello, D. Maria Albina Candida de Menezes, da *Casa dos Rebellos*, filha de Manoel Alvares da Silva Menezes, tenente do regimento de milicias d'alli e da mulher d'este D. Thereza Clara Felicia de S. Thiago.

Tambem d'aqui eram naturaes José Maria da Fonseca e esposa, que estiveram na Bahia, paes do importante commerciante da praça do Porto, Pedro Maria da Fonseca, a que já alludimos acima,

um dos fundadores da importante casa commercial do Porto, Fonseca & Araujo, e avós do actual proprietario da casa do Outeiro, Pedro Maria da Fonseca.

As casas mais antigas d'esta freguezia são as dos Pinhos e Souzas, Rebellos e Giesteira, ás quaes já nos referimos em outro logar.

No logar da Conceição, d'esta freguezia, existe uma fabrica de cortumes, de que foi fundador Manoel da Costa Correia Junior. O «Inquerito Industrial», de 1881, a pag. 273, dá d'ella a seguinte informação:

«Acha-se esta fabrica no logar da Conceição, freguezia de S. Thiago de Riba d'Ul, concelho de Oliveira de Azemeis. Data de 1845; pertence a Guilherme Pereira da Costa Fernandes.

Emprega 23 tanques: usa casca, cal e lixo de pombos, sumagre e pedra hume. Occupa oito operarios, ganhando de 240 a 400 réis diarios, pelo trabalho de 12 horas. Prepara, termo médio, 1:000 couros grandes, por anno: uns são nacionaes comprados no concelho, outros brazileiros véem-lhe do Porto».

No logar de Pereira existiu tambem uma outra fabrica de cortumes, fundada em 1858, por Joaquim José da Silva Teixeira.

TRAVANCA

Orago, S. Martinho de Tours.—Comprehende os logares de *Arrôtas, Bemposta, Besteiros, Calle, Casal, Cravel, Damonde de Baixo, Damonde de Cima, Igreja, Gatiande, Monte de Além, Outeiro, Pégo, Poroa, Relva, Quintã, Sanfins, Suzana, Vessada.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1527	—	42
» de 1706	165	—
» de 1878	151	635
» de 1900	—	732
» de 1908	188	740

Outr'ora, os rios e ribeiros d'esta freguezia eram coutadas dos condes da Feira, dos quaes era a mesma freguezia, e assim continuaram, até á extincção d'este condado, em 1700, passando, então, tudo á casa do Infantado, que durou até 1834.

O mosteiro dos frades cruzios, de Grijó, apre-

sentava o prior, que tinha 120$000 réis de rendimento.

A 3 de novembro de 1193, no acto da sagração da igreja do mosteiro de Grijó, de conegos regrantes de Santo Agostinho, a viuva do rico-homem das Terras de Santa Maria, Soeiro Fromarigues, que morrera em 1110 na tomada de Santarem, D. Elvira Nunes e seus filhos, doaram a este mosteiro, além de outras rendas, os padroados de diversas igrejas, entre as quaes as de Travanca e Bemposta.

Travanca separou-se, em 1855, do concelho do Pinheiro da Bemposta, ao qual pertencia.

UL

Orago, Santa Maria (Assumpção).—Comprehende os logares de *Igreja, Troviscal, Ouriçosa, Serro, Salgueirinha, Aido do Carvalho, Pinheiral, Soballo, Novinhas, Rua Direita, Traz das Pedras, Bairinho, Porto de Vaccas, Fonte, Cruz, Louzas, Deveza, Outeiro do Moinho, Avellão, Pereiro, Souto, Crasto, Adães, Avenal, Sobral, Baixa.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1527	—	59
» de 1706	176	349
» de 1878	350	1:543
» de 1890	391	1:630

A nosso pedido, realisou, em abril de 1909, o illustre epigraphista conselheiro José Fortes uma excursão a Ul, da qual nos dá conta na seguinte interessante nota:

«Uma excursão a Ul compensa generosamente o exiguo incommodo da deslocação, já pelo deslumbramento da travessia d'uma região pittoresca, já e sobretudo pelos vestigios da antiguidade que ainda se exhibem além, meio delidos pela injuria dos seculos e as sevicias, bem mais aniquiladoras, dos homens.

Dos mais remotos tempos diz-nos apenas o onomastico; na toponimia local andam os vocabulos *mamôas* e *mamoinhas* a revelar-nos tradicionalmente a situação de velhissimos monumentos sepulcraes, em que o homem neolithico inhumava os mortos queridos, introduzindo-lhes os cadaveres em grosseiras cryptas de brutos lajões, soterrados em *tumulus* de terras adventicias.

Já o «*Crasto*», alçando-se altaneiro e aprumado a 400 metros da igreja parochial, indicía épocas mais recentes. Povoação extincta d'uma chronologia imprecisa, mas circumscripta aos tempos proto-historicos e lusitano-romanos, ainda hoje por alli afloram, nos declives vertiginosos das encostas e nos sedimentos dos *patamares*, bastos restos ceramicos, pedras affeiçoadas e envasamentos de paredes — a carcassa, emfim, deformada e pulverisada d'um antigo *oppido*, que, como os similares diffusamente semeados pelas cumieiras das collinas e dos montes do Norte, foi barreira diuturnamente embaraçosa para a penetração das legiões romanas.

Approximando-nos dos tempos historicos, mais claros surgem os vestigios do passado regional. Agora são documentos escriptos em pedra, lapides e cippos, a guiar-nos, embora com os seus dizeres truncados e quasi apagados, na reconstituição historica dos primeiros seculos. Exhumadas dos alicerces da antiga igreja parochial, quando da sua demolição (1790), as pobres pedras de primitiva localisação desconhecida lá foram parar, n'um *vagabundo fadario*, — uma ao cunhal d'um annexo da residencia parochial, d'onde a libertou, ha dias, a fecunda energia de Bento Carqueja; outra á parede externa da sacristia da igreja, onde ha muitos annos a incrustaram, expondo-a descaroavelmente á erosão dos agentes meteoricos, lenta mas inevitavel. Pois téem valor as miseras, e bem merecem melhor acolhida, pelas informações que nos prestam!

A ultima já fôra publicada por Pinho Leal, que fornece uma licção errada; a subsequente é a verdadeira:

\ RE . AVGVSTO TRIBVNI (*sic*)
: . XXVII . COS . XIII . PATER
: RMINVS . AVGVSTALIS

Contém, pois, uma inscripção honorifica a um imperador romano, mandada gravar e dedicada por um *augustal*, que parece se chamava Firminus. Para a usual formula integra d'estas dedicatorias, falham ainda componentes importantes, destacados com pedaços da lapide, em época imprecisa.

Presumivelmente, o imperador era Cesar Augusto; e assim, segundo as indicações lapidares da *tribunicia potestate* e do consulado, a inscripção póde datar-se de 27 de junho do anno 4.º da nossa éra a egual dia do anno 5.º.

Não deixa, pois, de ser interessante a mutilada pedra, e demonstrativa da importancia d'este centro.

A outra, porém, benemerentemente salva do olvido por Bento Carqueja, tem um superior alcance para a archeologia nacional. Trata-se nada menos do que d'um milliario inédito, seguramente da via militar romana de *Aeminium* (Coimbra) a *Cale* (Gaya), e d'um trecho o mais confuso e litigioso da sua trajectoria.

Em U1 não tivemos tempo de lêr o valioso cippo, e o calco, encommendado a um empregado do Museu do Porto, chega-nos, com as chuvas, bastante deteriorado e impreciso em alguns pontos. Crêmos, porém, salvo ulterior estudo, em occasião opportuna, que é esta a verdadeira licção:

TIB . CAESAR . DIVI . AVG .
FILIVS . AVGVSTVS
PONTIFEX . MAXVM
TRIB . POTESTAT . XXV
XII

É, pois, o marco da milha XII da estrada: a contar de *Langobriga* ou de *Talabriga?* Infelizmente, o milliario, como muitos, é mudo a este respeito. Conjecturamos, emtanto, que medía a distancia para a primeira d'aquellas estações, mencionadas no *Itinerario* como intermediarias entre Coimbra e Gaya.

Do criterioso e erudito estudo theorico d'este segmento da *via* militar, publicado pelo dr. Felix Alves Pereira, no «Archeologo Português», conclue-se que *Talabriga* deveria localisar-se pelas alturas de Albergaria, e não em Aveiro, e *Langobriga* cêrca de Ovil ou Fiães. Ora, 12 milhas, ou sejam 17^{k},772, são precisamente a distancia em linha recta até estes ultimos povoados; muito superior á que separa Ul de Albergaria e inferior á que se interpõe de Ul a Aveiro.

Não é aqui ensejo de exhibir minucias de estudo epigraphico sobre um monumento de tão inestimavel valor para subsidio da reconstituição geographica da Lusitania proto-historica. Ficarão para mais adequado meio. Basta esclarecer que o milliario é do tempo do imperador Tiberio Claudio Nero, *augusto* como todos os successores, pontifice supremo, filho do *divino* Augusto: e foi levantado na orla da estrada, entre 27 de junho do anno 23 da nossa éra e igual dia do anno 24.

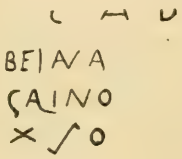
Addite-se, por fim, que elle constitue o primeiro documento authentico, a primaria prova material de que a *via* militar descia de *Cale* para *Aeminium*, cortando pelo interior a servir os numerosos *castros* da região; e não se encostava toda ao littoral para visitar Aveiro, como se pretendia. Assim, tambem a velha hypothese da identificação de Aveiro com *Talabriga*, tão grata a muitos dos nossos antigos chorographos, recebe um rude golpe, quiçá mortal.

O precioso cylindro granitico, de grandes dimensões, não podia ter vindo de muito longe para os alicerces da desapparecida igreja ulense. Era, pois, por alli, na encosta do desmantellado *castro*, que rompia a estrada romana a

demandar a gloriosa *Talabriga*, perdida e esquecida hoje n'um insondado mysterio.

Composta a nota precedente, chega-nos o calco de mais uma inscripção epigraphica, recentemente encontrada na hombreira da porta d'uma casa do «*Crasto*».

As accusadas sevicias foram mais impiedosas ainda com esta pedra, mutilando-a desastradamente, até resultar incomprehensivel. Damos, pois, uma licção dubitativa:



Sobre tão defficientes dados é temerario ter velleidades de interpretação justa; varias hypotheses poderiam architectar-se, mas sem tranquillisadora consistencia. Baste-nos, portanto, o simples registo, sem mais commentarios.

Assim, pois, a pristina importancia d'Ul avulta, cada dia, com estes achados. Não admira. A excellencia das condições mesologicas d'uma região privilegiada pela magia do scenario natural, pela amenidade do clima, pela superabundancia de fecundantes linhas d'agua e pela uberdade do sólo, deveriam, nos velhos tempos, como agora, attrahir intensamente a colmeia humana, em todas as épocas sedenta de commodidades e de confortos.

Os elementos physicos d'uma victoriosa defeza rudimentar no *crasto*, e mais tarde as facilidades da arteria *vial*, onde estuava a seiva rica d'uma circulação vivificado-

ra, sobrepunham-se ás favoraveis circumstancias locaes, para alçar a velha Ul á cathegoria d'um centro de eleição.

Ficam d'este modo esboçadas, de relance, as linhas geraes e tenues do passado ulense; o problema complica-se, palpitante de interesse; fia-se da inexgotavel generosidade e da intransgredivel dedicação de Bento Carqueja, bem como do imprescindivel e precioso auxilio do reverendo abbade, outro espirito levantado, a elucidação mais precisa e completa do momentoso caso.

Quantos outros documentos, similarmente valiosos, não poderão por alli jazer — transviados, menospresados e emtanto opulentos de informações complementares!...»

Devemos ao illustrado parocho d'esta freguezia, rev. Antonio da Silva Nunes, as seguintes informações, que em parte se encontram em Pinho Leal, «Portugal Antigo e Moderno», Lisboa, 1882, vol. x, pag. 8 e 9:

«Em 1902, n'uma escavação a que procedeu o proprietario do Crasto, Antonio da Silva Oliveira, appareceu um forno, que os cavadores destruiram. E, no anno antecedente, mais abaixo, e n'uma outra escavação, appareceu uma grande pedra, da fórma de barreleiro, com inscripção muito apagada.

No mesmo logar do Crasto ha um sitio denominado a Corredoura. Consta d'uma grande área de terreno horisontal, já muito no declive do Crasto, seguindo-se-lhe ainda terreno em declive, na extensão de mais de 100 metros, até ao rio. Do lado opposto da Corredoura, no mesmo sitio do Crasto, existe um outro terreno, a que chamam o *Santo*, dizendo o povo que era ahi o templo dos que habitaram aquelle crasto, e é certo que ainda ha pouco n'esse logar do Santo appareceu uma pyramide.

Passando o rio mais abaixo para o crasto, sobe-se o monte das Almas da Moura, ao qual em antigos documentos se dá o nome de Mamoinhas. Esse monte é atravessado pelos alicerces d'um muro, ainda visiveis em muitos pontos.

Sobre um pequeno outeiro, no logar do Avenal, está uma casa, chamada o Paço, propriedade de um lavrador. Não tem vestigios alguns de remota antiguidade; mas é tradição que deve o nome a ter havido alli um nobre paço do senhor da freguezia.

Esta freguezia pertenceu ao concelho da Bemposta, sendo seu donatario o marquez de Angeja.

A mitra apresentava o abbade, que tinha 240$000 réis de rendimento.

Na noite de 9 para 10 de fevereiro de 1879 houve uma enorme cheia nos rios Antuã e Insua, que atravessam esta freguezia, a qual ficou memoravel, pelos grandes prejuizos que causou, tanto em casas, como em terras, e até houve victimas.

O rio de Ul nasce em Santo Izidro de Romariz, concelho da Feira.

O rio Antuã nasce em S. Martinho de Fajões.

N'esta freguezia ha apenas uma capella, de que é orago S. Nicolau Tolentino, e está no logar de Adães, actualmente propriedade de Manoel da Rocha, de Aveiro, e que pertenceu á familia dos Côrtes-Reaes, a que adveio pelo casamento de Bento José Cardoso de Gouveia Côrte-Real com D. Anna Joaquina Rosa Paes Ribeiro Malheiro Borges, como fica dito a pag. 198 d'estes «Annaes». Esta capella encontra-se edificada junto á casa da quinta, e tem uma tribuna com bom trabalho de talha. Tanto a casa da quinta, como a capella, a avaliar pela sua architectura, devem datar dos meados do seculo XVIII.

Pela benemerencia de Antonio Pinto de Carvalho foi a igreja d'esta freguezia dotada de ricos paramentos, bordados a oiro, os melhores de todo o concelho.

Em 1906, mandou o governo construir o primeiro lanço da estrada de ligação da estrada districtal n.º 65 á E. R. 10 e subscreveu para essa construcção, com a quantia de 1:000$000 réis, Domingos de Oliveira Fontes. Este mesmo benemerito tomou a seu cargo o cuidar na igreja matriz do altar da Senhora do Rosario, o qual mandou dourar á sua custa, e o tem enriquecido com valiosas dadivas.»

VILLA CHÃ

Orago, S. Pedro. — Comprehende os logares da *Costa Má, Covada, Farrapa, Fonte Chã, Gandara, Lomba, Outeiro, Ramillos, Samil, Côvo, Travasco.*

POPULAÇÃO

	Fogos	Individuos
Censo de 1527	—	38
» de 1706	120	213
» de 1878	219	1:026
» de 1900	—	1:076

Além da igreja matriz, tem duas capellas, uma de Sant'Anna, em Villa Chã, que data de tempos immemoriaes, outra de Santo Antonio, em Bustello, edificada pela junta de parochia, em 1882.

Tem mais a capella da casa do Côvo, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, feita, em 1862, por Sebastião de Castro e Lemos, pai do actual conde do Côvo. Esta capella tem um mausoleu para sepultura da familia, com as armas d'esta casa.

Ao que já fica dito com relação á familia Cas-

tro e Lemos, no capitulo XVIII, «Casas antigas», julgamos dever acrescentar que o pai do actual conde do Côvo, Sebastião de Castro e Lemos Magalhães e Menezes, seguiu, do mesmo modo que a maioria dos nobres do seu tempo, o partido de D. Miguel e a este principe se conservou sempre fiel, não obstante o seu casamento n'uma familia de principios rasgadamente liberaes, como era a dos viscondes de Beire.

Quando, em outubro de 1846, o general Macdonell, que, em 1833-1834, servira no exercito de D. Miguel, levantou o grito de revolta a favor d'este principe no concelho de Castello de Paiva, já ha muito estava entendido com Sebastião de Castro para este secundar esse movimento em Oliveira de Azemeis; mas aguardou-se a opportunidade. O irmão d'este, Antonio de Castro, acompanhou, desde logo, o general escossez, de quem passou a ser ajudante de ordens, seguindo com elle para o Minho e depois para Traz-os-Montes, onde foi testemunha da sua barbara morte.

A opportunidade, acima referida, julgou Antonio de Castro ser chegada em meados de dezembro, em que organisou uma numerosa guerrilha, de que assumiu o commando, com que no dia 19 fez, em Oliveira de Azemeis, um simulacro de acclamação de D. Miguel. Logo que d'isto houve noticia no Porto, marchou para aqui o antigo deputado Manoel José Mendes Leite, que a Junta havia feito

tenente-coronel [1], com algumas forças populares, as quaes, depois de pequeno tiroteio, de que resultaram algumas mortes, pozeram em debandada os miguelistas, que, seguindo para Arouca, foram passar o Douro em Entre-os-Rios e unir-se ás tropas que Macdonell tinha em Amarante [2].

Já que nos estamos referindo a acontecimentos politicos, de que Oliveira de Azemeis foi theatro em 1846, como parenthesis, ainda outro aditamento:

A pag. 46, lê-se que, depois de organisada no Porto a Junta provisoria do governo supremo do reino, constituiu-se em Oliveira de Azemeis tambem uma Junta.

Esta Junta constituiu-se em maio de 1846. Nasceu do movimento popular contra o governo cabralista, que levantára geraes protestos, e terminou o seu mandato pela nomeação de Custodio Rebello de Carvalho, para governador civil do districto de Aveiro, por decreto de 12 de junho. Em 30 de maio, a Junta de Oliveira de Azemeis officiava á de Coimbra sobre motivos de interesse publico, e enviava á mesma cidade um dos seus membros, que devia fazer parte da Junta Central, que se pensava organisar alli [3].

(1) Marques Gomes — «Manoel José Mendes Leite, esboço biographico — Aveiro, 1881, 8.º de 29 pag.

(2) Marques Gomes — «Cincoenta annos de vida publica — O conselheiro Manoel Firmino de Almeida Maia — Aveiro, 1899, pag. 87.

(3) *A Revolução do Minho*, n.º 7, de 4 de junho de 1846.

O batalhão de Oliveira de Azemeis foi um dos primeiros que se organisou, logo após a revolução do Porto, contra o golpe de estado de 6 de outubro.

Na ordem do dia do quartel-general do Porto, de 13 de outubro de 1846, n.º 6, assignada pelo conde das Antas, vem assim designada a sua organisação:

«**Batalhão nacional de Oliveira de Azemeis.**—Tenente-coronel commandante, Antonio Bernardo da Costa Pinto.

Capitão quartel-mestre, Luiz Pinto Barreto Feio.

Capitão da 1.ª companhia, João Marques de Carvalho.

Tenente, Joaquim Antonio da Rocha.

Alferes, José Lino Pires.

Capitão da 2.ª companhia, Antonio Rebello Valente Alves da Silva.

Tenente, Manoel Luiz Ferreira.

Alferes, Francisco de Carvalho Assis.

Capitão da 3.ª companhia, Francisco de Lacerda Mourão e Albuquerque.

Tenente, Antonio Soares de Pinho.

Alferes, João Rodrigues da Costa Simões.

Capitão da 4.ª companhia, Antonio Thomaz Soares Leite de Albergaria.

Tenente, Bento José de Souza.

Alferes, Manoel da Silva Soares de Albergaria.

Capitão da 5.ª companhia, Antonio Francisco Pinheiro de Castro.

Tenente, José Borges de Lima Prestello.

Alferes, Manoel Ferreira de Pinho.

Capitão da 6.ª companhia, Manoel José da Conceição.

Tenente, Verissimo Fernandes dos Santos.

Alferes, Manoel José Pinto.

Capitão da 7.ª companhia. Jeronymo José Pinto da Motta.

Tenente, Ricardo José Pereira.

Alferes, Thomaz Correia.

Capitão da 8.ª companhia. Antonio Gomes Silvestre.

Tenente, Antonio Pereira da Cunha e Costa.

Alferes, Bernardo Ferraz de Andrade.»

Quando o conde das Antas com a divisão do seu commando marchava sobre Coimbra, demorou-se em Oliveira de Azemeis dois dias, 18 e 19 de outubro. Por essa occasião, já a maioria da officialidade do batalhão se dirigiu fardada, á casa onde estava hospedado, que era a de D. Anna Marques, sogra do illustre oliveirense José da Costa Souza Pinto Basto, que foi quem recebeu o presidente da Junta.

Dias depois, seguiu o batalhão, em força de 360 praças, para Villa Nova de Gaya, onde chegou em 25 de outubro, indo por ordem da Junta guarnecer a Serra do Pilar.

Em 30 do mesmo mez passou para o Porto, e foi alojar-se nos quarteis Barros Lima, no Bomfim, cuja defeza lhe confiaram, por occasião de se aproximarem da cidade as forças do barão do Casal, que se tinha declarado pelo governo da rainha Havendo retirado aquelle general, acossado por Sá da Bandeira, o batalhão recebeu ordem para marchar para os Carvalhos e d'alli para Cabeçaes, em perseguição das guerrilhas miguelistas que Macdo-

nell levantára em Castello de Paiva. Encontrou-se com estas no dia 14 e houve-se galhardamente, a julgar por este *suelto* que se encontra no jornal official da Junta:

«A guerrilha miguelista de Castello de Paiva ousou apparecer outra vez em Fermedo, no dia 14, em numero de 100 homens, porém, sendo atacada por todos os flancos por uma força de 500 homens que ahi se tinha reunido na tarde d'aquelle dia, fazendo parte d'ella o bravo batalhão de Oliveira de Azemeis, fugiu precipitadamente, debaixo de um vivo tiroteio, até o rio Arda, não podendo, em razão da noite, continuar a sua perseguição (1).»

Pinho Leal, fazendo, em carta a Camillo Castello Branco, o relato da *campanha* de Macdonell, em 1846, em que desempenhou papel importante, escreve:

«Mas, nós a chegarmos (a Cabeçaes) e a chegar do Porto o batalhão nacional de Francisco da Rocha Soares e 60 soldados do 6 de infanteria. Ao mesmo tempo chegou da Villa da Feira o administrador patuleia José Barbosa, da Arrifana, com mais de 200 cabos de policia, e de Oliveira de Azemeis Antonio Bernardo Pinto Basto, com o batalhão nacional da sua villa que tinha mais de 300 homens. Já se sabe, largamos a fugir para Paiva, mas fazendo sempre fogo. Não matamos, nem ferimos, nem prisionamos ninguem, e safamo-nos muito frescos, porque os patuleias faziam-nos fogo de fuzil, d'onde até estavamos fóra do alcance da artilharia de 48 (1).»

(1) *O Nacional*, n.º 151, de 21 de novembro de 1846.

Por esta occasião, houve em Oliveira de Azemeis graves receios de um ataque dos miguelistas, pelo que partiu para alli com muitos populares armados o administrador do então visinho concelho de Pinheiro da Bemposta, João Evangelista de Araujo e Mello, pelo que foi louvado em portaria do ministro do reino da Junta do Porto, Antonio Luiz de Seabra, de 15 de novembro d'esse anno (2).

A ultima homenagem da sua gratidão ao rei, a que sempre se conservára fiel, prestou-a Sebastião de Castro e Lemos, em 1866, por occasião da morte do principe proscripto. É elle proprio que a descreve por estas palavras:

«Movido pelos impulsos do meu coração, e a exemplo do que se tem praticado nas cidades, villas e aldeias d'este nosso paiz, mandei fazer na igreja da villa de Oliveira de Azemeis, no dia 14 de dezembro, exequias pelo eterno descanço do *Senhor Dom Miguel de Bragança*. As decorações do templo e do catafalco estavam não só decentes, mas luxuosas, isto devido á boa direcção do digno abbade da mesma villa, o rev.mo João José Correia dos Santos, e á do ill.mo Bento de Souza Carqueja. Assistiram ao officio, missa e ceremonial d'este acto 86 clerigos, entre os quaes 24 parochos. O côro foi presidido e a missa celebrada pelo rev.mo abbade de S. Roque, D. João da Natividade, e a absolvição do tumulo dada pelo mesmo, depois da ceremonia da quadratura. Via-se alli, entre os ecclesiasticos, uma notabili-

(1) Camillo Castello Branco—«Maria da Fonte», Porto 1885, pag. 199
(2) *O Nacional*, n.º 146 de 16 de novembro de 1846.

dade monacal, o ill.mo e rev.mo Fr. Joaquim de Santo Antonio, bacharel formado em mathematica, e ex-D. abbade e procurador geral da Congregação Benedicta, ancião de 82 annos. A orchestra, regida pelo esperançoso mancebo o snr. Manoel José de Pinho Junior, desempenhou cabalmente a parte importante que aqui lhe cabia. Subindo ao pulpito o reverendo José Tavares Camello, talentoso joven, arrebatou a todos com a sua eloquencia irresistivel, fallando ao entendimento e coração, e provocando as lagrimas. Por assistentes e ouvintes, centenares de cavalheiros, pessoas de todas as classes, condições e côres politicas, de rigoroso luto e no maior recolhimento.

E, como tudo se passou e tudo correu, enche a minha alma de um triste prazer e captiva a minha gratidão. Agradeço, pois, sinceramente ao reverendo abbade de Oliveira de Azemeis, que não só facultou a sua igreja para esta solemnidade funebre, mas todos os esforços empregados, para que nada faltasse a ella; e da mesma fórma ao ill.mo Bento de Souza Carqueja; agradeço, e muito, ao clero d'este concelho, de Cambra e Feira, e ao das freguezias de Avanca e Vallega, que tamanho contingente deram, e isto, não só por assistirem, acudindo ao meu convite, mas por nenhuma remuneração quererem receber do seu trabalho; agradeço ao eximio orador o quanto se mostrou grande e circumspecto, tocando objecto tão melindroso; agradeço, emfim, a todos os cavalheiros convidados, que honraram com a sua presença estas exequias e tanto me obrigaram com a sua delicadeza; e, sobre tudo e sobre todos, agradeço e manifesto aqui o meu perpetuo reconhecimento aos cavalheiros liberaes, que tão sensatamente souberam comprehender o sentido e o fim do convite, a que generosos corresponderam ..... *Sebastião de Castro e Lemos* (1).»

(1) «Monumento á memoria do Senhor D. Miguel primeiro d'este nome, etc.», Lisboa 1867, pag. 339 a 341.

É curioso que, sendo o orago da freguezia S. Pedro e devendo denominar-se *S. Pedro de Villa Chã*, é mais conhecida por *S. Roque de Villa Chã*, ou *Villa Chã de S. Roque*. Presume Pinho Leal que talvez S. Roque fosse o seu primeiro orago, ou que houvesse aqui, em outros tempos, alguma capella dedicada a este santo.

Foi abbade d'esta freguezia, collado em 12 de janeiro de 1846, um venerando sacerdote, D. Fr. João da Natividade, acima citado, prégador e egresso da congregação dos conegos regrantes de Santo Agostinho.

Banham esta freguezia tres riachos: o de Samil e o da Ribeira Verde, que desaguam no rio Ul, e o Antuã, que desagua no Vouga.

Aditando o que se lê a pag. 147, 148, 210 e 211, com relação á fabrica de vidros do Côvo, d'esta freguezia, diremos que, por documentos publicados pelo illustrado escriptor Souza Viterbo, no seu interessante opusculo «O vidro e o papel», sabe-se que D. João III privilegiára um Pero Moreno, que tinha um forno para fabricar vidros no Côvo. Pero Moreno era fallecido em 1574, pois n'esse anno passava D. Sebastião uma carta de privilegio a Fernão de Magalhães Teixeira, casado com a filha d'aquelle Pero Moreno, Antonia de Almeida. Por morte do sogro, ficou-lhe o sobredito forno, com seu matto proprio, com que poderia sustentar dois ou tres fornos. São curiosas as clausulas com que

lhe foi concedido o privilegio. A lenha de que se servisse seria sempre sua e faria funccionar o forno de modo que tivesse sempre vidros para satisfazer os pedidos e necessidade do povo. Poderia, por qualquer motivo, ter o forno apagado um ou dois annos, mas n'esse caso devia ter productos em abastança, fabricados por elle, de modo que não prejudicasse ou interrompesse a venda.

Ninguem poderia assentar e fazer lavrar outro forno, desde a villa de Coruche até os extremos da Galliza, e quem tal fizesse, sem expresso consentimento de el-rei, incorria na pena de 200 cruzados para o sobredito Fernão de Magalhães e ser-lhe-hia derrubado o forno. Antonia de Almeida era já viuva em 1593, pois n'esse anno, a 23 de janeiro, lhe confirmava D. Filippe o privilegio que usufria o marido.

Nas «Informações para a estatistica industrial do districto de Aveiro . 1867, colhemos estas notas quanto a este estabelecimento:

«Proximo da casa de habitação, acham-se os fornos de estender, collocados ao lado do nascente, havendo tambem d'este lado um pisão de motor hydraulico, para triturar os differentes materiaes.

Os fornos de fusão estão situados ao norte do edificio, ficando do lado opposto a casa de fabricação de potes refractarios e cadinhos.»

Sobre a grande matta que fornece quasi toda a lenha necessaria para a fabrica e que é, como esta,

pertença da casa do Côvo, colhe-se da mesma obra que tem um circuito de dois kilometros de raio, apresentando assim a superficie de 1256,64 hectares, aproximadamente.

«Lê-se alli que a matta, sendo constituida, na maior parte, por pinheiros, entre os quaes abunda mais o *pinus silvestris*, merecendo, por isso, mais o nome d'um pinhal, apresenta comtudo um grande numero de outras arvores notavelmente desenvolvidas, contando-se um grande numero de carvalhos annosos, de castanheiros seculares, freixos e sobreiros de admiravel robustez, e bem assim muitas outras arvores e arbustos bastante vigorosos.»

Ainda ácerca da fabrica de vidros do Côvo, lê-se o seguinte no «Inquerito Industrial» de 1881, a pag. 272:

«Contém esta fabrica um pisão, movido por agua, e quatro fornos aquecidos com lenha, onde consome annualmente cerca de 6:000 steres, na importancia de 2:400$000 réis. Estas lenhas são extrahidas dos pinhaes adjacentes, e a argilla, tirada dos terrenos contiguos, é combinada com outra recebida do casal dos Ovos, no districto de Leiria; o manganez vem das minas de Anadia; de Vermuim, a 5 kilometros, recebe o quartzo; emprega mais vidro em pó, cal fina, soda, arsenico e materiaes córantes, de origem estrangeira, que recebe do Porto. Os pinhaes que lhe fornecem lenha, bem como os terrenos de onde se extrahe a argilla, pertencem ao proprietario da fabrica.»

INDICE

		Paginas
	PREFACIO	V
CAP.	I — Tempos primitivos	1 a 7
CAP.	II — Dominação romana	9 a 11
CAP.	III — Dominação dos barbaros	13 e 14
CAP.	IV — Terras de Santa Maria	15 a 19
CAP.	V — Origem de Oliveira de Azemeis	21 a 38
CAP.	VI — Oliveira de Azemeis na Historia de Portugal	39 a 53
CAP.	VII — Paços municipaes	55 a 63
CAP.	VIII — Comarca de Oliveira de Azemeis	65 a 69
CAP.	IX — Matriz, capellas e cemiterio de Oliveira de Azemeis	71 a 93
CAP.	X — Instituições de beneficencia	95 a 109
CAP.	XI — O theatro oliveirense	111 a 114
CAP.	XII — Abastecimento de aguas e illuminação publica	115 a 122
CAP.	XIII — Caminho de ferro do Valle do Vouga	123 a 141
CAP.	XIV — Instrucção popular	143 a 146
CAP.	XV — Industria concelhia	147 a 154
CAP.	XVI — Estatistica concelhia	155 a 158
CAP.	XVII — Homens illustres	159 a 187
CAP.	XVIII — Casas antigas	189 a 234

LIBRARY
DEC
19
1979

Paginas

Freguezias do concelho:

Carregosa ..... 237 a 244
Cezár ..... 245 a 252
Cocujães ..... 253 a 273
Fajões ..... 275 a 277
S. João da Madeira ..... 279 a 286
Loureiro ..... 287 e 288
Macieira de Sarnes ..... 289 a 291
Macinhata da Seixa ..... 293 e 294
Madail ..... 295 e 296
S. Martinho da Gandara ..... 297 e 298
Nogueira do Cravo ..... 299 e 300
Ossella ..... 301 a 308
Palmáz ..... 309 e 310
Pindello 311
Pinheiro da Bemposta ..... 313 a 332
S. Thiago de Riba d'Ul ..... 333 a 343
Travanca ..... 345 e 346
Ul ..... 347 a 354
Villa Chã de S. Roque ..... 355 a 365

LIVRARIA CHARDRON

De Lello & Irmão

RUA DAS CARMELITAS, 144 — PORTO

Garcia Redondo

Salada de fructas 500
Atravez da Europa 500
Cara alegre ... ... no prélo
A mulher — manias e cacoetas ... ... no prélo

Manoel Arão

Transfiguração, 1 vol.. ... . . 1$000

Coelho Netto

Esphynge... 600
Sertão 600
Agua de Juventa. 700
A Bico de penna.. 700
Romanceiro. 500
Theatro 400
Jardim das Oliveiras.. 500
Quebranto (theatro), 1 vol.. ... 500
Fabulario 500
Miragem 600

João Grave

Os famintos. 500
A eterna mentira. 600
O ultimo fauno... 500

Shakespeare

Sonho d'uma noite de S. João, 1 vol... 600
Rei Lear, 1 vol 400
Romeu e Julieta, 1 vol. ... no prélo
Hamlet ... ... no prélo
Othello. ... ... no prélo

Oscar Lopes

Conferencias, 1 vol.... ... no prélo

Mayer Garção

Excelsior 500

Luiz de Magalhães

Cantos do Estio 500

Carmen Dolores

Ao esvoaçar da ideia.. ... no prélo
Alma complexa... ... ... no prélo

Iering

Lucta pelo direito ... ... no prélo

Tavares Bastos

Instituições juridicas na Republica . ... no prélo

Thomaz Lopes

Paysagens d'Hespanha ... no prélo

Alcides Maia

Ruinas, romance gaúcho ... no prélo

Veiga Miranda

Passaros que Fogem (Contos), 1 vol. br. 600

João do Rio

Cinematographo . ... no prélo
Frivola-City. .. .. no prélo

Bento Carqueja

O Capitalismo Moderno e suas Origens em Portugal, 1 vol. br. 500
O Futuro de Portugal, 1 vol. (2.ª edição) ... ... no prélo

Euclydes da Cunha

Á margem da historia, 1 vol. no prélo

Sylvio Romero

Discursos, 1 vol. 500
Martins Penna, 1 vol. 400
America latina, 1 vol. 500
Provocações e debates, 1 vol. no prélo

Luiz Murat

Ondas, 1 vol. ... ... no prélo

Leopoldo de Freitas

Politicos e litteratos, 1 vol.. no prélo

Pinto da Rocha

Talitha, 1 vol. . . .. no prélo

Tude de Souza

A serra do Gerez, 1 vol. ... no prélo

Alfredo Pimenta

Factos sociaes (Problemas de hoje) 500

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

DP
802
O45A73

Annaes do municipio de
Oliveira de Azemeis

2

UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 08 06 15 008 5